



Ano CXI da IOE
113ª da República
Nº 29.843

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO

0505

Belém, sexta-feira,
13 de dezembro de 2002



04 cadernos - 56 páginas

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (CLXXX)

No dia 06 de dezembro de 1932, o interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Batrata baixou o Decreto 804 estabelecendo a fiscalização especial do governo junto à Sociedade Cooperativa de Indústria e Pecuária do Pará Ltda.

Essa fiscalização teria como principal objetivo o controle da aplicação da quantia de seis mil contos, tomada por empréstimo da Caixa Econômica do Rio de Janeiro pela dita sociedade, sendo o governo estadual fiador e principal pagador dessa importância.

Esse ato ampliava os efeitos do Decreto 523-A/1931 e fazia parte, como cláusula aditiva necessária, do contrato firmado em 23 de março de 1932 entre o governo e aquela sociedade, pois tanto o contrato como aquele decreto eram omissos quanto ao controle, que deveria ser exercido pelo governo, da aplicação da quantia emprestada pela citada instituição financeira.



Imprensa Oficial do Estado
OnLine
www.ioepa.com.br
e-mail: diario@ioepa.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

Polícia Civil cria medalha para incentivar eficiência policial

A resolução do Conselho Superior de Polícia Civil que aprova a criação e a outorga da medalha "Evanovich de Investigação Policial" é homologada pelo Governo do Estado, através do decreto nº 5.714. A medalha, criada para

incentivar e homenagear policiais civis dedicados ao trabalho sério e eficiente de investigação policial, será concedida a quem comprovadamente eleve e projete o conceito da instituição.

(Caderno 1 - Pág. 12)

Distribuição de recursos

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará aprova a distribuição dos recursos destinados aos municípios com gestão plena do sistema municipal, no valor total de R\$ 1,2 milhão, e os valores que ficarão sob a gestão estadual, cujo valor é de R\$ 830 mil.

(Caderno 2 - Pág. 11)

Curso de especialização

A Universidade do Estado do Pará e a Prefeitura de Monte Alegre assinam contrato para realização de curso de especialização no município. O valor total do contrato é de R\$ 94 mil.

(Caderno 2 - Pág. 7)

Oferta de cursos

A Sagri assina termo de cooperação com o Serviço Social do Comércio para a oferta de cursos/treinamentos e palestras nos municípios de Santarém, Marabá, Ananindeua, Benevides, Castanhal, Inhangapi, São Francisco do Pará e Salinópolis.

(Caderno 2 - Pág. 3)

Concurso público

A Câmara Municipal de Floresta do Araguaia realiza concurso para preenchimento de cargo de zelador, vigia, assistente e auxiliar administrativo e agente legislativo.

(Caderno 2 - Pág. 15)

Utilidade pública

Através das Leis nºs 6.513, 6.514 e 6.515, o Governo do Estado declara como de utilidade pública para o Estado do Pará a entidade "Projeto Fazendo um Amanhã Melhor", de Parauapebas, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Railandia, de Marabá, e a Associação de Comunicação de Acácia FM, localizada em Dom Eliseu.

(Caderno 1 - Pág. 9)

Patrimônio cultural

O Governo do Estado sanciona a Lei nº 6.516 que diz que as práticas religiosas de qualquer natureza são representações do patrimônio cultural do Estado do Pará.

(Caderno 1 - Pág. 9)



ALMIR GABRIEL GOVERNADOR DO ESTADO

HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

MARTINHO CARMONA
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

CLIMENIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA



DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO

Trav. do Chico, nº 2271 - Marco CEP: 66.090-120
Belém - Pará. PABX: 246-7888 - FAX: 266-2082

Diretor Presidente em exercício
JOSÉ NÉLIO PALHETA

Diretor Administrativo e Financeiro
FRANCISCA IVANNEYD DO NASCIMENTO

Diretor Técnico
LAÉRCIO OLIVEIRA DA SILVA

Assinatura semestral:	(capital) .. R\$ 283,80	outras cidades: .. R\$ 283,80
Assinatura anual:	(capital) .. R\$ 567,60	outras cidades: .. R\$ 567,60
Publicações: Centímetro x col. de 8cm:	R\$ 50,00	
Digitação: Centímetro x col. de 8cm:	R\$ 10,00	
Exemplares avulsos:	R\$ 1,00	
Exemplar encadernado:	R\$ 2,00	

Observações

As assinaturas do DIÁRIO OFICIAL não dão direito ao recebimento de CADERNOS ESPECIAIS, elaborados exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

As matérias para publicação serão recebidas, impreterivelmente, até as 14 horas, e devem ser acompanhadas de Ofícios ou Memorandos.

O padrão de publicação deve ser a fonte GARAMOND, com tamanho mínimo de CORPO 7, entrelinha 120%.

Reclamação

Na capital, deverá ser feita 24 horas após a circulação do Diário, e 8 dias nos demais Municípios e outros Estados.



atendimento@ioepa.com.br

NESTA EDIÇÃO

SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA Cad. 1 - Pág. 13
Portaria

GABINETE DO GOVERNADOR

Leis Cad. 1 - Pág. 3
Decretos Cad. 1 - Pág. 9

SECRETARIA ESPECIAL DE GESTÃO

EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DO ESTADO DO PARÁ

Extrato de Contrato Cad. 1 - Pág. 14

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Portarias Cad. 2 - Pág. 2

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

Extrato de Contrato Cad. 1 - Pág. 13

NÚCLEO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Portarias Cad. 1 - Pág. 13

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

Portarias Cad. 1 - Pág. 13
Extrato de Termo Aditivo

SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA

Portarias Cad. 1 - Pág. 14
Acórdãos

SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL

Portarias Cad. 2 - Pág. 2

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUÇÃO

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

Concorrência Pública Cad. 2 - Pág. 3

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO

Portarias Cad. 2 - Pág. 3

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

Atos Administrativos Cad. 2 - Pág. 2

Portaria Cad. 2 - Pág. 3

Edital de Compra Cad. 2 - Pág. 3

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Portaria Cad. 2 - Pág. 3

SECRETARIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA

Convite Cad. 2 - Pág. 3

Extrato de Termo de Comparação Cad. 2 - Pág. 3

SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Extrato de Convênio Cad. 2 - Pág. 3

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2 - Pág. 4

SECRETARIA ESPECIAL DE DEFESA SOCIAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Portarias Cad. 2 - Pág. 4

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

Atos Cad. 2 - Pág. 4

Termo de Dispensa Cad. 2 - Pág. 4

Termo de Ratificação Cad. 2 - Pág. 4

Portarias Cad. 2 - Pág. 4

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Tomada de Preço Cad. 2 - Pág. 4

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Errata Cad. 2 - Pág. 5

Portaria Cad. 2 - Pág. 5

Homologação Cad. 2 - Pág. 5

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL

Errata Cad. 2 - Pág. 5

Portarias Cad. 2 - Pág. 5

Inclusão Cad. 2 - Pág. 5

SECRETARIA ESPECIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL

Resultado de julgamento Cad. 2 - Pág. 6

SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO

Portarias Cad. 2 - Pág. 6

Errata Cad. 2 - Pág. 6

Homologação de Resultado de Licitação Cad. 2 - Pág. 7

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER

Portarias Cad. 2 - Pág. 7

Contrato Administrativo Cad. 2 - Pág. 7

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Extrato de Contrato Cad. 2 - Pág. 7

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2 - Pág. 7

Extrato de Convênio Cad. 2 - Pág. 7

Portarias Cad. 2 - Pág. 7

SECRETARIA ESPECIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL

EMPRESA PÚBLICA OFIR LOYOLA

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2 - Pág. 9

CENTRO DE HEMOTERAPIA E

HEMATOLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

Intimação de Decisão Cad. 2 - Pág. 14

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Extrato de Contrato Cad. 2 - Pág. 14

HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Resultado de Licitação Cad. 2 - Pág. 14

SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE PÚBLICA

Extrato de Dispensa de Licitação Cad. 2 - Pág. 10

Extrato contratual Cad. 2 - Pág. 10

Homologação Cad. 2 - Pág. 10

Tornar sem Efeito Cad. 2 - Pág. 10

Portarias Cad. 2 - Pág. 10

Resolução Cad. 2 - Pág. 11

SECRETARIA EXECUTIVA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Tomada de Preços Cad. 2 - Pág. 14

SECRETARIA ESPECIAL DE INFRA-ESTRUTURA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2 - Pág. 8

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO

URBANO E REGIONAL Cad. 2 - Pág. 8

SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS PÚBLICAS

Extrato de Ordem de Serviço Cad. 2 - Pág. 9

Portaria Cad. 2 - Pág. 9

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Citações Cad. 2 - Pág. 14

Acórdãos Cad. 2 - Pág. 15

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Pauta de Julgamento Cad. 2 - Pág. 16

Extrato de Termo Aditivo Cad. 2 - Pág. 16

PARTICULARES

Centrais elétricas do Pará Cad. 2 - Pág. 15

Carmelo de Santa Teresinha Cad. 2 - Pág. 15

Refrisa - Refrigerantes do Pará S/A Cad. 2 - Pág. 15

Brandi Meio Ambiente do Pará Ltda. Cad. 2 - Pág. 15

Câmara Municipal de Floresta do Araguaia Cad. 2 - Pág. 15

Norte Hotelaria S/A Cad. 2 - Pág. 16

Agrovás - Agropecuária do Vale do Suiá S/A Cad. 2 - Pág. 16

Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará Cad. 2 - Pág. 16

Coprobrel - Cos. e Pro. Beleza Ltda. Cad. 2 - Pág. 16

Câmara Municipal de Medicilândia Cad. 2 - Pág. 16

PREFEITURAS

Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará Cad. 2 - Pág. 16

Prefeitura Municipal de Anajás Cad. 2 - Pág. 16

Prefeitura Municipal de Monte Alegre Cad. 2 - Pág. 16

CADERNO DO JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA

Ata da 16ª Sessão Ordinária de julgamento Cad. 1 - Pág. 1

Ata da 15ª Sessão Ordinária de julgamento Cad. 1 - Pág. 2

Ata de Audiência de Distribuição Automática Cad. 1 - Pág. 2

Avisos de Licitação Cad. 1 - Pág. 1

JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA

Boletim nº 201/02 Cad. 1 - Pág. 8

JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA

Boletim nº 212/02 Cad. 1 - Pág. 9

JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA

Boletim nº 406, 407 e 408/02 Cad. 1 - Pág. 10

JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA

Boletim nº 111/02 Cad. 1 - Pág. 12

JUÍZO FEDERAL DA 7ª VARA

Boletim nº 200/02 Cad. 1 - Pág. 13

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Portaria Cad. 1 - Pág. 13

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Representações Cad. 2 - Pág. 7

Pauta de Julgamento Cad. 2 - Pág. 8

Portarias Cad. 2 - Pág. 7

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

VTB de Abaetetuba Cad. 1 - Pág. 13

VTB de Santa Izabel do Pará Cad. 1 - Pág. 13

10ª VTB de Belém Cad. 2 - Pág. 7

9ª VTB de Belém Cad. 2 - Pág. 3

6ª VTB de Belém Cad. 2 - Pág. 6

3ª VTB de Belém Cad. 1 - Pág. 14

Aditamento e Processos - 4ª Turma Cad. 1 - Pág. 15

Processos - 3ª Turma Cad. 1 - Pág. 15

Acórdãos - 2ª Turma Cad. 2 - Pág. 1

Pautas de Julgamento - 1ª Turma Cad. 2 - Pág. 2

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

DIÁRIO OFICIAL

GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNADOR: ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL
PALÁCIO DOS DESPACHOS (91) 214-5500

LEI Nº 6.511, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

Altera a Lei nº 6.064, de 25 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 6.064, de 25 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, passa a vigorar com as seguintes alterações:

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

SEÇÃO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, órgão executivo integrante do Sistema Nacional de Trânsito, criado pela Lei nº 4.444, de 20 de dezembro de 1972, é uma autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, integrante do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará e vinculada à Secretaria Especial de Estado de Defesa Social, tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades, além de outras atividades de trânsito, de conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro.

SEÇÃO II

DAS FUNÇÕES BÁSICAS

- Art. 2º
- I - estabelecer as Diretorias e Gerências e seus respectivos níveis por região;
 - II - autorizar a alienação de bens inservíveis;
 - III - determinar auditorias internas e solicitar auditorias externas;
 - IV - autorizar a contratação de pessoas para o preenchimento de cargos em comissão nas Diretorias e Gerências, após avaliação e aprovação da Direção-Geral;
 - V - autorizar a contratação de serviços profissionais de advocacia, nos casos judiciais de grande complexidade e de interesse comprovadamente motivado, e de outros serviços indispensáveis ao funcionamento do órgão, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - VI - representar o DETRAN/PA, ou fazer-se representar ativa ou passivamente em juízo ou administrativamente, por si próprio, por delegação ou por procuração, e as demais atribuições serão definidas em regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração e homologado pelo Governador do Estado;
 - Art. 7º São atribuições básicas do Diretor-Geral do DETRAN/PA:
 - I - representar o DETRAN/PA, ou fazer-se representar ativa ou passivamente em juízo ou administrativamente, em órgão de deliberação coletiva, em grupos de trabalho, em comissões e em discussões nacionais ou internacionais de interesse das atividades de trânsito;
 - II - exercer as funções político-institucionais e de coordenação geral da administração;
 - III - propor ao Conselho de Administração os planos e programas anuais ou plurianuais de trabalho, a proposta orçamentária e a programação financeira de desembolso do DETRAN/PA;
 - IV - praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
 - V - expedir atos administrativos de caráter normativo sobre assuntos de sua competência;
 - VI - aprovar a política de recursos humanos no âmbito do DETRAN/PA, assim como aplicar a legislação de pessoal aos servidores subordinados, inclusive no interesse da ética e da disciplina;
 - VII - aprovar acordos, ajustes, convênios e contratos para a realização de estudos, pesquisas, serviços, compras e obras e de interesse exclusivo do DETRAN/PA, assim como ratificar os atos de dispensa e os de reconhecimento de situação de inexistência de licitação;
 - Art. 8º As Diretorias Regionais do Nível de Gerenciamento Regionalizado e Operacional são unidades administrativas com competência para o planejamento, controle e execução administrativa e orçamentário-financeira no âmbito de sua circunscrição, até o limite de tomada de preços, cabendo-lhes o planejamento, o controle, a fiscalização, a execução e a avaliação das atividades de trânsito, como previsto no Código de Trânsito Brasileiro e nesta Lei, dentro de suas respectivas regiões administrativas;
 - Art. 9º As Gerências Regionais são unidades administrativas cuja competência é restrita ao planejamento, controle, fiscalização, execução e avaliação das atividades de trânsito, como previsto no Código de Trânsito Brasileiro e nesta Lei, dentro de suas respectivas regiões administrativas;
 - Art. 10. As Agências são caracterizadas como unidades administrativas com competência restrita à execução de atividades de vistoria, registro de veículos e atendimento inicial, e apoio aos serviços de habilitação;
 - Art. 11. As Diretorias e as Gerências Regionais serão distribuídas em 3 (três) níveis:
 - a) Nível I - com frota registrada na sua circunscrição superior a 40.000 veículos;
 - b) Nível II - com frota registrada na sua circunscrição entre 5.000 até 39.999 veículos;
 - c) Nível III - com frota registrada na sua circunscrição entre 1.500 até 4.999 veículos.
- Parágrafo único. Em caráter excepcional, poderão ser criadas, mediante resolução do Conselho de Administração, novas Diretorias e Gerências Regionais, para atender interesses estratégicos do Estado.
- Art. 12. São 13 (treze) as regiões administrativas do DETRAN/PA, com sede nos Municípios de Belém, Santarém, Abaetetuba, Castanhal, Capangama, Paragominas, Marabá, Tucuruí, Redenção, Xinguba, Itaituba, Altamira e Parauapebas.
- § 1º A circunscrição das regiões administrativas de que trata o caput será estabelecida por decreto do Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Art. 3º A organização do DETRAN/PA está estruturada em 4 (quatro) níveis hierárquicos de gestão:
- I - Nível de Gestão Estratégica e Atuação Colegiada;
 - II - Nível de Assessoramento Superior;
 - III - Nível de Gestão Corporativa;
 - IV - Nível de Gerenciamento Regionalizado e Operacional.
- § 1º Nível de Gestão Estratégica e Atuação Colegiada, representado pelo Conselho de Administração e pela Direção-Geral, com as funções político-institucionais e de coordenação geral da administração, tem por finalidade estabelecer as diretrizes gerais, deliberar sobre a execução das políticas públicas e ações estratégicas do órgão, e ainda atuar como instância superior na articulação da gestão estratégica.
- § 2º Nível de Assessoramento Superior, constituído pelas unidades com as funções de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral, no desempenho do exercício de suas atividades institucionais.
- § 3º Nível de Gestão Corporativa, compreende as unidades com as funções de coordenação, orientação, supervisão, avaliação e/ou execução das atividades de

infra-estrutura, suporte operacional e assessoramento corporativo às demais unidades administrativas do órgão.

§ 4º O Nível de Gerenciamento Regionalizado e Operacional é constituído de unidades com as funções de planejamento, coordenação, controle, fiscalização, execução, acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades de trânsito, em regiões delimitadas nesta Lei e nos limites de sua competência legal e regulamentar.

Art. 4º A estrutura organizacional do DETRAN/PA compõe-se das seguintes unidades administrativas macro:

- I - Conselho de Administração;
- II - Diretor-Geral;
- III - Unidades de Assessoramento;
- IV - Unidades de Gestão;
- V - Diretorias e/ou Gerências Regionais.

Art. 5º O Conselho de Administração do DETRAN/PA, unidade administrativa de deliberação colegiada, tem por finalidade deliberar sobre as políticas, as diretrizes, as normas e as ações de competência da Autarquia.

§ 1º O Conselho de Administração será constituído de 4 (quatro) membros, nomeados pelo Governador do Estado, com a seguinte composição: Secretário Especial de Estado de Defesa Social, como presidente; Secretário Especial de Estado de Gestão ou seu representante, que será seu vice-presidente; Diretor-Geral do DETRAN/PA; Diretor-Geral da Agência Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Estado do Pará.

§ 2º É privativo do Conselho de Administração:

- I - estabelecer as Diretorias e Gerências e seus respectivos níveis por região;
- II - autorizar a alienação de bens inservíveis;
- III - determinar auditorias internas e solicitar auditorias externas;
- IV - autorizar a contratação de pessoas para o preenchimento de cargos em comissão nas Diretorias e Gerências, após avaliação e aprovação da Direção-Geral;
- V - autorizar a contratação de serviços profissionais de advocacia, nos casos judiciais de grande complexidade e de interesse comprovadamente motivado, e de outros serviços indispensáveis ao funcionamento do órgão, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 6º O Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA será dirigido pelo Diretor-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, que o representará ativa e passivamente em juízo ou administrativamente, por si próprio, por delegação ou por procuração, e as demais atribuições serão definidas em regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração e homologado pelo Governador do Estado.

Art. 7º São atribuições básicas do Diretor-Geral do DETRAN/PA:

- I - representar o DETRAN/PA, ou fazer-se representar ativa ou passivamente em juízo ou administrativamente, em órgão de deliberação coletiva, em grupos de trabalho, em comissões e em discussões nacionais ou internacionais de interesse das atividades de trânsito;
- II - exercer as funções político-institucionais e de coordenação geral da administração;
- III - propor ao Conselho de Administração os planos e programas anuais ou plurianuais de trabalho, a proposta orçamentária e a programação financeira de desembolso do DETRAN/PA;
- IV - praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- V - expedir atos administrativos de caráter normativo sobre assuntos de sua competência;
- VI - aprovar a política de recursos humanos no âmbito do DETRAN/PA, assim como aplicar a legislação de pessoal aos servidores subordinados, inclusive no interesse da ética e da disciplina;
- VII - aprovar acordos, ajustes, convênios e contratos para a realização de estudos, pesquisas, serviços, compras e obras e de interesse exclusivo do DETRAN/PA, assim como ratificar os atos de dispensa e os de reconhecimento de situação de inexistência de licitação;

Art. 8º As Diretorias Regionais do Nível de Gerenciamento Regionalizado e Operacional são unidades administrativas com competência para o planejamento, controle e execução administrativa e orçamentário-financeira no âmbito de sua circunscrição, até o limite de tomada de preços, cabendo-lhes o planejamento, o controle, a fiscalização, a execução e a avaliação das atividades de trânsito, como previsto no Código de Trânsito Brasileiro e nesta Lei, dentro de suas respectivas regiões administrativas.

Art. 9º As Gerências Regionais são unidades administrativas cuja competência é restrita ao planejamento, controle, fiscalização, execução e avaliação das atividades de trânsito, como previsto no Código de Trânsito Brasileiro e nesta Lei, dentro de suas respectivas regiões administrativas.

Art. 10. As Agências são caracterizadas como unidades administrativas com competência restrita à execução de atividades de vistoria, registro de veículos e atendimento inicial, e apoio aos serviços de habilitação.

Art. 11. As Diretorias e as Gerências Regionais serão distribuídas em 3 (três) níveis:

- a) Nível I - com frota registrada na sua circunscrição superior a 40.000 veículos;
- b) Nível II - com frota registrada na sua circunscrição entre 5.000 até 39.999 veículos;
- c) Nível III - com frota registrada na sua circunscrição entre 1.500 até 4.999 veículos.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, poderão ser criadas, mediante resolução do Conselho de Administração, novas Diretorias e Gerências Regionais, para atender interesses estratégicos do Estado.

Art. 12. São 13 (treze) as regiões administrativas do DETRAN/PA, com sede nos Municípios de Belém, Santarém, Abaetetuba, Castanhal, Capangama, Paragominas, Marabá, Tucuruí, Redenção, Xinguba, Itaituba, Altamira e Parauapebas.

§ 1º A circunscrição das regiões administrativas de que trata o caput será estabelecida por decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Para o estabelecimento de Diretorias e Gerências e seus respectivos níveis por região administrativa, o Conselho de Administração deverá considerar:

- a) a frota registrada na circunscrição regional;
 - b) a capacidade técnica e gerencial na unidade.
- § 3º A soma total dos cargos de Diretor e Gerente Regional preenchidos não poderá ultrapassar o número total das regiões administrativas.

CAPÍTULO II

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 13. O quadro de pessoal do DETRAN/PA é constituído de cargos e funções públicas de provimento efetivo e de cargos de provimento em comissão, sob o regime da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, aplicando-se-lhes as disposições constantes na referida norma.

Art. 14. Ficam criados no quadro de pessoal do DETRAN/PA os cargos públicos de provimento efetivo e de provimento em comissão, de conformidade com os Anexos I e II desta Lei.

Art. 15. O ingresso nos cargos públicos de provimento efetivo de que trata esta Lei far-se-á no padrão inicial e na forma do disposto na Constituição Federal e na Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

Art. 16. O desenvolvimento do servidor nos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 14 desta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, cujos critérios definidores dependerão de aprovação de lei específica sobre a matéria.

Art. 17. Fica criado o cargo de Procurador Autárquico do DETRAN/PA, com a remuneração constante do Anexo IV desta Lei.

Art. 18. É de competência do Diretor-Geral a nomeação e exoneração de servidores para o quadro permanente de pessoal e para os cargos de provimento em comissão do DETRAN/PA.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

SEÇÃO I

DO PATRIMÔNIO

Art. 19. Constituem patrimônio do DETRAN/PA:

- I - os bens imóveis, bem como os bens móveis, instalações e equipamentos destinados ao seu funcionamento;
 - II - os bens de qualquer natureza que forem adquiridos ou produzidos pela Autarquia no período de seu funcionamento, ou ainda os que forem doados ou legados;
 - III - os bens de qualquer natureza resultantes das aplicações patrimoniais que realizar com receitas previstas nesta Lei;
 - IV - os direitos e créditos que tenham como beneficiário a Autarquia.
- Parágrafo único. Os bens patrimoniais do DETRAN/PA serão aplicados, exclusivamente, na consecução de seus objetivos operacionais, revertendo, em caso de extinção, ao patrimônio do Estado do Pará.

SEÇÃO II

DOS RECURSOS

Art. 20. Constituem receitas do DETRAN/PA, os recursos provenientes de:

- I - dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Estado, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;
- II - receitas operacionais decorrentes da prestação de seus serviços;
- III - receitas provenientes da arrecadação de multas decorrentes de infrações de trânsito na área de sua jurisdição;
- IV - auxílio financeiro, doação, legado, contribuição ou subvenção que lhe forem concedidos e outros recursos que lhe forem destinados;
- V - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas;
- VI - aplicações financeiras e rendimentos de capital;
- VII - cessão de uso de propriedades intelectuais;
- VIII - outras receitas.

Art. 21. As receitas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará serão por este diretamente arrecadadas e aplicadas em seus serviços e investimentos, de acordo com o orçamento anual aprovado.

Art. 22. O Departamento de Trânsito do Estado do Pará disporá de contabilidade própria, organizada de acordo com as exigências legais pertinentes à contabilidade pública, para registrar o movimento orçamentário, contábil, financeiro e patrimonial, consolidado mensal e anualmente em balancetes e no balanço geral, que servirão inclusive para incorporação à contabilidade geral do Estado.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. A representação judicial do Departamento de Trânsito do Estado do Pará ficará a cargo da Procuradoria Jurídica, na pessoa dos Procuradores, que possuem a titularidade da representação, podendo, nos casos judiciais de grande complexidade e de interesse comprovadamente motivado, contratar serviços profissionais de advocacia, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 24. Ao Departamento de Trânsito do Estado do Pará, que possui privilégios e prerrogativas próprias de Estado, ficam assegurados os privilégios processuais, a impenhorabilidade de seus bens e a imunidade tributária relativa aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, reconhecidos pelas leis aos entes públicos.

Art. 25. Ficam repositicionados, no quadro de cargos de provimento efetivo previsto no Anexo I desta Lei, os servidores do quadro de funções permanentes do DETRAN/PA, de conformidade com a tabela de correlação do Anexo VI.

§ 1º O repositicionamento dos servidores de que trata o caput far-se-á com base nas atividades desenvolvidas pelos mesmos até a data de promulgação da presente Lei.

§ 2º Será respeitado, no repositicionamento na tabela remuneratória, o padrão salarial do servidor em que se encontra atualmente.

§ 3º A formalização do repositicionamento será feita mediante portaria do Diretor-Geral, registrada pela Secretaria Executiva de Estado de Administração.

Art. 26. As atuais Ciretrans continuarão funcionando normalmente, até que sejam implantadas as Diretorias e/ou Gerências Regionais, ficando automaticamente extintas, com seus respectivos cargos em comissão, quando essa mudança se concretizar.

Parágrafo único. Enquanto não se processar a mudança de que trata o caput deste artigo, os novos cargos em comissão das Diretorias e/ou Gerências Regionais não poderão, sob qualquer hipótese, ser providos, incorrendo o dirigente do DETRAN/PA, em caso de desobediência, em crime de improbidade administrativa, nos termos do art. 9º, inciso V, da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, combinado com o art. 26 da Constituição do Estado.

Art. 27. A competência das unidades orgânicas criadas dentro dos níveis hierárquicos previstos nesta Lei, a organização e o funcionamento de todas as unidades, assim como as atribuições e responsabilidades das chefias serão disciplinadas por regimento interno, a ser apresentado no prazo de 120 (cento e vinte) dias ao Conselho de Administração, que o encaminhará, após deliberação, ao Governador do Estado para homologação.

Art. 28. Por proposta do Diretor-Geral, o Conselho de Administração poderá proceder a alterações no regimento interno, submetendo-as posteriormente à homologação do Governador do Estado.

§ 1º O regimento interno e quaisquer alterações que nele sejam feitas respeitarão sempre os limites quantitativos e os níveis estabelecidos nesta Lei para os quadros de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão.

§ 2º O regimento interno e quaisquer alterações que nele sejam feitas contemplarão, com prioridade, as atividades de atenção direta ao usuário na aplicação de recursos humanos e materiais."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO	
DENOMINAÇÃO DO CARGO PÚBLICO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	22
Agente de Trânsito	186
Auxiliar de Serviços	63
Técnico Administrativo	56
Assistente Técnico	416
Procurador	12
TOTAL	755

QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO	
GABINETE	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Assistente Técnico	03
Auxiliar de Serviços	01
PLANEJAMENTO	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	14
Técnico de Trânsito	02
Assistente Técnico	05
Auxiliar de Serviços	01
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Assistente Técnico	02
Auxiliar de Serviços	01
SUPORTE OPERACIONAL	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	06
Assistente Técnico	38
Auxiliar de Serviços	01
PROCURADORIA JURÍDICA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Procurador	08
Assistente Técnico	08
Auxiliar de Serviços	01
RECURSOS HUMANOS	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	09
Assistente Técnico	09
Auxiliar de Serviços	02
LOGÍSTICA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	06
Assistente Técnico	09
Auxiliar de Serviços	02
FINANÇAS E CONTABILIDADE	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	06
Assistente Técnico	12
Auxiliar de Serviços	01

DIRETORIA REGIONAL DE BELÉM	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	08
Agente de Trânsito	66
Técnico Administrativo	06
Assistente Técnico	75
Procurador	01
Auxiliar de Serviços	04
DIRETORIA REGIONAL DE ABAETETUBA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	10
Assistente Técnico	27
Auxiliar de Serviços	05
DIRETORIA REGIONAL DE CASTANHAL	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	04
Agente de Trânsito	17
Assistente Técnico	01
Procurador	03
Técnico Administrativo	03
Assistente Técnico	32
Auxiliar de Serviços	06
DIRETORIA REGIONAL DE CAPANEMA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	08
Assistente Técnico	19
Auxiliar de Serviços	04
DIRETORIA REGIONAL DE PARAGOMINAS	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	07
Assistente Técnico	24
Auxiliar de Serviços	03
DIRETORIA REGIONAL DE MARABÁ	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	04
Agente de Trânsito	18
Técnico Administrativo	03
Procurador	01
Assistente Técnico	36
Auxiliar de Serviços	05
DIRETORIA REGIONAL DE TUCURUI	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	04
Assistente Técnico	07
Auxiliar de Serviços	02
DIRETORIA REGIONAL DE REDENÇÃO	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	10
Assistente Técnico	20
Auxiliar de Serviços	04
DIRETORIA REGIONAL DE XINGUARA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	06
Assistente Técnico	11
Auxiliar de Serviços	03
DIRETORIA REGIONAL DE SANTARÉM	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	04
Agente de Trânsito	21
Técnico Administrativo	03
Procurador	01
Assistente Técnico	40
Auxiliar de Serviços	08
DIRETORIA REGIONAL DE ITAITUBA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	04
Assistente Técnico	08
Auxiliar de Serviços	02
DIRETORIA REGIONAL DE ALTAMIRA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	09
Assistente Técnico	19
Auxiliar de Serviços	04
DIRETORIA REGIONAL DE PARAUPEBAS	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	06
Assistente Técnico	12
Auxiliar de Serviços	03

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Assessor I	05	GEP-DAS-012.4
Assessor II	19	GEP-DAS-012.3
Auditor de Informática	01	GEP-DAS-011.3
Chefe de Gabinete	01	GEP-DAS-012.4
Consultor de Informática	01	GEP-DAS-011.3
Coordenador	05	GEP-DAS-011.4
Diretor Geral	01	GEP-DAS-011.6
Diretor de Planejamento	01	GEP-DAS-011.5
Diretor Regional I	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional I	01	GEP-DAS-011.4
Diretor Regional II	03	GEP-DAS-011.4
Gerente Regional II	03	GEP-DAS-011.3
Diretor Regional III	09	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional III	09	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência II	15	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência I	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Agência III	35	GEP-DAS-011.1
Gerente de Educação e Engenharia	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização I	03	GEP-DAS-011.5
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização II	09	GEP-DAS-011.2
Gerente de Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Exames	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Vitória	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Exames e Vitória I	03	GEP-DAS-011.5
Gerente de Exames e Vitória II	09	GEP-DAS-011.2
Gerente de Núcleo	15	GEP-DAS-011.3
Subgerente	02	GEP-DAS-011.2
Gerente de Projeto	05	GEP-DAS-011.3
Gerente do NAF I	02	GEP-DAS-011.4
Gerente do NAF II	03	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	04	GEP-DAS-011.5
Procurador-Chefe	01	GEP-DAS-011.5
Secretário de Coordenação	07	GEP-DAS-012.1
Secretário de Diretoria Regional	13	GEP-DAS-012.1
Secretário de Gabinete	02	GEP-DAS-012.2

QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GABINETE		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor-Geral	01	GEP-DAS-011.6
Chefe de Gabinete	01	GEP-DAS-012.4
Assessor I	08	GEP-DAS-012.4
Assessor II	19	GEP-DAS-012.3
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.4
Secretário de Gabinete	02	GEP-DAS-012.2
PLANEJAMENTO		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor de Planejamento	01	GEP-DAS-011.5
Secretário da Unidade	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Projeto	05	GEP-DAS-011.3
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Tecnologia da Informação	01	GEP-DAS-011.4
Consultor de Informática	01	GEP-DAS-012.3
Auditor de Informática	01	GEP-DAS-012.3
Secretário de Coordenação	01	GEP-DAS-012.1
SUPORTE OPERACIONAL		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Suporte Operacional	01	GEP-DAS-011.4
Secretário da Coordenação	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3
PROCURADORIA JURÍDICA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Procurador-Chefe	01	GEP-DAS-011.5
Secretário da Procuradoria	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3
Subgerente	02	GEP-DAS-011.2

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

DIÁRIO OFICIAL

RECURSOS HUMANOS		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Recursos Humanos	01	GEP-DAS-011.4
Secretário da Coordenação	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3

LOGÍSTICA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Logística	01	GEP-DAS-011.4
Secretário da Coordenação	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3

FINANÇAS E CONTABILIDADE		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Finanças e Contabilidade	01	GEP-DAS-011.4
Secretário da Coordenação	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE BELÉM		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Belém	01	GEP-DAS-011.4
Gerente Regional de Belém	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Agência II	03	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação e Engenharia	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Exames	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Vistoria	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	01	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE ABAETETUBA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Abaetetuba	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Abaetetuba	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	03	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE CASTANHAL		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Castanhal	01	GEP-DAS-011.4
Gerente Regional de Castanhal	01	GEP-DAS-011.3
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	04	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	01	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE CAPANEMA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Capanema	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Capanema	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	02	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE PARAGOMINAS		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Paragominas	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Paragominas	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	01	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE MARABÁ		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Marabá	01	GEP-DAS-011.4
Gerente Regional de Marabá	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.3
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	03	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	01	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE TUCURUI		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Tucuruí	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Tucuruí	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE REDENÇÃO		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Redenção	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Redenção	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	02	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE XINGUARA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Xingua	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Xingua	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	01	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE SANTARÉM		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Santarém	01	GEP-DAS-011.4
Gerente Regional de Santarém	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.3
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	06	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	01	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE ITAITUBA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Itaituba	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Itaituba	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE ALTAMIRA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Altamira	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Altamira	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	02	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE PARAUAPEBAS		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Parauapebas	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Parauapebas	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	01	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

QUADRO CONSOLIDADO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
CÓDIGO/PADRÃO DO CARGO	QUANTIDADE	
GEP-DAS-1	45	
GEP-DAS-2	46	
GEP-DAS-3	71	
GEP-DAS-4	30	
GEP-DAS-5	03	
GEP-DAS-6	01	
TOTAL DE CARGOS	186	

ANEXO III TABELA REMUNERATÓRIA DOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	PADRÕES REMUNERATÓRIOS						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
Técnico de Trânsito	296,75	326,43	359,08	394,99	434,49	477,94	525,74
Agente de Trânsito	254,10	279,51	307,47	338,22	372,05	409,26	450,19
Técnico Administrativo	296,75	326,43	359,08	394,99	434,49	477,94	525,74
Assistente Técnico	231,00	254,10	279,51	307,47	338,22	372,05	409,26
Auxiliar de Serviços	210,00	231,00	254,10	279,51	307,47	338,22	372,05

ANEXO IV TABELA REMUNERATÓRIA DOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	PADRÃO REMUNERATÓRIO
PROCURADOR AUTÁRQUICO	Vencimento 1.288,53 - GNS - 1.030,80

ANEXO V ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO

- I - cargo: técnico de trânsito
- 1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:
Realizar as atribuições que lhe forem cominadas para a execução de ações garantidoras da segurança do trânsito, envolvendo planejamento, execução, projetos, campanhas, fiscalização, cursos e pareceres, tanto em relação a estruturas físicas como a pessoas.
- 2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
2.1 - Escolaridade: ensino superior completo.
2.2 - Experiência: 2 (dois) anos em atividades de trânsito relacionadas à gestão e operacionalização de trânsito.
2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas ou de provas e títulos.
- II - CARGO: AGENTE DE TRÂNSITO
- 1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:
Realizar as atribuições que lhe forem cominadas na fiscalização de veículos e documentos e no apoio às ações desenvolvidas pelos técnicos de trânsito.
- 2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
2.1 - Escolaridade: ensino médio completo.
2.2 - Experiência: curso de examinador de trânsito, além da Carteira Nacional de Habilitação, categoria "B", com no mínimo 2 (dois) anos de habilitação (para as funções de examinador e agente de fiscalização).
2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas.
- III - CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
- 1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:
Realizar as atividades que lhe forem cominadas nas áreas de planejamento, administração, recursos humanos, orçamento e finanças, informática e contabilidade, envolvendo planejamento, organização, controle e desenvolvimento de ações.
- 2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
2.1 - Escolaridade: ensino superior completo.
2.2 - Experiência: 2 (dois) anos de experiência em uma das áreas da administração geral.
2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas ou de provas e títulos.
- IV - CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS
- 1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:
Executar serviços gerais, internos ou externos, de natureza operacional ou administrativa.
- 2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
2.1 - Escolaridade: ensino fundamental completo.
2.2 - Experiência:
2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas.
- V - CARGO: PROCURADOR AUTÁRQUICO
- 1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

Representar judicialmente o órgão e executar serviços jurídicos necessários ao funcionamento da Autarquia.

2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

2.1 - Escolaridade: ensino superior completo em Direito.

2.2 - Experiência: 2 (dois) anos de advocacia ou 2 (dois) anos de serviço público no ramo do Direito.

2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas ou de provas e títulos.

VI - CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO

1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

Realizar as atividades que lhe forem cominadas em apoio nas áreas de planejamento, administração, orçamento e finanças, informática, contabilidade e atendimento ao público.

2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

2.1 - Escolaridade: ensino médio completo.

2.2 - Experiência: 2 (dois) anos de experiência de trabalho.

2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas.

ANEXO VI

TABELA DE CORRELAÇÃO

DE (FUNÇÃO)	PARA (CARGO)
Técnico	Procurador Autárquico
Técnico, Burocrata	Técnico de Trânsito
Auxiliar de Serviços Gerais, Assistente de Administração, Auxiliar de Administração, Agente de Saúde, Agente Administrativo, Burocrata, Auxiliar Técnico, Assistente Técnico, Burocrata, Motorista, Técnico de Contabilidade	Agente de Trânsito
Técnico, Burocrata	Técnico Administrativo
Auxiliar Técnico, Assistente Técnico, Auxiliar de Serviços Gerais, Assistente de Administração, Auxiliar de Administração, Agente Administrativo, Burocrata, Motorista, Agente de Saúde, Técnico de Contabilidade	Assistente Técnico
Auxiliar Técnico, Assistente Técnico, Auxiliar de Serviços Gerais, Assistente de Administração, Auxiliar de Administração, Agente Administrativo, Burocrata, Motorista.	Auxiliar de Serviços

LEI Nº 6.064, DE 25 DE JULHO 1997.*

Dispõe sobre a organização do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO

DO PARÁ

SEÇÃO I

DA NATUREZA E FINALIDADE NR

Art. 1º O Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, órgão executivo integrante do Sistema Nacional de Trânsito, criado pela Lei nº 4.444, de 20 de dezembro de 1972, é uma autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, integrante do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará e vinculada à Secretaria Especial de Estado de Defesa Social, tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades, além de outras atividades de trânsito, de conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro. NR

SEÇÃO II

DAS FUNÇÕES BÁSICAS NR

Art. 2º - São funções básicas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará:

- cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
- realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento e reciclagem de condutores e expedir Licença de Aprendizagem, permissão para dirigir e Carteira Nacional de Habilitação;
- visitar, registrar, emplacar, selar a placa e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e Licenciamento Anual;
- estabelecer, em conjunto com a Polícia Militar, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
- executar a fiscalização de trânsito, autuar, aplicar as penalidades por infrações e medidas administrativas cabíveis, notificando os infratores e arrecadando as multas que forem aplicadas pelas penalidades nas áreas urbanas e rural, relativas a:
 - condições físicas e psíquicas dos condutores;
 - normas de direção do veículo;
 - documento de habilitação dos condutores;
 - direção perigosa ou abusiva;
 - envolvimento em acidente de trânsito;
 - disputa de corridas;
 - condução de crianças e escolares;
 - uso de luzes, buzinas, som e alarme;
 - regularização e documentação dos veículos;

II - estado de conservação e segurança dos veículos;

VI - supervisionar o controle de aprendizagem para conduzir veículos automotores;

VII - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas dos órgãos ambientais locais, quando solicitado;

VIII - fazer o controle e análise de estatística;

IX - arrecadar valores provenientes de estado e remoção de veículos e objetos; NR

X - comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação; NR

XI - credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do CONTRAN; NR

XII - implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito; NR

XIII - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN; NR

XIV - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação; NR

XV - fornecer aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais os dados cadastrais dos veículos registrados e dos condutores habilitados, para fins de imposição e notificação de penalidades e de arrecadação de multas nas áreas de suas competências; NR

XVI - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN; NR

XVII - exercer outras atividades de trânsito que vierem a ser delegadas; NR

XVIII - articular-se com os demais órgãos do Sistema de Segurança Pública do Estado. NR

SEÇÃO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL NR

Art. 3º A organização do DETRAN/PA está estruturada em 4 (quatro) níveis hierárquicos de gestão: NR

I - Nível de Gestão Estratégica e Atuação Colegiada; NR

II - Nível de Assessoramento Superior; NR

III - Nível de Gestão Corporativa; NR

IV - Nível de Gerenciamento Regionalizado e Operacional. NR

§ 1º Nível de Gestão Estratégica e Atuação Colegiada, representado pelo Conselho de Administração é pela Direção-Geral, com as funções político-institucionais e de coordenação geral da administração, tem por finalidade estabelecer as diretrizes gerais, deliberar sobre a execução das políticas públicas e ações estratégicas do órgão, e ainda atuar como instância superior na articulação da gestão estratégica. NR

§ 2º Nível de Assessoramento Superior, constituído pelas unidades com as funções de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral, no desempenho do exercício de suas atividades institucionais. NR

§ 3º Nível de Gestão Corporativa, compreende as unidades com as funções de coordenação, orientação, supervisão, avaliação e/ou execução das atividades de infra-estrutura, suporte operacional e assessoramento corporativo às demais unidades administrativas do órgão. NR

§ 4º O Nível de Gerenciamento Regionalizado e Operacional é constituído de unidades com as funções de planejamento, coordenação, controle, fiscalização, execução, acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades de trânsito, em regiões definidas nesta Lei e nos limites de sua competência legal e regulamentar. NR

Art. 4º A estrutura organizacional do DETRAN/PA compõe-se das seguintes unidades administrativas macro: NR

I - Conselho de Administração; NR

II - Diretor-Geral; NR

III - Unidades de Assessoramento; NR

IV - Unidades de Gestão; NR

V - Diretorias e/ou Gerências Regionais. NR

Art. 5º O Conselho de Administração do DETRAN/PA, unidade administrativa de deliberação colegiada, tem por finalidade deliberar sobre as políticas, as diretrizes, as normas e as ações de competência da Autarquia. NR

§ 1º O Conselho de Administração será constituído de 4 (quatro) membros, nomeados pelo Governador do Estado, com a seguinte composição: Secretário Especial de Estado de Defesa Social, como presidente; Secretário Especial de Estado de Gestão ou seu representante, que será seu vice-presidente; Diretor-Geral do DETRAN/PA; Diretor-Geral da Agência Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Estado do Pará. NR

§ 2º É privativo do Conselho de Administração: NR

I - estabelecer as Diretorias e Gerências e seus respectivos níveis por região; NR

II - autorizar a alienação de bens inservíveis; NR

III - determinar auditorias internas e solicitar auditorias externas; NR

IV - autorizar a contratação de pessoas para o preenchimento de cargos em comissão nas Diretorias e Gerências, após avaliação e aprovação da Direção-Geral; NR

V - autorizar a contratação de serviços profissionais de advocacia, nos casos judiciais de grande complexidade e de interesse comprovadamente motivado, e de outros serviços indispensáveis ao funcionamento do órgão, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. NR

Art. 6º O Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA será dirigido pelo Diretor-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, que o representará ativa e passivamente em juízo ou administrativamente, por si próprio, por delegação ou por procuração, e as demais atribuições serão definidas em regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração e homologado pelo Governador do Estado. NR

Art. 7º São atribuições básicas do Diretor-Geral do DETRAN/PA: NR

I - representar o DETRAN/PA, ou fazer-se representar ativa ou passivamente em juízo ou administrativamente, em órgão de deliberação coletiva, em grupos de trabalho, em comissões e em discussões nacionais ou internacionais de interesse das atividades de trânsito; NR

II - exercer as funções político-institucionais e de coordenação geral da administração;

III - propor ao Conselho de Administração os planos e programas anuais ou plurianuais de trabalho, a proposta orçamentária e a programação financeira de desembolso do DETRAN/PA; NR

IV - praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial; NR

V - expedir atos administrativos de caráter normativo sobre assuntos de sua competência; NR

VI - aprovar a política de recursos humanos no âmbito do DETRAN/PA, assim como aplicar a legislação de pessoal aos servidores subordinados, inclusive no interesse da ética e da disciplina; NR

VII - aprovar acordos, ajustes, convênios e contratos para a realização de estudos, pesquisas, serviços, compras e obras de interesse exclusivo do DETRAN/PA, assim como ratificar os atos de dispensa e os de reconhecimento de situação de inexistibilidade de licitação. NR

Art. 8º As Diretorias Regionais do Nível de Gerenciamento Regionalizado e Operacional são unidades administrativas com competência para o planejamento, controle e execução administrativa e orçamentário-financeira no âmbito de sua circunscrição, até o limite de tomada de preços, cabendo-lhes o planejamento, o controle, a fiscalização, a execução e a avaliação das atividades de trânsito, como previsto no Código de Trânsito Brasileiro e nesta Lei, dentro de suas respectivas regiões administrativas. NR

Art. 9º As Gerências Regionais são unidades administrativas cuja competência é restrita ao planejamento, controle, fiscalização, execução e avaliação das atividades de trânsito, como previsto no Código de Trânsito Brasileiro e nesta Lei, dentro de suas respectivas regiões administrativas. NR

Art. 10. As Agências são caracterizadas como unidades administrativas com competência restrita à execução de atividades de vistoria, registro de veículos e atendimento inicial, e apoio aos serviços de habilitação. NR

Art. 11. As Diretorias e as Gerências Regionais serão distribuídas em 3 (três) níveis: NR

a) Nível I - com frota registrada na sua circunscrição superior a 40.000 veículos; NR

b) Nível II - com frota registrada na sua circunscrição entre 5.000 até 39.999 veículos; NR

c) Nível III - com frota registrada na sua circunscrição entre 1.500 até 4.999 veículos. NR

Parágrafo único. Em caráter excepcional, poderão ser criadas, mediante resolução do Conselho de Administração, novas Diretorias e Gerências Regionais, para atender interesses estratégicos do Estado. NR

Art. 12. São 13 (treze) as regiões administrativas do DETRAN/PA, com sede nos Municípios de Belém, Santarém, Abaetetuba, Castanhal, Capanema, Paragominas, Marabá, Tucuruí, Redenção, Xinguara, Itaituba, Altamira e Parauapebas. NR

§ 1º A circunscrição das regiões administrativas de que trata o caput será estabelecida por decreto do Chefe do Poder Executivo. NR

§ 2º Para o estabelecimento de Diretorias e Gerências e seus respectivos níveis por região administrativa, o Conselho de Administração deverá considerar: NR

a) a frota registrada na circunscrição regional; NR

b) a capacidade técnica e gerencial na unidade. NR

§ 3º A soma total dos cargos de Diretor e Gerente Regional preenchidos não poderá ultrapassar o número total das regiões administrativas. NR

CAPÍTULO II

DO QUADRO DE PESSOAL NR

Art. 13. O quadro de pessoal do DETRAN/PA é constituído de cargos e funções públicas de provimento efetivo e de cargos de provimento em comissão, sob o regime da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, aplicando-se-lhes as disposições constantes na referida norma. NR

Art. 14. Ficam criados no quadro de pessoal do DETRAN/PA os cargos públicos de provimento efetivo e de provimento em comissão, de conformidade com os Anexos I e II desta Lei. NR

Art. 15. O ingresso nos cargos públicos de provimento efetivo de que trata esta Lei far-se-á no padrão inicial e na forma do disposto na Constituição Federal e na Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. NR

Art. 16. O desenvolvimento do servidor nos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 14 desta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, cujos critérios definidores dependerão de aprovação de lei específica sobre a matéria. NR

Art. 17. Fica criado o cargo de Procurador Autárquico do DETRAN/PA, com a remuneração constante do Anexo IV desta Lei. NR

Art. 18. É de competência do Diretor-Geral a nomeação e exoneração de servidores para o quadro permanente de pessoal e para os cargos de provimento em comissão do DETRAN/PA. NR

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS NR

SEÇÃO I

DO PATRIMÔNIO NR

Art. 19. Constituem patrimônio do DETRAN/PA: NR

I - os bens imóveis, bem como os bens móveis, instalações e equipamentos destinados ao seu funcionamento; NR

II - os bens de qualquer natureza que forem adquiridos ou produzidos pela Autarquia no período de seu funcionamento, ou ainda os que forem doados ou legados; NR

III - os bens de qualquer natureza resultantes das aplicações patrimoniais que realizar com receitas previstas nesta Lei; NR

IV - os direitos e créditos que tenham como beneficiário a Autarquia; NR

Parágrafo único. Os bens patrimoniais do DETRAN/PA serão aplicados, exclusivamente, na consecução de seus objetivos operacionais, revertendo, em caso de extinção, ao patrimônio do Estado do Pará; NR

SEÇÃO II

DOS RECURSOS NR

Art. 20. Constituem receitas do DETRAN/PA, os recursos provenientes de: NR

I - dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Estado, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos; NR

II - receitas operacionais decorrentes da prestação de seus serviços; NR

III - receitas provenientes da arrecadação de multas decorrentes de infrações de trânsito na área de sua jurisdição; NR

IV - auxílio financeiro, doação, legado, contribuição ou subvenção que lhe forem concedidos e outros recursos que lhe forem destinados; NR

V - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas; NR

VI - aplicações financeiras e rendimentos de capital; NR

VII - cessão de uso de propriedades intelectuais; NR

VIII - outras receitas; NR

Art. 21. As receitas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará serão por este diretamente arrecadadas e aplicadas em seus serviços e investimentos, de acordo com o orçamento anual aprovado; NR

Art. 22. O Departamento de Trânsito do Estado do Pará disporá de contabilidade própria, organizada de acordo com as exigências legais pertinentes à contabilidade pública, para registrar o movimento orçamentário, contábil, financeiro e patrimonial, consolidado mensal e anualmente em balancetes e no balanço geral, que servirá inclusive para incorporação à contabilidade geral do Estado; NR

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS NR

Art. 23. A representação judicial do Departamento de Trânsito do Estado do Pará ficará a cargo da Procuradoria Jurídica, na pessoa dos Procuradores, que possuem a titularidade da representação, podendo, nos casos judiciais de grande complexidade e de interesse comprovadamente motivado, contratar serviços profissionais de advocacia, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; NR

Art. 24. Ao Departamento de Trânsito do Estado do Pará, que possui privilégios e prerrogativas próprias de Estado, ficam assegurados os privilégios processuais, a impenhorabilidade de seus bens e a imunidade tributária relativa aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, reconhecidos pelas leis aos entes públicos; NR

Art. 25. Ficam reposicionados, no quadro de cargos de provimento efetivo previsto no Anexo I desta Lei, os servidores do quadro de funções permanentes do DETRAN/PA, de conformidade com a tabela de correlação do Anexo VI; NR

§ 1º O reposicionamento dos servidores de que trata o caput far-se-á com base nas atividades desenvolvidas pelos mesmos até a data de promulgação da presente Lei; NR

§ 2º Será respeitado, no reposicionamento na tabela remuneratória, o padrão salarial do servidor em que se encontra atualmente; NR

§ 3º A formalização do reposicionamento será feita mediante portaria do Diretor-Geral, registrada pela Secretaria Executiva de Estado de Administração; NR

Art. 26. As atuais Direções continuarão funcionando normalmente, até que sejam implantadas as Diretorias e/ou Gerências Regionais, ficando automaticamente extintas, com seus respectivos cargos em comissão, quando essa mudança se concretizar; NR

Parágrafo único. Enquanto não se processar a mudança de que trata o caput deste artigo, os novos cargos em comissão das Diretorias e/ou Gerências Regionais não poderão, sob qualquer hipótese, ser providos, incorrendo o dirigente do DETRAN/PA, em caso de desobediência, em crime de improbidade administrativa, nos termos do art. 9º, inciso V, da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, combinado com o art. 26 da Constituição do Estado; NR

Art. 27. A competência das unidades orgânicas criadas dentro dos níveis hierárquicos previstos nesta Lei, a organização e o funcionamento de todas as unidades, assim como as atribuições e responsabilidades das chefias serão disciplinadas por regimento interno, a ser apresentado no prazo de 120 (cento e vinte) dias ao Conselho de Administração, que o encaminhará, após deliberação, ao Governador do Estado para homologação; NR

Art. 28. Por proposta do Diretor-Geral, o Conselho de Administração poderá proceder a alterações no regimento interno, submetendo-as posteriormente à homologação do Governador do Estado; NR

§ 1º O regimento interno e quaisquer alterações que nele sejam feitas respeitarão sempre os limites quantitativos e os níveis estabelecidos nesta Lei para os quadros de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão; NR

§ 2º O regimento interno e quaisquer alterações que nele sejam feitas contemplarão, com prioridade, as atividades de atenção direta ao usuário na aplicação de recursos humanos e materiais; NR

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. São revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 25 de julho de 1997.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

Secretário de Estado de Segurança Pública

ANEXO I NR

QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO	
DENOMINAÇÃO DO CARGO PÚBLICO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	22
Agente de Trânsito	186
Auxiliar de Serviços	63
Técnico Administrativo	56
Assistente Técnico	416
Procurador	12
TOTAL	755

QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
GABINETE	
Assistente Técnico	03
Auxiliar de Serviços	01

PLANEJAMENTO	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	14
Técnico de Trânsito	02
Assistente Técnico	05
Auxiliar de Serviços	01

Tecnologia da Informação	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Assistente Técnico	02
Auxiliar de Serviços	01

SUPPORT OPERACIONAL	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	06
Assistente Técnico	38
Auxiliar de Serviços	01

PROCURADORIA JURÍDICA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Procurador	08
Assistente Técnico	08
Auxiliar de Serviços	01

RECURSOS HUMANOS	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	09
Assistente Técnico	09
Auxiliar de Serviços	02

LOGÍSTICA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	06
Assistente Técnico	09
Auxiliar de Serviços	02

FINANÇAS E CONTABILIDADE	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	06
Assistente Técnico	12
Auxiliar de Serviços	01

DIRETORIA REGIONAL DE BELÉM	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	08
Agente de Trânsito	66
Técnico Administrativo	06
Assistente Técnico	75
Procurador	01
Auxiliar de Serviços	04

DIRETORIA REGIONAL DE ABATETUBA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	10
Assistente Técnico	27
Auxiliar de Serviços	05

DIRETORIA REGIONAL DE CASTANHAL	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	04
Agente de Trânsito	17
Procurador	01
Técnico Administrativo	03
Assistente Técnico	32
Auxiliar de Serviços	06

DIRETORIA REGIONAL DE CAPANEMA	
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	08
Assistente Técnico	19
Auxiliar de Serviços	01

DIRETORIA REGIONAL DE PARAGOMINAS

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	07
Assistente Técnico	21
Auxiliar de Serviços	03

DIRETORIA REGIONAL DE MARABÁ

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	01
Agente de Trânsito	18
Técnico Administrativo	03
Procurador	01
Assistente Técnico	36
Auxiliar de Serviços	05

DIRETORIA REGIONAL DE TUCURUI

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	04
Assistente Técnico	07
Auxiliar de Serviços	02

DIRETORIA REGIONAL DE REDENÇÃO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	10
Assistente Técnico	21
Auxiliar de Serviços	04

DIRETORIA REGIONAL DE XINGUARA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	06
Assistente Técnico	11
Auxiliar de Serviços	03

DIRETORIA REGIONAL DE SANTARÉM

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico de Trânsito	04
Agente de Trânsito	21
Técnico Administrativo	03
Procurador	01
Assistente Técnico	41
Auxiliar de Serviços	08

DIRETORIA REGIONAL DE ITAITUBA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	04
Assistente Técnico	08
Auxiliar de Serviços	02

DIRETORIA REGIONAL DE ALTAMIRA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	09
Assistente Técnico	19
Auxiliar de Serviços	04

DIRETORIA REGIONAL DE PARAUPEBAS

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente de Trânsito	06
Assistente Técnico	12
Auxiliar de Serviços	03

ANEXO II NR

QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Assessor I	08	GEP-DAS-012.4
Assessor II	19	GEP-DAS-012.3
Auditor de Informática	01	GEP-DAS-011.3
Chefe de Gabinete	01	GEP-DAS-012.4
Consultor de Informática	01	GEP-DAS-011.3
Coordenador	05	GEP-DAS-011.4
Diretor-Geral	01	GEP-DAS-011.6
Diretor de Planejamento	01	GEP-DAS-011.5
Diretor Regional I	01	GEP-DAS-011.4
Gerente Regional I	01	GEP-DAS-011.4
Diretor Regional II	03	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional II	03	GEP-DAS-011.3
Diretor Regional III	09	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional III	09	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência II	15	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência I	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Agência III	25	GEP-DAS-011.1
Gerente de Educação e Engenharia	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização I	03	GEP-DAS-011.3
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização II	09	GEP-DAS-011.2

INTERNET: www.ioepa.com.br

Biblioteca Pública "Arthur Viana"

Gerente de Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Exames	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Vistoria	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Exames e Vistoria I	03	GEP-DAS-011.3
Gerente de Exames e Vistoria II	09	GEP-DAS-011.2
Gerente de Núcleo	15	GEP-DAS-011.3
Subgerente	02	GEP-DAS-011.2
Gerente de Projeto	05	GEP-DAS-011.3
Gerente do NAF I	02	GEP-DAS-011.4
Gerente do NAF II	03	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	04	GEP-DAS-011.3
Procurador-Chefe	01	GEP-DAS-011.5
Secretário de Coordenação	07	GEP-DAS-012.1
Secretário de Diretoria Regional	13	GEP-DAS-012.1
Secretário de Gabinete	02	GEP-DAS-012.2

QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO GABINETE		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor-Geral	01	GEP-DAS-011.6
Chefe de Gabinete	01	GEP-DAS-012.4
Assessor I	08	GEP-DAS-012.4
Assessor II	19	GEP-DAS-012.3
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.4
Secretário de Gabinete	02	GEP-DAS-012.2

PLANEJAMENTO		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor de Planejamento	01	GEP-DAS-011.5
Secretário da Unidade	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Projeto	05	GEP-DAS-011.3

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Tecnologia da Informação	01	GEP-DAS-011.4
Consultor de Informática	01	GEP-DAS-012.3
Auditor de Informática	01	GEP-DAS-012.3
Secretário da Coordenação	01	GEP-DAS-012.1

SUPPORTO OPERACIONAL		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Suporte Operacional	01	GEP-DAS-011.4
Secretário da Coordenação	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3

PROCURADORIA JURÍDICA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Procurador-Chefe	01	GEP-DAS-011.5
Secretário da Procuradoria	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3
Subgerente	02	GEP-DAS-011.2

RECURSOS HUMANOS		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Recursos Humanos	01	GEP-DAS-011.4
Secretário da Coordenação	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3

LOGÍSTICA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Logística	01	GEP-DAS-011.4
Secretário da Coordenação	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3

FINANÇAS E CONTABILIDADE		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Coordenador de Finanças e Contabilidade	01	GEP-DAS-011.4
Secretário da Coordenação	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Núcleo	03	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE BELÉM		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Belém	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Belém	01	GEP-DAS-011.4
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.4
Gerente de Agência I	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Agência II	03	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação e Engenharia	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Exames	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Vistoria	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	01	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE ABAETETUBA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Abaetetuba	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Abaetetuba	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	03	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE CASTANHAL		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Castanhal	01	GEP-DAS-011.4
Gerente Regional de Castanhal	01	GEP-DAS-011.3
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	04	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	01	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE CAPANEMA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Capanema	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Capanema	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	02	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE PARAGOMINAS		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Paragominas	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Paragominas	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	01	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE MARABÁ		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Marabá	01	GEP-DAS-011.4
Gerente Regional de Marabá	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.3
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	03	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	01	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE TUCURUÍ		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Tucuruí	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Tucuruí	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE REDENÇÃO		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Redenção	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Redenção	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	02	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE XINGUARA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Xinguara	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Xinguara	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	01	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE SANTARÉM		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Santarém	01	GEP-DAS-011.4
Gerente Regional de Santarém	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do NAF	01	GEP-DAS-011.3
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	06	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.3
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.3
Gerente do Núcleo de Ouvidoria e Serv. Jurídicos	01	GEP-DAS-011.3

DIRETORIA REGIONAL DE ITAITUBA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Itaituba	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Itaituba	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE ALTAMIRA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Altamira	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Altamira	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	02	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

DIRETORIA REGIONAL DE PARAUAPEBAS		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	CÓDIGO/PADRÃO
Diretor Regional de Parauapebas	01	GEP-DAS-011.3
Gerente Regional de Parauapebas	01	GEP-DAS-011.2
Secretário da Diretoria Regional	01	GEP-DAS-012.1
Gerente de Agência II	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Agência III	01	GEP-DAS-011.1
Gerente de Exames e Vistoria	01	GEP-DAS-011.2
Gerente de Educação, Engenharia e Fiscalização	01	GEP-DAS-011.2

QUADRO CONSOLIDADO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
CÓDIGO/PADRÃO DO CARGO	QUANTIDADE	
GEP-DAS-1	45	
GEP-DAS-2	46	
GEP-DAS-3	71	
GEP-DAS-4	20	
GEP-DAS-5	03	
GEP-DAS-6	01	
TOTAL DE CARGOS	186	

ANEXO III - NR								
TABELA REMUNERATÓRIA DOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO								
CARGO	PADRÕES REMUNERATÓRIOS							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Técnico de Trânsito	296,75	326,43	359,08	394,99	434,49	477,94	525,74	578,32
Agente de Trânsito	254,10	279,51	307,47	338,22	372,05	409,26	450,19	492,70
Técnico Administrativo	296,75	326,43	359,08	394,99	434,49	477,94	525,74	578,32
Assistente Técnico	231,00	254,10	279,51	307,47	338,22	372,05	409,26	450,19
Auxiliar de Serviços	210,00	231,00	254,10	279,51	307,47	338,22	372,05	409,26

**ANEXO IV NR
TABELA REMUNERATÓRIA DOS CARGOS PÚBLICOS DE
PROVIMENTO EFETIVO**

CARGO	PADRÃO REMUNERATÓRIO
PROCURADOR AUTÁRQUICO	Vencimento 1.288,53 - GNS - 1.030,80

**ANEXO V NR
ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS PÚBLICOS
DE PROVIMENTO EFETIVO**

I - cargo: técnico de trânsito

1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

Realizar as atribuições que lhe forem cominadas para a execução de ações garantidoras da segurança do trânsito, envolvendo planejamento, execução, projetos, campanhas, fiscalização, cursos e pareceres, tanto em relação a estruturas físicas como a pessoas.

2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

2.1 - Escolaridade: ensino superior completo.
2.2 - Experiência: 2 (dois) anos em atividades de trânsito relacionadas à gestão e operacionalização de trânsito.

2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas ou de provas e títulos.

II - CARGO: AGENTE DE TRÂNSITO

1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

Realizar as atribuições que lhe forem cominadas na fiscalização de veículos e documentos e no apoio às ações desenvolvidas pelos técnicos de trânsito.

2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

2.1 - Escolaridade: ensino médio completo.
2.2 - Experiência: curso de examinador de trânsito, além da Carteira Nacional de Habilitação, categoria "B", com no mínimo 2 (dois) anos de habilitada (para as funções de examinador e agente de fiscalização).
2.2 - Forma de Ingresso: concurso público de provas.

III - CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

Realizar as atividades que lhe forem cominadas nas áreas de planejamento, administração, recursos humanos, orçamento e finanças, informática e contabilidade, envolvendo planejamento, organização, controle e desenvolvimento de ações.

2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

2.1 - Escolaridade: ensino superior completo.
2.2 - Experiência: 2 (dois) anos de experiência em uma das áreas da administração geral.
2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas ou de provas e títulos.

IV - CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS

1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

Executar serviços gerais, internos ou externos, de natureza operacional ou administrativa.

2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

2.1 - Escolaridade: ensino fundamental completo.
2.2 - Experiência:

2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas.

V - CARGO: PROCURADOR AUTÁRQUICO

1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

Representar judicialmente o órgão e executar serviços jurídicos necessários ao funcionamento da Autarquia.

2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

2.1 - Escolaridade: ensino superior completo em Direito.
2.2 - Experiência: 2 (dois) anos de advocacia ou 2 (dois) anos de serviço público no ramo do Direito.

2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas ou de provas e títulos.

VI - CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO

1 - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

Realizar as atividades que lhe forem cominadas em apoio nas áreas de planejamento, administração, orçamento e finanças, informática, contabilidade e atendimento ao público.

2 - REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

2.1 - Escolaridade: ensino médio completo.
2.2 - Experiência: 2 (dois) anos de experiência de trabalho.
2.3 - Forma de Ingresso: concurso público de provas.

ANEXO VI NR

TABELA DE CORRELAÇÃO

DE (FUNÇÃO)	PARÁ (CARGO)
Técnico	Procurador Autárquico
Técnico, Burocrata	Técnico de Trânsito
Auxiliar de Serviços Gerais, Assistente de Administração, Auxiliar de Administração, Agente de Saúde, Agente Administrativo, Burocrata, Auxiliar Técnico, Assistente Técnico, Burocrata, Motorista, Técnico de Contabilidade	Agente de Trânsito
Técnico, Burocrata	Técnico Administrativo
Auxiliar Técnico, Assistente Técnico, Auxiliar de Serviços Gerais, Assistente de Administração, Auxiliar de Administração, Agente Administrativo, Burocrata, Motorista, Agente de Saúde, Técnico de Contabilidade	Assistente Técnico

Auxiliar Técnico, Assistente Técnico, Auxiliar de Serviços Gerais, Assistente de Administração, Auxiliar de Administração, Agente Administrativo, Burocrata, Motorista.

* Republicada conforme a Lei Complementar nº 033, de 4/11/97, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.511, de 11/12/2002.

DECRETO Nº 5.715, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002.

Cancela Título Definitivo de Doação em nome de ANTONIO ERNESTO TEIXEIRA DA SILVA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferiu o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando a constatação, através de expediente processado no Instituto de Terras do Pará - ITERPA, de pessoa beneficiada com Título Definitivo de Doação e que o transferiu a outrem, contrariando as normas legais;

Considerando que houve infringência ao art. 10, parágrafo único, do Decreto nº 7.454, de 19 de fevereiro de 1971;

Considerando o que consta no Processo nº 2002/245716 - ITERPA, cujo parecer jurídico concluiu pela necessidade de cancelamento do Título Definitivo de Doação;

Considerando, finalmente, que compete ao Estado declarar essa situação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica cancelado o Título Definitivo nº 02042/078, expedido em 30 de março de 1997, em favor de ANTONIO ERNESTO TEIXEIRA DA SILVA, referente a uma área de terras medindo 3ha 62a 7ca, no Município de Santa Bárbara do Pará.

Art. 2º O Instituto de Terras do Pará - ITERPA adotará as providências administrativas e judiciais que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º São revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e da competência prevista no art. 88, inciso I, da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994, e

Considerando as conclusões do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 082/98-PA/DGPC do Delegado-Geral de Polícia Civil, datada de 4 de agosto de 1998, alterada pela Portaria nº 093/98-PAD/DGPC, de 18 de agosto de 1998, incluídas no Processo nº 2002/299260 - PG/DGPC,

Considerando, ainda, os termos do Parecer nº 704/2002 da Consultoria-Geral do Estado,

R E S O L V E :

Art. 1º Suspende, por 90 (noventa) dias, com fundamento no art. 76, inciso II, combinado com o art. 74, inciso VII, da Lei Complementar nº 22, de 15 de março de 1994, LÉILIS FRAZÃO TURAN, ocupante do cargo de Investigador de Polícia Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

L E I Nº 6.516, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a inserção e o exercício dos templos de qualquer culto no contexto cultural do Estado do Pará, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Como representação dos diversos padrões comportamentais, das insinuações, das crenças e dos valores espirituais de nossa sociedade, consideram-se inseridos no contexto cultural do Estado do Pará os templos de qualquer culto.

Parágrafo único. As práticas religiosas de qualquer natureza são representações do patrimônio cultural do Estado do Pará.

Art. 2º Os templos de qualquer culto e as práticas religiosas de qualquer natureza, inseridos no contexto cultural do Estado do Pará, receberão tratamento igualitário aos demais valores culturais de nossa sociedade.

Art. 3º É garantida a liberdade de consciência e de crença, na qual será assegurado pelo Poder Público o livre exercício de cultos religiosos de qualquer natureza e garantida a proteção aos locais de cultos e a suas liturgias.

Art. 4º O Poder Público promoverá, sempre que possível, incentivos ao exercício cultural das práticas religiosas de qualquer natureza, e dos templos de qualquer culto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

L E I Nº 6.515, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará a Associação de Comunicação de Acácia FM e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE ACÁCIA FM, com sede e fórum situado a Rua Havaí nº 362 na cidade de Dom Eliseu, no Estado do Pará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

L E I Nº 6.514, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Reconhece e declara como de utilidade pública para o Estado do Pará a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Rilandia, no Município de Marabá e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública do Estado do Pará a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Rilandia, situada a estrada de acesso Paulo Ponteles, Km 83, no Município de Marabá, Cep.68.500-000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

L E I Nº 6.513, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

Declara como de utilidade pública para o Estado do Pará a entidade "PROJETO FAZENDO UM AMANHÃ MELHOR" com sede no Município de Parauapebas, e outras da providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É declarada como de utilidade pública para o Estado do Pará a entidade "PROJETO FAZENDO UM AMANHÃ MELHOR", sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

L E I Nº 6.512, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará a COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA DO STHOPA, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada como de utilidade pública para o Estado do Pará a COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE PARAUAPEBAS - STHOPA, associação civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Parauapebas-Pará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO Nº 5.713, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Declara a falsidade de Título Definitivo em nome de CAMILO CARDOSO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferiu o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando que a Comissão Permanente de Análise de Documentos - CPAD do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, após exame procedido em expediente regularmente processado naquele Instituto, conforme Relatório de Análise de Documentos nº 2.554, de 4 de novembro de 2002, concluiu pela fraudulência do Título Definitivo de Venda de Terras nº 52, supostamente expedido pelo Governo do Estado do Pará no dia 30 de janeiro de 1964, em favor de CAMILO CARDOSO,

relativo a uma área de terras com 4.356ha 00a 00ca (quatro mil trezentos e cinquenta e seis hectares), localizada no Município de Aveiro, neste Estado;

Considerando que compete ao Estado, na defesa de seu patrimônio fundiário e dos altos interesses da coletividade, declarar a falsidade dos títulos emitidos fraudulentamente,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado falso o Título Definitivo de Venda de Terras nº 52, referente a uma área localizada no Município de Aveiro, neste Estado, com 4.356ha 00a 00ca (quatro mil trezentos e cinquenta e seis hectares), cuja expedição no dia 30 de janeiro de 1964, em nome de CAMILO CARDOSO, é fraudulentamente atribuída ao Governo do Estado.

Art. 2º O Instituto de Terras do Pará - ITERPA adotará as providências administrativas e judiciais que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO Nº 5.712, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Declara a falsidade de Título Definitivo em nome de DALGIZZA ROCHA MOREIRA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferiu o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando que a Comissão Permanente de Análise de Documentos - CPAD do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, após exame procedido em expediente regularmente processado naquele Instituto, conforme Relatório de Análise de Documentos nº 2.561, de 13 de novembro de 2002, concluiu pela fraudulência do Título Definitivo de Venda de Terras nº 48, supostamente expedido pelo Governo do Estado do Pará no dia 23 de janeiro de 1964, em favor de DALGIZZA ROCHA MOREIRA,

relativo a uma área de terras com 4.356ha 00a 00ca (quatro mil trezentos e cinquenta e seis hectares), localizada no Município de São Félix do Xingu, neste Estado;

Considerando que compete ao Estado, na defesa de seu patrimônio fundiário e dos altos interesses da coletividade, declarar a falsidade dos títulos emitidos fraudulentamente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado falso o Título Definitivo de Venda de Terras nº 48, referente a uma área localizada no Município de São Félix do Xingu, neste Estado, com 4.356ha 00a 00ca (quatro mil trezentos e cinquenta e seis hectares), cuja expedição no dia 23 de janeiro de 1964, em nome de DALGIZZA ROCHA MOREIRA, é fraudulentamente atribuída ao Governo do Estado;

Art. 2º O Instituto de Terras do Pará - ITERPA adotará as providências administrativas e judiciais que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO Nº 5.711, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Cancela Título Definitivo de Doação em nome de TEREZA KIMICO OGUSHI MIYAGAWA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando que o lote nº 109, situado na Estrada Velha do Maracanã, na Colônia Possessores do Maracanã, no Município de Maracanã, está sendo ocupado pelo senhor ALUIZIO RAMOS DE OLIVEIRA, conforme foi constatado em vistoria realizada pelo Departamento Técnico do Instituto de Terras do Pará - ITERPA;

Considerando que o Título Definitivo nº 02691, registrado no Talonário nº 55, expedido em 11 de novembro de 1983, em favor de TEREZA KIMICO OGUSHI MIYAGAWA, referente ao lote nº 109, não foi levado a registro, conforme Certidão Negativa expedida pelo Cartório do Único Ofício "Oacir Ferreira" da Comarca de Maracanã;

Considerando que o Direito Brasileiro somente admite a presunção de domínio a partir do respectivo registro imobiliário;

Considerando o disposto no art. 77, § 2º, do Decreto nº 7.454, de 19 de fevereiro de 1971;

Considerando, por último, os pareceres emitidos pelos setores técnicos do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, no Processo Administrativo nº 2002/189218,

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o Título Definitivo nº 02691, expedido em 11 de novembro de 1983, em favor de TEREZA KIMICO OGUSHI MIYAGAWA, referente ao lote nº 109, situado na Estrada Velha do Maracanã, na Colônia Possessores de Maracanã, no Município de Maracanã.

Art. 2º O Instituto de Terras do Pará - ITERPA adotará as providências administrativas e judiciais que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º São revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO Nº 5695, DE 03 DE DEZEMBRO 2002

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 966.000,00 em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinado com a alínea "b" do inciso II, do artigo 6º da Lei nº 6.431, de 27 de dezembro de 2001.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 966.000,00 (NOVECENTOS E SESENTA E SEIS MIL REAIS), destinado a reforço da(s) dotação(s) orçamentária(s), conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
14101.2060101392.453	339030	001	80.000
	339033	001	20.000
	339036	001	60.000
	339039	001	20.000
11106.0412201352.417	339033	001	19.000
	339039	001	67.000
11106.0412201352.653	339030	001	100.000
	339033	001	600.000
TOTAL			966.000

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação proveniente de Recursos da Taxa de Fiscalização das Atividades de Defesa e Inspeção Sanitária no valor de R\$ 180.000,00 e de Recursos do Tesouro no valor de R\$ 786.000,00, conforme estabelecido no item II, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO

Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

MÁRIA RUTE TOSTES DA SILVA
Secretária Executiva da Fazenda, em exercício
GERVÁSIO JOSÉ CAMILO
Secretário Executivo de Agricultura
CEL. PM JOÃO PAULO VIEIRA DA SILVA
Chefe da Casa Militar da Governadoria

DECRETO Nº 5680, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2002

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 443.091,87 em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinado com o item 2 da alínea "a" do inciso II, do artigo 6º da Lei nº 6.431, de 27 de dezembro de 2001.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 443.091,87 (QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL, NOVENTA E UM REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS), destinado a reforço da(s) dotação(s) orçamentária(s), conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
08101.2724300992.769	339030	001	5.202,00
	339032	001	680,00
	339033	001	7.320,00
08101.2712201252.902	339039	045	24.664,90
08101.2781200991.235	339032	001	4.073,00
	339033	001	24.506,00
	339039	001	20.000,00
	339033	045	16.000,00
	339039	045	11.305,65
08101.2712201252.903	339039	001	4.500,00
08101.2712201252.901	339030	045	14.840,32
16101.1236101022.375	339030	006	310.000,00
TOTAL			443.091,87

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta da Anulação Parcial da dotação consignada no orçamento vigente, conforme estabelecidos no item III, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através das unidades orçamentárias conforme abaixo discriminadas:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
08101.278100991.454	449051	021	13.202,00
	339039	001	32.376,32
08101.2712201252.902	449052	045	24.664,90
08101.278100992.498	339031	001	20.702,68
08101.2712201252.900	339030	045	44,32
	339036	045	210,00
	339037	045	14.586,00
08101.2724300992.768	339030	045	1.456,50
	339036	045	5.950,00
	339039	045	3.764,05
08101.2724300992.769	339033	045	15.872,65
	339036	045	262,45
16101.1236101052.467	339018	006	310.000,00
TOTAL			443.091,87

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

SUELI LIMA RAMOS AZEVEDO

Secretária Executiva de Planejamento e Coordenação Geral em exercício

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda

LUCILENE BASTOS FARINHA DA SILVA

Secretária Executiva de Esporte e Lazer, em exercício

MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS

Secretária Executiva de Educação

DECRETO Nº 5691, DE 03/12/2002

Abre o Orçamento Fiscal e Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 298.209,35, em favor do(s) Órgão(s) da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinando com a Item 2 da Alínea "a" do inciso II, do artigo 6º da Lei Orçamentária nº 6431, de 27/12/2001.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto em favor do(s) Órgão(s) da Administração Pública Estadual, o crédito Suplementar no valor de R\$ 298.209,35 (Duzentos e Noventa e Oito Mil Duzentos e Nove Reais e Trinta e Cinco Centavos), destinado a reforço da(s)

dotação(s) orçamentária(s), conforme discriminado abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
16101.1236101062.470 - SEDUC	043	339039	81.037,96
211010612201252903 - SEGUP	001	339039	31.000,96
401010612201252903 - Polícia Civil	001	339039	31.446,19
622011030200812227 - HEMOPA	069	339033	15.000,00
901011030200702200 - CRS BELÉM	003	339037	124.928,99
901011030200702713 - CRS CAMETÁ	003	339048	2.949,25
901011030201461485 - SESPA	003	449052	11.846,00
TOTAL			298.209,35

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta da anulação parcial/total da dotação consignada no orçamento vigente conforme estabelecido no item III, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através das unidades orçamentárias conforme abaixo discriminadas:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
161011236101061266 - SEDUC	043	334081	81.037,96
211010612500882483 - SEGUP	001	339014	2.426,50
211010618100601352 - SEGUP	001	449051	10.915,46
211010618300602485 - SEGUP	001	339014	3.544,00
211010636300922312 - SEGUP	001	339036	4.647,00
211010636300922312 - SEGUP	001	339014	2.350,00
211010636600882287 - SEGUP	001	339014	6.080,00
211010642200872246 - SEGUP	001	339014	1.038,00
401010612201252900 - Polícia Civil	001	339039	31.446,19
622011030200812695 - HEMOPA	069	339030	15.000,00
901011030100692194 - FES	003	339014	3.050,00
901011030101432174 - CRS CAMETÁ	003	339048	2.949,25
901011030101432666 - CRS BELÉM	003	339030	50.000,00
901011030200702050 - FES	003	339039	8.796,00
901011030200702050 - CRS BELÉM	003	339030	2.313,00
901011030200702050 - CRS BELÉM	003	339039	1.715,29
901011030200702712 - CRS BELÉM	003	339032	55.000,00
901011030201422727 - CRS BELÉM	003	339014	5.000,00
901011030201422727 - CRS BELÉM	003	339030	7.000,00
901011030201422727 - CRS BELÉM	003	339039	3.900,00
TOTAL			298.209,35

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO

Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

Diretora Presidente do HEMOPA

PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

Secretário Executivo de Segurança Pública

MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS

Secretária Executiva de Educação

MARIA RUTE TOSTES DA SILVA

Secretária Executiva da Fazenda, em exercício

LAURISTON JOSÉ LUNA GOÊS

Delegado Geral de Polícia Civil

FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO

Secretário Executivo de Saúde Pública

DECRETO Nº 5697, DE 06/12/2002

Abre o Orçamento Fiscal e Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 350.000,00, em favor do(s) Órgão(s) da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinando com a Alínea "f" do Inciso I, do artigo 6º da Lei Orçamentária nº 6431, de 27/12/2001.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto em favor do(s) Órgão(s) da Administração Pública Estadual, o crédito Suplementar no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Reais), destinado a reforço da(s) dotação(s) orçamentária(s), conforme discriminado abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
441010612200872251 - FISP	041	339030	10.000,00
441010612200872251 - FISP	041	339036	14.500,00
441010618100872486 - FISP	041	339030	10.000,00
441010618100872486 - FISP	041	339039	245.500,00
441010618100872486 - FISP	041	449052	20.000,00
TOTAL			350.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação dos Recursos dos Fundos Estaduais, conforme estabelecido no Item II, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral
PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

Secretário Executivo de Segurança Pública

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda

DECRETO Nº 5675, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2002

Abre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.554.709,00 em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinado com o item 2 da alínea "a" e alínea "b" ambas do inciso II, todos do artigo 6º da Lei nº 6.431, de 27 de dezembro de 2001.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.554.709,00 (HUM MILHÃO, QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E NOVE REAIS), destinado a reforço da(s) dotação(s) orçamentária(s), conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
38101.0103201242.440	319011	012	90.000
	319013	012	28.179
12101.0927201272.026	319092	001	25.000
12101.0312201252.902	339039	001	77.000
04101.0212201252.903	319011	001	500.000
03101.010320072.012	339011	001	777.566
	339030	001	8.508
	339033	001	15.000
03101.0112201252.901	339030	001	3.456
03101.0112201252.902	339039	001	1.000
	449052	001	10.000
91101.0927201272.946	319001	001	19.000
T O T A L			1.554.709

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta das seguintes fontes: I- Excesso de Arrecadação proveniente da Receita Patrimonial - Outros Poderes no valor de R\$ 118.179,00; Recursos do Tesouro no valor de R\$ 778.096,00 e II- Anulação Parcial da dotação consignada no orçamento vigente, conforme estabelecido nos itens II e III, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através das unidades orçamentárias conforme abaixo discriminados:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
12101.0309201212.436	319011	001	25.000
12101.0312801222.438	339036	001	44.000
	339039	001	33.000
04101.0927201272.019	319001	001	500.000
03101.0112800072.011	339014	001	10.742
	339039	001	5.906
03101.0103200072.014	319013	001	3.483
	339036	001	1.421
	339039	001	2.874
03101.0103200072.015	339039	001	8.300
03101.0112201252.903	319013	001	6.840
	339008	001	2.961
	339036	001	8.907
03101.0112201252.907	339047	001	5.000
T O T A L			658.434

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado

SUELI LIMA RAMOS AZEVEDO
Secretária Executiva de Planejamento e Coordenação Geral
MARILÉA FERREIRA SANCHES

Secretária Executiva da Fazenda, em exercício em exercício

MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Procuradora Chefe do Ministério Público Junto ao TCM

ITALO DE ALMEIDA MÁCOLA JUNIOR

Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado

RONALDO PASSARINHO PINTO DE SOUZA

Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios

CLIMÊNIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

DECRETO Nº 5696, DE 06/12/2002

Abre o Orçamento Fiscal e Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 237.368,36, em favor do(s) Órgão(s) da Administração Pública Estadual

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinando com a Item 2 da Alínea "a" do Inciso II, Alínea "a" do Inciso IV Item 2 da Alínea "a" do Inciso II, do artigo 6º da Lei Orçamentária nº 6431, de 27/12/2001.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto em favor do(s) Órgão(s) da Administração Pública Estadual, o crédito Suplementar no valor de R\$ 237.368,36 (Duzentos e Trinta e Sete Mil Trezentos e Sessenta e Oito Reais e Trinta e Seis Centavos), destinado a reforço da(s) dotação(s) orçamentária(s), conforme discriminado abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
131010412201252904 - SEAD	001	339036	4.360,00
171010412201252902 - SEFA	044	339030	14.915,00
171010412201252903 - SEFA	044	339039	21.172,00
502010824301282037 - LOTERPA	061	449052	175.062,08
502012312201252902 - LOTERPA	061	339039	8.000,00
562012112201252903 - ITERPA	001	339047	3.445,00
572012012201252903 - EMATER	001	319011	9.742,41
572012012201252903 - EMATER	001	319013	671,87
TOTAL			237.368,36

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta da anulação parcial/total da dotação consignada no orçamento vigente, conforme estabelecido no Item III, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através das unidades orçamentárias conforme abaixo discriminadas:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
131010412201252902 - SEAD	001	339036	1.360,00
131010412201252902 - SEAD	001	339039	3.000,00
171010412201252903 - SEFA	044	339037	14.915,00
171010412201252902 - SEFA	044	339039	21.172,00
502010413101132415 - LOTERPA	061	339039	12.000,00
502010824301282037 - LOTERPA	061	335041	3.493,05
502010824301282037 - LOTERPA	061	335043	30.166,54
502011030201282448 - LOTERPA	061	335041	44.366,00
502011030201282448 - LOTERPA	061	335043	18.000,00
502011030201282448 - LOTERPA	061	339030	58.710,19
502012312201252900 - LOTERPA	061	339036	2.000,00
502012312201252900 - LOTERPA	061	339039	3.000,00
502012312201252901 - LOTERPA	061	339039	3.000,00
502012369401282630 - LOTERPA	061	339014	2.150,00
502012369401282630 - LOTERPA	061	339033	4.056,30
502012369401282630 - LOTERPA	061	339036	2.120,00
562012112201252904 - ITERPA	001	339039	3.445,00
572012012201252900 - EMATER	001	339030	1.561,24
572012012201252900 - EMATER	001	339036	2.565,00
572012012201252900 - EMATER	001	339047	1.543,00
572012012201252901 - EMATER	001	339036	7,00
572012012201252901 - EMATER	001	339039	3.035,08
572012012201252901 - EMATER	001	339047	235,40
572012012201252902 - EMATER	001	339047	988,00
572012012201252903 - EMATER	001	339047	476,61
572012012201252904 - EMATER	001	339030	2,95
TOTAL			237.368,36

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO

Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

ROSINELI GUERREIRO SALAME

Secretária Executiva de Administração

ITALO CLÁUDIO FALESI

Diretor Presidente do EMATER

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda

ANTÔNIO CARLOS DE ALBUQUERQUE DOS SANTOS

Presidente do ITERPA

JOSÉ MARLINDO COSTA

Diretor Presidente da LOTERPA

DECRETO Nº 5698, DE 06/12/2002

Abre o Orçamento Fiscal e Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 135.000,00, em favor do(s) Órgão(s) da Administração Pública Estadual
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinando com a Alínea "c" do Inciso II, do artigo 6º da Lei Orçamentária nº 6431, de 27/12/2001.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto em favor do(s) Órgão(s) da Administração Pública Estadual, o crédito Suplementar no valor de R\$ 135.000,00 (Cento e Trinta e Cinco Mil Reais), destinado a reforço da(s) dotação(s) orçamentária(s), conforme discriminado abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
502010824301282037 - LOTERPA	061	449052	135.000,00
TOTAL			135.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial, referente ao exercício anterior, conforme estabelecido no Item I, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado

FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO

Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral

JOSÉ MARLINDO COSTA

Diretor Presidente da LOTERPA

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda

DECRETO Nº 5674, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2002

Abre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.946.910,00 em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 135 e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinado com o item 2 da alínea "a" e alínea "b" ambos do inciso II e alínea "c" do inciso I, do artigo 6º da Lei nº 6.431, de 27 de dezembro de 2001.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto em favor de Órgãos da Administração Pública Estadual, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.946.910,00 (HUM MILHÃO, NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E DEZ REAIS), destinado a reforço da(s) dotação(s) orçamentária(s), conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
16101.1236201052.467	339039	001	85.000,00
	339092	001	100.000,00
46202.1339100962.347	339036	061	1.845,00
	339039	061	7.359,00
	449052	061	5.796,00
	339039	060	11.050,00
90101.1030200702.200	339039	003	1.500.000,00
90101.1030200702.713 - SESP	339033	003	35.860,00
14101.2060101392.453	339014	001	20.000,00
	339030	001	80.000,00
	339033	001	1.750,00
	339036	001	58.250,00
	339039	001	40.000,00
T O T A L			1.946.910

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta das seguintes fontes: I- Excesso de Arrecadação proveniente de Recursos Próprios diretamente arrecadados pela Administração Indireta no valor de R\$ 15.000,00; Transferências - Convênios e Outros no valor de R\$ 11.050,00; Recursos da Taxa de Fiscalização das Atividades de Defesa e Inspeção Sanitárias no valor de R\$ 200.000,00 e II- Anulação Parcial da dotação consignada no orçamento vigente, conforme estabelecido nos itens II e III, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através das unidades orçamentárias conforme abaixo discriminados:

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR R\$ 1,00
90101.1030101431.164	449051	003	1.000.000,00
90101.1030200701.176	449051	003	500.000,00
16101.1236201051.269	449051	001	30.000,00
16101.1236301041.332	449051	001	837,87
16101.1236101061.335	449051	001	12.000,00
	449051	001	20,64
16101.1236101062.393	449051	001	92.888,00
16101.1236100601.468	339039	001	49.253,52
90101.1030201422.691 - SESP	339039	003	35.860,00
T O T A L			1.720.860,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

SUELI LIMA RAMOS AZEVEDO

Secretária Executiva de Planejamento e Coordenação Geral, em exercício

MARILÉA FERREIRA SANCHES

Secretária Executiva da Fazenda, em exercício

FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO

Secretário Executivo de Saúde Pública

MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS

Secretária Executiva de Educação

GERVÁSIO JOSÉ CAMILO

Secretário Executivo de Agricultura

PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES

Superintendente da PCPTN

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos no Processo n.º 115411/2000-SEDUC;

Considerando os termos do Parecer n.º 692/2002 da Consultoria Geral do Estado, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, "ex officio", CARLOS MÁRIO LIMA CARVALHO, matrícula n.º 5337534-026, do cargo de Professor AD-4/ANA, lotado na Secretaria Executiva de Estado de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 1996.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos no Processo n.º 115397/2000-PG/SEDUC;

Considerando os termos do Parecer n.º 693/2002 da Consultoria Geral do Estado, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, "ex officio", JORGE LOPES DIONÍSIO FILHO, matrícula n.º 5534763-021, do cargo de Professor AD-4/ANA, lotado na Secretaria Executiva de Estado de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 1996.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos no Processo n.º 115439/2000-PG/SEDUC;

Considerando os termos do Parecer n.º 694/2002 da Consultoria Geral do Estado, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, "ex officio", ANDERSON LUIZ FERNANDES, matrícula n.º 5617456-017, do cargo de Professor AD-4/ANA, lotado na Secretaria Executiva de Estado de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de agosto de 1996.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos nos Processos n.º 257603/2002 e 132388/1997-SEDUC;

Considerando os termos do Parecer n.º 677/2002 da Consultoria Geral do Estado, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, "ex officio", CARLOS JORGE PAIXÃO, matrícula n.º 0517420-013, do cargo de Administrador Escolar EF-2, lotado na Secretaria Executiva de Estado de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 1997.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos no Processo n.º 121721/2000-PG/SEDUC;

Considerando os termos do Parecer n.º 685/2002 da Consultoria Geral do Estado, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, "ex officio", JOÃO BATISTA MARCELO DE LIMA, matrícula n.º 5174099-023, do cargo de Professor AD-4/ANA, lotado na Secretaria Executiva de Estado de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 1997.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de outubro de 1999.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos no Processo n.º 154118/2000-PG/SEDUC;

Considerando os termos do Parecer n.º 688/2002 da Consultoria Geral do Estado, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, "ex officio", FRANCISCA SANTIAGO BARROS, matrícula n.º 0584711-019, do cargo de Agente de Portaria, lotada na Secretaria Executiva de Estado de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 1997.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos no Processo n.º 160693/2000-SEDUC;

Considerando os termos do Parecer n.º 684/2002 da Consultoria Geral do Estado, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, "ex officio", JULY FÁTIMA DOS ANJOS BARRIETO, matrícula n.º 0516619-015, do cargo de Professor AD-4, lotada na Secretaria Executiva de Estado de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de julho de 1996.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos no Processo n.º 16935/2000-PG/SEDUC;

Considerando os termos do Parecer n.º 687/2002 da Consultoria Geral do Estado, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, "ex officio", ISABEL DE FÁTIMA BAETAS GUERRA, matrícula n.º 5402778-018, do cargo de Datilógrafa, lotada na Secretaria Executiva de Estado de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1998.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos no Processo n.º 115429/2000-SEDUC;

Considerando os termos do Parecer n.º 690/2002 da Consultoria Geral do Estado, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, "ex officio", JOSÉ RIBAMAR SOUSA DA SILVA, matrícula n.º 5617006-013, do cargo de Professor, código GEP-M-AD1-401, lotado na Secretaria Executiva de Estado de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 1998.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Nomeia membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI, que funcionará junto ao DETRAN, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto nos arts. 7º, inciso VII, e 16 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997;

Considerando os itens 2, 4,2 e 5 das diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Trânsito, devidamente alteradas pela Resolução n.º 64, de 23 de setembro de 1998, do CONTRAN;

Considerando, ainda, a solicitação constante do Ofício n.º 402, datado de 14 de outubro de 2002, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, que funcionará junto ao DETRAN, os representantes abaixo nominados:

Titular: Cel. QOPM JOAQUIM SILVA SOUZA - Presidente

Suplente: VICENTE FERREIRA GOMES

Representantes do DETRAN

Titular: ARNALDO RENTEL DE OLIVEIRA

Suplente: JORGE DE NAZARE AFONSO

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes de Passageiros Interestadual, Intermunicipal, Turismo e Fretamento do Estado do Pará

Titular: RAIMUNDO SALIS MANITO AIRES

Suplente: ANTÔNIO FLÁVIO LEONÓRIO FERREIRA

Art. 2º O mandato dos membros nominados no artigo anterior será de 1 (um) ano, a contar de 1º de novembro de 2002, vedada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Nomeia membro do Conselho Técnico-Administrativo-CTA da EMATER.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Conselho Técnico-Administrativo-CTA da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará-EMATER,

Considerando o Ofício n.º 022, de 20 de outubro de 2002, do Secretário Executivo de Estado de Agricultura,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, pelo período de 2 (dois) anos, a contar de 21 de abril de 2002, HENRIQUE KIYOSHI SAWAKI, para compor o Conselho Técnico-Administrativo-CTA da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará, como representante da Associação dos Servidores da EMATER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada no artigo anterior.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no § 1º, do art. 2º do Regimento Interno do Conselho Técnico-Administrativo da EMATER;

Considerando o Ofício n.º 21, de 20 de outubro de 2002, do Secretário Executivo de Estado de Agricultura,

RESOLVE:

Art. 1º Reconduzir, pelo período de 2 (dois) anos, como membros do Conselho Técnico-Administrativo - CTA, da EMATER/PA, os conselheiros abaixo identificados:

Representante da EMBRAPA Amazônia Oriental

EMANUEL ADILSON DE SOUZA SERRÃO, a contar de 11 de agosto de 2001.

Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura

RITA DA LUZ SERRA, a contar de 6 de maio de 2002

Representante do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará

HENRIQUE LUIZ DA SILVA PIMENTEL, a contar de 1º de abril de 2002

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas mencionadas no artigo anterior.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e XVII, da Constituição Estadual, e arts. 2º, inciso VI, parágrafo único, e 4º do Decreto n.º 1.585, de 20 de maio de 1981, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 5.583, de 21 de outubro de 2002, e

Considerando os termos do Ofício n.º 14/2002-GAB do Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará;

Considerando os termos do Parecer n.º 691/2002 da Consultoria Geral do Estado, DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Medalha "GENERAL FERREIRA COELHO", por ter se classificado em 1º lugar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais PM/2002, ao CAP QPPM RG 16226 ELDER RIBEIRO DA SILVA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

autorizar JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO, Secretário Especial de Estado de Infra-Estrutura, a viajar a Brasília-DF, nos dias 4 e 5 de dezembro do corrente, a fim de tratar de assuntos de interesse da Secretaria.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ALMIR GABRIEL

Governador do Estado

DECRETO Nº 5.714, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002.

Homologa a Resolução n.º 001/2002-CONSP, de 18 de novembro de 2002, do Conselho Superior de Polícia Civil, que aprova a criação e outorga da Medalha *Evanovich de Investigação Policial*.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, art. 109 e seu parágrafo único da Lei Complementar Estadual n.º 22, de 15 de março de 1994, e art. 17 do

Regimento Interno do Conselho Superior de Polícia Civil (CONSUP), homologado pelo Decreto nº 2.460, de 8 de abril de 1994, e tendo em vista os termos do Parecer nº 681/2002 da Consultoria-Geral do Estado,

DECLARA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 001/2002-CONSUP, de 18 de novembro de 2002, do Conselho Superior de Polícia Civil (CONSUP), que aprova a criação e outorga da Medalha Evanovich de Investigação Policial, a qual passa a integrar este Decreto como anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 de dezembro de 2002.

ALMIR GABRIEL
Governador do Estado
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA GERAL

RESOLUÇÃO Nº 001/2002-CONSUP
BELÉM, 18 DE NOVEMBRO DE 2002.

Conselho Superior de Polícia, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 022/94 e artigo 3º do Decreto nº 2.460, de 08/04/94, e CONSIDERANDO que na atividade de Polícia Judiciária está inerente o trabalho de inteligência;

CONSIDERANDO que o falecido policial civil MANOEL EVANOVICH DOS SANTOS, quando no exercício do cargo, dedicou-se com eficiência e presteza ao trabalho investigativo, elevando o conceito da Polícia Civil do Estado;

CONSIDERANDO que o Conselho Superior de Polícia, após prévio levantamento, deliberou homenagear a memória do ex-delegado de polícia MANOEL EVANOVICH DOS SANTOS, pelo reconhecimento do seu trabalho sério, dedicado e honesto, que realizou durante o exercício do cargo;

CONSIDERANDO ser dever da Instituição incentivar aqueles policiais dedicados à investigação policial;

CONSIDERANDO finalmente, o minucioso estudo a respeito da matéria, e conseqüente aprovação da minuta de resolução.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar no âmbito da Polícia Civil do Estado, a MEDALHA EVANOVICH DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL.

Art. 2º - A comenda ora criada destina-se a incentivar e galardoar policiais civis dedicados ao trabalho sério e eficiente de investigação policial que comprovadamente tenha elevado e projetado o conceito da Instituição.

Art. 3º - A competência para outorgar a MEDALHA EVANOVICH DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL, será do Chefe do Poder Executivo Estadual, mediante proposta do Delegado Geral de Polícia Civil.

§ Único - O diploma de concessão da referida honraria será assinado pelo Delegado Geral de Polícia.

Art. 4º - A outorga da medalha de que trata o artigo 1º, dar-se-á anualmente no dia 21 de abril, em ato solene.

Art. 5º - O Delegado Geral convocará o Conselho Superior de Polícia para deliberar os nomes dos policiais a serem agraciados, com antecedência mínima de 30 dias da data de outorga.

§ Único - Para participar da lista de agraciados, o policial deverá ter conduta de vida funcional e privada irrepreensível.

Art. 6º - A MEDALHA EVANOVICH DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL, será cunhada em metal dourado, com as dimensões de 35cm x 35cm, constituída em formato de um triângulo equilátero, com as seguintes características:

I - No anverso: em alto relevo sobre os lados do triângulo ler-se-á a inscrição MEDALHA EVANOVICH DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL. Na parte superior do triângulo, em alto relevo colocar-se-á o brasão de armas da Polícia Civil do Estado e na parte inferior a simbologia de uma lupa, representando o trabalho investigativo, ambos em alto relevo.

II - No reverso: nos lados do triângulo em alto relevo ler-se-á a inscrição MEDALHA EVANOVICH DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL.

III - No vértice do triângulo haverá uma roseta em metal dourado e de formato circular.

IV - A fita será confeccionada em seda chamalotada, com 35cm de altura e 30cm de largura, e na parte inferior dos dois lados, haverá um ângulo de 45º (quarenta e cinco graus), sendo dividida em 03 (três) faixas longitudinais nas cores azul, branco e vermelho, com 10mm cada.

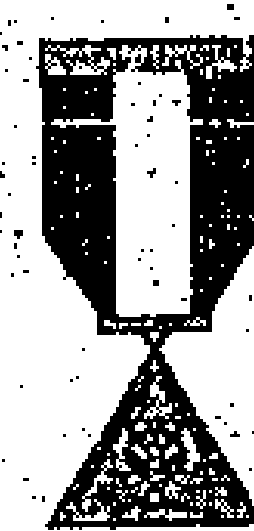
V - A barra e o passador serão de metal dourado e de formato retangular, com 8mm de altura e acompanha a largura da fita.

Art. 7º - A confecção do diploma da MEDALHA EVANOVICH DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL, obedecerá às características contidas no modelo do Anexo II da presente Resolução.

Sala de reuniões do Conselho Superior de Polícia Civil, 18/10/2002.

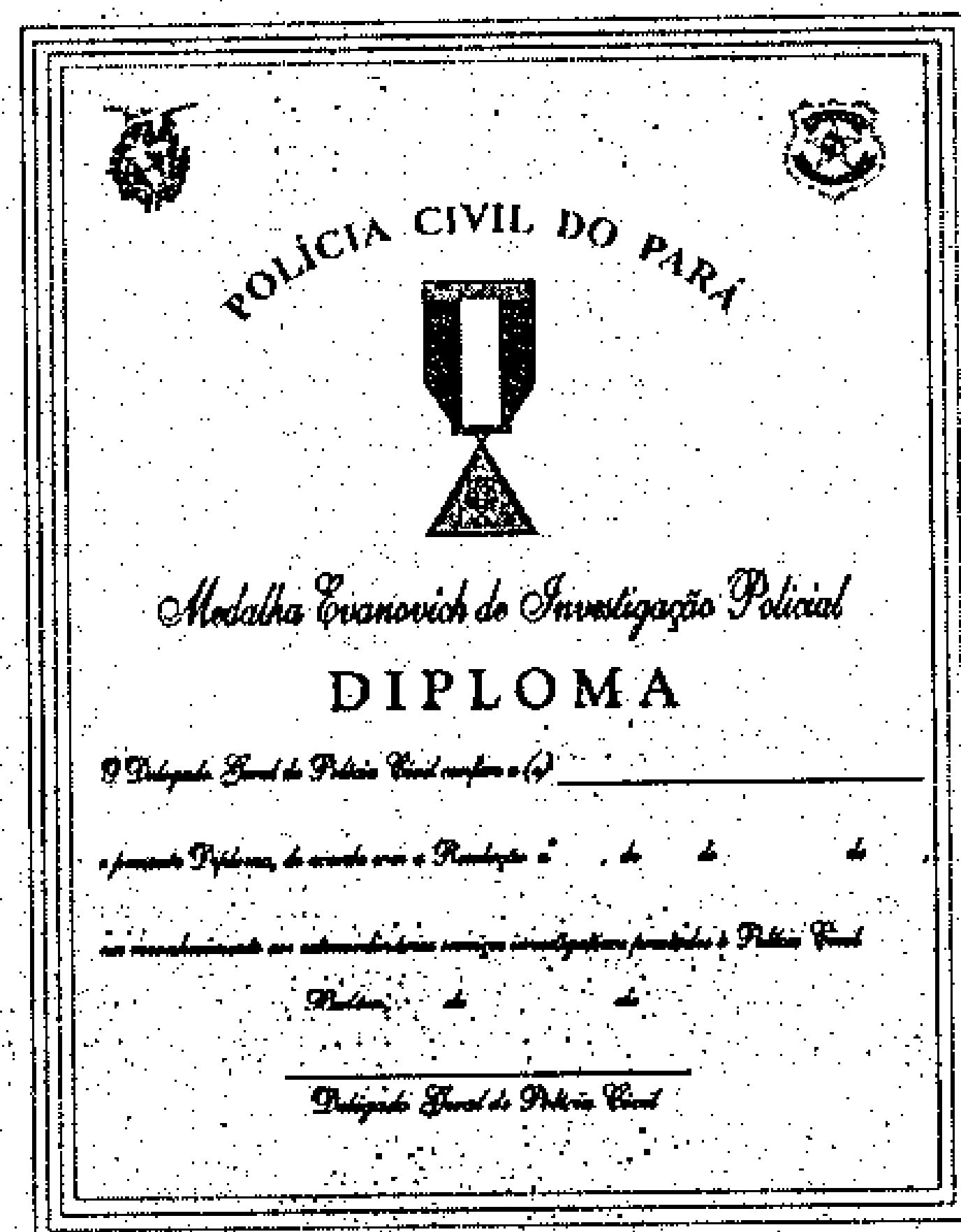
LAURISTON JOSÉ LUNA GÓES
Delegado Geral de Polícia Civil - Presidente
BRIVALDO PINTO SOARES FILHO
Corregedor Geral de Polícia - Vice-Presidente
DILHERMÃO GOMES TAVARES
Diretor da ACADÉPOL - Membro
EDILBERTO NASCIMENTO SANTOS
Diretor do DPO - Membro
MARIA DA GRAÇA PALHA
Coordenadora Jurídica - Membro
VIRGINIA VALÉRIA NASCIMENTO
Diretora do DECAP - Membro
EMIR MEDEIROS DE MIRANDA
Diretor do DPI - Membro
MANOEL MOACIR SOUZA FREITAS
Representante do SINDIPOL - Membro

ANEXO I



Medalha Evanovich de Investigação Policial

ANEXO II

CASA CIVIL
DA GOVERNADORIA

CHEFE: SÉRGIO LUIZ ALMEIDA MANESCHY
ROD. AUGUSTO MONTENEGRO, KM 09 - ☎ (91) 214-5500

RESUMO DE PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
PORTARIA Nº 0821/2002-SCCG DE 12/12/2002

Nome do Servidor: Telenia Guerreiro
Cargo: Assessor Especial I
Matrícula: 3190714-031
Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Elementos de Despesa: 339030 - R\$ 700,00
339036 - R\$ 3.400,00
339039 - R\$ 3.400,00
Período de Aplicação e
Prestação de Contas: até o dia 24 de dezembro de 2002.
WEYNER NASCIMENTO PINTO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
RUA SEN. MANOEL BARATA, 50 - ☎ (91) 241-4899

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 283/2002

MODALIDADE: Concorrência Pública nº 001/2002
PARTES: IPASEP e a FIRMA SERVICE BRASIL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
C.G.C. nº 03.120.589/0002-30
OBJETO: Prestação de Serviços Médicos de Auditoria em Contas médicas na Capital e no Interior do Estado e Administração, operação no Pronto Atendimento e remoção de paciente em ambulância U.T.I.
VALOR: R\$ 380.000,00 (mensal)
VIGÊNCIA: 09.12.2002 a 09.06.2003.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
54.201.10.302.0017.2670.33.90.39
FORO: Belém
DATA DA ASSINATURA: 09.12.2002
ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
Presidente do IPASEP

GESTÃO

NÚCLEO ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO

GERENTE: MARIA DO CÉU GUIMARÃES DE ALENCAR
AV. NAZARÉ, 871 - ☎ (91) 213-3695

EXTRATO DE PORTARIA
PORTARIA Nº 584/02 DE 10/12/02

Complementar com 01 (uma) diária a port. n.578/02 de 04/12/02 da Servidora Giselle Arouck Lourenço Tavares, matrícula funcional nº 5757690, Ass.Sup. II SIEPROS, P/ custear despesas c/ sua permanência em Brasília/DF no dia 06/12/02.

PORTARIA Nº 586/2002 DE 11/12/2002

Servidor: Waldemiro Eduardo de Assis Nascimento
Matrícula Funcional: 8400599
Cargo: Chefe de Gab. - SIEG
Valor: 2.000,00 (Dois Mil Reais)
Dotação Orçamentária
09.101.04.122.0011.2038-339030-R\$600,00- Material de Consumo
09.101.04.122.0011.2038-339033-R\$400,00- Transp. e Locomoção
09.101.04.122.0011.2038-339036-R\$500,00- Serv. Prest. Pessoa física
09.101.04.122.0011.2038-339039-R\$500,00- Serv. Prest. Pessoa jurídica
Período para aplicação 10 (dez) dias a contar da data do recebimento, para prestação de contas até o dia 27 (vinte e sete) de dezembro de 2002.
MARIA DO CÉU GUIMARÃES DE ALENCAR
Gerente do NAF

GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA
DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETÁRIO: ROSINELI GUERREIRO SALAME
AV. GENTIL BITTENCOURT, 43 - ☎ (91) 210-2002

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 2528 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Nome da servidora: Venilde de Aguiar Batalha; Matrícula: 2640/1; Motivo: tornar sem efeito a Port. nº 2393 de 09-12-2002, que concedeu Suprimento de Fundos no valor de R\$1.700,00.

SUPRIMENTO DE FUNDOS

PORTARIA Nº 2529 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Nome do servidor: Venilde de Aguiar Batalha; Matrícula nº 2640/1; Cargo: Agente Administrativo, Valor do Suprimento: R\$1.200,00 Dotação Orçamentária: 13101 04 813 0017 2311 33903697- R\$1.200,00; Prazo para aplicação: imediato a publicação; Prazo para prestação de contas: imediato.

PORTARIA Nº 2395 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

A SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar as servidoras ROSEMARY SOUSA DA SILVA, matrícula nº 0004154-013, Contador, LINDINALVA OLIVEIRA ESILVA, matrícula nº 2010070-011, Auxiliar de Administração e MARIA AUXILIADORA NEVES SAMPAIO, matrícula nº 533520-014, Agente Administrativo, para sob a presidência da primeira, constituírem Comissão Especial de Licitação para fornecimento de combustível, óleo e filtro de óleo lubrificante.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ROSINELI GUERREIRO SALAME

Secretária Executiva de Administração

LICENÇA POR INCAPACIDADE DEFINITIVA

PORTARIA Nº 158 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Nome da servidora: Edna Maria Costa da Costa; Matrícula: 0000442-010; Cargo: Economista; Lotação: Coordenadoria de Cargos e Salários; a contar de 02-11-2002.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 030/2002

2º Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 003/01

Partes: SEAD - CNPJ - 05.247.283/0001-94

TECHNE ENGENHARIA E SISTEMA LTDA - CNPJ - 50.737.766/0001-21

Objeto do Contrato: O direito de uso permanente e não exclusivo do conjunto de programas de computador denominado ERGON.

Valor Original do Contrato: R\$ 4.825.526,55

Modalidade de Licitação:

Termos Aditivos Anteriores:

1º TA - DOE - 29.609

Dotação Orçamentária: 131344 339039

Termo Inicial/Termo Final: 20/03/01 a 20/12/02

Objeto do Aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a transformação de 1.600 horas de um total de 3.000 homens-hora previstas para customização do aplicativo ERGON em 28 homens-semana de apoio à implantação, sem alteração de prazo ou custo.

Data da Assinatura: 12 de novembro de 2002

Ordenador Responsável: Rosinele Guerreiro Salame

GESTÃO**EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ**

PRESIDENTE: EDILSON NASCIMENTO SANTOS
 ROD. AUGUSTO MONTENEGRO, KM 10 - ☎ (91) 211-5200

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ORIGINÁRIO N.º 085/2002

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência Pública 005/2002 - Pré Qualificação - Lei Federal N.º 8.666/93

PARTES: PRODEPA - PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ e SINTEL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: Implantação de Infra-Estrutura da Rede Elétrica e Lógica - SESP - HOSPITAL TUCURUI.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09/12/2002 à 08/12/2003.

VALOR GLOBAL: R\$ 81.724,33

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3005 - 339039.

FORO: Belém

DATA DO CONTRATO: 09/12/2002.

Ordenador Responsável: Edilson do Nascimento Santos - Presidente

EXTRATO DE TERMO ADITIVO**4.º TERMO ADITIVO**

CONTRATO ORIGINÁRIO N.º 039/2000

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços N.º 002/2000 - Lei Federal N.º 8.666/93

PARTES: PRODEPA - PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ e BERTILLON VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA.

OBJETO: Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança de Valores.

VIGÊNCIA: 08/12/2002 à 07/11/2003.

JUSTIFICATIVA: Renovação de Prazo Contratual e Dotação Orçamentária.

VALOR GLOBAL: R\$ 106.702,20

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2903 - 319034

FORO: Belém

DATA DO CONTRATO: 09/11/2000

DATA DO TERMO ADITIVO: 08/12/2002

Ordenador Responsável: Edilson do Nascimento Santos - Presidente

GESTÃO**SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA**

SECRETÁRIO: PAULO FERNANDO MACHADO
 AV. VISCONDE DE SOUZA FRANCO, 110 - ☎ (91) 212-0066

PORTARIAS DO GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N.º 0910 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Secretário Executivo da Fazenda, no uso da competência que lhe é conferida por Lei, e;

Considerando o ofício n.º 030/2002-C.P.A.D.-SEFA da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, redesignada pela Portaria n.º 0812/2002-G.S./SEFA, de 11/10/2002, publicada no D.O.E. n.º 029.804, de 17/10/2002, no qual solicita prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos apuratórios;

Considerando que a Comissão Processante está fazendo a análise e refutação da defesa técnica da servidora acusada e feitura do relatório;

RESOLVE:

PRORROGAR, de acordo com art.208, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24.01.94, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 15/12/2002, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, redesignada pela Portaria n.º 0812/2002-G.S./SEFA, de 11/10/2002, publicada no D.O.E. n.º 029.804, de 17/10/2002, presidida pelo servidor JOSÉ MARIA FREITAS VIANA, Consultor Jurídico, matrícula funcional n.º 5190223-011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA,
 em 11/12/2002.

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda

PORTARIA N.º 0909 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Secretário Executivo da Fazenda, no uso da competência que lhe é conferida por Lei, e;

Considerando os termos do Ofício n.º 090/2002-CPAD da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, redesignada pela Portaria n.º 0703/2002-G.S./SEFA, de 14/08/2002, publicada no D.O.E. n.º 029.761, de 19/08/2002, e prorrogada pela Portaria n.º 0811/2002-G.S./SEFA, de 11/10/2002, publicada no D.O.E. n.º 029.804, de 17/10/2002, no qual solicita redesignação da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

Considerando que o Colegiado Processante está trabalhando na feitura do Despacho de Instrução e Indicação do Processo Administrativo Disciplinar em referência;

RESOLVE:

1- REDESIGNAR, a partir de 15/12/2002, de acordo com o caput do artigo 208, da

Lei Estadual n.º 5.810 de 24.01.94, até a conclusão dos trabalhos apuratórios, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, redesignada pela Portaria n.º 0703/2002-G.S./SEFA, de 14/08/2002, publicada no D.O.E. n.º 029.761, de 19/08/2002, e prorrogada pela Portaria n.º 0811/2002-G.S./SEFA, de 11/10/2002, publicada no D.O.E. n.º 029.804, de 17/10/2002, presidida pela servidora SOLANGE SAUMA ROSSY, Fiscal de Tributos Estaduais, matrícula funcional n.º 5570328-019;

II- CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante, redesignada pela Portaria n.º 0703/2002-G.S./SEFA, devidamente prorrogada.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA,
 em 11/12/2002.

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda

PORTARIA N.º 0908 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Secretário Executivo da Fazenda, no uso da competência que lhe é conferida por Lei, e;

Considerando o ofício n.º 033/2002 da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, redesignada pela Portaria n.º 0822/2002-G.S./SEFA, de 15/10/2002, publicada no D.O.E. n.º 029.804, de 17/10/2002, no qual solicita prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos apuratórios;

Considerando a necessidade de prazo para a continuação de seus trabalhos apuratórios;

RESOLVE:

PRORROGAR, de acordo com art.208, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24.01.94, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 15/12/2002, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, redesignada pela Portaria n.º 0822/2002-G.S./SEFA, de 15/10/2002, publicada no D.O.E. n.º 029.804, de 17/10/2002, presidida pelo servidor EDUARDO DIAS PINHEIRO, Fiscal de Tributos Estaduais, matrícula funcional n.º 00445098-011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA,
 em 11/12/2002.

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo da Fazenda

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

ACÓRDÃO N.º 698 - 1.º CPJ

RECURSO N.º 1609 - DE OFÍCIO (Proc. n.º 01173005695-3/01 - 1.º R. E. - AINF N.º 33174)

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INTERESSADO: CLAUDIO LUZI, I. E. n.º 15.134.375-6

RELATOR: CONSELHEIRO MANOEL DA SILVA OLIVEIRA

REVISOR: CONSELHEIRO MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO

JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/11/02.

EMENTA:

1. ICMS - Auto de Infração.
2. O levantamento fiscal deve revestir-se de elementos técnicos e legais para produzir efeitos positivos.
3. Recurso De Ofício conhecido e improvido. Decisão unânime.

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, na conformidade do relatório, pareceres e votos, que ficam integrados ao presente julgado, por unanimidade, pelo conhecimento e improvimento do recurso de Ofício acima citado, com a ressalva de que os autos do processo volte à Delegacia de origem, a fim de que seja renovada a ação fiscal para fazer-se novo levantamento.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, em 22 de novembro de 2002.

LÍRIA KEDINA CUIVAR DE SOUSA E MORAES

Presidente

MANOEL DA SILVA OLIVEIRA

Conselheiro Relator

Tomaram parte no julgamento os Conselheiros Domingos Amaral Acatauassú Nunes, Líria Kedina Cuivar de Sousa e Moraes, Manoel da Silva Oliveira e Maria de Fátima Cruz Figueiredo. Presente a Procuradora do Estado Anete Penna de Carvalho Pinho.

ACÓRDÃO N.º 699 - 1.º CPJ

RECURSO N.º 1619 - DE OFÍCIO (Proc. n.º 01173005698-3/01 - 1.º R. E. - AINF N.º 33175)

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INTERESSADO: CLAUDIO LUZI, I. E. n.º 15.134.375-6

RELATOR: CONSELHEIRO MANOEL DA SILVA OLIVEIRA

REVISOR: CONSELHEIRO MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO

JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/11/02.

EMENTA:

1. ICMS - Auto de Infração.
2. O levantamento fiscal deve revestir-se de elementos técnicos e legais para produzir efeitos positivos.
3. Recurso De Ofício conhecido e improvido. Decisão unânime.

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, na conformidade do relatório, pareceres e votos, que ficam integrados ao presente julgado, por unanimidade, pelo conhecimento e improvimento do recurso De Ofício acima citado, com a ressalva de que os autos do processo volte à Delegacia de origem, a fim de que seja renovada a ação fiscal para fazer-se novo levantamento.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, em 22 de novembro de 2002.

LÍRIA KEDINA CUIVAR DE SOUSA E MORAES

Presidente

MANOEL DA SILVA OLIVEIRA

Conselheiro Relator

Tomaram parte no julgamento os Conselheiros Domingos Amaral Acatauassú Nunes, Líria Kedina Cuivar de Sousa e Moraes, Manoel da Silva Oliveira e Maria de Fátima Cruz Figueiredo. Presente a Procuradora do Estado Anete Penna de Carvalho Pinho.

ACÓRDÃO N.º 700 - 1.º CPJ

RECURSO N.º 1595 - DE OFÍCIO (Proc. n.º 2573/97 - 16.º R. E. - AINF N.º 13684)

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INTERESSADO: Y. YAMADA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, I. E. n.º 15.000.614-4

RELATOR: CONSELHEIRO MANOEL DA SILVA OLIVEIRA

REVISOR: CONSELHEIRA LÍRIA KEDINA CUIVAR DE SOUSA E MORAES

JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/11/02.

EMENTA:

1. ICMS - Auto de Infração.
2. É vedada a inclusão das despesas financeiras na base de cálculo de ICMS, decorrente de financiamento por agentes financeiros.
3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. Decisão unânime.

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, na conformidade do relatório, pareceres e votos, que ficam integrados ao presente julgado, por unanimidade, pelo conhecimento do recurso De Ofício e seu improvimento.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, em 29 de novembro de 2002.

LÍRIA KEDINA CUIVAR DE SOUSA E MORAES

Presidente

MANOEL DA SILVA OLIVEIRA

Conselheiro Relator

Tomaram parte no julgamento os Conselheiros Domingos Amaral Acatauassú Nunes, Líria Kedina Cuivar de Sousa e Moraes, Manoel da Silva Oliveira e Maria de Fátima Cruz Figueiredo. Presente a Procuradora do Estado Anete Penna de Carvalho Pinho.

ACÓRDÃO N.º 718 - 1.º CPJ

RECURSO N.º 1763 - VOLUNTÁRIO (Proc. n.º 1084/99 - 15.º R. E. - AINF N.º 22757)

RECORRENTE: M. J. DE ARRUDA CRUZ, I. E. n.º 02.805.454/0001-63

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATORA: CONSELHEIRA MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO

REVISOR: CONSELHEIRO DOMINGOS AMARAL ACATAUASSÚ NUNES

JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/12/02.

EMENTA:

1. ICMS - Auto de Infração.
2. Empresa sem o devido registro no cadastro de contribuintes do Estado, não pode realizar atos de comércio.
3. Provas documentais produzidas pelo fisco e falta de provas carreadas aos autos pela recorrente capaz de comprovar que não houve a infração imputada, são fatos suficientes para levar a total procedência da ação fiscal.
4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. Decisão unânime.

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, na conformidade do relatório, pareceres e votos, que ficam integrados ao presente julgado, por unanimidade, pelo conhecimento e improvimento do Recurso Voluntário.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, em 9 de dezembro de 2002.

LÍRIA KEDINA CUIVAR DE SOUSA E MORAES

Presidente

MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO

Conselheiro Relator

Tomaram parte no julgamento os Conselheiros Domingos Amaral Acatauassú Nunes, Líria Kedina Cuivar de Sousa e Moraes, Herivelto Jamerson da Silva Bastos e Maria de Fátima Cruz Figueiredo. Presente a Procuradora do Estado Anete Penna de Carvalho Pinho.

ACÓRDÃO N.º 719 - 1.º CPJ

RECURSO N.º 1679 - DE OFÍCIO (Proc. n.º 3425/98 - 9.º R. E. - AINF N.º 18649)

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INTERESSADO: ENGTEERRA ENGENHARIA E TERRAPLANAGEM LTDA,

I. E. n.º 15.187.370-4

ADVOGADO: SÉRGIO OLIVA REIS - REGISTRO: 8230/PA

RELATOR: CONSELHEIRO HERIVELTO JAMERSON DA SILVA BASTOS

REVISOR: CONSELHEIRA MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO

JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 04/12/02.

EMENTA:

1. ICMS - Auto de Infração.
2. Não é devido o diferencial de alíquota por empresa não contribuinte do ICMS.
3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. Decisão unânime.

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários,

na conformidade do relatório, pareceres e votos, que ficam integrados ao presente julgado, por unanimidade, pelo conhecimento e improvidamento do Recurso de Ofício, de forma a manter inalterada a decisão recorrida.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, em 9 de dezembro de 2002.

LÍRIA KEDINA CUIMAR DE SOUSA E MORAES
Presidente

HERIVELTO JAMERSON DA SILVA BASTOS
Conselheiro Relator

Tomaram parte no julgamento os Conselheiros Domingos Amaral Acatauassú Nunes, Líria Kédina Cuiamar de Sousa e Moraes, Herivelto Jamerson da Silva Bastos e Maria de Fátima Cruz Figueiredo. Presente a Procuradora do Estado Anete Penna de Carvalho Pinho.

ACÓRDÃO N.º 720 - 1.ª CPJ

RECURSO N.º 1677 - DE OFÍCIO (Proc. n.º 7653/01 - 9.ª R.F. - AINF N.º 39310)

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INTERESSADO: ANANINDEUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, L.T.A. n.º 15.113.002-7

RELATOR: CONSELHEIRO HERIVELTO JAMERSON DA SILVA BASTOS

REVISORA: CONSELHEIRA MARIA DE FÁTIMA CRUZ FIGUEIREDO

JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 04/12/02

EMENTA:

1. ICMS - Auto de Infração.
2. O uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, previsto no art. 1.º do Decreto 2.858/98, está condicionado à atividade varçista e não à atacadista.
3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. Decisão unânime.

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, na conformidade do relatório, pareceres e votos, que ficam integrados ao presente julgado, por unanimidade, pelo conhecimento e improvidamento do recurso de Ofício, de forma a manter inalterada a decisão recorrida.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, em 9 de dezembro de 2002.

LÍRIA KEDINA CUIMAR DE SOUSA E MORAES
Presidente

HERIVELTO JAMERSON DA SILVA BASTOS
Conselheiro Relator

Tomaram parte no julgamento os Conselheiros Domingos Amaral Acatauassú Nunes, Líria Kédina Cuiamar de Sousa e Moraes, Herivelto Jamerson da Silva Bastos e Maria de Fátima Cruz Figueiredo. Presente a Procuradora do Estado Anete Penna de Carvalho Pinho.

ACÓRDÃO N.º 721 - 1.ª CPJ

RECURSO N.º 1521 - DE OFÍCIO (Proc. n.º 7605/00 - 3.ª R.F. - AINF N.º 34727)

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INTERESSADO: LEO ROCHA MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA., L.T.A. n.º 15.176.377-1

RELATOR: CONSELHEIRO HERIVELTO JAMERSON DA SILVA BASTOS

REVISORA: CONSELHEIRA LÍRIA KEDINA CUIMAR DE SOUSA E MORAES

JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 04/12/02

EMENTA:

1. ICMS - Auto de Infração.
2. A aplicação de penalidades, em regra, deve reportar-se à legislação vigente à época do fato gerador.
3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. Decisão unânime.

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, na conformidade do relatório, pareceres e votos, que ficam integrados ao presente julgado, por unanimidade, pelo conhecimento e improvidamento do recurso de Ofício, de forma a manter inalterada a decisão recorrida.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Permanente de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, em 9 de dezembro de 2002.

LÍRIA KEDINA CUIMAR DE SOUSA E MORAES
Presidente

HERIVELTO JAMERSON DA SILVA BASTOS
Conselheiro Relator

Tomaram parte no julgamento os Conselheiros Domingos Amaral Acatauassú Nunes, Líria Kédina Cuiamar de Sousa e Moraes, Herivelto Jamerson da Silva Bastos e Maria de Fátima Cruz Figueiredo. Presente a Procuradora do Estado Anete Penna de Carvalho Pinho.

RESUMO DAS PORTARIAS DA DAD

PORTARIA N.º 2044 DE 10.12.2002

Mem. N.º 002/2002-ASTEC/DFI, de 29.11.2002, protocolado sob n.º 2002 / 00273015859-1.

AUTORIZAR o gozo de férias da servidora KÁTIA CRISTINA DA SILVA NEVES, matrícula n.º 5128331/2, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, lotada na Diretoria de Fiscalização, para serem usufruídas no período de 03.12.2002 a 01.01.2003, referente ao exercício de 11.05.2001 a 10.05.2002, face a suspensão pela Portaria n.º 1677 de 08.10.2002, publicada no D.O.E n.º 29.800 de 11.10.2002.

PORTARIA N.º 2045 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 98 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda os termos do Processo n.º 2002 / 00273015860-4.

CONCEDER à servidora KÁTIA CRISTINA DA SILVA NEVES, matrícula n.º

5128331/2, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, lotada na Diretoria de Fiscalização, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 02.01.2003 a 31.01.2003, correspondente ao triênio de 19.04.1999 a 19.04.2002.

PORTARIA N.º 2046 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 98 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda os termos do Processo n.º 2002 / 00273006043-9.

CONCEDER à servidora LIANE MARIA GUILHON BURLAMAQUI, matrícula n.º 1139/2, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, lotada na Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 2.ª Região Fiscal, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 02.01.2003 a 31.01.2003, correspondente ao triênio de 01.01.2000 a 01.01.2003.

PORTARIA N.º 2047 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 98 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda os termos do Processo n.º 2002 / 01273024759-0.

CONCEDER à servidora MARILENE XAVIER CARVALHO, matrícula n.º 5436990/1, ocupante do cargo de Datilógrafo, lotada na Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 1.ª Região Fiscal, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 02.01.2003 a 31.01.2003, correspondente ao triênio de 01.04.1999 a 01.04.2002.

PORTARIA N.º 2048 DE 10.12.2002

Mem. N.º 088/2002-NTE, de 22.11.2002, protocolado sob n.º 00273015713-6.

SUSPENDER na forma do Art. 74, Parágrafo 2.º, da Lei n.º 5.810 de 24.01.94, 12 (doze) dias das férias da servidora AIDA MARIA PEIXOTO SILVA, matrícula n.º 5569125-013, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, lotada no Gabinete do Secretário, concedida para o mês de dezembro/2002, através da Portaria n.º 1793 de 30.10.2002, publicada no D.O.E n.º 29.817 de 06.11.2002, referente ao exercício de 26.11.2000 a 25.11.2001, as quais ficam autorizadas para serem usufruídas no período de 27.01.2003 a 07.02.2003.

PORTARIA N.º 2049 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, o Decreto n.º 2.819 de 06.09.94, e o Plano de Viagem S/N.º 2002 / IFI.

AUTORIZAR o servidor FERNANDO JOSÉ BIENTES DA COSTA NUNES, Economista, lotado na Coordenadoria de Informática / DAIF, proceder substituição de circuito de dados, no município do Itinga, no período de 04.12.2002 a 06.12.2002, sendo concedido ao referido servidor 03 (três) diárias.

PORTARIA N.º 2050 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, o Decreto n.º 2.819 de 06.09.94, e o Plano de Viagem N.º 66/2002-NTE, protocolado sob n.º 00273016234-2.

AUTORIZAR a servidora NILDA SANTOS BAPTISTA, Fiscal de Tributos Estaduais, lotada no Gabinete do Secretário, participar da 108ª reunião ordinária do CONFAZ, na cidade de Natal - RN, no período de 12.12.2002 a 14.12.2002, sendo concedido à referida servidora 03 (três) diárias.

PORTARIA N.º 2051 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, o Decreto n.º 2.819 de 06.09.94, e o Plano de Viagem N.º 026/2002-COFAZ, protocolado sob n.º 00273016289-0.

AUTORIZAR a servidora IONE DO SOCORRO GONÇALVES SILVA DA SILVA, Corregedora Fazendária - COFAZ, participar em reunião do Grupo de Trabalho GT-18 / Corregedoria, e visita à Corregedoria Geral da União, em Brasília, no período de 15.12.2002 a 18.12.2002, sendo concedido à referida servidora 04 (quatro) diárias.

PORTARIA N.º 2052 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, o Decreto n.º 2.819 de 06.09.94, e o Plano de Viagem N.º 02/2002-CINF/DAIF, protocolado sob n.º 00273015320-3.

I. TORNAR SEM EFEITO a Portaria n.º 1967 de 27.11.2002, publicada no Diário Oficial do Estado de 29.11.2002, que concedeu diárias à servidora SIMONE CRUZ DA SILVA, no período de 16.12.2002 a 02.01.2003.

II. AUTORIZAR a servidora SIMONE CRUZ DA SILVA, Auxiliar Técnico, lotada na Inspeção Fazendária do Gurupi, para supervisionar as rotinas da SOPF, perfazendo o trecho Gurupi/Belém/Itinga/Belém/Gurupi, no período de 16.12.2002 a 31.12.2002, sendo concedido à referida serv. 16 (dezesseis) diárias.

PORT. N.º 2053 DE 10.12.2002

Mem. N.º 110/2002-COFAZ, de 10.12.2002.

TORNAR SEM EFEITO a Portaria n.º 1904 de 11.11.2002, publicada no Diário Oficial do Estado de 14.11.2002, que concedeu diárias à servidora IONE DO SOCORRO GONÇALVES SILVA DA SILVA, no período de 27.11.2002 a 30.11.2002.

PORTARIA N.º 2054 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n.º 5.810 de 24 de janeiro de 1994, o Decreto n.º 2819 de 06.09.94, e Portaria n.º 0811/2001/GAB-SEC, datada de 18.09.2001, publicada no DOE de 20.09.2001, que instituiu o Programa de Fiscalização Itinerante nas Inspetorias Fazendárias, e Plano de Viagem N.º 40/2002-IFMT, protocolado sob n.º 01273025257-8.

AUTORIZAR aos servidores JOSÉ CARVALHO RODRIGUES, HELCIO LUIZ VASCONCELOS DE OLIVEIRA e RAIMUNDA SUTELI BRITO MELUL, o pagamento de 11 (onze) diárias para cada participante, no período de 14.12.2002 a 24.12.2002, em virtude do Programa de Fiscalização Itinerante nas Fronteiras (PFIF) - Inspeção Fazendária do Itinga.

PORTARIA N.º 2055 DE 10.12.2002

Considerando a Complementação do Plano de Viagem N.º 65/2002-NTE, de 09.12.2002, protocolado sob n.º 00273016233-4.

AUTORIZAR a servidora NÍDA SANTOS BAPTISTA, o pagamento de 01 (uma) diária, no dia 06.12.2002, em Complementação às concedidas através da Portaria n.º 1974 de 28.11.2002, publicada no Diário Oficial do Estado de 02.12.2002.

PORTARIA N.º 2056 DE 10.12.2002

Mem. N.º 0169/2002-DAIF, de 22.11.2002, protocolado sob n.º 00273015622-9.

AUTORIZAR o gozo de férias da servidora DAYSE ANA BATISTA SANTOS, ocupante do Cargo de Diretora de Arrecadação e Informações Fazendárias, matrícula n.º 5068355/8, para serem usufruídas no período de 25/11/2002 a 13/12/2002, referente ao exercício de 01/10/99 a 30/09/2000.

PORTARIA N.º 2057 DE 10.12.2002

Mem. N.º 0169/2002-DAIF, de 22.11.2002, protocolado sob n.º 00273015622-9.

SUSPENDER na forma do Art. 74, Parágrafo 2.º, da Lei n.º 5.810 de 24.01.94, 19 (dezenove) dias das férias da servidora DAYSE ANA BATISTA SANTOS, ocupante do Cargo de Diretora de Arrecadação e Informações Fazendárias, matrícula n.º 5068355/8, concedidas pela Portaria n.º 1519 de 10.09.2002, publicada no Diário Oficial do Estado de 13.09.2002, para o mês de novembro/2002, referente ao exercício de 01.10.2001 a 30.09.2002.

PORTARIA N.º 2058 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 98 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda os termos do Processo n.º 2002 / 09273010787-8.

CONCEDER ao servidor JOSÉ MAURÍCIO NERY DA COSTA, matrícula n.º 5569915/1, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, lotado na Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 9.ª Região Fiscal, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 05.02.2003 a 06.03.2003, correspondente ao triênio de 26.11.93 a 26.11.96.

PORTARIA N.º 2059 DE 10.12.2002

Ofício N.º 046/2002-SRAG - 8.ª R.F. de 29.11.2002, protocolado sob n.º 00273015838-8.

TRANSFERIR, para gozo oportuno, o período de férias do servidor ALACY LIMA DOS SANTOS, matrícula n.º 3246507/1, ocupante da função de Auxiliar Técnico, lotado na Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 8.ª Região Fiscal, concedida para o mês de dezembro/2002 através da Portaria n.º 1628 de 01.10.2002, publicada no D.O.E n.º 29.795 de 04.10.2002, referente ao exercício de 22.02.2001 a 21.02.2002.

PORTARIA N.º 2060 DE 10.12.2002

Mem. N.º 140/2002-DEGC, de 27.11.2002, protocolado sob n.º 00273015754-3.

AUTORIZAR o gozo de férias da servidora ELIENE CATARINE FERNANDES DA SILVA, matrícula n.º 4480/1, ocupante do cargo de Administrador, lotada na Delegacia Especial de Grandes Contribuintes, para serem usufruídas no período de 30.06.2003 a 29.07.2003, referente ao exercício de 26.06.2000 a 25.06.2001, face a suspensão pela Portaria n.º 251 de 19.02.2002, publicada no Diário Oficial do Estado de 27.02.2002.

RESUMO DAS PORTARIAS DA DPF

PORTARIA N.º 0899 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 49 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, alterado pela Lei n.º 5.942 de 15 de janeiro de 1996, e ainda os termos do Processo n.º 2002 / 00273015951-1.

REMOVER, a pedido, a servidora FRANCISCA SUELY CARMONA DE ALMEIDA, matrícula n.º 639/1, ocupante do cargo de Psicólogo, da Seção de Treinamento/DIASP/DERH/DAD p/ a Diretoria de Programação Financeira.

PORTARIA N.º 0900 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 49 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, alterado pela Lei n.º 5.942 de 15 de janeiro de 1996, e ainda os termos do Processo n.º 2002 / 00273015873-6.

REMOVER, a pedido, a servidora ROSA ANÁLIA DAS NEVES NOGUEIRA, matrícula n.º 626589/1, ocupante do cargo de Escrevente Datilógrafo, do Departamento de Recursos Humanos / DAD para a Diretoria de Programação Financeira.

PORTARIA N.º 0901 DE 10.12.2002

Considerando o disposto no art. 49 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, alterado pela Lei n.º 5.942 de 15 de janeiro de 1996, e ainda os termos do Processo n.º 2002 / 00273015872-8.

REMOVER, a pedido, a servidora CRISTINA MARIA PILATI ANYZEWSKI, matrícula n.º 5003028/1, ocupante da função de Técnico, da Diretoria de Administração para a Diretoria de Programação Financeira.

PORTARIA N.º 0902 DE 10.12.2002

Considerando que a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei n.º 8.883, de 08 de junho de 1994, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e os termos do Mem. N.º 080/2002-ASLIC, datado de 05.12.2002.

CONSTITUIR a Comissão Especial de Licitação, objetivando a aquisição de películas verticais com lâminas em PVC com trilho em alumínio, modelo coleção Ágata, para a Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 4.ª Região Fiscal / Santarém, composta dos servidores MARIA DE FÁTIMA SENA RODRIGUES, Auxiliar Técnico, matrícula n.º 3002001/2, lotada na Divisão de Transportes / DEOP / DAD, MARIUCE GALÚCIO FARIAS LIMA, Técnico, matrícula n.º 3250342/1, lotada na Divisão de Serviços Gerais / DEOP / DAD e LINCOLN JOSÉ GAMA DA COSTA, sob a presidência da primeira.

PORTARIA N.º 0903 DE 10.12.2002 - MEM. N.º 003/2002-ASTEC/DFI, DE 02.12.2002

SUBSTITUIR, a partir de 10.12.2002, na Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria n.º 0844 de 30.10.2002, publicada no D.O.E n.º 29.814 de 01.11.2002, a servidora KÁTIA CRISTINA DA SILVA NEVES, Fiscal de Tributos Estaduais, matrícula n.º 5128331/2, lotada na Diretoria de Fiscalização, pela servidora MARIA ELOISA MAROJA SERÁFICO DE ASSIS CARVALHO, Administrador, matrícula n.º 55980/1, lotada na Inspeção Fazendária de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito.

RESUMO DAS PORTARIAS DO DERH PORTARIA N.º 392 DE 12.12.2002

Considerando o disposto no art. 81 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Laudo Médico N.º 10.288/2002-IPASIEP de 10.12.2002, protocolado sob n.º 00273016357-8.

CONCEDER 63 (sessenta e três) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora TEREZINHA DE JESUS VINHOLTE SILVA, matrícula n.º 5106125/1, ocupante do cargo de Agente Tributário, lotada na Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 4.ª Região Fiscal, no período de 05.12.2002 a 05.02.2003, sem prejuízo de sua remuneração.

PORTARIA N.º 393 DE 12.12.2002

Considerando o disposto no art. 81 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Laudo Médico N.º 10.019/2002-IPASIEP de 02.12.2002, protocolado sob n.º 00273016177-0.

CONCEDER 37 (trinta e sete) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora SÔNIA DAS GRAÇAS CALDAS DOS SANTOS, matrícula n.º 198412/1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 8.ª Região Fiscal, no período de 25.11.2002 a 31.12.2002, sem prejuízo de sua remuneração.

PORTARIA N.º 394 DE 12.12.2002

Considerando o disposto no art. 81 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Laudo Médico n.º 9739/2002-IPASIEP de 20.11.2002, protocolado sob n.º 01273024002-2.

CONCEDER 16 (dezesseis) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARA LEDA SEVERINO PIRES, matrícula n.º 5128919/2, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, lotada na Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 1.ª Região Fiscal, no período de 19.11.2002 a 04.12.2002, sem prejuízo de sua remuneração.

PORTARIA N.º 395 DE 12.12.2002

Considerando o disposto no art. 81 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Laudo Médico n.º 10.172/2002-IPASIEP de 05.12.2002, protocolado sob n.º 09273012647-3.

CONCEDER 07 (sete) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora ELZA COSTA ANDRADE DA SILVA, matrícula n.º 3244547/1, ocupante da função de Auxiliar Técnico, lotada na Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 9.ª Região Fiscal, no período de 26.11.2002 a 02.12.2002, sem prejuízo de sua remuneração.

PORTARIA N.º 396 DE 12.12.2002

Considerando os termos da Portaria n.º 10 de 10.01.2002 de concessão de Licença Saúde; Considerando o disposto no art. 83 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Laudo Médico N.º 10.240/2002-IPASIEP de 06.12.2002, protocolado sob n.º 00273016303-9.

PRORROGAR por 63 (sessenta e três) dias a Licença para Tratamento de Saúde, concedida através da Portaria n.º 278 de 10.09.2002, publicada no D.O.E n.º 29.779 de 12.09.2002, ao servidor JOSÉ ALVES MONTEIRO, matrícula n.º 48755/1, ocupante do cargo de Agente Auxiliar de Fiscalização, lotado na Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 8.ª Região Fiscal, no período de 09.12.2002 a 09.02.2003.

PORTARIA N.º 397 DE 12.12.2002

Considerando os termos da Portaria n.º 11 de 10.01.2002 de concessão de Licença Saúde; Considerando o disposto no art. 83 da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Laudo Médico N.º 10.084/2002-IPASIEP de 03.12.2002, protocolado sob n.º 00273016232-6.

PRORROGAR por 61 (sessenta e um) dias a Licença para Tratamento de Saúde, concedida através da Portaria n.º 321 de 08.10.2002, publicada no D.O.E n.º 29.799 de 10.10.2002, à servidora MARINA DE SOUZA OLIVEIRA, matrícula n.º 5006848/1, ocupante da função de Técnico, lotada na Inspeção Fazendária do Itinga, no período de 03.12.2002 a 01.02.2003.

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N.º 034/2002/SEFA

Partes: Secretaria Executiva da Fazenda, CNPJ n.º 05.054.903/0001-79 e a Empresa Bertillon Vigilância e Transporte de Valores Ltda., CNPJ n.º 05.200.255/0001-05.

Objeto: O presente Termo, tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de serviço firmado entre a Secretaria Executiva da Fazenda e a Empresa Bertillon Vigilância e Transporte de Valores Ltda., em 01.10.2002, registrado sob o n.º 034/2002, tendo em vista a conclusão do Processo Licitatório n.º 009/2002, cujo termo final do presente contrato estava condicionado à homologação e adjudicação do referido processo licitatório.

Foro: Belém-PA

Data da assinatura: 03.12.2002

Ordenador Responsável: João Rafael Ramos Gomes

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL

Partes: Secretaria Executiva da Fazenda, CNPJ n.º 05.054.903/0001-79 e a Prefeitura Municipal de Irituia, CNPJ n.º 05.193.123/0001-00.

Objeto: O presente instrumento tem como objetivo a cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado do Pará/Secretaria Executiva da Fazenda, localizado na Avenida Júlio Ribeiro Tavares n.º 02, no Município de Irituia, Estado do Pará, com exclusiva finalidade de sua utilização para instalação da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social do Município, pela Cessionária.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação

Vigência: O presente Termo de Cessão de Uso terá vigência de 02 (dois) anos, iniciando-se na data de sua assinatura e encerrando-se na mesma data do ano de 2004.

Foro: Belém-PA

Data da assinatura: 10.12.2002

Ordenador responsável: Paulo Fernando Machado

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 010/02

Objeto: Aquisição de Lâceres de Segurança.

Decisão Proferida em: 11/12/2002.

Tipo de Licitação: Menor Preço Unitário.

Firma Vencedora:

- Apolo Comercial Ltda.

Belém, 12 de Dezembro de 2002.

JOSÉ RIBAMAR MONTEIRO DE CARVALHO

Assessor de Licitação

PORTARIAS DO IPVA

PORTARIA N.º 6197, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019487/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a dispensa de pagamento do IPVA ao veículo p/ano 2002

Base Legal: parecer do processo que comprova transferência de jurisdição para o Estado de Goiás

Interessado: Fernando Gomes da Silva

Marca Tipo Chassi

HONDA/CIVIGLX Pas/Automóvel 93HJ6540X7308962

PORTARIA N.º 6198, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730018812/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Maria de Araújo

Marca Tipo Chassi

FIAT/UNO ELECTRONIC Pas/Automóvel 9BD146000R5357074

PORTARIA N.º 6199, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730018987/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Lucas Leão da Silva

Marca Tipo Chassi

FIAT/PALIO WEEKEND Mis/Automóvel 9BD178858W0697642

PORTARIA N.º 6200, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730018871/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Orlando Nogueira da Silva Filho

Marca Tipo Chassi

VW/GOL CL Mis/Automóvel 9BWZZZ377ST137531

PORTARIA N.º 6201, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730018855/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Benjamin Carlos Ferreira

Marca Tipo Chassi

FIAT/PALIO WEEKEND Pas/Automóvel 9BD178837V0458144

PORTARIA N.º 6202, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019398/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Maria Ferreira da Fonseca

Marca Tipo Chassi

FIAT/PALIO ED Pas/Automóvel 9BD178016V0485133

PORTARIA N.º 6203, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019479/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Paulo Ferreira de Castro

Marca Tipo Chassi

FIAT/PALIO EL Pas/Automóvel 9BD178237T0094234

PORTARIA N.º 6204, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019070/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Evandro Sousa de Araújo

Marca Tipo Chassi

GM/CELTA Pas/Automóvel 9BGRD08Z01G117536

PORTARIA N.º 6205, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019274/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Nilce Maria de Oliveira Conceição

Marca Tipo Chassi

FIAT/PALIO WEEK Mis/Automóvel 9BD178836Y0990839

PORTARIA N.º 6206, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019304/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Delzuite José Porfino

Marca Tipo Chassi

VW/PARATI CL Mis/Automóvel 9BWZZZ377TT173866

PORTARIA N.º 6207, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019380/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: José Dória Medeiros

Marca Tipo Chassi

FIAT/PALIO 16V Pas/Automóvel 9BD178258T0129473

PORTARIA N.º 6208, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019436/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Leide de Jesus Martins Soares

Marca Tipo Chassi

VW/GOL 1.0 PLUS Pas/Automóvel 9BWCA05X81T049615

PORTARIA N.º 6209, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019444/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Ribamar de Oliveira Franca

Marca Tipo Chassi

FIAT/UNO ELECTRONIC Pas/Automóvel 9BD146000R5361334

PORTARIA N.º 6210, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019339/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Carlos Eliezer de Souza Silva

Marca Tipo Chassi

IMP/VW GOL CL 1.8 Mis/Automóvel 8AWZZZ30ZJR082410

PORTARIA N.º 6211, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019096/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Roberto Carlos Martins Moraes

Marca Tipo Chassi

FORD/VERONA 1.8 LX Pas/Automóvel 9BFZZZ54ZRB589308

PORTARIA N.º 6212, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019525/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Antonio Ferreira da Silva

Marca Tipo Chassi

VW/GOL CL Pas/Automóvel 9BWZZZ30ZRT055895

PORTARIA N.º 6213, DE 10/12/2002 - PROC N.º 072730065194/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Divino Gomes da Silva

Marca Tipo Chassi

HONDA/CG 125 TITAN Pas/Motociclo 9C2JC2500YR048640

PORTARIA N.º 6214, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019258/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Rosa Cláudia Figueiredo Ferreira

Marca Tipo Chassi

FIAT/UNO MILLENN Pas/Automóvel 9BD158068W4017928

PORTARIA N.º 6215, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019231/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Manoel Conceição Rodrigues Feio

Marca Tipo Chassi

VW/GOL 1.0 PLUS Pas/Automóvel 9BWCA05X51T050768

PORTARIA N.º 6216, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730018588/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Raimundo Paulo Nogueira de Mesquita

Marca Tipo Chassi

IMP/VW GOL CL Pas/Automóvel 8AWZZZ377TA844164

PORTARIA N.º 6217, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019088/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: William Castro Do Nascimento

Marca Tipo Chassi

FIAT/UNO MILLENN Pas/Automóvel 9BD146048V5965613

PORTARIA N.º 6218, DE 10/12/2002 - PROC N.º 102730054171/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Pedro Gois Sobrinho

Marca Tipo Chassi

VW/GOL CL 1.6 MI Mis/Automóvel 9BWZZZ377VT114878

PORTARIA N.º 6219, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019142/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002

Base Legal: art. 3.º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Raimundo Nonato Goes dos Santos

Marca Tipo Chassi

FIAT/UNO ELECTRONIC Pas/Automóvel 9BD146000P5099006



Ano CXI da IOE
113ª da República
Nº 29.843

DIÁRIO OFICIAL

0521

Belém, sexta-feira,
13 de dezembro de 2002

Caderno

2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA

SECRETÁRIO: PAULO FERNANDO MACHADO
AV. VISCONDE DE SOUZA FRANCO, 110 - ☎ (91) 212-0066

PORTARIA N.º 6223, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019738/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Shidi da Silva Sasaki

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL CL 1.6 MI	Mis/Automóvel	9BWZZZ375XT017310

PORTARIA N.º 6224, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019681/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2001
Base Legal: art 3º inc IX Lei 6017/96, alterada pela Lei 6278/99
Interessado: Eddie Paulo Batista de La Roque

Marca	Tipo	Chassi
VW/SANTANA	Pas/Automóvel	9BWZZZ327WP014046

PORTARIA N.º 6225, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019681/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Eddie Paulo Batista de La Roque

Marca	Tipo	Chassi
VW/SANTANA	Pas/Automóvel	9BWZZZ327WP014046

PORTARIA N.º 6226, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019762/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Antonio Ernesto Viana Mesquita

Marca	Tipo	Chassi
FIAT/UNO MILLE EP	Pas/Automóvel	9BD1460005542912

PORTARIA N.º 6227, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019592/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Velson Marcones Julienes Regina

Marca	Tipo	Chassi
FORD/VERONA LX	Pas/Automóvel	9BFZZZ54ZLB111884

PORTARIA N.º 6228, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019185/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Maria Camara

Marca	Tipo	Chassi
FIAT/PALIO EX	Pas/Automóvel	9BD178296W0776293

PORTARIA N.º 6229, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730017441/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2001
Base Legal: art 3º inc IX Lei 6017/96, alterada pela Lei 6278/99
Interessado: Jose Edmundo de Souza Fernandes

Marca	Tipo	Chassi
VW/LOGUS GLI 1.8	Pas/Automóvel	9BWZZZ55ZSB680854

PORTARIA N.º 6230, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019150/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Ezequiel Viana de Araújo

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL CL	Mis/Automóvel	9BWZZZ30ZPT152957

PORTARIA N.º 6231, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730013209/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Francisco de Assis Rosa de Sousa

Marca	Tipo	Chassi
GM/CORSA GL 1.6	Pas/Automóvel	9BCSE19NTTC798546

PORTARIA N.º 6232, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019100/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Paulo Armando da Rocha Oliveira

Marca	Tipo	Chassi
FORD/ROYALE 1.8 GL	Mis/Automóvel	9BFZZZ336TP036724

PORTARIA N.º 6233, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019649/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Claudio Oliveira

Marca	Tipo	Chassi
GM/CORSA GL	Mis/Automóvel	9BCSE68NTTC747351

PORTARIA N.º 6234, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019690/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Iran da Silva Ferreira

Marca	Tipo	Chassi
FIAT/UNO MILLE SMART	Pas/Automóvel	9BD15828814213771

PORTARIA N.º 6235, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019797/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Carlos Alberto dos Santos Silva

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL 1000	Mis/Automóvel	9BWZZZ30ZRT148785

PORTARIA N.º 6236, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019282/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Roberto de Lima

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL GL	Pas/Automóvel	9BWZZZ30ZLT087807

PORTARIA N.º 6237, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019320/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Antonio Luis Bras Cordeiro

Marca	Tipo	Chassi
FORD/VERONA 1.8 LX	Pas/Automóvel	9BFZZZ54ZRB562858

PORTARIA N.º 6238, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019312/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Amaral Furtado

Marca	Tipo	Chassi
FORD/ESCORT HOBBY	Pas/Automóvel	9BFZZZ54ZPB403508

PORTARIA N.º 6239, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019371/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Luiz Vieira Martins Junior

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL 1	Mis/Automóvel	9BWZZZ377TT194478

PORTARIA N.º 6240, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019355/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Francisco Modesto da Silva

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL CL	Mis/Automóvel	9BWZZZ377TP551871

PORTARIA N.º 6241, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019347/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Francisco Simplicio Sobrinho

Marca	Tipo	Chassi
FORD/ESCORT 1.0	Mis/Automóvel	9BFZZZ54ZRB605874

PORTARIA N.º 6242, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019290/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Pereira de Olanda

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL CL	Mis/Automóvel	9BWZZZ30ZPT133822

PORTARIA N.º 6243, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019428/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Raimundo Gomes da Silva

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL CL	Pas/Automóvel	9BWZZZ30ZMT092666

PORTARIA N.º 6244, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019266/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Ronaldo Cassio Nascimento dos Santos

Marca	Tipo	Chassi
FIAT/UNO 1.0 CITY	Pas/Automóvel	9BD158218Y4090158

PORTARIA N.º 6245, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019061/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jey Jose Ribeiro Furtado

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL 1000	Mis/Automóvel	9BWZZZ30ZSP135622

PORTARIA N.º 6246, DE 10/12/2002 - PROC N.º 042730113227/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Moises Marques Carvalho

Marca	Tipo	Chassi
VW/SANTANA	Pas/Automóvel	9BWZZZ327VP040982

PORTARIA N.º 6247, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730018790/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Edmilson de Oliveira Carneiro

Marca	Tipo	Chassi
GM/CORSA SUPER	Pas/Automóvel	9BGSD19ZXWC639135

PORTARIA N.º 6248, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730018960/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: João Batista da Silva Canelas

Marca	Tipo	Chassi
FIAT/UNO MILLE EX	Pas/Automóvel	9BD158068W4023686

PORTARIA N.º 6249, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019509/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Otaviano Martins Pereira

Marca	Tipo	Chassi
FIAT/UNO MILLE EX	Pas/Automóvel	9BD158068W4008628

PORTARIA N.º 6250, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019703/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Edison da Silva

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL 1000	Mis/Automóvel	9BWZZZ30ZRT133805

PORTARIA N.º 6251, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019568/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jurandir Pereira Miranda

Marca	Tipo	Chassi
FIAT/PALIO EX	Pas/Automóvel	9BD17140222125695

PORTARIA N.º 6252, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019584/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Marcio Luiz da Motta Moreira

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL 1000	Mis/Automóvel	9BWZZZ30ZSP140065

PORTARIA N.º 6253, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730019630/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Nazareno de Jesus Lima Santos

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL 1000	Mis/Automóvel	9BWZZZ30ZPT166675

PORTARIA N.º 6254, DE 10/12/2002 - PROC N.º 192730014086/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2002
Base Legal: art 3º inc VIII Lei 6017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: José Ribamar Nunes de Lima

Marca	Tipo	Chassi
VW/GOL 1000	Pas/Automóvel	9BWZZZ30ZSP060635

SECRETÁRIO: FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
RUA BOAVENTURA DA SILVA, 401 • ☎ (91) 210-2120

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971) using a Shimadzu 1601 UV-Visible Spectrophotometer. The concentration of chlorophyll was expressed in mg/L.

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

DIÁRIO OFICIAL

2002/152053	Maria Zeneide da Conceição	Vila Macarão	00ha04a36ca	Talinda	13 e 14
2002/152054	Vâniza Oliveira de Andrade	Vila Macarão	00ha01a28ca	Talinda	04
2002/152085	Zelha Alves Santana	Vila Macarão	00ha01a94ca	Talinda	14
2002/243077	Jucelene de Souza Nascimento	Vila Macarão	00ha01a93ca	Talinda	12
2002/242611	Antônio Gomes de Sousa	Vila Macarão	00ha03a84ca	Talinda	29 e 30
2002/242669	Raimundo Lima Smith	Vila Macarão	00ha01a95ca	Talinda	08
2002/242805	Josefina Santos do Carmo	Vila Macarão	00ha01a94ca	Talinda	11
2002/242859	Antônio Edvanilson Lin de Aguiar	Vila Macarão	00ha01a93ca	Talinda	32
2002/242674	Rosinete Alves da Conceição	Vila Macarão	00ha01a93ca	Talinda	14
2002/242841	Marla Naura de Sousa	Vila Macarão	00ha01a89ca	Talinda	07
2002/242895	Jurandir Cruz Cunha	Vila Macarão	00ha01a93ca	Talinda	28
2002/242971	Leides Nascimento Diniz	Vila Macarão	00ha02a06ca	Talinda	28
2002/242638	Pedro Elias Bonade Alencar	Vila Macarão	00ha01a93ca	Talinda	09
2002/242666	Juvenal Vieira de Souza	Vila Macarão	00ha01a94ca	Talinda	24
2002/242643	Alfabeto Nunes Acierto	Vila Macarão	00ha01a95ca	Talinda	28
2002/243103	João Batista de Lima Soares	Vila Macarão	00ha02a72ca	Talinda	02
2002/242766	Assa Cláudia Santos de Almeida	Vila Macarão	00ha02a06ca	Talinda	15
2002/41134	Bouventura de Sousa Silva	Vila Macarão	00ha01a96ca	Talinda	23
2002/242880	Cícero Cláudio Ferreira Sales	Vila Macarão	00ha01a92ca	Talinda	23
2002/242866	Domingos Cordeiro dos Reis	Vila Macarão	00ha01a91ca	Talinda	23
2002/242652	Ornel Gomes de Sousa	Vila Macarão	00ha01a93ca	Talinda	20
2002/242912	Simone Gomes Rocha	Vila Macarão	00ha01a91ca	Talinda	35
2002/242993	Domingos Rodrigues da Silva	Vila Macarão	00ha01a93ca	Talinda	20
2002/242888	Olinda Lima Smith	Vila Macarão	00ha01a92ca	Talinda	29

Belém (Pa), 12.12.2002.

RONALDO BARATA - Presidente

ATOS ADMINISTRATIVOS

HOMOLOGAÇÃO DAS SENTENÇAS PROFERIDAS PELO ILMO.SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITURPA, NOS AUTOS DE DOAÇÃO DE TERRAS EM QUE FIGURAM COMO INTERESSADOS:

PROCESSO	NOME	DENOMINAÇÃO ÁREA	MUNICÍPIO	PORTARIA
2002/249153	Angela Oliveira da Silva	S/D	10ha00a00ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002901/2002
2002/249864	Dianey Domingues de Brito	S/D	88ha29a71ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002902/2002
2002/153115	Divina Alves Gomes Ferreira	S/D	60ha59a69ca - Talinda	0002903/2002
2002/249868	Hilbert José da Silva	S/D	88ha44a02ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002904/2002
2002/248709	Isaías Batista de Oliveira	S/D	99ha88a04ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002905/2002
2002/211447	João Batista de Jesus	S/D	97ha15a76ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002906/2002
2002/211485	João Batista dos Santos Neto	S/D	90ha65a74ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002907/2002
2002/211468	Gea Carlos Pessoa	S/D	98ha83a56ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002908/2002
2002/249148	Luiz Gonzaga Aguiar de Sousa Filho	S/D	100ha00a00ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002909/2002
2002/170730	Manoel Vicente Alves	S/D	49ha73a85ca - Talinda	0002910/2002
2002/183107	Maria Marly de Souza Silva	S/D	24ha82a85ca - Talinda	0002911/2002
2002/249143	Nivaldo Sebastião dos Santos	S/D	99ha58a07ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002912/2002
2002/249150	Orlando Fátima Ribeiro	S/D	99ha99a99ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002913/2002
2002/183112	Raimundo José Silva	S/D	32ha51a84ca - Talinda	0002914/2002
2002/183100	Reginaldo de Lima Barbosa	S/D	63ha83a43ca - Talinda	0002915/2002
2002/211490	Sebastião Fraga da Silva	S/D	98ha04a75ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002916/2002
2002/249167	Sebastião Soares Lima	S/D	76ha29a79ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002917/2002
2002/248789	Sérgio Traves Rosa	S/D	00ha11a32ca - Sta. Ma. das Barreiras	0002918/2002

Belém (Pa), 12.12.2002.

RONALDO BARATA - Presidente

CONCESSÃO DE SUPRIMENTO

PORTARIA Nº 2882/2002

SERVIDORA: MARIA AMÉLIA MARCHETTI BORGES
VALOR: R\$ 3.300,00 (TRÊS MIL E TREZENTOS REAIS)
PROJ/ATIVIDADE: 211220125-2902 (MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS)
PERÍODO DE APLICAÇÃO: 12 (DOZE) DIAS, A CONTAR DO PERÍODO INICIAL DA PROGRAMAÇÃO.
DATA DE CONCESSÃO: 10/12/2002
RONALDO BARATA

Presidente

PORTARIA Nº 2894/2002

SERVIDORA: CÁSSIA REGINA DE OLIVEIRA NEVES
VALOR: R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS)
PROJ/ATIVIDADE: 211220125-2902 (MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS)
PERÍODO DE APLICAÇÃO: 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DO PERÍODO DO RECEBIMENTO DA VERBA.
DATA DE CONCESSÃO: 10/12/2002
RONALDO BARATA

Presidente

PORTARIA Nº 2895/2002

SERVIDORA: DEUSALINDA FIGUEIREDO CUNHA
VALOR: R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS)
PROJ/ATIVIDADE: 211220125-2902 (MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS)
PERÍODO DE APLICAÇÃO: 15 (QUINZE) DIAS, A CONTAR DO PERÍODO DO RECEBIMENTO DA VERBA
DATA DE CONCESSÃO: 10/12/2002
RONALDO BARATA

Presidente

PORTARIA Nº 2896/2002

SERVIDORA: MARCI DE ARAÚJO ZAIRE
VALOR: R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS)
PROJ/ATIVIDADE: 211220125-2902 (MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS)
PERÍODO DE APLICAÇÃO: 15 (QUINZE) DIAS, A CONTAR DO PERÍODO INICIAL DA PROGRAMAÇÃO
DATA DE CONCESSÃO: 10/12/2002
RONALDO BARATA

Presidente

EDITAL DE COMPRA

Proc. nº 1999/160485; Armando Guilherme da Silva; área: 384,1233 ha; município: Acará; coordenadas geográficas: M-5 01°44'46,48" S x 48°17'15,25" WGR, M-6 01°45'00,11" S x 48°16'54,56" WGR, M-7 01°47'31,03" S x 48°17'11,48" WGR, M-8 01°48'58,93" S x 48°17'40,95" WGR. Belém (PA), 10 de dezembro de 2002. RONALDO BARATA - Presidente. JORGIE DA SILVA SANTOS - Diretor do DT.

PRODUÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

PRESIDENTE: GERSON DOS SANTOS PERES FILHO
AV. GOV. MAGALHÃES BARATA, 1234 - ☎ (91) 217-5800

PORTARIA Nº 277/02 DE 06.12.2002.

MOTIVO: Autorizar a GMP E GFC a realizar a Doação e Baixa Bens patrimoniais conforme Termo de Doação nº 01/2002.

PRODUÇÃO

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

PRESIDENTE: MÁRIO RAMOS RIBEIRO
AV. PRESIDENTE VARGAS, 251 - ☎ (91) 210-3888

BELÉM, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

CLASSIFICAÇÃO FINAL-PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/02
CLASSIFICAÇÃO FINAL/PROPOSTAS DE PREÇOS

Banco do Estado do Pará S/A, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a classificação final da licitação em epígrafe conforme abaixo:

- ITEM I: (Fornecimento/Processamento de Talonários de Cheques)
- INDÚSTRIA GRÁFICA BRASILEIRA - Vlr. GLOBAL - R\$ 126.078,60
- COMÉRCIO E INDÚSTRIA MULTIFORMAS - Vlr. GLOBAL - R\$ 363.600,00
ITEM II: (CARTÕES MAGNÉTICOS)
- CRACHÁS ARTES GRÁFICAS CIA LTDA - Vlr. GLOBAL - R\$ 48.951,60
- INTELCAV CARTÕES LTDA - Vlr. GLOBAL - R\$ 413.820,00.

A Comissão:

PRODUÇÃO

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO

DIRETOR-PRESIDENTE: ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES
PRAÇA WALDEMAR HENRIQUE, S/Nº - ☎ (91) 223-2130

DIÁRIAS

PORTARIA Nº 171/2002-D.R.H.

NOME: José Cecim Rassy Filho
QDE DE DIÁRIAS: 1 ½ (uma e meia)
LOCAL: Salinópolis-PA
PERÍODO: 06 a 07/12/02
MOTIVO: A fim de atender necessidade de serviço desta Paratur.

PORTARIA Nº 172/2002-D.R.H.

NOME: Antônio Sovano Junior
QDE DE DIÁRIAS: ½ (meia)
LOCAL: Castanhal-PA
PERÍODO: 10/12/2002

MOTIVO: A fim de acompanhar a equipe do BASA, em visita técnica em seu empreendimento turístico, pleiteante a recursos do FNO-BASA.
De-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém-PA, 14 de dezembro de 2002.
ADENAUER GÓES
Presidente

SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA Nº 173/2002-D.R.H.

NOME: Iolanda Ferreira da Cruz
VALOR: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
339039 - Pessoa Jurídica = R\$ 4.500,00
339036 - Pessoa Física = R\$ 3.500,00
339030 - Material de Consumo = R\$ 2.000,00
De-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém-PA, 12 de dezembro de 2002.
ADENAUER GÓES
Presidente

PRODUÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA

SECRETÁRIO: GERVÁSIO JOSÉ CAMILO
TRAV. DO CHACO, 2232 - ☎ (91) 226-8904

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 276523/2002-SAGRI
CONVITE Nº 028/2002-SAGRI

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO E ADJUDICATÓRIO

Nos termos do art. 38, VII, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas modificações posteriores, e considerando o relatório da CPI, homologo o procedimento licitatório e adjudico o objeto da licitação em sua totalidade a firma J. F. ALVES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES.

Autorizo a contratação
Belém, 12 de dezembro de 2002
GERVASIO JOSÉ CAMILO

Secretário Executivo de Agricultura

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 017/2002.

PARTES: Secretaria Executiva de Agricultura e o Serviço Social do Comércio
OBJETO: Constitui objeto do presente termo, a Cooperação Técnica entre técnicos do Serviço Social do Comércio e da Secretaria de Agricultura e seus organismos vinculados, com vistas ao oferecimento de cursos/treinamentos e palestras, nos Municípios de Santarém, Marabá, Ananindeua, Benevides, Castanhal, Inhangapi, São Francisco do Pará e Salinópolis.

VIGÊNCIA: A partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2002.

FORO: Belém / Pará

DATA DA ASSINATURA: 09 de dezembro de 2002

ASSINATURAS:

GERVASIO JOSÉ CAMILO

Secretário Executivo de Agricultura

CARLOS MARX TONINI

Presidente

PRODUÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

SECRETÁRIO: EMANUEL ARESTI SANTANA GONÇALVES MATOS
TRAV. LOMAS VALENTINA, 2717 - ☎ (91) 226-3329

EXTRATO DE CONVÊNIO REPUBLICADO DEVIDO A INCORREÇÕES,
PUBLICADO NO D.O. Nº 29.225 DO DIA 01/06/2000, C.1.P.11

EXTRATO DO CONVÊNIO FEM-SECTAM/COOPERATIVA MISTA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DOS PROJETOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RURÓPOLIS Nº 05/2000

PARTES SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (SECTAM), CNPJ-3492783/0001-68, COOPERATIVA MISTA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DOS PROJETOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA DE RURÓPOLIS (CNT) - Nº 03.170908/0001-31.

OBJETIVO: cooperação financeira entre os participantes, para execução do projeto de adaptação elétrica hidráulica e civil do pedido da agroindústria, localizada no município de rurópolis, objetivando a instalação dos equipamentos adquiridos através do projeto ped.

DATA DA ASSINATURA: 25 de maio de 2000

VIGÊNCIA: (SEIS) MESES.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 27101.1854200532103 - Fundo Estadual do Meio Ambiente- FEM- elementos de despesas - 3490-99- Custeio - Investimento em regime de execução especial - fonte 016.

PORO: Belém-Pa

ORDENADOR DE DESPESA: EMANUEL ARESTI SANTANA GONÇALVES MATOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 085/01
Objeto do Contrato Originário: Apoio financeiro a realização do projeto "Controle de Pragas (insetos e doenças) em Áreas de Reflorestadas com Mogno Swietenia macrophylla no Estado do Pará".
Valor do Convênio Originário: R\$29.350,00 (Vinte e nove mil, trezentos e cinquenta reais).

PARTES: Estado do Pará, através da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, com a intervenção da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto, a prorrogação do prazo de vigência até 30 de dezembro de 2003 e a alteração da Cláusula Quarta - Da Prestação de Contas.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 27101.19.571.0052.2099 - Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia - FUNTEC.

DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2002

Ordenador Responsável: Emanuel Aresti Santana Gonçalves Matos

EXTRATO DE CONVÊNIO SECTAM/FUNTEC/EMBRAPA/FUNAGRI Nº 014/02

PARTES: Estado do Pará, através da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, com a intervenção da Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia.

OBJETO: Apoio financeiro a realização do projeto intitulado "SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PRODUZIDAS POR PLANTAS FORRAGEIRAS COM POTENCIAL DE BIOERBICIDAS".

VALOR: R\$30.000,00 (trinta mil reais).

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2003

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 27101.19.571.0052.2099 - Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia - FUNTEC.

DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2002

EMANUEL ARESTI SANTANA GONÇALVES MATOS

Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

DEFESA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

PROCURADOR-GERAL: ITALO DE ALMEIDA MÁCOLA JÚNIOR
TRAV. PADRE PRUDÊNCIO, 154 - ☎ (91) 242-0100

PORTARIA Nº 1630/02 DP-G, DE 09/12/02

O Procurador Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 9º da Lei Complementar nº 13 de 18 de Junho de 1983.

Considerando a necessidade de proceder o levantamento da situação do quadro funcional deste órgão público;

RESOLUÇÃO:

I - Prorrogar os trabalhos do Grupo Especial de Trabalho no período de 08.12. a 22.12, instituído pela Portaria nº 1630/02 DP-G.

II - Publique-se

ITALO DE ALMEIDA MÁCOLA JÚNIOR

Procurador Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará

PORTARIA Nº 1636/02 DP-G, DE 10/12/02

Conceder 01 (uma) diária a servidora Maria Lúcia Bittencourt Rodrigues, matrícula nº 3085155-016, lotada na Corregedoria Geral, no elemento de despesa 339014 função programática 030910087-2298, no período de 11 à 12/12/02, para se deslocar para Santa Izabel, com o objetivo de participar de Diligência em processo administrativo disciplinar.

PORTARIA Nº 1637/02 DP-G, DE 10/12/02

Conceder 01 (uma) diária a servidora Heliana Denise da Silva Sena, matrícula nº 3085287-015, lotada na Corregedoria Geral, no elemento de despesa 339014 função programática 030910087-2298, no período de 11 à 12/12/02, para se deslocar para Santa Izabel, com o objetivo de fazer Diligência em processo administrativo disciplinar.

PORTARIA Nº 1638/02 DP-G, DE 10/12/02

Conceder 01 (uma) diária ao servidor César Augusto Assad, matrícula nº 3084698-010, lotado na Diretoria do Interior, no elemento de despesa 339014 função programática 030910087-2298, no período de 11 à 12/12/02, para se deslocar para Santa Izabel, com o objetivo de participar de Diligência em processo administrativo disciplinar.

PORTARIA Nº 1639/02 DP-G, DE 10/12/02

Conceder 01 (uma) diária a servidora Maria Cândida Costa Feitosa, matrícula nº 3083837-017, lotada na Corregedoria, no elemento de despesa 339014 função programática 030910087-2298, no período de 11 à 12/12/02, para se deslocar para Santa Izabel, com o objetivo de participar de Diligência em processo administrativo disciplinar.

PORTARIA Nº 1640/02 DP-G, DE 10/12/02

Conceder 01 (uma) diária ao servidor Estácio Soares Almeida, matrícula nº 5759315-010, lotado na Diretoria Administrativa, no elemento de despesa 339014 função programática 030910087-2282, no período de 11 à 12/12/02, para se deslocar para Igarapé Açú, com o objetivo de conduzir Defensor Público.

DEFESA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

DIRETORA-SUPERINTENDENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA TOCANTINS
ROD. AUGUSTO MONTENEGRO, S/Nº - KM 04 - ☎ (91) 215-6333

AVISO

O Departamento de Trânsito do Estado do Pará, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 1081/2002 - DS/DAF/CA/DRH, torna público que na abertura do processo licitatório Convite nº 014/02 - CPL, cujo objeto é a contratação de empresa de reprografia, foi considerada vencedora a empresa Computar Store, por ter atendido às exigências do Edital.

Belém, 12 de dezembro de 2002.

Patricia Regina Leoty da Cunha

Presidente da CPL

Vistos:

Maria da Conceição da Silva Tocantins

Diretora Superintendente

TERMO DE DISPENSA

A Coordenadora Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, resolve DECLARAR A DISPENSA de licitação para a contratação em caráter emergencial de empresa prestadora de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado instalados na sede e posto de atendimento do Detran/PA, face a Liminar impetrada para realizar a contratação oriunda do processo licitatório convite nº 013/2002 - CPL. Com base legal no art. 24 Inciso IV da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Belém(PA), 11 de dezembro de 2002.

GLAURA IOLANDA BRITO PIRES

COORDENADORA FINANCEIRA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, resolve RATIFICAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO para a contratação em caráter emergencial de empresa prestadora de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado instalados na sede e posto de atendimento do Detran/PA, face a Liminar impetrada para realizar a contratação oriunda do processo licitatório convite nº 013/2002 - CPL. Com fundamento legal no art. 24 Inciso IV da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Alterações Posteriores.

Belém(PA), 11 de dezembro de 2002.

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA TOCANTINS

DIRETORA SUPERINTENDENTE

PORTARIA Nº 1895/2002 - DS/PROJUR

A Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais e, ...

CONSIDERANDO que o condutor ROSIVALDO SILVA DA CRUZ, apresenta em seu prontuário 33 (trinta) pontos, provenientes de 05 (cinco) infração de trânsito, por violação aos artigos 218, I, "a", por uma vez, (infração grave); 218, I, "b", por uma vez (infração gravíssima), 168, por uma vez, (infração gravíssima), 208, por uma vez, (infração gravíssima) e 214, II, por uma vez, (infração gravíssima), todos do Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO que mesmo notificado para apresentar defesa, referido condutor não apresentou razões de defesa no prazo estabelecido, não podendo, futuramente, alegar que lhe foi cercado esse direito.

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER o direito de dirigir veículo automotor do ROSIVALDO SILVA DA CRUZ, portador da Carteira Nacional de Habilitação RG nº 00037994147, categoria "D", pelo prazo de 08 (oito) meses a contar da data do recolhimento da CNH do condutor pelo setor competente, ex vi dos artigos 256, III, e 261, § 2º, da Lei 9.503/97 combinado com o artigo 1º, I e II, da Resolução 054/98, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 2º - SUBMETÊ-LO a curso de reciclagem, na forma do artigo 256 inciso VII e 268, II, da Lei nº 9.503/97, em um dos Centros de Formação de Condutores credenciados pelo Órgão, e na forma estabelecida na Resolução nº 058/98, do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 2º - COMUNICAR a presente decisão, ao órgão executivo de trânsito da União, de acordo com o artigo 22, VIII do Código de Trânsito Brasileiro, para que fique disponibilizada na BINCO, de conformidade com as orientações contidas no Ofício Circular nº 157/99 - Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belém, 13 de novembro de 2002.

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA TOCANTINS

Diretora Superintendente

PORTARIA Nº 1865/2002 - DS/PROJUR

A Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais e, ...

CONSIDERANDO que o condutor JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES JÚNIOR, foi autuado em flagrante delito, por homicídio culposo artigos 302 306, da Lei 9.503/97, assim como no artigo 165, do Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO que suas alegativas não foram suficientes para eximi-lo da responsabilidade das infrações supracitadas.

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER o direito de dirigir veículo automotor do JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES JÚNIOR, portador da Carteira Nacional de Habilitação RG nº 00435837932, categoria "B", pelo prazo de 06 (seis) meses, com base no artigo 165 combinado com o artigo 256, III, todos da Lei 9.503/97, e art. 1º, III, da Resolução 054/98 do Conselho Nacional de Trânsito, a contar da data do efetivo de sua Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 2º - RECOLHER ao crário estadual a multa correspondente ao dispositivo violado, combinado com o artigo 258, I, do Código de Trânsito Brasileiro, agravada com o fator multiplicador de cinco vezes, com a consequente inserção de 07 (sete) pontos em seu prontuário, de acordo com o artigo 259, I do mesmo diploma legal.

Art. 3º - SUBMETÊ-LO a curso de reciclagem, na forma do artigo 268, II da Lei nº 9.503/97, em um dos Centros de Formação de Condutores credenciados pelo DETRAN/PA.

Art. 2º - COMUNICAR ao órgão executivo de trânsito da União a presente suspensão, de acordo com o artigo 22, VIII do mesmo diploma legal, via sistema, para que fique disponibilizada na BINCO - Base de Informação Nacional do condutor, como instruído no Ofício Circular nº 157/99 - Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belém, 08 de novembro de 2002.

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA TOCANTINS

Diretora Superintendente

PORTARIA Nº 1939 /2002 - DS/PROJUR

A Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais, e ...

CONSIDERANDO que o condutor RAUFF SAMPAIO TOMAZ infringiu os artigos 167 e 170, todos do Código de Trânsito Brasileiro, por ter dirigido sem usar cinto de segurança, infração (grave); ameaçando os pedestres e veículos, infração (gravíssima). CONSIDERANDO que o condutor foi devidamente notificado, mas sua defesa foi insuficiente para eximi-lo das responsabilidades que lhe foram imputadas.

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER o direito de dirigir veículos automotores do condutor RAUFF SAMPAIO TOMAZ, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00022244802, categoria "AB", pelo prazo de 01 (um) mês, com base no artigo 170 da Lei nº 9.503/97, combinado com o artigo 1º, inciso I, da Resolução nº 054/98 Conselho Nacional de Trânsito, a contar da data do efetivo recolhimento de sua Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 2º - RECOLHER ao crário Municipal as multas correspondentes aos artigos 167 e 170, combinados com o artigo 258, incisos I, II, com a consequente inserção de 12 (doze) pontos em seu prontuário, de acordo com o artigo 259, incisos I, II todos do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 3º - SUBMETÊ-LO a curso de reciclagem, na forma do artigo 268, II da Lei nº 9.503/97, em um dos Centros de Formação de Condutores credenciados pelo Órgão, e na forma estabelecida na Resolução nº 058/98 do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 4º - COMUNICAR ao órgão executivo de trânsito da União a presente suspensão, de acordo com o artigo 22, VIII, do mesmo diploma, via sistema, para que fique disponibilizada na Base de Informação Nacional do Condutor, como instruído no Ofício Circular nº 157/99 do Departamento Nacional de Trânsito.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Superintendência, 21 de novembro de 2002

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA TOCANTINS

Diretora Superintendente

DEFESA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDANTE: CEL. PM. MAURO LUIS CALANDRINI FERNANDES
TRAV. DO CHACO, 2350 - ☎ (91) 246-6313

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - FUNSAU

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO (1ª FASE)

TOMADA DE PREÇO Nº 03/02

Do Objeto: Reforma e ampliação do prédio do Complexo Odonto-Médico Laboratorial da Polícia Militar do Pará.

I - Empresas Habilitadas: ATAN Engenharia Ltda., SENENGE Engenharia Ltda. e ABA Engenharia Ltda.

II - Empresas Inabilitadas:

a) Seleco Construções Ltda, por descumprimento do item C. 3 (certidão de falência e concordata vencida).

b) Engenharia e Comércio Control Ltda, por descumprimento do item 8.3 (declaração de fato superveniente não autenticada em cartório).

c) Mega Engenharia e Consultoria Ltda, por descumprimento dos itens: B3 (não indicou responsável técnico e aceitação do mesmo), C.2 (declaração de fato superveniente não autenticada em cartório) e D.3. (Não apresentou a certidão de dívida ativa da união).

d) Costa Construções Ltda, por descumprimento dos itens: B.3 (Indicação do responsável técnico), 8.3 (declaração de fato superveniente não autenticada em cartório) e B.1. (faltou com a comprovação de quitação da anuidade do profissional).

e) Diron Construções e Serviços Ltda, por descumprimento do item C.1 (balanço patrimonial) e C.4 (não apresentou balanço do último exercício 2001).

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

DIÁRIO OFICIAL

f) C.B.E Engenharia Ltda, por descumprimento do item 8.3. (declaração de fato superveniente não autenticada em cartório).

g) Arteplan Projetos e Construções Ltda, por descumprimento do Item 8.3. (declaração indicando o responsável técnico não assinada).

A Comissão de Licitação concede, a partir desta data, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, à Licitante que se julgar prejudicada por atos desta Comissão interpor recurso, de acordo com o que estabelece a Lei Federal N° 8.666/93 e suas alterações posteriores. Ficando marcada a data abertura das propostas comerciais para o dia 27.12.02 às 9:00h.

Belém, 13 de dezembro de 2002.

MAURO JESUS MORAIS DO NASCIMENTO - MAJ QOPM
Presidente da CEL.

DEFESA

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL

SUPERINTENDENTE: JOSÉ ALYRIO WANZELER SABBÁ
RUA 28 DE SETEMBRO, 339 - ☎ (91) 241-1095

RESUMO DE PORTARIA

ERRATA

Portaria Publicada no Diário Oficial n° 29.840, de 10/12/02;

Onde se lê: Portaria n° 271/02-Gab.SUSIPE, de 04/12/2002

Leia-se: Portaria n° 217/02-Gab.SUSIPE, de 04/12/2002

RESUMO DE PORTARIA

PORTARIA N° 218 /2002 - GAB. SUSIPE, DE 11-12-2002.

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO a recém implantação do Centro de Recuperação Regional de Abaterubá;

CONSIDERANDO, ainda a autorização do Exm° Sr. Governador do Estado do Pará, para contratação de pessoal constante no Processo n° 2002/292763 de 19-11-2002.

Resolve com fundamento na Lei Complementar 007 de 25/09/91, que regulamenta o Art. 36 da Constituição Estadual, CONTRATAR pelo período de 27 (vinte e sete) dias a contar de 05/12/2002, os nomes relacionados no anexo I desta portaria, para atender as necessidades imediatas deste Órgão.

ANEXO I

CONTRATANTE: SUSIPE

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 03.122.0125.2903

VALOR CONTRATO MENSAL: R\$ 200,00, 201,00, 214,00 e 247,29

VIGÊNCIA: 05-12-2002 a 31-12-2002

N° INSCRIÇÃO NO CGC: 05054895/0002-41

OBJETO: Contratação de Servidor Temporário

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Complementar n° 007 de 25 de setembro de 1991, que regulamenta o Artigo 36 da Constituição Estadual.

ORDENADOR DE DESPESA: José Alyrio Wanzeler Sabbá

NOME	FUNÇÃO	N° CONTRATO
Paulo Antonio Silva Fonseca	Ag. Prisional	200/2002
Adilson Santos Almeida Tavares	Ag. Prisional	201/2002
Janir Nery Sobrinho	Ag. Prisional	202/2002
Sebastião dos Santos Silva	Ag. Prisional	203/2002
Robson José Brígido dos Santos	Ag. Prisional	204/2002
Manoel Caetano de Sargos	Ag. Prisional	205/2002
João Bosco Melo Cardoso	Ag. Prisional	206/2002
João Sacramento Dias	Ag. Prisional	207/2002
Sebastião da Silva Bitencourt	Ag. Prisional	208/2002
Anselmo Carneiro Alencarforado	Ag. Prisional	209/2002
José Fernando Lima Cardoso	Ag. Prisional	210/2002
José Mario da Conceição Negrão	Ag. Prisional	211/2002
José Ronaldo Silva Santana	Ag. Prisional	212/2002
José Roberto Siqueira de Andrade	Ag. Prisional	213/2002
José Roberto Silva	Ag. Prisional	214/2002
José Nazareno Prazeres da Silva	Ag. Prisional	215/2002
Elizeu Oliveira Alves	Ag. Prisional	216/2002
Valbi Silva de Carvalho	Ag. Prisional	217/2002
Marco Antonio Soares da Silva	Ag. Prisional	218/2002
Wagner Borges Fonseca	Ag. Prisional	219/2002
José Antonio Pinheiro Santos	Ag. Prisional	220/2002
Zelito Ribeiro Freitas	Ag. Prisional	221/2002
Ronaldo Cunha Miranda	Ag. Prisional	222/2002
Mário de Jesus Miranda Almeida	Ag. Prisional	223/2002
Lourivaldo Correa Gomes	Ag. Prisional	224/2002
Otoniel Sousa Conceição	Ag. Prisional	225/2002
Alisson Luciano Feio de Lima	Ag. Prisional	226/2002
Joelson Pantoja da Silva	Ag. Prisional	227/2002
André Luiz de Oliveira Lima	Ag. Prisional	228/2002
Mariano Marques de Figueiredo Junior	Ag. Prisional	229/2002

Eloy Margalho Fonseca Junior	Ag. Prisional	230/2002
Francidávia Viana Wanzeler	Ag. Prisional	231/2002
Maria Fernanda Carvalho Matos	Ag. Prisional	232/2002
Geny de Nazaré Botelho da Silva	Ag. Prisional	233/2002
Elza Maria Braga Sargica	Ag. Prisional	234/2002
Rosilene Monteiro de Souza	Ag. Prisional	235/2002
Nicanor Paraense Correa	Ag. Administrativo	236/2002
João Batista Costa Moraes Junior	Ag. Administrativo	237/2002
Paula Cristina Silva Barbosa	Ag. Administrativo	238/2002
Ivanilda de Sousa Silva	Aux. Enfermagem	239/2002
Rosa Maria Rodrigues Silva	Aux. Enfermagem	240/2002
Viterbo Vilehna da Silva Junior	Ag. Portaria	241/2002
Maria Auxiliadora Pantoja do Carmo	Cozinheira	242/2002
Terezinha do Socorro Fonseca Viana	Cozinheira	243/2002
João Alberto Pantoja Pinheiro	Motorista	244/2002
Pedro Correa Gomes	Motorista	245/2002
Ednilson Vasconcelos dos Santos	Motorista	246/2002
Maria Madalena de Oliveira Martins	Advogada	247/2002
Claudete Marques da Silva	Assist.Social	248/2002
Maria Nereida Freitas Cardoso	Nutricionista	249/2002
Francinete Maria Rodrigues Carvalho	Psicóloga	250/2002
Nozoz Brasil	Odonotologo	251/2002
Sônia Maria Guimaraes Trindade	Pedagoga	252/2002
José Maria Mesquita Viana	Medico	253/2002
Altino Dias da Costa	Tec. Agrícola	254/2002

PORTARIAN° 219 /2002 - GAB. SUSIPE, DE 11-12-2002.

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n° 2.538 de 20/05/94 e Decreto n° 0182 de 03/04/95, que regulamenta a concessão da GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL, que trata o Art. 137 da Lei n° 5.810/94;

CONSIDERANDO o autorizo protocolado sob o n° 2002/292763, de 19-11-2002, para contratação dos servidores relacionados no anexo I desta Portaria.

Resolve conceder aos servidores contratados constante no anexo I desta Portaria, a gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70%(Setenta por cento), incidente sobre o padrão do vencimento do cargo exercido pelo servidor.

ANEXO I

NOME	FUNÇÃO
Paulo Antonio Silva Fonseca	Ag. Prisional
Adilson Santos Almeida Tavares	Ag. Prisional
Janir Nery Sobrinho	Ag. Prisional
Sebastião dos Santos Silva	Ag. Prisional
Robson José Brígido dos Santos	Ag. Prisional
Manoel Caetano de Sargos	Ag. Prisional
João Bosco Melo Cardoso	Ag. Prisional
João Sacramento Dias	Ag. Prisional
Sebastião da Silva Bitencourt	Ag. Prisional
Anselmo Carneiro Alencarforado	Ag. Prisional
José Fernando Lima Cardoso	Ag. Prisional
José Mario da Conceição Negrão	Ag. Prisional
José Ronaldo Silva Santana	Ag. Prisional
José Roberto Siqueira de Andrade	Ag. Prisional
José Roberto Silva	Ag. Prisional
José Nazareno Prazeres da Silva	Ag. Prisional
Elizeu Oliveira Alves	Ag. Prisional
Valbi Silva de Carvalho	Ag. Prisional
Marco Antonio Soares da Silva	Ag. Prisional
Wagner Borges Fonseca	Ag. Prisional
José Antonio Pinheiro Santos	Ag. Prisional
Zelito Ribeiro Freitas	Ag. Prisional
Ronaldo Cunha Miranda	Ag. Prisional
Mário de Jesus Miranda Almeida	Ag. Prisional
Lourivaldo Correa Gomes	Ag. Prisional
Otoniel Sousa Conceição	Ag. Prisional
Alisson Luciano Feio de Lima	Ag. Prisional
Joelson Pantoja da Silva	Ag. Prisional
André Luiz de Oliveira Lima	Ag. Prisional
Mariano Marques de Figueiredo Junior	Ag. Prisional
Eloy Margalho Fonseca Junior	Ag. Prisional
Francidávia Viana Wanzeler	Ag. Prisional
Maria Fernanda Carvalho Matos	Ag. Prisional
Geny de Nazaré Botelho da Silva	Ag. Prisional
Elza Maria Braga Sargica	Ag. Prisional
Rosilene Monteiro de Souza	Ag. Prisional

Terezinha do Socorro Fonseca Viana	Cozinheira
João Alberto Pantoja Pinheiro	Motorista
Pedro Correa Gomes	Motorista
Ednilson Vasconcelos dos Santos	Motorista
Altino Dias da Costa	Tec. Agrícola

LICENÇA PATERNIDADE

PORTARIA N° 1288/2002 - GAB. SUSIPE, DE 05-12-2002.

Nome: Kleyton Pinto Godinho

Cargo/Lotação: Ag.Prisional/CRC

Período: 02-12-02 a 11-12-02

LICENÇA NOJO

PORTARIA N° 1235/2002 - GAB. SUSIPE, DE 22-11-2002.

Nome: Luiz Claudio de Matos Santos

Cargo/Lotação: Advogado/DACOL

Período: 17-11-02 a 24-11-02

ERRATA

DOE n° 29.838, de 06-12-2002

Onde se lê: Extrato de termo aditivo de Prorrogação de Contrato Administrativo de

Servidor Temporário

Nome: Paulo Guilherme Eleotério Pinto

Leia-se: Nome: Delcio Pontes Lourido

INCLUSÃO

DOE n° 29.838, de 06-12-2002

Incluir no Extrato de termo aditivo de Prorrogação de Contrato Administrativo de

Servidor Temporário:

Antonio Carlos Lisboa dos Santos Ag. Prisional 058/2002

Edilson Vilehna dos Santos Motorista 059/2002

Waldir da Costa da Silva Ag. Prisional 060/2002

DEFESA

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETÁRIO: PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA
RUA ARCIPRESTE MANOEL TEODORO, 305 - ☎ (91) 242-4795

FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ERRATA

Com relação a publicação da Portaria n° 207/02 - FISP, de Suprimento de Fundos, publicada no DOE N° 29.841 DE 11.12.2002.

Onde se lê: Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Leia-se: Valor: R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais)

ERRATA

Com relação a publicação do Extrato de termo aditivo ao Contrato Original N° 033/2002-FISP, publicada no DOE N° 29.841 DE 11.12.2002.

Onde se lê: Valor do Termo Aditivo: R\$ 48.656,00 (Quarenta e Oito Mil Seiscentos e Cinquenta e Seis Reais).

Dotação Orçamentária: R\$ 20.021,00 (Vinte Mil e Vinte e Um Reais) - 06.122.0087.2251 - Gerenciamento Técnico Administrativo e R\$ 28.635,00 (Vinte e Oito Mil Seiscentos e Trinta e Cinco Reais) - 06.181.0087-2489-459099 - Programação a cargo da Unidades compartilhadas.

Leia-se: Valor do Termo Aditivo: R\$ 51.646,00 (Cinquenta e Um Mil Seiscentos e Quarenta e Seis Reais).

Dotação Orçamentária: R\$ 20.021,00 (Vinte Mil e Vinte e Um Reais) - 06.122.0087.2251 - Gerenciamento Técnico Administrativo e R\$ 28.635,00 (Vinte e Oito Mil Seiscentos e Trinta e Cinco Reais) - 06.181.0087-2489-459099 - Programação a cargo da Unidades compartilhadas e R\$ 2.990,00 (Dois Mil Novecentos e Noventa Reais) - 06.181.0087.2486 - Programação a Cargo da Polícia Civil.

SUPRIMENTO DE FUNDOS

PORTARIA N° 209/02 - FISP DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Nome: MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS SILVA

Cargo: 1° TIEN PM

Valor: R\$ 6.550,92 (Seis Mil, Quinhentos e Cinquenta Reais e Noventa e Dois Centavos)

Elemento de Despesa: Material de Consumo (339030)

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO a Licitação na Modalidade CONVITE N°022/2002-FISP, pelo critério de menor preço por item, de acordo com as atas de análise de Documentação e de Propostas de Preços, a firma abaixo discriminada:

Firma: TRAJANO SAMPAIO & COMPANHIA LTDA., em todos os itens.

Belém, 12 de dezembro de 2002

HOMOLOGO: Bel. Belarmira Fátima Souza Pantoja

Ordenadora de Despesa do FISP

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO a Licitação na Modalidade CONVITE N°025/2002-FISP, pelo critério de menor preço por item, de acordo com as atas de análise de Documentação e de Propostas de Preços, a firma abaixo discriminada:

Firma: CONSTRUTORA AMAZONAS LTDA.

Belém, 12 de dezembro de 2002

HOMOLOGO: Bel. Belarmira Fátima Souza Pantoja

Ordenadora de Despesa do FISP

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROMOÇÃO SOCIAL

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROMOÇÃO SOCIAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO-BID
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1052/OC/BR
RESULTADO DE JULGAMENTO.
PREGÃO Nº 002/2002

O Pregoeiro da SEPROS/PA torna público o resultado de julgamento das propostas de preço referentes ao PREGÃO nº 002/2002, do tipo menor preço por lote (Processo nº 2300.016361/2002-43) cujo objeto é a aquisição de bens comuns, conforme condições e especificações do termo de referência (Anexo II) e demais anexos. Após análise e julgamento das propostas, foram vencedoras as empresas PROMAQUINAS LTDA, no valor global de R\$ 53.628,00, a empresa MAX-FER COMERCIAL LTDA, no valor global R\$ 63.284,00, e a empresa WINNER MOVEIS LTDA, no valor R\$ 189.000,00, conforme consta nos autos.

PAULO HENRIQUE NAPOLEÃO DA SILVA
Pregoeiro

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROMOÇÃO SOCIAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO-BID
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1052/OC/BR
RESULTADO DE JULGAMENTO.
PREGÃO Nº 003/2002

O Pregoeiro da SEPROS/PA torna público o resultado de julgamento das propostas de preço referentes ao PREGÃO nº 003/2002, do tipo menor preço por lote (Processo nº 2300.016481/2002-41) cujo objeto é a aquisição de bens comuns, conforme condições e especificações do termo de referência (Anexo II) e demais anexos. Após análise e julgamento das propostas, foi vencedora a empresa CRIA-COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS LTDA, no valor global de R\$ 10.200,00 conforme consta nos autos.

IONE MARIA DE OLIVEIRA MOURA
Pregoeiro

SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO

SECRETÁRIA: MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS
RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO, KM 10 - F (91) 211-5000

GABINETE DA SECRETÁRIA
PORTARIA Nº 658/2002-GS

A Secretária Executiva de Educação, usando de suas atribuições e,
- Considerando o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B.)
- Considerando ainda, a política de expansão do Ensino Médio no município e/ou Unidades Escolares que apresentem demanda apta para ingresso na última etapa da Educação Básica.

Resolve:

Artigo 1º - Fica autorizada a implantação gradativa do Ensino Médio via sistema Regular com a 1ª série funcionando em 2002, nas instalações da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Almir Gabriel no Município de Oriximiná-Pa.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMPRA-SE
GABINETE DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO em, 26 de Novembro de 2002.

MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS
Secretária Executiva de Educação

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
RESUMO DE PORTARIAS E ASSUNTOS DIVERSOS
DISPENSA DE FUNÇÃO

PORTARIA: 21491/02 DE 10/12/02

NOME: RAIMUNDO ZACARIAS RODRIGUES DE MORAES
MATRÍCULA: 0600113/011
CARGO/LOT: PROF./EE. TEREZ. DE J. ELIMA/ABAETETUBA
TIPO DE GRATIE: GD (VICE-DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 10/12/2002

PORTARIA: 21492/02 DE 10/12/02

NOME: HORÁCIO FERREIRA CARDOSO
MATRÍCULA: 5286824/013
CARGO/LOT: PROF./EE. TEREZ. DE J. ELIMA/ABAETETUBA
TIPO DE GRATIE: GD (VICE-DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 10/12/2002

DESIGNAR

PORTARIA: 21493/02 DE 10/12/02

NOME: RAIMUNDO ZACARIAS RODRIGUES DE MORAES
MATRÍCULA: 0600113/011
CARGO/LOT: PROF./EE. IRMÃ STELLA MARIA/ABAETETUBA
NÍVEL: GD (DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 10/12/02, ATÉ ULT. DELIBERAÇÃO

MANDAR SERVIR (GD, FG)

PORTARIA: 21494/02 DE 10/12/02

NOME: HORÁCIO FERREIRA CARDOSO
MATRÍCULA: 5286824/013
CARGO/LOT: PROF./EE. IRMÃ STELLA MARIA/ABAETETUBA
NÍVEL: GD (VICE-DIRETOR)
PERÍODO: A PARTIR DE 10/12/2002, ATÉ ULT. ULT. DELIBERAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
RESUMO DE PORTARIAS E ASSUNTOS DIVERSOS
LICENÇA ASSISTÊNCIA
PORTARIA: 005/02 DE 21/11/02

Nº DE DIAS: 10

NOME: RAQUELE CRISTINA CABRAL GOMES E SILVA
MATRÍCULA: 5677700/028
CARGO/LOT: PROF./EE. SALVADOR TRACCAIOLLI/CASTANHAI.
PERÍODO: 07/10/02 A 16/10/02

PORTARIA: 193/02 DE 10/10/02

Nº DE DIAS: 30

NOME: ANGELITA SILVA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 0584639/019
CARGO/LOT: PROF./EE. IG. DA FARTURA/MONTE ALEGRE
PERÍODO: 29/08/02 A 27/09/02

PORTARIA: 691/02 DE 24/10/02

Nº DE DIAS: 18

NOME: MARIA DO CARMO CARVALHO COSTA PEREIRA
MATRÍCULA: 0267180/015
CARGO/LOT: PROF./S. URE DE SANTARÉM
PERÍODO: 01/10/02 A 18/10/02

LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA: 164/02 DE 29/10/02

NOME: ARIENE DO SOCORRO MILÃO MOREIRA
MATRÍCULA: 0479418/010
CARGO/LOT: PROF./E. DEODORO DA FONSECA/ALTAMIRA
PERÍODO: 09/09/02 A 06/01/03

PORTARIA: 004/02 DE 21/11/02

NOME: CLÉIA MONTEIRO LIMA
MATRÍCULA: 5077931/018
CARGO/LOT: PROF./EE. ARISTIDES STA. ROSA/INHANGAPI
PERÍODO: 04/11/02 A 03/03/03

LICENÇA PATERNIDADE

PORTARIA: 001/02 DE 30/10/02

NOME: SILVIO SILVA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 5844673/012
CARGO/LOT: PROF./EEM. DEUSARINA RODRIGUES/CASTANHAI.
PERÍODO: 08/09/02 A 17/09/02

PORTARIA: 839/02 DE 22/10/02

NOME: RAIMUNDO SANTOS NAHUM
MATRÍCULA: 5751357/014
CARGO/LOT: PROF./EE. LAURA DOS S. RIBEIRO/ABAETETUBA
PERÍODO: 10/09/02 A 19/09/02

LICENÇA SAÚDE

PORTARIA: 073/02 DE 23/10/02

NOME: NORINEIA FERREIRA CAMPOS
Nº DE DIAS: 34
MATRÍCULA: 0686409/011
CARGO/LOT: PROFAD1/EE. LAURENO MELO/CASTANHAI.
PERÍODO: 11/09/02 A 14/10/02

PORTARIA: 070/02 DE 23/10/02

NOME: REGINA CELI MELO DE SOUZA
MATRÍCULA: 0367729/013
CARGO/LOT: PROFAD4/EE. LAURENO MELO/CASTANHAI.
PERÍODO: 30/09/02 A 31/10/02

PORTARIA: 738/02 DE 18/11/02

NOME: RAIMUNDO NONATO DO VALE SOUSA
MATRÍCULA: 0270245/013
CARGO/LOT: PROF./S. URE DE SANTARÉM
PERÍODO: 05/11/02 A 13/11/02

PORTARIA: 230/02 DE 16/10/02

NOME: SIDNEIA MARIA RIBEIRO BATISTA
MATRÍCULA: 5618290/012
CARGO/LOT: PROF./EE. FULGENCIO SIMÕES/ALLENQUER
PERÍODO: 12/08/02 A 25/09/02

PORTARIA: 237/02 DE 26/08/02

NOME: TEREZA FRANÇA NUNES
MATRÍCULA: 0582638/018
CARGO/LOT: PROF./EE. DEOCA MOREIRA/CONC. DO ARAGUAIA
PERÍODO: 05/08/02 A 04/09/02

PORTARIA: 727/02 DE 11/11/02

NOME: DARLENE CÉLIA DA SILVA FLENA
MATRÍCULA: 0269050/010
CARGO/LOT: PROF./EE. RIO TAPAJÓS/SANTARÉM
PERÍODO: 05/10/02 A 18/11/02

PRORROGAÇÃO LICENÇA SAÚDE

PORTARIA: 576/02 DE 13/11/02

NOME: VIRGINIA CUTRIM SILVA
MATRÍCULA: 0449326/036
CARGO/LOT: PROF./EE. LUIS CLAUDIO/SÃO DOM. DO ARAGUAIA
PERÍODO: 15/10/02 A 15/12/02

PORTARIA: 579/02 DE 14/11/02

NOME: ELIZABETH DA SILVA PRAÇA
MATRÍCULA: 0275816/017
CARGO/LOT: AG. PORT./EE. PROFANIZIO TEIXEIRA/MARABA
PERÍODO: 27/10/02 A 25/12/02

PORTARIA: 554/02 DE 05/11/02

NOME: DELMIRA VERBENO CORDEIRO
MATRÍCULA: 0667064/019
CARGO/LOT: SERV./EE. MARIA IVONE/ITUPIRANGA
PERÍODO: 18/08/02 A 15/11/02

PORTARIA: 286/02 DE 31/10/02

NOME: TEREZINHA DE JESUS BARBOSA PERES
MATRÍCULA: 0581860/015
CARGO/LOT: SERV./EE. FREI G. VILA NOVA/CONC. DO ARAGUAIA
PERÍODO: 01/10/02 A 08/11/02

PORTARIA: 529/02 DE 23/10/02

NOME: ROSA FERNANDES DOS SANTOS
MATRÍCULA: 6009310/024
CARGO/LOT: PROF./EE. SAJAP/CURIONÓPOLIS
PERÍODO: 19/09/02 A 16/12/02

PORTARIA: 572/02 DE 12/11/02

NOME: VERA LÚCIA DE SOUZA LACERDA
MATRÍCULA: 0209244/011
CARGO/LOT: PROF./E.M. A. ALVES TEIXEIRA/SJOÃO DO ARAGUAIA
PERÍODO: 19/10/02 A 18/11/02

PORTARIA: 558/02 DE 06/11/02

NOME: ELIZABETH DA COSTA LIMA
MATRÍCULA: 0444022/011
CARGO/LOT: SERV./EE. BRASIL TROPICAL/ITUPIRANGA
PERÍODO: 02/09/02 A 30/11/02

PORTARIA: 550/02 DE 04/11/02

NOME: ROSARIA DE FÁTIMA SILVA
MATRÍCULA: 0287172/010
CARGO/LOT: AG. PORT./EE. ALB. BARREIRAS/ITUPIRANGA
PERÍODO: 25/08/02 A 23/10/02

PORTARIA: 547/02 DE 04/11/02

NOME: RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA
MATRÍCULA: 0968943/017
CARGO/LOT: SERV./EEM. J.R. DA SILVA/NOVA IPIXUNA DO PARÁ
PERÍODO: 13/10/02 A 13/01/03

PORTARIA: 578/02 DE 14/11/02

NOME: ADAIRES DA SILVA DOS SANTOS
MATRÍCULA: 0969079/015
CARGO/LOT: SERV./EEM. J.R. DA SILVA/NOVA IPIXUNA DO PARÁ
PERÍODO: 23/10/02 A 21/12/02

ERRATA

LICENÇA ESPECIAL

PORTARIA: 21309/02 DE 03/12/02

NOME: RAIMUNDA PINTO RIBEIRO
ONDE SE LÊ: PERÍODO: 03/02/03 A 03/04/03
LEIA-SE: 03/02/03 A 03/04/03 - 04/03/03 A 02/06/03
ONDE SE LÊ: TRIÊNIO: 16/06/92 A 15/06/95
LEIA-SE: 16/06/92 A 02/06/03 - 16/06/95 A 15/06/98
RETIRE POR TER SAÍDO C/ IN CORR. NO D.O. 29842 DE 12/12/02

PORTARIA: 211/02 DE 02/12/02

NOME: WILSON DA SILVA BARBOSA
ONDE SE LÊ: PORTARIA 211/02
LEIA-SE: PORTARIA 21209/02
RETIRE POR TER SAÍDO C/ IN CORR. NO D.O. 29842 DE 12/12/02
PORTARIA: 21312/02 DE 03/12/02

NOME: EUNILDES MAIA CORREIA DA SILVA
ONDE SE LÊ: 25/07/02 A 24/07/02
LEIA-SE: 25/07/98 A 24/07/01
RETIRE POR TER SAÍDO C/ IN CORR. NO D.O. 29842 DE 12/12/02

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 003/2002
FIRMA (VENCEDORA): BRINK MOBIL. EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA. ITEM: ÚNICO
PRESIDENTE: IONE MARIA DE OLIVEIRA MOURA
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 12/12/2002
Belém, 12 de dezembro de 2002.

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
 ÓRGÃO: SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
 MODALIDADE: CONVITE Nº 030/2002
 FIRM(A) VENCEDORA: C.C.N. COM. CIDADE NOVA LTDA. ITEM: 01,02,03,04 e 08.
 FIRM(A) VENCEDORA: MANEIR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ITEM: 05,06 e 07.
 PRESIDENTE: ANTONIO DA SILVA MIRANDA
 DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 12/12/2002
 Belém, 12 de dezembro de 2002.

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
 ÓRGÃO: SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
 MODALIDADE: CONVITE Nº 032/2002
 FIRM(A) VENCEDORA: DISTRIBEL LTDA. ITEM: 01,02,03,04 e 05.
 PRESIDENTE: ANTONIO DA SILVA MIRANDA
 DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 12/12/2002
 Belém, 12 de dezembro de 2002.

PROMOÇÃO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER

SECRETÁRIO: AMARO BARRETO DA ROCHA KLAUTAU
 ROD. AUGUSTO MONTENEGRO, KM 03- ☎ (91) 243-3808

PORTARIA Nº 483/2002-SEEL, DE 09.12.2002

O Secretário Executivo de Estado de Esporte e Lazer, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei n.º 6.215 de 28 de abril de 1999 e considerando o disposto no Art. 81. Da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda apresentação do Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor ODORICO ALMEIDA BRITO, matrícula n.º 3280047-012, ocupante do cargo de Eletricista, no período de 18.11 a 02.12.2002, sem prejuízo de sua remuneração. Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Executivo de Estado de Esporte e Lazer, em 09 de dezembro de 2002.

LUCILENE BASTOS FARINHA SILVA

Secretaria Adjunta da SEEL

PORTARIA Nº 484/2002-SEEL, DE 09.12.2002.

CONCEDER DIÁRIAS 01 (uma) ao servidor RAIMUNDO NONATO TAVARES AMPUERO; Matr: 2015137-015; CIC 081.199.102-49; Cargo: Assessor; Destino: Castanhal, Carajá e Vigia; Período: 11.12.2002 a 12.12.2002; Objetivo: Realizar vitórias em quadras esportivas.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 418/2002-SEEL, DE 03.12.2002.

PARTES: Secretaria Executiva de Esporte e Lazer-SEEL, CNPJ n.º 03.143.730/0001-43 e do outro lado Luis Júlio de Oliveira Lima, CIC n.º 067.382.142-00.
 OBJETIVO: O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviço como Monitor de Nível Médio na execução das atividades do Projeto 3ª Idade Vida Ativa, visando a sua clientela composta por idosos, no âmbito de uma equipe multidisciplinar, sob coordenação de profissional indicado pela CONTRATANTE.
 PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Instrumento será a partir da data de assinatura até 30 de abril de 2003, podendo ser rescindido antes desta data, a critério da CONTRATANTE; vedada sua prorrogação, a Título de Prolatone.
 VALOR: O valor global do presente Contrato é de R\$ 725,00 (setecentos e vinte cinco reais) a ser pago em (05) parcelas mensais de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais), A Título de Prolatone.
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: UG: 08101 27 813 0099 2776 - FONTE: 043 - ELEMENTO DE DESPESA: 339036, proveniente do Convênio: Ministério do Esporte e Turismo - MET/PA/n.º 100/2002.
 DATA DE ASSINATURA: 03 de dezembro de 2002.

ASSINATURAS:

AMARO BARRETO DA ROCHA KLAUTAU
 Secretário Executivo de Estado de Esporte e Lazer
 LUIS JÚLIO DE OLIVEIRA LIMA
 Contratado

PROMOÇÃO SOCIAL

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

REITOR: FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS
 RUA PROF. NELSON RIBEIRO, 156 - ☎ (91) 244-5177

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº

PARTES: Prefeitura Municipal de Monte Alegre e a Universidade do Estado do Pará.

OBJETO: realização de curso de especialização no município de Monte Alegre.

VALOR TOTAL: R\$ 94.770,00 (noventa e quatro mil, setecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses a contar da data de assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 04/10/02

FORO: Belém - Pará.
 ORDENADOR RESPONSÁVEL:
 FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO ORIGINAL Nº 12/00

PARTES: Universidade do Estado do Pará e Nortnet Comércio & Serviços Ltda.
 OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência.
 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura.
 DATA DE ASSINATURA: 01/10/02
 FORO: Belém - Pará.
 ORDENADOR RESPONSÁVEL:
 FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO ORIGINAL Nº 11/00

PARTES: Universidade do Estado do Pará e Skorpion Sistema de Telecomunicações.
 OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência.
 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura.
 DATA DE ASSINATURA: 01/10/02
 FORO: Belém - Pará.
 ORDENADOR RESPONSÁVEL:
 FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO ORIGINAL Nº 12/02

PARTES: Universidade do Estado do Pará e Mix Engenharia Ltda.
 OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência e alteração de valor.
 VALOR DO TERMO ADITIVO: R\$ 13.063,03 (treze mil, sessenta e três reais e três centavos).

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura.
 DATA DE ASSINATURA: 29/11/02
 FORO: Belém - Pará.

ORDENADOR RESPONSÁVEL:

FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS.

EXTRATO DE CONVÊNIO CONVÊNIO Nº 23/02

PARTES: Universidade do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Altamira.
 OBJETO: estabelecer bases para o desenvolvimento de práticas de ensino no âmbito da URES, Centros de Saúde e Postos de Saúde, através dos Cursos de Medicina, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
 VIGÊNCIA: 02 (dois) anos a contar da data de assinatura.
 DATA DE ASSINATURA: 10/12/02
 FORO: Belém - Pará.

ORDENADOR RESPONSÁVEL:

FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS.

DISPENSA DE FUNÇÃO

PORTARIA Nº 0940/02, DE 06/12/02

NOME DO SERVIDOR: ELEANOR GOMES DA SILVA PALHANO
 MATRÍCULA: 3200353-025

CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE IV - 40 HORAS

LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
 DISPENSAR, do cargo comissionado de CHEFE DO DEPTO. ACAD. DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA, a partir de 01/12/2002.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSONADO

PORTARIA Nº 0941/02, DE 06/12/02

NOME DO SERVIDOR: JOSÉ AUGUSTO CARVALHO DE ARAÚJO

MATRÍCULA: 5446236-021

CARGO: PROFESSOR AUXILIAR II - 40 HORAS

LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
 DESIGNAR, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DO DEPTO. ACAD. DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA, a partir de 01/12/2002 até ulterior deliberação.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0818/02, DE 21/10/02

NOME DO SERVIDOR: DJALMA DE JESUS COSTA

MATRÍCULA: 5041198-015

CARGO: AGENTE DE SERVIÇO B - III

LOTAÇÃO: DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO DA MANUTENÇÃO - DAM
 CONCEDER, 1/2 (meia) diária no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), referente a seu deslocamento até o município de SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, no dia 30/09/02, conduzindo os docentes para inauguração no Núcleo do referido município.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0821/02, DE 22/10/02

NOME DO SERVIDOR: DEILSON EDUARDO DA SILVA MENDES

MATRÍCULA: 0764795-026

CARGO: PROFESSOR AUXILIAR II - 40 HORAS

LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE DESPORTOS

CONCEDER, uma passagem aérea no trecho SANTARÉM/BELÉM/SANTARÉM, e 04 (quatro) diárias no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), para participar da Semana da Saúde, promovida pelo Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, no período de 22 a 25/10/02, em Belém.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0823/02, DE 22/10/02

NOME DO SERVIDOR: CARLOS ALBERTO GURJÃO SAMPAIO DE CAVALCANTE ROCHA

MATRÍCULA: 5858798-019

CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO - 20 HORAS
 LOTAÇÃO: CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA - CCNT
 CONCEDER, uma passagem aérea no trecho BELÉM/SANTARÉM/BELÉM, e 1/2 (meia) diária no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), referente a seu deslocamento até o Núcleo de SANTARÉM, em visita técnica às obras realizadas no referido Núcleo, no dia 17/10/02.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0824/02, DE 22/10/02

NOME DO SERVIDOR: PEDRO PAULO DE ASSUNÇÃO CALDAS

MATRÍCULA: 8017611-027

CARGO: TÉCNICO A - I

LOTAÇÃO: SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CONCEDER, 03 (três) diárias no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente a seu deslocamento até o município de PARAGOMINAS, no período de 24 a 26/10/02, para efetuar a recuperação e reinstalação de equipamentos de informática no Núcleo do referido município.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0826/02, DE 22/10/02

NOME DO SERVIDOR: ANTÔNIO CÉZAR MATIAS DE LIMA

MATRÍCULA: 5349001-047

CARGO: CHEFE DO DEPTO. DE DESPORTOS

LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE DESPORTOS

CONCEDER, uma passagem aérea no trecho BELÉM/FLORIANÓPOLIS/BELÉM, 05 (cinco) diárias no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), para defesa de Mestrado de Ciências da Computação em Sistema de Conhecimento, no período de 19 a 23/10/02, em FLORIANÓPOLIS - SC.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0827/02, DE 23/10/02

NOME DO SERVIDOR: MARIL MELO DE ALMEIDA

MATRÍCULA: 0190063-028

CARGO: PROFESSOR TITULAR

LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA CONCEDER, 02 (duas) diárias no valor de R\$ 100,00 (cem reais), para participar da reunião do NUBAT/DEN/CCSE - UEPA, cuja pauta discutirá o planejamento do Curso de Ciências Naturais.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0828/02, DE 23/10/02

NOME DO SERVIDOR: NONATO MÁRCIO CUSTÓDIO MAIA SÁ

MATRÍCULA: 5136300-050

CARGO: COORD. DO CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE TERAPIA OCUPACIONAL

CONCEDER, uma passagem aérea no trecho BELÉM/SÃO LUÍS/BELÉM, e 04 (quatro) diárias no valor de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), para participar do I Encontro de Coordenadores do Curso de Terapia Ocupacional, no período de 14 a 18/10/02, em São Luís - MA.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0829/02, DE 21/10/02

NOME DO SERVIDOR: CARLOS SIWAN MESQUITA PEREIRA

MATRÍCULA: 5794455-013

CARGO: AGENTE DE SERVIÇO A - I

LOTAÇÃO: COORD. ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO CAMPUS I

CONCEDER, 1/2 (meia) diária no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), referente a seu deslocamento até o município de SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, no dia 30/09/02, conduzindo a Direção e Coordenações do CCSE para a inauguração de Blocos no Núcleo do referido município.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0830/02, DE 21/10/02

NOME DO SERVIDOR: MICHEL SAUMA FILHO

MATRÍCULA: 5789265-018

CARGO: TÉCNICO A - I

LOTAÇÃO: PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

CONCEDER, uma passagem aérea no trecho BELÉM/FORTALEZA/BELÉM, e 05 (cinco) diárias no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), para viabilizar sua participação no VII Encontro Brasileiro de Planetário e VII Encontro Brasileiro para o Ensino da Astronomia, no período de 30/10 a 02/11/02, na cidade de FORTALEZA - CE.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0831/02, DE 23/10/02

NOME DO SERVIDOR: JOÃO SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA

MATRÍCULA: 5342040-019

CARGO: COORD. DO CURSO DE SANEAMENTO AMBIENTAL

LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE CIÊNCIAS NATURAIS - CCSE

CONCEDER, 02 (duas) diárias no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), referente a seu deslocamento até o município de BARCARENA, nos dias 25 a 26/10/02, a fim de realizar visita técnica ao Núcleo do referido município.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 0836/02, DE 24/10/02

NOME DO SERVIDOR: OCYAN DE SOUZA LIMA

MATRÍCULA: 3185370-011

CARGO: AGENTE DE SERVIÇO B - IV

LOTAÇÃO: DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO DA MANUTENÇÃO - REITORIA

CONCEDER, 01 (uma) diária no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), que se deslocou até o município de IGARAPÉ-AÇU, no dia 02/10/02, para realizar a entrega de material no Núcleo do referido município.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0837/02, DE 24/10/02
 NOME DO SERVIDOR: JOSÉ MARIA DE ARAÚJO.
 MATRÍCULA: 0188174-020
 CARGO: PRÓ-REITOR DE PESQ. E PÓS-GRADUAÇÃO
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE DESPORTOS CONCEDER, 02(duas) diárias no valor de R\$ 150,00(cento e cinquenta reais), referente a seu deslocamento até o município de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, no período de 28 a 29/10/02, onde participou do I Curso de Especialização em Metodologia da Educação Superior, do Programa de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Educação - CCSE.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0839/02, DE 24/10/02
 NOME DO SERVIDOR: GELY DO SOCORRO COSTA NUNES
 MATRÍCULA: 0190975-033
 CARGO: DIR. DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE EDUCAÇÃO
 CONCEDER, 02(duas) diárias no valor de R\$ 120,00(cento e vinte reais), referente a seu deslocamento até o município de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, no período de 28 a 29/10/02, onde participou do I Curso de Especialização em Metodologia da Educação Superior, do Programa de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Educação - CCSE.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0842/02, DE 24/10/02
 NOME DO SERVIDOR: SANDRA SUELY LOPES SOUTO DA SILVA
 MATRÍCULA: 0187631-025
 CARGO: PROFESSOR AD - 4
 LOTAÇÃO: DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
 CONCEDER, 02(duas) diárias no valor de R\$ 100,00(cento reais), referente a seu deslocamento até o Núcleo de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, no período de 29 a 30/10/02, para que, juntamente com a Coordenação do referido Núcleo, possa planejar o I Encontro de Extensão no Sul do Pará.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0843/02, DE 24/10/02
 NOME DO SERVIDOR: NILZA OLIVEIRA DE MELO E SILVA
 MATRÍCULA: 0327956-033
 CARGO: PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE LÍNGUA E LITERATURA
 CONCEDER, 02(duas) diárias no valor de R\$ 150,00(cento e cinquenta reais), referente a seu deslocamento até o Núcleo de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, no período de 29 a 30/10/02, para que, juntamente com a Coordenação do referido Núcleo, possa planejar o I Encontro de Extensão no Sul do Pará.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0846/02, DE 29/10/02
 NOME DO SERVIDOR: LAURA MARIA VIDAL NOGUEIRA
 MATRÍCULA: 0120782-026
 CARGO: COORD. DO CURSO DE ENFERMAGEM
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIA
 CONCEDER, 05(cinco) diárias no valor de R\$ 650,00(seiscentos e cinquenta reais), para participar do 54º Congresso Brasileiro de Enfermagem, no período de 09 a 14/11/02, na cidade de Fortaleza - CE.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0894/02, DE 19/11/02
 NOME DO SERVIDOR: ANA KELLY MARTINS DA SILVA
 MATRÍCULA: 6320503-021
 CARGO: DIR. DO DEPTO. DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE EDUCAÇÃO
 CONCEDER, uma passagem aérea no trecho BELÉM/BRASÍLIA/BELÉM, e 02(duas) diárias no valor de R\$ 260,00(duzentos e sessenta reais), para participar da discussão do Programa de Qualificação Institucional - PQI/CAPES, nos dias 08 e 09/11/02, na cidade de PALMAS - TO.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0914/02, DE 19/11/02
 NOME DO SERVIDOR: ANA CLÁUDIA SERRUYA HAGE
 MATRÍCULA: 0187054-027
 CARGO: DIR. DO CENTRO DE CIÊNCIAS S. E EDUCAÇÃO
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA
 CONCEDER, uma passagem aérea no trecho BELÉM/CUIABÁ/BELÉM, e 03(três) diárias no valor de R\$ 390,00(trezentos e noventa reais), para participar do XVI Encontro Nacional do FORUMDIR, que será realizado na cidade de CUIABÁ - MT, período de 07 a 09/08/02.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0922/02, DE 22/11/02
 NOME DO SERVIDOR: RENILDE MENDES ELERES
 MATRÍCULA: 0189197-029
 CARGO: TÉCNICO B - IV
 LOTAÇÃO: COORD. DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
 CONCEDER, uma passagem aérea no trecho BELÉM/TUCURUÍ/BELÉM, e 05 e 1/2(cinco e meia) diárias no valor de R\$ 275,00(duzentos e setenta e cinco reais), referente a seu deslocamento até o Campus XII - Tucuruí, para o acompanhamento das atividades técnicas desenvolvidas na Biblioteca do referido Campus, no período de 30/09 a 04/10/02.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0923/02, DE 22/11/02
 NOME DO SERVIDOR: TEREZA CRISTINA MARTINS BARBOSA LOURIBO

MATRÍCULA: 3187195-019
 CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I - A
 LOTAÇÃO: DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - DARH
 CONCEDER, uma passagem rodoviária no trecho CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/BELÉM, e 05 e 1/2(cinco e meia) diárias no valor de R\$ 275,00(duzentos e setenta e cinco reais), para ministrar o Curso de Relações Humanas no Trabalho, no período de 25 a 29/11/02, no Núcleo do referido município.

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
PORTARIA Nº 0931/02, DE 27/11/02
 NOME DO SERVIDOR: CARMEN TUMA ROTA
 MATRÍCULA: 0082449-028
 CARGO: PROFESSOR ADJUNTO IV - 40 HORAS
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE SAÚDE ESPECIALIZADA
 CONCEDER, 30(trinta) dias de licença para Tratamento de Saúde, no período de 26/09/02 a 25/10/02, de acordo com o Artigo 81, da Lei 5.810, de 24/01/94.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0832/02, DE 23/10/02
 NOME DO SERVIDOR: JOÃO SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA
 MATRÍCULA: 5342040-019
 CARGO: COORD. DO CURSO DE SANEAMENTO AMBIENTAL
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE CIÊNCIAS NATURAIS
 CONCEDER, uma passagem aérea no trecho BELÉM/MARABÁ, uma passagem rodoviária nos trechos MARABÁ/PARAGOMINAS/BELÉM, e 04(quatro) diárias no valor de R\$ 240,00(duzentos e quarenta reais), para viabilizar visita técnica da coordenação do curso, no referido município, no período de 02 a 05/10/02.

CONCESSÃO DE PASSAGEM E DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0833/02, DE 23/10/02
 NOME DO SERVIDOR: ADRIANA GUIMARÃES COSTA
 MATRÍCULA: 5878551-019
 CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO - 20 HORAS
 LOTAÇÃO: CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
 CONCEDER, uma passagem aérea no trecho BELÉM/MARABÁ, uma passagem rodoviária nos trechos MARABÁ/PARAGOMINAS/BELÉM, e 04(quatro) diárias no valor de R\$ 200,00(duzentos reais), para junto com a Coordenação do curso, realizar visita técnica no referido município, no período de 02 a 05/10/02.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0897/02, DE 19/11/02
 NOME DO SERVIDOR: OCYAN DE SOUZA LIMA
 MATRÍCULA: 3185370-011
 CARGO: AGENTE DE SERVIÇO B - IV
 LOTAÇÃO: DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO DA MANUTENÇÃO - REITORIA
 CONCEDER, 1/2(meia) diária no valor de R\$ 15,00(quinze reais), que se deslocou até o município de VIGIA, no dia 06/11/2002, conduzindo servidores da UEPa, para o Núcleo do referido município.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0898/02, DE 19/11/02
 NOME DO SERVIDOR: OCYAN DE SOUZA LIMA
 MATRÍCULA: 3185370-011
 CARGO: AGENTE DE SERVIÇO B - IV
 LOTAÇÃO: DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO DA MANUTENÇÃO - REITORIA
 CONCEDER, 1/2(meia) diária no valor de R\$ 25,00(vinte e cinco reais), que se deslocou até o município de BARCARENA e MOJÓ, no dia 31/10/2002, para realizar a entrega de material nos Núcleos dos referidos municípios.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0915/02, DE 21/11/02
 NOME DO SERVIDOR: CARMEN LILIA DA CUNHA FARO
 MATRÍCULA: 0187658-029
 CARGO: PROFESSOR AUXILIAR I - 40 HORAS
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE GINÁSTICA ARTE CORPORAL E RECREAÇÃO
 CONCEDER, 04(quatro) diárias no valor de R\$ 440,00(quatrocentos e quarenta reais), referente a seu deslocamento até a cidade de Ponta Grossa - PR, no período de 14 a 17/11/02, onde participou do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 0933/02, DE 28/11/02
 NOME DO SERVIDOR: OCYAN DE SOUZA LIMA
 MATRÍCULA: 3185370-011
 CARGO: AGENTE DE SERVIÇO B - IV
 LOTAÇÃO: DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO DA MANUTENÇÃO - REITORIA
 CONCEDER, 1/2(meia) diária no valor de R\$ 25,00(vinte e cinco reais), referente a seu deslocamento até o município de SANTA IZABEL DO PARÁ, no dia 14/11/02, conduzindo docentes para o Núcleo do referido município.

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
PORTARIA Nº 0939/02, DE 09/12/02
 NOME DO SERVIDOR: JOEL CHILÊA DE LIMA AYRES SANTIAGO
 MATRÍCULA: 5446228-038
 CARGO: PROFESSOR AUXILIAR I - 40 HORAS
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
 CONCEDER, 31(trinta e um) dias de licença para Tratamento de Saúde, no período de 13/11/02 a 13/12/02, de acordo com o Artigo 81, da Lei 5.810, de 24/01/94.

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
PORTARIA Nº 0942/02, DE 05/12/02

NOME DO SERVIDOR: ROSILENE PACHECO QUARESMA
 MATRÍCULA: 5333881-032
 CARGO: PROFESSOR AUXILIAR III - 40 HORAS
 LOTAÇÃO: DEPTO. ACAD. DE EDUCAÇÃO
 CONCEDER, 64(sessenta e quatro) dias de licença para Tratamento de Saúde, no período de 13/11/02 a 02/12/02, de acordo com o Artigo 81, da Lei 5.810, de 24/01/94.

INFRA-ESTRUTURA

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

SECRETÁRIO: PAULO ELÍCIO CHAVES NOGUEIRA
 AV. PEDRO ALVARES CABRAL, 7111 - F (91) 243-0406

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2002-SEDURB
 Partes: Secretaria Executiva de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional, CNPJ nº 03.137.985/0001-90 e DPJ ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA, CNPJ nº 05.053.657/0001-30.
 Objeto do contrato original: Elaboração de projetos executivos de arquitetura e complementares de projeto padrão de Maradouro Municipal e Terminal Fluvial de passageiros e cargas do Município de Monte Alegre.
 Objeto do termo aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do instrumento original, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 02.12.2002.
 Data da assinatura: 02.12.2002.
 Ordenador de Despesa: Paulo Elício Chaves Nogueira

INFRA-ESTRUTURA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

DIRETOR-PRESIDENTE: MAURÍCIO OTÁVIO DE ALMEIDA
 AV. GOV. MAGALHÃES BARATA, 1201 - F (91) 211-4000

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO ORIGINÁRIO: 55/02 - COSANPA Nº DO TERMO ADITIVO: 2º

PARTES CONTRATANTES: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
 PARTE CONTRATADA: WATER ENTERPRISES COMERCIAL LTDA, CMC/ME nº 00.986.301/0001-36.
 OBJETO: Execução de serviços e obras referente à montagem, instalação inclusive com fornecimento de materiais, testes operacionais e treinamento de pessoal, de uma Estação de Tratamento de Água Compacta destinada ao Sistema de Abastecimento de Água do Setor Canarinho (Belém).
 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 13/02.
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 75 (Setenta e cinco) dias, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela Contratada.
 VALOR DO CONTRATO: R\$122.265,00
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Convênio COSANPA / COHAB
 DATA DE ADITIVOS ANTERIORES:
 1ª DATA - 27.09.02 - Prazo
 JUSTIFICATIVA E OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação do prazo contratual por mais 60 (sessenta) dias, de acordo com a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.
 VIGÊNCIA: 10.11.02 a 08.01.03
 DATA DA ASSINATURA: 08.11.02
 ORDENADOR DA DESPESA: Maurício Otávio de Almeida
 Presidente
 Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
 Coordenador de Projetos e Obras

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO ORIGINÁRIO: 56/02 - COSANPA Nº DO TERMO ADITIVO: 2º

PARTES CONTRATANTES: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
 PARTE CONTRATADA: WATER ENTERPRISES COMERCIAL LTDA, CMC/ME nº 00.986.301/0001-36.
 OBJETO: Execução de serviços e obras referentes à montagem, instalação inclusive com fornecimento de materiais, testes operacionais e treinamento de pessoal, de uma Estação de Tratamento de Água Compacta destinada ao Sistema de Abastecimento de Água da Vila Apeú (Castanhal) - Estado do Pará.
 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 13/02.
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 75 (Setenta e cinco) dias, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela Contratada.
 VALOR DO CONTRATO: R\$122.265,00
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Governo do Estado do Pará.
 DATA DE ADITIVOS ANTERIORES:
 1ª DATA - 27.09.02 - Prazo
 JUSTIFICATIVA E OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação do prazo

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

DIÁRIO OFICIAL

contratual por mais 60 (sessenta) dias, de acordo com a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

VIGÊNCIA: 10.11.02 a 08.01.03
DATA DA ASSINATURA: 08.11.02
ORDENADOR DA DESPESA: Maurício Otávio de Almeida
Presidente
Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
Coordenador de Projetos e Obras

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO CONTRATO ORIGINÁRIO: 81/02 - COSANPA
Nº DO TERMO ADITIVO: 1º**

PARTES CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
PARTES CONTRATADA: SERVIC - CONSTRUTORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CGC Nº 83.904.854/0001-20.
OBJETO: Execução de serviços e obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Vila de Apeú, na Cidade de Castanhal, Estado do Pará.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Carta Convite Nº 51/02 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 90 (noventa) dias, a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 148.673,20
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Governo do Estado do Pará
JUSTIFICATIVA E OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração de quantitativos e prorrogação do prazo contratual por mais 90 (Noventa) dias, de acordo com a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.
VALOR DO ADITIVO: R\$ 5.526,51
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 27.11.02 a 24.02.03
DATA DE ASSINATURA: 26.11.02
ORDENADOR DA DESPESA: Maurício Otávio de Almeida
Presidente
Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
Coordenador de Projetos e Obras
Belém, 11 de Dezembro de 2002
Comissão Permanente de Licitação

INFRA-ESTRUTURA

**SECRETARIA EXECUTIVA
DE OBRAS PÚBLICAS**
SECRETÁRIO: JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO
TRAV. DO CHACO, 2158 - ☎ (91) 246-4022

**EXTRATOS DE ORDENS DE SERVIÇO
OS N.º 48/02 - CONVITE N.º 45/02-NLC/SEOP**

PARTES: SEOP - CNPJ Nº 05.054.911/0001-15 x MD CONSTRUTORA LTDA. - CNPJ Nº 83.384.412/0001-08
OBJETO: SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM PARA CONSTRUÇÃO DE AÇUDE, NO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO/PA.
TERMO INICIAL: 06.12.02
TERMO FINAL: 26.12.02
VALOR DO AJUSTE: R\$ 24.993,05 (VINTE E QUATRO MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E CINCO CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22101.04122.0130.1030.001.449051
DATA: 06.12.02
ORDENADOR RESPONSÁVEL: ENG.º JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO
FORO: BELÉM

OS N.º 49/02 - CONVITE N.º 46/02-NLC/SEOP

PARTES: SEOP - CNPJ Nº 05.054.911/0001-15 x VEGA CONSTRUÇÕES LTDA. - CNPJ Nº 15.752.322/0001-64
OBJETO: OBRA DE REFORMA PARCIAL DO PRÉDIO SEDE DO IPASEP, NO MUNICÍPIO DE BELÉM/PA.
TERMO INICIAL: 10.12.02
TERMO FINAL: 10.02.03
VALOR DO AJUSTE: R\$ 64.803,29 (SESSENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E TRÊS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22101.04122.0130.1030.001.339039
DATA: 10.12.02
ORDENADOR RESPONSÁVEL: ENG.º JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO
FORO: BELÉM

**RESUMO DE PORTARIA
SUPRIMENTO DE FUNDOS
PORTARIA Nº 434 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002**

NOME(s): Nelson de Mello Alves
CARGO: Diretor de Construção
MATRÍCULA(s): 0006122-035
VALOR DO SUPRIMENTO: R\$ 1.000,00
PERÍODO DE APLICAÇÃO: 06/12 a 31/12/02
Registre-se, Publique-se e Compre-se
Eng.º João Messias dos Santos Filho
Secretário Executivo de Obras Públicas

PROTEÇÃO
SOCIAL

**EMPRESA PÚBLICA
OFIR LOYOLA**

DIRETOR-GERAL: NILO ALVES DE ALMEIDA
AV. GOV. MAGALHÃES BARATA, 992 - ☎ (91) 249-0222

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: TERCEIRO.
CONTRATO ORIGINÁRIO Nº: 002/2002-EPOL**

Objeto do Contrato Originário: Prestação de Serviços Especializados em Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Lixo Patológico.
Valor do Contrato Originário: R\$ 511.632,00
Origem: Tomada de Preços nº 022/2001
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e CLIBAN SERVICE SERVIÇOS GERAIS LTDA., CNPJ/MF nº 02.428.026/0001-60
Justificativa do aditamento: Prestação de Serviços Especializados em Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Lixo Patológico. Prorrogação da vigência.
Vigência do Aditamento: 05/01/2003 a 04/01/2002.
Doação Orçamentária: 003.1030200702739.339039
Valor Estimado do Aditivo: R\$ 226.800,00
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 10/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida.
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: TERCEIRO
CONTRATO ORIGINÁRIO Nº: 011/2001-EPOL**

Objeto do Contrato Originário: Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva das Processadoras.
Valor do Contrato Originário: R\$ 17.088,00
Origem: Inexigibilidade de Licitação.
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e KODAK BRASILEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., CNPJ/MF nº 61.186.938/0001-32
Justificativa do aditamento: Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva das Processadoras. Prorrogação da vigência.
Vigência do Aditamento: 01/01/2003 a 31/12/2003
Doação Orçamentária: 003.1030200702739.339039
Valor Global do Aditivo: R\$ 14.544,00
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 10/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: SEGUNDO
CONTRATO CONVÊNIO S/Nº**

Objeto do Contrato Originário: Prestação de Serviços Funerários.
Valor do Contrato Originário: R\$ 9.000,00
Origem: Inexigibilidade de Licitação.
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, CNPJ/MF nº 04.929.345/0001-85.
Justificativa do aditamento: Prestação de Serviços Funerários. Prorrogação da vigência.
Vigência do Aditamento: 01/01/2003 a 31/12/2003
Doação Orçamentária: 003.1012201252931.339039
Valor Global do Aditivo: R\$ 9.000,00
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 10/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: SEGUNDO**

Contrato Administrativo nº 141/2002.
Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Material de Laboratório Clínico.
Valor do Contrato Originário: R\$ 42.656,00
Origem: Tomada de Preços nº 013/2002.
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e MARIO S.M. OLIVEIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES - BIOLABOR, CNPJ/MF nº 01.138.711/0001-90
Justificativa do aditamento: Fornecimento de Material de Laboratório Clínico. Prorrogação da vigência.
Vigência do Aditamento: 09/12/2002 a 08/03/2003.
Doação Orçamentária: 069.1030200702739.339039
Valor Global do Aditivo: R\$ 3.410,00
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 09/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida.
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: PRIMEIRO**

Contrato Originário Nº: 142/2002-EPOL.
Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Material de Laboratório
Valor do Contrato Originário: R\$ 1.607,00
Origem: Tomada de Preços nº 013/2002
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e PRONTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF nº 01.418.993/0001-89
Justificativa do aditamento: Prorrogação por mais 3 meses
Vigência do Aditamento: 09/12/2002 a 08/03/2003
Doação Orçamentária: 069.1030200702739.33.90.30
Valor Global do Aditivo: R\$ 174,50
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 09/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: SEGUNDO**

Contrato Originário Nº: 143/2002-EPOL.
Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Material de Laboratório
Valor do Contrato Originário: R\$ 4.413,34
Origem: Tomada de Preços nº 013/2002
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e SMF DE OLIVEIRA - DOCTOR'S SUPPLY, CNPJ/MF nº 01.768.932/0001-41
Justificativa do aditamento: Prorrogação por mais 3 meses
Vigência do Aditamento: 09/12/2002 a 08/03/2003
Doação Orçamentária: 069.1030200702739.33.90.30
Valor Global do Aditivo: R\$ 144,76
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 09/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: PRIMEIRO
CONTRATO ORIGINÁRIO Nº: 144/2002-EPOL**

Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Material de Laboratório
Valor do Contrato Originário: R\$ 101.735,44
Origem: Tomada de Preços nº 013/2002
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e NETMED INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS LTDA, CNPJ/MF nº 04.206.016/0001-06
Justificativa do aditamento: Prorrogação por mais 3 meses
Vigência do Aditamento: 09/12/2002 a 08/03/2003
Doação Orçamentária: 069.1030200702739.33.90.30
Valor Global do Aditivo: R\$ 28.901,98
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 09/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: SEGUNDO
CONTRATO ORIGINÁRIO Nº: 145/2002-EPOL**

Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Material de Laboratório
Valor do Contrato Originário: R\$ 17.500,00
Origem: Tomada de Preços nº 013/2002
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e CIRÚRGICA BELÉM COMERCIAL E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ/MF nº 05.323.167/0001-07
Justificativa do aditamento: Prorrogação por mais 3 meses
Vigência do Aditamento: 09/12/2002 a 08/03/2003
Doação Orçamentária: 069.1030200702739.33.90.30
Valor Global do Aditivo: R\$ 253,75
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 09/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: SEGUNDO
CONTRATO ORIGINÁRIO Nº: 147/2002-EPOL**

Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Material de Laboratório
Valor do Contrato Originário: R\$ 2.863,09
Origem: Tomada de Preços nº 013/2002
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e DIAGNOSTICA COMERCIAL LTDA, CNPJ/MF nº 22.976.005/0001-07
Justificativa do aditamento: Prorrogação por mais 3 meses
Vigência do Aditamento: 09/12/2002 a 08/03/2003
Doação Orçamentária: 069.1030200702739.33.90.30
Valor Global do Aditivo: R\$ 280,46
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 09/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: PRIMEIRO
CONTRATO ORIGINÁRIO Nº: 147/2002-EPOL**

Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Material de Laboratório
Valor do Contrato Originário: R\$ 36.256,05
Origem: Tomada de Preços nº 013/2002
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e BIOLAB-MERHEUX S/A, CNPJ/MF nº 33.040.635/0001-71
Justificativa do aditamento: Prorrogação por mais 3 meses
Vigência do Aditamento: 09/12/2002 a 08/03/2003
Dotação Orçamentária: 069.1030200702739.33.90.30
Valor Global do Aditivo: R\$ 1.445,57
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 09/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: TERCEIRO
CONTRATO ORIGINÁRIO Nº: 150/2002-EPOL**

Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Material de Laboratório
Valor do Contrato Originário: R\$ 5.442,70
Origem: Tomada de Preços nº 013/2002
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e INTERLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS CIENTÍFICOS S/A, CNPJ/MF nº 46.849.303/0001-84
Justificativa do aditamento: Prorrogação por mais 3 meses
Vigência do Aditamento: 09/12/2002 a 08/03/2003
Dotação Orçamentária: 069.1030200702739.33.90.30
Valor Global do Aditivo: R\$ 193,59
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 09/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: SEGUNDO
CONTRATO ORIGINÁRIO Nº: 151/2002-EPOL**

Objeto do Contrato Originário: Fornecimento de Material de Laboratório
Valor do Contrato Originário: R\$ 427.728,60
Origem: Tomada de Preços nº 013/2002
Partes: Empresa Pública Ofir Loyola, CNPJ/MF nº 01.251.077/0001-05 e MB COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF nº 97.369.128//0001-69
Justificativa do aditamento: Prorrogação por mais 3 meses
Vigência do Aditamento: 09/12/2002 a 08/03/2003
Dotação Orçamentária: 069.1030200702739.33.90.30
Valor Global do Aditivo: R\$ 188.128,60
Foro: Belém.
Data da Assinatura do Aditivo: 09/12/2002.
Ordenador Responsável: Nilo Alves de Almeida
Nilo Alves de Almeida
Diretor Geral/EPOL

**PROTEÇÃO
SOCIAL**

**SECRETARIA EXECUTIVA
DE SAÚDE PÚBLICA**

SECRETÁRIO: FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO
AV. CONS. FURTADO, 1597 - F (91) 223-2333

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO: S/N - REF. MEM. DAF/SESPA Nº 127/2002**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO NÍVEL CENTRAL, 1º CENTRO REGIONAL DE PROTEÇÃO SOCIAL E HOSPITAL ABELARDO SANTOS, PARA ATENDIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA, PELO PERÍODO DE 02 (DOIS) MESES.
CONTRATANTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE PÚBLICA/2º RPS - CNPJ Nº 05.054.929/0001-17
CONTRATADO: AUTO POSTO MIAMI LTDA - CNPJ Nº 01.397.982/0001-60
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 8.666/93, ART. 24, INC. IV
VALOR ESTIMADO: R\$ 92.180,00 (NOVENTA E DOIS MIL, CENTO E OITENTA REAIS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROJETO ATIVIDADE: 10.122.0125-2901 E 2719; NATUREZA DE DESPESA: 3390-30 E
FONTE: 003 E 049
BELÉM, 06 DE DEZEMBRO DE 2002.
ANA CONCEIÇÃO CARDOSO BEZERRA
Diretora Administrativa e Financeira
FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO
Secretário Executivo de Saúde Pública

**EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ORIGINAL Nº 096/02**

PARTES: SESP/EMPRESA AUTO POSTO MIAMI LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustível pela contratada, conforme especificação abaixo, visando ao abastecimento dos veículos pertencentes

ao Nível Central, 1º CRPS e Hospital Abelardo Santos, para atendimento das ações de saúde pública, pelo período de 02 (dois) meses.

A medida de consumo para o período está nas seguintes quantidades:

Gasolina comum - 38.000 litros

Óleo Diesel - 6.000 litros

Óleo Lubrificante - 800 litros

O fornecimento dos combustíveis, objeto do contrato não ficará condicionado a média mensal de consumo, ou seja, poderá variar para mais ou para menos, sempre em quantidades suficientes para o atendimento das necessidades da contratante.

VIGÊNCIA: 06.12.02 a 06.02.03

VALOR ESTIMADO: 92.180,00 (noventa e dois mil, cento e oitenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 10.122.0125-2901 e 2719;

Natureza de Despesa: 3390-30 e

Fuente: 003 e 049

Foro: Belém-Pa

Ordenador: Fernando Agostinho Cruz Dourado

**1º REGIONAL DE PROTEÇÃO SOCIAL
HOMOLOGAÇÃO**

MODALIDADE: Convite nº 014/1º RPS/2002

OBJETO: Aquisição de Material Técnico, para atender as necessidades das Unidades Básica de Saúde e de Referência Especializada da Área de Abrangência da 1ª Regional de Proteção Social.

01 - DIAGNÓSTICA COMERCIAL LTDA, foi vencedora do seguinte item: 03, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 297,18 (Duzentos e noventa e sete reais e dezoito centavos)

02 - DIPROMED - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, foi vencedora dos seguintes itens: 01, 02 e 09, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 10.534,00 (Dez mil quinhentos e trinta e quatro reais).

03 - M. M. LOBATO COMÉRCIO E REP. LTDA, foi vencedora do seguinte item: 08, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 1.914,00 (Um mil, novecentos e quatorze reais).

04 - SOCIBRA DISTRIBUIDORA LTDA, foi vencedora do seguinte item: 07, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 984,00 (Novecentos e oitenta e quatro reais).

05 - ENDOBEL COM. E REP. LTDA, foi vencedora dos seguintes itens: 04, 05 e 06, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 35.837,60 (Trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).

06 - FARMACUTICA COMERCIAL LTDA, nada venceu nesta Licitação.

07 - SOCIEDADE MERCANTIL CENTRO NORTE, nada venceu nesta Licitação.

08 - JR HOSPITALAR DO BRASIL LTD, nada venceu nesta Licitação.

09 - PRONTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, nada venceu nesta Licitação.

10 - NATAN HOSPITALAR, nada venceu nesta Licitação.

11 - MB TÊXTIL, nada venceu nesta Licitação.

12 - CRISTALFARMA M. DOS SANTOS COMÉRCIO - ME, nada venceu nesta Licitação.

13 - COMÉRCIO E REP. PRADO LTDA, nada venceu nesta Licitação.

14 - OMNI MEDICAL LTDA, nada venceu nesta Licitação.

15 - PLÁSTICO CREMER S.A., nada venceu nesta Licitação.

16 - CORDOVA REP. & COM. LTDA, nada venceu nesta Licitação.

17 - UNIÃO COMERCIAL, nada venceu nesta Licitação.

18 - ARTEIO COM. E REP. LTDA, nada venceu nesta Licitação.

Belém, 13 de Dezembro de 2002.

A Comissão.

**1º REGIONAL DE PROTEÇÃO SOCIAL
HOMOLOGAÇÃO**

MODALIDADE: Convite nº 015/1º RPS/2002

OBJETO: Aquisição de Medicamento Básico, para atender as necessidades das Unidades Básica de Saúde e de Referência Especializada da Área de Abrangência da 1ª Regional de Proteção Social.

01 - SOCIEDADE MERCANTIL CENTRO NORTE LTDA, foi vencedora do seguinte item: 01, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 480,00 (Quatrocentos e oitenta reais).

02 - ARISTON DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA, foi vencedora dos seguintes itens: 03, 05, 07, 08, 13, 14, 15, 18, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 23.140,00 (Vinte e três mil, cento e quarenta reais).

03 - MEDITA REP. LTDA, foi vencedora do seguinte item: 04, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 5.700,00 (Cinco mil e setecentos reais).

04 - ARTFIO COMÉRCIO E REP. LTDA, foi vencedora dos seguintes itens: 06 e 22, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 5.340,00 (Cinco mil trezentos e quarenta reais).

05 - COMÉRCIO E REP. PRADO LTDA, foi vencedora dos seguintes itens: 11 e 23, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 16.280,00 (Dezesseis mil, duzentos e oitenta reais).

06 - BRIUTE COM. E REP. LTDA, foi vencedora do seguinte item: 12, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 164,75 (Cento e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

07 - LABORATÓRIO NEO QUÍMICA COM. E IND. LTDA, foi vencedora dos seguintes itens: 09, 16 e 20, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 5.220,00 (Cinco mil, duzentos e vinte reais).

08 - CRISTALFARMA M. DOS SANTOS COMÉRCIO-ME, foi vencedora do seguinte item: 24, pelo critério de menor preço, perfazendo o total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

09 - INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA, nada venceu nesta Licitação.

10 - UNIÃO COMERCIAL LTDA, nada venceu nesta Licitação.

11 - NATAN HOSPITALAR, nada venceu nesta Licitação.

12 - LABORATÓRIO B. BRAUN S/A., nada venceu nesta Licitação.

Belém, 13 de Dezembro de 2002.

A Comissão.

**TORNAR SEM EFEITO
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 27/2002**

Celebrado entre SESP/Secretaria Executiva de Obras Públicas

CGC nº 05.034.911/0001-15

Publicado no DOE nº 29.682 de 23.04.2002

e 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 027/02 publicado no dia 13 de setembro de 2002

DATA: 12 de dezembro de 2002

Ordenador: Fernando Agostinho Cruz Dourado

Secretário Executivo de Estado de Saúde Pública

PORTARIA Nº 707, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Secretário Executivo de Estado de Saúde Pública, em exercício, no uso de suas atribuições legais e
Considerando o Decreto do Governamental nº 5.385, de 12 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação da Comissão de Estudos para a implantação do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência-SIATE, e dá outras providências;

RESOLVE:

1. Criar a Comissão de Estudos para a implantação do SIATE, coordenada pela Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, composta pelos seguintes representantes:

- José Guataçara Corrêa Gabriel - Secretária Executiva de Estado de Saúde Pública
- Ruy Sérgio Gomes Romão - Secretária Executiva de Estado de Segurança Pública
- Roberto Antônio Figueira de Magalhães - Corpo de Bombeiros Militar do Pará
- Jaime de Azevedo Benício - Corpo de Bombeiros Militar do Pará
- Ana Ruth Tavares da Silva - Departamento de Trânsito do Estado

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA/SESPA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

JOSÉ MANOEL DE SOUZA MARQUES

Secretário Executivo de Estado de Saúde Pública, em exercício

HOSPITAL REGIONAL DR. ABELARDO SANTOS

TORNAR SEM EFEITO O CONVITE Nº 020/2002, PUBLICADO NO DIA 12/12/2002 NO DOE 29.842, OBJETIVANDO CONVITE REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM COLETA, TRANSPORTE, INCINERAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO PATOLÓGICO.
Belém, 13 de dezembro de 2002.

Sandra Maria Ferreira de Souza

Diretora do Hospital Regional Dr. Abelardo Santos

PORTARIA Nº 702 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Secretário Executivo de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 608 de 04.10.2002, publicada no DOE de 17.10.2002.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA/SESPA, em 05 de dezembro de 2002.

FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO

Secretário Executivo de Estado de Saúde Pública.

PORTARIA Nº 703 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Secretário Executivo de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO:

O parecer do SEJUR, com base no que dispõe o Art 225 da Lei 5.810/94.

RESOLVE:

Declarar NULIDADE TOTAL do processo de Sindicância, instaurado através da Portaria nº 119 de 27.02.2002.

Designar as servidoras SANDRA LÚBIA DO NASCIMENTO MONTEIRO, Assistente Social, mat nº 3202682-22 e MARLY DA COSTA ALVES, Auxiliar de Saúde, mat nº 5096436-12, para sob a presidência da primeira comporem Sindicância Administrativa com base no Art 199 da Lei 5.810/94, para apurar as infrações funcionais imputadas a servidora EDNA MARA PEREIRA DA CONCEIÇÃO, conforme o descrito no processo nº 162636 / 2000, oriundo da URE Marcelo Cândia / 1º RPS.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA/SESPA, em 05 de dezembro de 2002.

FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO

Secretário Executivo de Estado de Saúde Pública.

HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº 060/SESPA/2002

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR (APARELHO DE RAIO-X), DESTINADO ÀS PREFEITURAS MUNICIPAIS DE TERRASANTAS E BOM JESUS DO TOCANTINS.

FIRMA(S) VENCEDORA(S):

01. CENTRO BRASILEIRO ELETRO-MÉDICOS LTDA, foi a vencedora do item de nº 01, pelo critério de menor preço, num total de R\$ 42.000,00

TOTAL DO CONVITE Nº 060/SESPA/2002: R\$ - 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS)

Belém-Pa, ____/____/2002.

FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

DIÁRIO OFICIAL

Resolução nº 80, de 28 de novembro de 2002.

O Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará - CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- A Portaria GM nº 1.605, de 05/09/2002, que altera o limite financeiro referente à média e alta complexidade do Estado do Pará;

- A Portaria GM nº 2.037, de 04/11/2002, que estabeleceu recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro mensal de Média e Alta Complexidade, dos Municípios habilitados em gestão Plena do Sistema Municipal;

A Portaria GM nº 2.038, de 04/11/2002 que redefiniu os recursos federais mensais destinados ao financiamento das ações e serviços de saúde, que compõem o Teto Financeiro da Assistência dos Estados e Distrito Federal;

- A deliberação consensual do plenário da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião extraordinária de 28/11/2002.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a distribuição dos recursos no montante de R\$ 2.113.422,19 (dois milhões, cento e treze mil, quatrocentos e vinte e dois reais e dezoito centavos) anual, conforme discriminação abaixo:

I - O valor de R\$ 1.282.545,36 (um milhão, duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos) será alocado aos municípios em gestão Plena do Sistema Municipal, conforme quadro 2-A.

II - O valor financeiro de R\$ 830.876,83 (oitocentos e trinta mil, oitocentos e setenta e seis reais, oitenta e três centavos), ficará sob Gestão Estadual, conforme quadro 3-A - Opção 1.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 29 de novembro de 2002.

Fernando Agostinho Cruz Dourado

Presidente da CIB/PA

QUADRO (1A) - PROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS FEDERAIS PARA A ASSISTÊNCIA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE UF: PARÁ

QUADRO (1A) - PROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS FEDERAIS PARA ASSISTÊNCIA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE UF: PARÁ																	
LIMITE FINANCEIRO PROGRAMADO NOS MUNICÍPIOS (1A)			ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL								(e) Subtotal (e=a+b+c+d)		(f) FIDEPS	(g) Subtotal (g=e+f)	(h) Impacto Pt 424 (TRS) Valor Retirado	(i) Impacto Portaria 2037	(j) Total Geral (g-h)
			(a) Média Complexidade		(b) Alta Complexidade		(c) Média Complexidade		(d) Alta Complexidade								
			Código IBGE	NOME	Condição de Gestão	Pop. Própria	Pop. Referência	Pop. Própria	Pop. Referência	Pop. Própria	Pop. Referência	Pop. Própria					
150010	ABRANTES	GPAB	1.445.688,32	0,00	0,00	0,00	2.029.398,52	62.705,28	0,00	0,00	3.475.086,84	62.705,28	0,00	3.537.792,12	0,00	2.759,04	3.540.551,16
150013	ABEL FIGUEIREDO	GPAB	7.431,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.431,78	0,00	0,00	7.431,78	0,00	0,00	7.431,78
150020	ACARÁ	GPAB	642.345,96	99.668,07	0,00	0,00	504.134,14	0,00	0,00	0,00	1.146.480,10	99.668,07	0,00	1.246.148,17	0,00	6.186,48	1.252.334,65
150030	AFUÁ	GPAB	169.989,63	165.165,30	0,00	0,00	152.191,34	0,00	0,00	0,00	322.180,97	165.165,30	0,00	487.346,27	0,00	0,00	487.346,27
150034	ÁGUA AZUL DO NORTE	GPAB	251.672,54	0,00	0,00	0,00	427.567,20	0,00	0,00	0,00	679.239,74	0,00	0,00	679.239,74	0,00	1.231,92	680.471,66
150040	ALENQUER	GPAB	357.264,11	47.638,10	0,00	0,00	718.935,90	168.627,60	0,00	0,00	1.076.200,01	216.265,70	0,00	1.292.465,71	0,00	0,00	1.292.465,71
150050	ALMEIRIM	GPAB	318.952,73	135.810,50	0,00	0,00	584.943,20	26.508,00	0,00	0,00	903.895,93	162.318,50	0,00	1.066.214,43	0,00	0,00	1.066.214,43
150060	ALTAMIRA	GPAB	772.577,91	356.372,40	0,00	0,00	1.811.306,82	809.996,16	0,00	0,00	2.583.884,73	1.166.368,56	0,00	3.750.253,29	0,00	0,00	3.750.253,29
150070	ANAJÁS	GPAB	21.588,97	0,00	0,00	0,00	183.218,43	0,00	0,00	0,00	204.807,40	0,00	0,00	204.807,40	0,00	0,00	204.807,40
150080	ANANINDEUA	GPAB	5.204.171,22	53.295,83	722.022,75	212.223,65	6.976.357,00	189.423,00	0,00	0,00	12.902.550,97	454.942,48	0,00	13.357.493,45	0,00	51.196,80	13.408.690,25
150085	ANAPU	GPAB	10.354,78	0,00	0,00	0,00	688.211,52	0,00	0,00	0,00	806.635,33	510,00	0,00	807.145,33	0,00	0,00	807.145,33
150090	AUGUSTO CORRÊA	GPAB	118.423,81	510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.256,51	0,00	0,00	21.256,51	0,00	0,00	21.256,51
150095	AURORA DO PARÁ	GPAB	21.256,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.535,92	51,96	0,00	16.587,88	0,00	0,00	16.587,88
150100	AVEIRO	GPAB	16.535,92	51,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.249,16	5.419,39	0,00	24.668,55	0,00	0,00	24.668,55
150110	BAGRE	GPAB	19.249,16	5.419,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475.864,65	95.021,55	0,00	570.886,20	0,00	805,44	571.691,64
150120	BAIÃO	GPAB	198.658,93	95.021,55	0,00	0,00	277.205,72	0,00	0,00	0,00	3.783,58	788,31	0,00	4.571,89	0,00	0,00	4.571,89
150125	BANANACH	GPAB	3.783,58	788,31	0,00	0,00	982.014,00	0,00	0,00	0,00	1.901.089,80	8.481,99	0,00	1.909.571,79	0,00	8.853,48	1.918.425,27
150130	BARCARENA	GPAB	919.075,80	8.481,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.627.128,43	45.940.556,01	3.847.844,00	123.415.528,44	5.112.357,76	757.141,32	119.060.312,00
150140	BELÉM	GPAB	18.350.516,84	7.009.030,46	4.638.875,53	16.812.204,39	48.981.159,06	15.883.656,16	1.656.577,00	6.235.665,00	15.288,81	2.683,10	0,00	17.971,91	0,00	0,00	17.971,91
150145	BELTERRA	GPAB	15.288,81	2.683,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419.443,71	58.402,87	0,00	477.846,58	0,00	0,00	477.846,58
150150	BENEVIDES	GPAB	139.212,99	904,55	0,00	0,00	280.230,72	57.498,32	0,00	0,00	268.362,17	0,00	0,00	268.362,17	0,00	0,00	268.362,17
150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	GPAB	61.223,96	0,00	0,00	0,00	207.138,21	0,00	0,00	0,00	9.671,04	0,00	0,00	9.671,04	0,00	0,00	9.671,04
150160	BONITO	NÃO HAB.	9.671,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.633.021,47	1.032.252,65	0,00	3.665.274,12	0,00	0,00	3.665.274,12
150170	BRAGANÇA	GPAB	957.977,97	310.096,15	0,00	0,00	1.675.043,50	722.156,50	0,00	0,00	494.115,62	70.714,44	0,00	564.830,06	0,00	0,00	564.830,06
150172	BRASIL NOVO	GPAB	61.859,62	718,44	0,00	0,00	432.256,00	69.996,00	0,00	0,00	117.501,60	7.157,22	0,00	124.658,82	0,00	0,00	124.658,82
150175	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	GPAB	16.618,34	0,00	0,00	0,00	100.882,72	7.157,22	0,00	0,00	49.877,93	881,87	0,00	50.759,80	0,00	0,00	50.759,80
150178	BREJO BRANCO	GPAB	49.877,93	881,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.072.214,69	977.163,13	0,00	3.049.377,82	0,00	10.012,08	3.059.389,90
150180	BREYES	GPAB	1.088.845,89	550.327,63	0,00	0,00	983.368,80	426.835,50	0,00	0,00	221.093,32	0,00	0,00	221.093,32	0,00	0,00	221.093,32
150190	BUJARU	GPAB	24.828,37	0,00	0,00	0,00	196.264,95	0,00	0,00	0,00	16.715,99	0,00	0,00	16.715,99	0,00	0,00	16.715,99
150200	CACIOEIRA DO ARARI	GPAB	16.715,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.024,81	0,00	0,00	12.024,81	0,00	0,00	12.024,81
150195	CACHOEIRA DO PIRIÁ	GPAB	12.024,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.506,02	415.128,62	0,00	3.215.634,64	0,00	1.788,84	3.217.423,48
150210	CAMETÁ	GPAB	987.651,50	212.590,46	0,00	0,00	1.812.854,52	202.538,16	0,00	0,00	83.798,04	56,86	0,00	83.854,90	0,00	0,00	83.854,90
150215	CANAA DOS CARAJÁS	GPAB	83.798,04	56,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.773.729,44	2.183.219,30	0,00	3.956.948,74	0,00	2.830,32	3.959.779,06
150220	CAPANEMA	GPAB	662.832,19	542.891,30	0,00	0,00	689.318,24	432.059,64	0,00	0,00	1.074.773,47	432.315,07	0,00	1.507.088,54	0,00	0,00	1.507.088,54
150230	CAPITÃO POÇO	GPAB	385.455,23	255,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.489.792,44	2.970.755,01	0,00	8.460.547,45	0,00	35.018,88	8.495.566,33
150240	CASTANHAL	GPAB	1.772.173,86	863.754,70	116.057,02	0,00	3.601.561,56	2.107.000,31	0,00	0,00	17.360,00	0,00	0,00	17.360,00	0,00	0,00	17.360,00
150250	CHAVES	GPAB	17.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.891,80	0,00	0,00	11.891,80	0,00	0,00	11.891,80
150260	COLARES	GPAB	11.891,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.486.095,68	25.673,28	0,00	1.511.768,96	0,00	473,16	1.512.242,12
150270	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	GPAB	540.223,21	0,00	0,00	0,00	945.872,47	25.673,28	0,00	0,00	296.015,02	10.211,51	0,00	306.226,53	0,00	0,00	306.226,53
150275	CONCÓRDIA DO PARÁ	GPAB	64.040,34	0,00	0,00	0,00	231.974,68	10.211,51	0,00	0,00	5.902,78	0,00	0,00	5.902,78	0,00	0,00	5.902,78
150276	CUMARU DO NORTE	GPAB	5.902,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	406.969,73	23.548,53	0,00	430.518,26	0,00	0,00	430.518,26
150277	CURIONÓPOLIS	GPAB	60.072,03	0,00	0,00	0,00	346.897,70	23.548,53	0,00	0,00	356.787,69	151.987,36	0,00	508.775,05	0,00	0,00	508.775,05
150280	CURRALINHO	GPAB	40.669,65	0,00	0,00	0,00	316.118,04	151.987,36	0,00	0,00	9.052,93	0,00	0,00	9.052,93	0,00	0,00	9.052,93
150285	CURUÁ	GPAB	9.052,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263.144,89	0,00	0,00	263.144,89	0,00	0,00	263.144,89
150290	CURUÇÁ	GPAB	29.116,57	0,00	0,00	0,00	234.028,32	0,00	0,00	0,00	902.838,26	44.396,55	0,00	947.234,81	0,00	0,00	947.234,81
150293	DOM ELISEU	GPAB	43.966,82	0,00	0,00	0,00	858.871,44	44.396,55	0,00	0,00	706.330,33	0,00	0,00	706.330,33	0,00	0,00	706.330,33
150295	ELDORADO DOS CARAJÁS	GPAB	195.266,33	0,00	0,00	0,00	511.064,00	0,00									

150375 JACAREACANGA	GPAB	27.473,82	0,00	0,00	0,00	205.694,64	0,00	0,00	0,00	233.168,46	0,00	0,00	233.168,46	0,00	0,00	233.168,46
150380 JACUNDÁ	GPAB	291.802,13	0,00	0,00	0,00	713.725,71	41.131,71	0,00	0,00	1.005.527,84	41.131,71	0,00	1.046.659,55	0,00	0,00	1.046.659,55
150390 JURUTI	GPSM	308.534,44	0,00	0,00	0,00	469.159,32	0,00	0,00	0,00	777.693,70	0,00	0,00	777.693,70	0,00	2.633,70	780.327,52
150400 LIMOIEIRO DO AJURU	GPAB	19.920,00	0,00	0,00	0,00	118.832,34	0,00	0,00	0,00	138.752,34	0,00	0,00	138.752,34	0,00	0,00	138.752,34
150405 MÃE DO RIO	GPAB	181.201,02	1.802,32	0,00	0,00	511.391,20	322.398,80	0,00	0,00	692.592,22	324.201,12	0,00	1.016.793,34	0,00	0,00	1.016.793,34
150410 MAGALHÃES BARATA	GPAB	8.941,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.941,86	0,00	0,00	8.941,86	0,00	0,00	8.941,86
150420 MARABÁ	GPSM	2.092.198,42	589.798,08	0,00	0,00	3.517.113,92	774.170,80	0,00	0,00	5.609.312,34	1.363.968,88	0,00	6.973.281,22	0,00	28.199,28	7.001.480,50
150430 MARACANÃ	GPAB	24.926,49	4,96	0,00	0,00	325.159,56	1.657,92	0,00	0,00	350.086,05	1.662,88	0,00	351.748,93	0,00	0,00	351.748,93
150440 MARAPANIM	GPAB	25.292,60	0,00	0,00	0,00	238.353,30	0,00	0,00	0,00	263.645,90	0,00	0,00	263.645,90	0,00	0,00	263.645,90
150442 MARITUBA	GPSM	1.086.813,30	329.058,31	0,00	0,00	1.734.824,48	1.136.184,15	0,00	0,00	2.821.637,78	1.465.242,46	0,00	4.286.880,24	0,00	16.333,32	4.303.213,56
150445 MEDICILÂNDIA	GPSM	415.523,30	0,00	0,00	0,00	437.297,86	0,00	0,00	0,00	852.821,16	0,00	0,00	852.821,16	0,00	0,00	852.821,16
150450 MELGAÇO	GPAB	21.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.840,00	0,00	0,00	21.840,00	0,00	0,00	21.840,00
150460 MOCAJUBA	GPAB	25.335,09	0,00	0,00	0,00	310.524,98	797,24	0,00	0,00	335.860,07	797,24	0,00	336.657,31	0,00	0,00	336.657,31
150470 MOJUÍ	GPSM	775.241,58	0,00	0,00	0,00	849.800,12	8.152,17	0,00	0,00	1.625.041,70	8.152,17	0,00	1.633.193,87	0,00	11.114,52	1.644.308,39
150480 MONTE ALEGRE	GPSM	608.632,61	0,00	0,00	0,00	730.830,50	0,00	0,00	0,00	1.339.463,11	0,00	0,00	1.339.463,11	0,00	8.291,88	1.347.754,99
150490 MUANÁ	GPSM	385.827,83	168.624,35	0,00	0,00	530.330,04	0,00	0,00	0,00	916.157,87	168.624,35	0,00	1.084.782,22	0,00	6.246,00	1.091.028,22
150495 NOVA ESPERANÇA DO PIRÁ	GPAB	20.467,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.467,97	0,00	0,00	20.467,97	0,00	0,00	20.467,97
150497 NOVA IPIXUNA	GPAB	17.099,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.099,95	0,00	0,00	17.099,95	0,00	0,00	17.099,95
150500 NOVA TIMBOTEUA	GPAB	11.892,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.892,68	0,00	0,00	11.892,68	0,00	0,00	11.892,68
150503 NOVO PROGRESSO	GPAB	27.639,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.639,72	0,00	0,00	27.639,72	0,00	0,00	27.639,72
150506 NOVO REPARTIMENTO	GPAB	62.522,18	0,00	0,00	0,00	757.856,80	68.518,56	0,00	0,00	820.378,98	68.518,56	0,00	888.897,54	0,00	0,00	888.897,54
150510 ÔRIDOS	GPAB	476.298,62	0,00	0,00	0,00	786.286,55	0,00	0,00	0,00	1.262.585,17	0,00	0,00	1.262.585,17	0,00	0,00	1.262.585,17
150520 OBRAS DO PARÁ	GPAB	23.760,00	0,00	0,00	0,00	241.331,35	0,00	0,00	0,00	265.091,35	0,00	0,00	265.091,35	0,00	0,00	265.091,35
150530 ORIXIMINÁ	GPAB	376.872,90	119.738,71	0,00	0,00	844.876,71	6.962,61	0,00	0,00	1.221.749,61	126.701,32	0,00	1.348.450,93	0,00	0,00	1.348.450,93
150540 OURÉM	GPSM	159.343,96	160.394,70	0,00	0,00	181.982,00	80.626,00	0,00	0,00	341.325,96	241.020,70	0,00	582.346,66	0,00	260,52	582.607,18
150543 OURILÂNDIA DO NORTE	GPSM	495.504,79	3.926,31	0,00	0,00	521.277,60	32.305,90	0,00	0,00	1.016.782,39	36.232,21	0,00	1.053.014,60	0,00	5.968,56	1.058.983,16
150548 PACUJÁ	GPAB	254.463,06	88,40	0,00	0,00	415.291,80	51.023,70	0,00	0,00	669.754,86	51.112,10	0,00	720.866,96	0,00	0,00	720.866,96
150549 PALESTINA DO PARÁ	GPSM	70.988,96	35.013,74	0,00	0,00	130.063,09	0,00	0,00	0,00	201.052,05	35.013,74	0,00	236.063,79	0,00	224,88	236.290,67
150550 PARAGOMINAS	GPSM	1.082.328,52	710.218,67	0,00	0,00	1.710.526,60	58.841,84	0,00	0,00	2.792.855,12	769.060,51	0,00	3.561.915,63	0,00	9.708,60	3.571.624,23
150553 PARAQUEBAS	GPSM	830.403,32	248.386,90	0,00	0,00	1.438.959,26	254.417,57	0,00	0,00	2.269.362,58	502.804,47	0,00	2.772.167,05	0,00	34.969,92	2.807.136,97
150555 PAU D'ARCO	GPAB	7.704,50	0,00	0,00	0,00	134.521,42	0,00	0,00	0,00	142.225,92	0,00	0,00	142.225,92	0,00	0,00	142.225,92
150560 PEIXE-BOI	GPAB	8.202,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.202,32	0,00	0,00	8.202,32	0,00	0,00	8.202,32
150563 PIÇARRA	GPAB	15.494,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.494,14	0,00	0,00	15.494,14	0,00	0,00	15.494,14
150565 PLACAS	GPAB	13.740,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.740,00	0,00	0,00	13.740,00	0,00	0,00	13.740,00
150570 PONTA DE PEDRAS	GPAB	65.329,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.329,43	0,00	0,00	65.329,43	0,00	0,00	65.329,43
150580 PORTEL	GPAB	60.673,36	0,00	0,00	0,00	321.898,80	68.591,52	0,00	0,00	382.572,16	68.591,52	0,00	451.163,68	0,00	0,00	451.163,68
150590 PORTO DE MOZ	GPSM	210.103,31	0,00	0,00	0,00	222.225,20	0,00	0,00	0,00	432.328,51	0,00	0,00	432.328,51	0,00	1.486,44	433.814,95
150600 PRAINHA	GPAB	50.847,74	0,00	0,00	0,00	317.173,98	0,00	0,00	0,00	368.021,72	0,00	0,00	368.021,72	0,00	0,00	368.021,72
150610 PRIMAVERA	GPAB	10.231,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.231,74	0,00	0,00	10.231,74	0,00	0,00	10.231,74
150611 QUATIPURU	GPAB	12.430,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.430,08	0,00	0,00	12.430,08	0,00	0,00	12.430,08
150613 REDENÇÃO	GPSM	929.029,93	148.886,49	0,00	0,00	1.412.569,86	228.300,63	0,00	0,00	2.341.599,79	377.187,12	0,00	2.718.786,91	0,00	22.133,16	2.740.920,07
150616 RIO MARIA	GPSM	240.117,86	0,00	0,00	0,00	345.054,52	0,00	0,00	0,00	585.172,38	0,00	0,00	585.172,38	0,00	2.311,20	587.483,58
150618 RONDON DO PARÁ	GPAB	202.044,61	3.389,37	0,00	0,00	837.630,08	120.529,92	0,00	0,00	1.039.674,69	123.919,29	0,00	1.163.593,98	0,00	0,00	1.163.593,98
150619 RUIRÓPOLIS	GPAB	87.073,62	0,00	0,00	0,00	389.122,21	100.638,98	0,00	0,00	476.195,83	100.638,98	0,00	576.834,81	0,00	0,00	576.834,81
150620 SALINÓPOLIS	GPAB	418.015,40	87.176,63	0,00	0,00	690.853,02	348.724,48	0,00	0,00	1.108.868,48	435.901,11	0,00	1.544.769,59	0,00	0,00	1.544.769,59
150630 SALVATERRA	GPAB	15.727,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.727,98	0,00	0,00	15.727,98	0,00	0,00	15.727,98
150635 SANTA BARRARA DO PARÁ	GPAB	13.121,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.121,27	0,00	0,00	13.121,27	0,00	0,00	13.121,27
150640 SANTA CRUZ DO ARARI	GPAB	5.375,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.375,62	0,00	0,00	5.375,62	0,00	0,00	5.375,62
150650 SANTA ISABEL DO PARÁ	GPAB	422.106,46	534.326,68	0,00	0,00	674.650,46	359.358,23	0,00	0,00	1.096.756,92	893.684,91	0,00	1.990.441,83	0,00	0,00	1.990.441,83
150655 SANTA LUZIA DO PARÁ	GPAB	23.795,96	24,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.795,96	24,48	0,00	23.820,44	0,00	0,00	23.820,44
150658 SANTA MARIA DAS BARREIRAS	GPSM	103.099,20	0,00	0,00	0,00	136.664,15	0,00	0,00	0,00	239.763,35	0,00	0,00	239.763,35	0,00	83,88	239.847,23
150660 SANTA MARIA DO PARÁ	GPSM	351.316,81	33.848,11	0,00	0,00	289.089,74	199.080,18	0,00	0,00	640.406,55	232.928,29	0,00	873.334,84	0,00	834,96	874.169,80
150670 SANTANA DO ARAGUAIA	GPSM	620.347,24	0,00	0,00	0,00	629.868,80	40.074,06	0,00	0,00	1.250.216,04	40.074,06	0,00	1.290.290,10	0,00	44.999,52	1.335.289,62
150680 SANTARÉM	GPSM	3.214.457,82	873.300,47	72.648,60	3.281,89	5.499.604,62	1.683.613,06	0,00	0,00	8.786.711,04	2.560.195,42	0,00	11.346.906,46	0,00	24.106,92	11.371.013,38
150690 SANTARÉM NOVO	GPAB	6.765,11	12,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.765,11	12,80	0,00	6.777,91	0,00	0,00	6.777,91
150700 SANTO ANTONIO DO TAUÁ	GPAB	73.983,14	127,50	0,00	0,00	363.191,57	267.629,81	0,00	0,00	437.174,71	267.757,31	0,00	704.932,02	0,00	0,00	704.932,02
150710 SÃO CAETANO DE ODIVELAS	GPAB	15.502,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.502,74	0,00	0,00	15.502,74	0,00	0,00	15.502,74
150715 SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	GPAB	151.420,22	59.469,52	0,00	0,00	192.909,29	78.257,64	0,00	0,00	344.329,51	137.727,16	0,00	482.056,67	0,00	0,00	482.056,67
150720 SÃO DOMINGOS DO CAPIM	GPAB	30.363,69	0,00	0,00	0,00	299.108,52	0,00	0,00	0,00	329.472,21	0,00	0,00	329.472,21	0,00	0,00	329.472,21
150730 SÃO FÉLIX DO XINGU	GPSM	639.409,78	0,00	0,00	0,00	590.291,90	0,00	0,00	0,00	1.229.701,68	0,00	0,00	1.229.701,68	0,00	53.236,68	1.282.938,36
150740 SÃO FRANCISCO DO PARÁ	GPAB	15.444,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.444,51	0,00	0,00	15.444,51	0,00	0,00	15.444,51
150745 SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	GPSM															

150808TUCUMÁ	GPSP	445.579,60	2.362,86	6,74	80,84	562.314,95	1.557,30	0,00	0,00	1.007.901,31	4.001,00	0,00	1.011.902,31	0,00	23.551,92	1.035.454,23
150810TUCURUÍ	GPSP	896.836,67	712.550,87	21.434,87	13.219,55	1.554.953,25	829.222,96	0,00	0,00	2.473.224,79	1.554.993,38	0,00	4.028.218,17	0,00	33.101,28	4.061.319,45
150812BULIANÓPOLIS	GPAB	101.845,31	56,60	0,00	0,00	331.507,20	0,00	0,00	0,00	433.352,51	56,60	0,00	433.409,11	0,00	0,00	433.409,11
150815URUARA	GPSP	528.514,41	63.571,18	0,00	0,00	842.803,36	34.534,50	0,00	0,00	1.371.317,77	98.105,68	0,00	1.469.423,45	0,00	3.964,92	1.473.388,37
150820VIGIA	GPAB	214.654,97	0,00	0,00	0,00	388.083,60	57.559,80	0,00	0,00	602.738,57	57.559,80	0,00	660.298,37	0,00	0,00	660.298,37
150830VISEU	GPSP	567.386,86	0,00	0,00	0,00	487.986,58	0,00	0,00	0,00	1.055.373,44	0,00	0,00	1.055.373,44	0,00	640,92	1.056.014,36
150835VITÓRIA DO XINGU	GPAB	15.016,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.016,22	0,00	0,00	15.016,22	0,00	0,00	15.016,22
150840XINGUARA	GPSP	606.158,00	25.154,19	0,00	0,00	711.362,59	92.499,48	0,00	0,00	1.317.520,65	117.653,67	0,00	1.435.174,32	0,00	9.010,08	1.444.184,40
Subtotal por População		63.436.835,90	16.543.839,39	5.571.045,53	17.041.010,32	123.513.966,23	32.041.326,60	1.656.577,00	6.235.665,00	194.178.424,72	71.861.841,31	3.847.844,00	269.888.110,93	5.112.357,76	1.282.545,36	266.058.297,63
Recursos não alocados sob Gestão Estadual																266.071.802,67
SubTotal Limite Financeiro (01)																

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA										SÍNTESE DOS RECURSOS FEDERAIS PROGRAMADOS E TRANSFERIDOS PARA OS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA PARA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE						
QUADRO (2A) - SÍNTESE DOS RECURSOS FEDERAIS PROGRAMADOS E TRANSFERIDOS PARA OS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA PARA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE UP, PARA																
Municípios (GPSP)	Total de recursos Programados para o Município				(e) Recursos programados para financiar a hemorrede e laboratório de S. Pública sob Gestão Estadual **	(f) Consolidado dos Recursos Federais comprometidos nos TCIEP (QUADRO 2.B)* em municípios em GPSP a serem transferidos para FIES, Hospital MEC ou Hospitais MS	(g) Recursos de Transferência Automática ao FMS (g=d+c-f)	(h) Impacto Pt 424 (TRS) Valor Retornado	IMPACTO PORTARIAS 2037/2038-MS	Total Geral						
	(a) População Própria	(b) População Referenciada	(c) FIDEPS	(d) Total (d=a+b+c)												
ABAIETUBA	3.475.086,84	62.705,28	0,00	3.537.792,12			3.537.792,12	0,00	2.759,04	3.540.551,16						
ACARA	1.146.480,10	99.668,07	0,00	1.246.148,17			1.246.148,17	0,00	6.186,48	1.252.334,65						
AGUA AZUL DO NORTE	679.239,74	0	0,00	679.239,74			679.239,74	0,00	1.231,92	680.471,66						
ANANINDEUA	12.902.550,97	454.942,48	0,00	13.357.493,45			13.357.493,45	0,00	51.196,80	13.408.690,25						
BAIAO	475.864,65	95.021,55	0,00	570.886,20			570.886,20	0,00	805,44	571.691,64						
BARCARENA	1.901.089,80	8.481,09	0,00	1.909.571,79			1.909.571,79	0,00	8.853,48	1.918.425,27						
BELÉM	73.627.128,43	45.940.556,01	3.847.844,00	123.415.528,44			123.415.528,44	5.112.357,76	757.141,32	119.060.312,00						
BREVES	2.072.214,69	977.163,13	0,00	3.049.377,82			3.049.377,82	0,00	10.012,08	3.059.389,90						
CAMETA	2.800.506,02	415.128,62	0,00	3.215.634,64			3.215.634,64	0,00	1.788,84	3.217.423,48						
CAPANEMA	1.773.729,44	2.183.219,30	0,00	3.956.948,74			3.956.948,74	0,00	2.830,32	3.959.779,06						
CASTANHAL	5.489.792,44	2.970.755,01	0,00	8.460.547,45			8.460.547,45	0,00	35.018,88	8.495.566,33						
COLARES	11.891,80	0,00	0,00	11.891,80			11.891,80	0,00	0,00	11.891,80						
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1.486.095,68	25.673,28	0,00	1.511.768,96			1.511.768,96	0,00	473,16	1.512.242,12						
FLORISTA DO ARAGUAIA	376.419,92	0,00	0,00	376.419,92			376.419,92	0,00	475,20	376.895,12						
IGARAPE-MIRI	1.807.697,58	0,00	0,00	1.807.697,58			1.807.697,58	0,00	17.449,20	1.825.146,78						
ITUPIRANGA	877.093,34	1.247,40	0,00	878.340,74			878.340,74	0,00	510,12	878.850,86						
JURUTI	777.693,76	0,00	0,00	777.693,76			777.693,76	0,00	2.633,76	780.327,52						
MARABÁ	5.609.312,34	1.363.968,88	0,00	6.973.281,22			6.973.281,22	0,00	28.199,28	7.001.480,50						
MARITUBA	2.821.637,78	1.465.242,46	0,00	4.286.880,24			4.286.880,24	0,00	16.333,32	4.303.213,56						
MEDICILÂNDIA	852.821,16	0,00	0,00	852.821,16			852.821,16	0,00	0,00	852.821,16						
MOJÚ	1.625.041,70	8.152,17	0,00	1.633.193,87			1.633.193,87	0,00	11.114,52	1.644.308,39						
MONTE ALEGRE	1.339.463,11	0,00	0,00	1.339.463,11			1.339.463,11	0,00	8.291,88	1.347.754,99						
MUANA	916.157,87	168.624,35	0,00	1.084.782,22			1.084.782,22	0,00	6.246,00	1.091.028,22						
OURÉM	341.325,96	241.020,70	0,00	582.346,66			582.346,66	0,00	260,52	582.607,18						
OURILÂNDIA DO NORTE	101.678,39	36.231,9	0,00	1.053.014,29			1.053.014,29	0,00	5.968,56	1.058.982,85						
PALESTINA DO PARA	201.052,05	35.013,74	0,00	236.065,79			236.065,79	0,00	224,88	236.290,67						
PARAGOMINAS	2.792.855,12	769.060,51	0,00	3.561.915,63			3.561.915,63	0,00	9.708,60	3.571.624,23						
PARAUPEBAS	226.936,58	502.804,47	0,00	2.772.167,05			2.772.167,05	0,00	34.969,92	2.807.136,97						
PORTO DE MOZ	432.328,51	0,00	0,00	432.328,51			432.328,51	0,00	1.486,44	433.814,95						
RHEDENÇÃO	2.341.599,79	377.187,12	0,00	2.718.786,91			2.718.786,91	0,00	22.133,16	2.740.920,07						
RIO MARIA	585.172,38	0	0,00	585.172,38			585.172,38	0,00	2.311,20	587.483,58						
SANTA MARIA DAS BARREIRAS	239.763,35	0,00	0,00	239.763,35			239.763,35	0,00	83,88	239.847,23						
SANTA MARIA DO PARA	640.406,55	232.928,29	0,00	873.334,84			873.334,84	0,00	834,06	874.169,90						
SANTANA DO ARAGUAIA	1.250.216,04	40.074,00	0,00	1.290.290,10			1.290.290,10	0,00	44.999,52	1.335.289,62						
SANTAREM	8.786.711,04	2.560.195,42	0,00	11.346.906,46			11.346.906,46	0,00	24.106,92	11.371.013,38						
SÃO FELIX DO XINGU	1.229.701,68	0,00	0,00	1.229.701,68			1.229.701,68	0,00	53.236,68	1.282.938,36						
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	902.506,84	241.927,62	0,00	1.144.434,46			1.144.434,46	0,00	2.028,24	1.146.462,70						
TAILÂNDIA	962.790,71	0,00	0,00	962.790,71			962.790,71	0,00	40.371,72	1.003.162,43						
TOMÉ-ACU	1.522.893,80	36.115,00	0,00	1.559.008,80			1.559.008,80	0,00	0,00	1.559.008,80						
TUCUMÁ	1.007.901,31	4.001,00	0,00	1.011.902,31			1.011.902,31	0,00	23.551,92	1.035.454,23						
TUCURUÍ	2.473.224,79	1.554.993,38	0,00	4.028.218,17			4.028.218,17	0,00	33.101,28	4.061.319,45						
URUARA	1.371.317,77	98.105,68	0,00	1.469.423,45			1.469.423,45	0,00	3.964,92	1.473.388,37						
VISEU	1.055.373,44	0,00	0,00	1.055.373,44			1.055.373,44	0,00	640,92	1.056.014,36						
XINGUARA	1.317.520,65	117.653,67	0,00	1.435.174,32			1.435.174,32	0,00	9.010,08	1.444.184,40						
TOTAL	157.585.815,91	63.087.862,54	3.847.844,00	224.521.522,45			224.521.522,45	5.112.357,76	1.282.545,36	220.691.710,05						
TOTAL DE RECURSOS SOB GESTÃO ESTADUAL				6.161.739,30												

Belém, 29 de novembro de 2002
Fernando Agostinho Cruz Dourado
Gestor Estadual

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA						
QUADRO 03 A - OPÇÃO 1 - Estados Habilitados em Gestão Plena do Sistema						
SÍNTESE DOS RECURSOS FEDERAIS TRANSFERIDOS PARA OS ESTADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA ESTADUAL PARA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE UF: PARA						
Recursos Transferidos do FNS ao FES						
(a) Pagamento de Ações gerenciadas pela SIES QUADRO 1B	(b) Recursos Programados em Municípios em GPABA e/ou Não Habilitados	(c) Consolidado dos Recursos Federais comprometidos nos TCIEP (QUADRO 2.B) em municípios em GPSP a serem transferido para FIES	(d) Recursos do MI em módulos assistenciais sob Gestão Estadual e em microrregião qualificada	(e) Sub Total $e=a+b+c+d$	(f) Recursos Federais Comprometidos no TCEP a serem transferidos aos FMS, Hospitais MEC ou Hospital MS (Total QUADRO 3B)	(g) Recursos de Transferência automática ao FES $g=e-f$
6.982.616,13	45.380.089,57			52.372.705,70		52.372.705,70
Belém, 29 de novembro de 2002						

SECRETARIA EXECUTIVA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

SECRETÁRIA: SULEIMA FRAIHA PEGADO
AV. GOV. JOSÉ MALCHER, 652 - ☎ (91) 224-1412

RECURSO/ANULAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2002

PROCESSO Nº 285.948/2002

DESPACHO

Acolhendo as razões aduzidas no Parecer exarado pelo Dr. Luiz Antônio Nascimento Ramos, ratificado pela Assessoria Jurídica da SETEPS, indeferimos a anulação da TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2002, formulada pela empresa MAX-FER COMERCIAL LTDA.

Belém, 13 de dezembro de 2002.

SULEIMA FRAIHA PEGADO

Secretária Executiva do Trabalho e Promoção Social

CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

PRESIDENTE: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA
TRAV. PADRE EUTÍQUIO, 2109 - ☎ (91) 242-9100

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

(CONCORRÊNCIA Nº 003/2002)

A Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Pará, nesta oportunidade representada pela Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 043/Gab, de 21 de março de 2002, responsável pela CONCORRÊNCIA Nº 003/2002, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de informática e material permanente, torna público o resultado do julgamento das propostas comerciais nos seguintes termos:

1) As especificações dos equipamentos apresentadas nas propostas comerciais para os itens 001, 009, 010, 011, 014, 016, 017 e 019, muito embora aprovadas, os preços ofertados encontram-se acima da média estabelecida em documento incluso nos autos, o que implica na desclassificação das propostas comerciais ofertadas para os mencionados itens.

2) Para os itens 004, 012, 013 e 015 não houve a formulação de proposta comercial.

3) Empresa M&P Ltda, itens 003, 005, 006 e 021, valor R\$ 103.072,00.

4) Empresa Tecworld Ltda, item 008, valor R\$ 1.774,50.

5) Empresa Versati Teleinformática Ltda, item 018, valor R\$ 134.865,00.

6) Empresa Belém Informática Ltda, itens 007 e 020, valor R\$ 23.105,00.

7) Empresa Scal Ltda, item 002, valor R\$ 13.629,27.

O valor global da presente licitação é de R\$ 276.445,77 (Duzentos e Setenta e Seis Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais e Sete Centavos). O prazo para interposição de eventuais recursos administrativos passa a fluir da data desta publicação. Os autos do Processo Administrativo Nº 0733/2002 encontram-se à disposição dos interessados que desejarem tomar conhecimento da supra citada decisão. Belém (Pa), 12 de dezembro de 2002. Helder Luis Silva Pantoja, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

DIRETOR-PRESIDENTE: HÉLIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR
RUA OLIVEIRA BELO, 395 - ☎ (91) 242-9022

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 049/2002 (CARTA CONVITE 025/2002)

OBJETO DO CONTRATO: aquisição de impressos para o hospital da Fundação Santa Casa

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.255,10 (cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02.12.2002 a 01.04.2003

PARTES - Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (Contratante) e Distribuidora ME (Contratada);

FONTE DE RECURSOS - Função programática 10.302.0070-2738, elemento de despesa 349030- fonte 069.

DATA DA ASSINATURA - 02 de dezembro de 2002

ORDENADOR RESPONSÁVEL - HÉLIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR - Presidente FSCMPA

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO: 048/2002 (CARTA CONVITE 025/2002)
OBJETO DO CONTRATO: aquisição de impressos para o hospital da Fundação Santa Casa
VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.278,70 (dez mil duzentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02.12.2002 a 01.04.2003
PARTES - Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (Contratante) e Gráfica e Editora Avante Ltda (Contratada);
FONTE DE RECURSOS - Função programática 10.302.0070-2738, elemento de despesa 349030- fonte 069.
DATA DA ASSINATURA - 02 de dezembro de 2002
ORDENADOR RESPONSÁVEL - HÉLIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR - Presidente FSCMPA

HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

DIRETORA-GERAL: ROSEMARY SILVA DE OLIVEIRA GÓES
TRAV. ALFERES COSTA, S/N - ☎ (91) 276-5665

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Órgão: Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna.
Modalidade: Carta Convite nº 009/2002

Firmas Vencedoras:

A firma ASTEC - ART. SERV. E TECNOL. LTDA foi vencedora do item 4 pelo critério menor preço perfazendo o valor total de R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais).

A firma BOM BONS E DESCARTÁVEIS LTDA foi vencedora dos itens 3, 6, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 39, 41, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 82 e 83, perfazendo o valor total de R\$ 19.514,32 (dezenove mil quinhentos e quatorze reais e trinta e dois centavos).

A firma COMERCIAL GUARÁ LTDA foi vencedora dos itens 8, 14, 15, 17, 26, 40, 42, 46, 47, 48, 49, 57 e 60 perfazendo o valor total de R\$ 6.942,60 (seis mil novecentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos).

A firma DISTRIBUIDORA MARITUBA LTDA foi vencedora dos itens 33, 43, 44 e 51 perfazendo o valor total de R\$ 158,55 (cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

A firma HEINRIKUS COMERCIAL LTDA, foi vencedora dos itens 45, 73, 74, 75, 76 e 77 perfazendo o valor total de R\$ 581,31 (quinhentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos).

A firma M. D. INFORMÁTICA COM. E REP. LTDA foi vencedora dos itens 1 e 2 perfazendo o valor total de R\$ 1.677,00 (um mil seiscentos e setenta e sete reais).

A firma P. L. F. COMÉRCIO LTDA foi vencedora dos itens 5, 7, 9, 10, 11, 16, 27, 32, 34, 35, 38 e 67 perfazendo o valor total de R\$ 7.280,10 (sete mil duzentos e oitenta reais e dez centavos).

Belém, 13 de dezembro de 2002

Maria Augusta F. Kalil

Presidente/CPI/FHCGV

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CITAÇÃO - 309/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. JOSÉ SINVAL VIEIRA PAIVA, Presidente, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2000/50311-0, que trata da prestação de contas do NÚCLEO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - POEMAR, em face do Convênio SECTAM s/nº/97, assinado em 15.09.97 e Termo Aditivo.

Belém, 09 de dezembro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

Presidente

CITAÇÃO - 310/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. RIGON KOLLING, Prefeito, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2002/50237-8, que trata da tomada de contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVÊ BRANCO, em face do Convênio SESPAN nº 148/2000, assinado em 27.06.2000.

Belém, 09 de dezembro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

Presidente

CITAÇÃO - 311/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. CARLOS CABRAL REBELLO, Ex-Prefeito, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 1999/50624-7, que trata da prestação de contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, em face do Convênio SETRAN nº. 037/97, assinado em 19.12.97.

Belém, 09 de dezembro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

Presidente

CITAÇÃO - 312/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. JOSÉ MÁRIO DE SOUZA, Ex-Prefeito, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2001/51140-9, que trata da tomada de contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, em face do Convênio SHELAN nº. 057/99, assinado em 05.12.99.

Belém, 09 de dezembro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

Presidente

CITAÇÃO - 313-A/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. JOSÉ CARLOS CAETANO, Ex-Prefeito, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2002/50234-5, que trata da tomada de contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO, em face do Convênio SESPAN nº. 140/2000, assinado em 27.06.2000.

Belém, 09 de dezembro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

Presidente

CITAÇÃO - 313-B/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. ANTÔNIO LORENZONI, Prefeito Municipal de Brasil Novo, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, responda ao Ofício nº. 2002/00.600-DCB, de 18.02.2002, pertinente à instrução do Processo nº. 2002/50234-5, que trata da tomada de contas relativa ao Convênio nº. 140/2000-SESPAN, assinado em 27.06.2000, cuja responsabilidade é do ex-gestor municipal, Sr. José Carlos Caetano, sob pena de sofrer penalidade de multa, conforme dispõe o art. 75, inciso II, § 5º, do ato regimental.

Belém, 09 de dezembro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

Presidente

CITAÇÃO - 314/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. JOSÉ JOAQUIM DIOGO, Prefeito, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2002/50926-4, que trata da tomada de contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, em face do Convênio AL nº. 002/97, assinado em 21.05.97.

Belém, 09 de dezembro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

Presidente

CITAÇÃO - 315/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. JARDEL VASCONCELOS CARMO, Prefeito, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2000/52403-0, que trata da tomada de contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, em face do Convênio SHELAN nº 106/97, assinado em 18.11.97 e Termos Aditivos.

Belém, 09 de dezembro de 2002.

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

Presidente

CITAÇÃO - 316/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. HUMBERTO SALVADOR FILHO, Prefeito, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2000/51777-1, que trata da tomada de contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA, em face do Convênio IPASEP s/

nº 97, assinado em 01.04.97 e Termos Aditivos, Belém, 09 de dezembro de 2002.
SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Presidente

CITAÇÃO - 317/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. RAIMUNDO CELSO RODRIGUES DA CRUZ, Prefeito, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 1999/52109-1, que trata da tomada de contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ, em face do Convênio SEPLAN nº. 123/97, assinado em 18.11.97 e Termos Aditivos. Belém, 09 de dezembro de 2002.
SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Presidente

CITAÇÃO - 318/2002

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 142, § 1º, do Regimento, cita, por intermédio do presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado por três (03) vezes no prazo de dez (10) dias, o Sr. FRANCISCO JOSÉ MEDEIROS BARBOSA, Ex-Prefeito, para que, no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2002/50232-3, que trata da tomada de contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA, em face do Convênio SPSA nº. 146/2000, assinado em 27.06.2000. Belém, 09 de dezembro de 2002.
SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Presidente

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 26 de novembro de 2002, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº 33.306

Processo nº 2000/51452-5
Assunto: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal São Félix do Xingu (Convênio nº 028/99 - SETRAN e Termo Aditivo)
Responsável: Sr. Antônio Paulino da Silva, Prefeito
Proposta de Decisão: Auditor ANTONIO ERLINDO BRAGA
Lavatura da Decisão: Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE (§ 2º do art. 195 do Regimento)
Decisão: Julgar regular a prestação de contas.

ACÓRDÃO Nº 33.307

Processo nº 2001/51807-7
Assunto: Prestação de Contas da Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia (Convênio nº 009/00 - SECTAM)
Responsável: Sr. Célio Francisco Marques de Melo, Presidente
Proposta de Decisão: Auditor EDILSON OLIVEIRA E SILVA
Lavatura da Decisão: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ (§ 2º do art. 195 do Regimento)
Decisão: Julgar regular a presente prestação de contas.

ACÓRDÃO Nº 33.308

Processo nº 2001/51971-7
Assunto: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio (Convênio nº 109/00 - SAGRI)
Responsável: Sr. Carlos Cabral Rebelo, Prefeito à época
Relator: Conselheiro FERNANDO COUTINHO JORGE
Decisão: Julgar regulares as contas, aplicando-se multa ao responsável, face a intempestividade na apresentação da prestação de contas.

ACÓRDÃO Nº 33.309

Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Assunto: Aposentadoria
Processo nº 2002/50749-5
Interessado: Carmelita Pinheiro
Processo nº 2002/52180-5
Interessado: Maria de Lourdes Dias Raiol
Assunto: Reforma
Processo nº 2002/52351-6
Interessado: Soldado PM Antônio Maria Araújo Santiago
Relator: Conselheiro FERNANDO COUTINHO JORGE
Decisão: Registrar.

ACÓRDÃO Nº 33.310

Assunto: Aposentadorias
Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Processo nº 2002/51248-4
Interessado: Marluvia Dias Vieira
Processo nº 2002/51510-0
Interessado: Jonas Manos Nunes
Processo nº 2002/52520-5
Interessado: Marinete Ferreira Pinheiro
Processo nº 2002/52640-1
Interessado: Luiz Marcelo Bayma de Amorim
Proposta de Decisão: Auditor EDILSON OLIVEIRA E SILVA
Lavatura da Decisão: Conselheiro FERNANDO COUTINHO JORGE (§ 2º do art. 195 do Regimento)
Decisão: Conceder os registros.

ACÓRDÃO Nº 33.311

Assunto: Aposentadorias
Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Processo nº 2002/51984-4
Interessado: Elza Maria Costa da Silva
Processo nº 2002/51993-3
Interessado: Francisca Bentes Vieira Soares
Relator: Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Decisão: Conceder os registros.

ACÓRDÃO Nº 33.312

Processo nº 2002/51903-1
Assunto: Aposentadoria
Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Interessado: Antônio Catarino do Rosário
Relator: Conselheiro FERNANDO COUTINHO JORGE
Decisão: Conceder o registro, recomendando-se a SEAD que no prazo de trinta dias encaminhe novo ato com a alteração da proporcionalidade do vencimento para 80% nos termos da Súmula nº 04 deste Tribunal e art. 8º, § 1º, inciso II da Emenda Constitucional nº 20/98.

ACÓRDÃO Nº 33.313

Assunto: Aposentadorias
Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Processo nº 2002/51948-3
Interessado: Cária Idaci Paes Damasceno
Processo nº 2002/52106-8
Interessado: Hamilton Edson Viana da Silva
Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ
Decisão: Conceder os registros.

ACÓRDÃO Nº 33.314

Processo nº 2002/52257-9
Assunto: Aposentadoria
Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Interessado: Maria Socorro de Jesus Penha
Proposta de Decisão: Auditor ANTONIO ERLINDO BRAGA
Lavatura da Decisão: Conselheiro MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (§ 2º do art. 195 do Regimento)
Decisão: Conceder o registro.

ACÓRDÃO Nº 33.315

Processo nº 2002/51641-9
Assunto: Reforma
Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Interessado: Soldado PM Juscelino Chagas de Freitas
Relator: Conselheiro MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Decisão: Deferir o registro.

ACÓRDÃO Nº 33.316

Processo nº 2002/51859-3
Assunto: Retificação de Proventos
Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Interessado: Celso Araújo Souza Pageú
Proposta de Decisão: Auditor EDILSON OLIVEIRA E SILVA
Lavatura da Decisão: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ (§ 2º do art. 195 do Regimento)
Decisão: I - Contra os votos dos Exmos. Srs. Conselheiros Elias Naif Daibes Hamouche e Fernando Coutinho Jorge, por entenderem que deve ser incluída a gratificação de escolaridade no computo do cargo comissionado incorporado, conforme dispõe o art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/94;
II - Registrar a Portaria nº 1302, de 05.07.2002.

ACÓRDÃO Nº 33.317

Processo nº 2002/52735-7
Assunto: Contratos de Admissão de Pessoal
Origem: Secretaria Executiva de Agricultura
Interessado: Margarida Menezes do Nascimento, Maria Aparecida Firmino Souza, Maria do Pépetuo Socorro da Silva Viana e outros.
Proposta de Decisão: Auditor EDILSON OLIVEIRA E SILVA
Lavatura da Decisão: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ (§ 2º do art. 195 do Regimento)
Decisão: Conceder os registros.

ACÓRDÃO Nº 33.318

Processo nº 2002/52732-4
Assunto: Aposentadoria
Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Interessado: Maria Dionília Nascimento Souza
Relator: Conselheiro MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Decisão: I - Contra o voto do Exmº Sr. Conselheiro Sebastião Santos de Santana, Presidente, por entender que servidores não estáveis não têm direito à aposentadoria no serviço público, conforme dispõe o art. 110 § 2º, da Lei nº 5.810/94;
II - Registrar a aposentadoria, recomendando-se à SEAD que antes da publicação do ato, proceda a correção do nome da aposentada.
O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 28 de novembro de 2002, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº 33.320

Processo nº 2002/50836-3
Assunto: Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de Abaetetuba (Convênio nº 095/01 - SAGRI)
Responsável: Sr. Francisco Maués Carvalho, Prefeito
Relator: Auditor Convocado ANTONIO ERLINDO BRAGA
Decisão: Julgar irregulares as contas, devendo o responsável no prazo de trinta dias recolher aos cofres estaduais a importância imposta no referido Acórdão e mais multa a partir da ciência desta decisão, por não ter apresentado a esta Corte a competente prestação de contas no prazo regimental, sob pena de entrar em default.

ACÓRDÃO Nº 33.321

Assunto: Aposentadorias
Requerente: Secretaria Executiva de Administração
Processo nº 2002/51383-4
Interessado: Maria do Carmo de Oliveira Holanda
Processo nº 2002/51383-4
Interessado: Elza Maria Costa da Silva
Processo nº 2002/52129-4
Interessado: Maria das Dores Costa
Relator: Conselheiro FERNANDO COUTINHO JORGE
Decisão: Conceder os registros.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80
NIRE 15.300.007.232

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convidados os Srs. acionistas a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 27 de dezembro de 2002, às 09:00 horas, na sede social, na Av. Governador Magalhães Barata nº 209, Cidade de Belém, Estado do Pará, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Alteração da forma de destinação do resultado do exercício e consequente alteração dos artigos correspondentes do Estatuto Social; e
- Alteração, reformulação e consolidação do Estatuto Social de forma a adequá-lo aos preceitos da Lei nº 10.303/01 e aperfeiçoar a respectiva redação.

A Companhia informa que, em observância ao disposto no § 3º do art. 135 da Lei nº 6.404/76, os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Belém, 13 de dezembro de 2002

Jorge Queiroz de Moraes Junior

Presidente do Conselho de Administração

CARMELO DE SANTA TERESINHA

"Governo do Estado do Pará Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente" LICENÇA DE OPERAÇÃO - Nº 1021/2002 - Validade de 26/11/2002 a 25/11/2007 SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual 5.887 de 11.05.95, concede a licença ao empreendimento abaixo discriminado: CARMELO DE SANTA TERESINHA CPF/CNPJ: 04.556.163/0001-06 INS. ESTADUAL ENDEREÇO: ALAMEDA JOSÉ DE OLIVEIRA FRANÇA, S/N MUNICÍPIO: BENEVIDES, PORTE: A- II ATIVIDADE: CEMITÉRIO

REFRISA**REFRIGERANTES PARÁ S/A**

REFRISA - Refrigerantes Pará S/A. CNPJ/MF nº 03.144.348/0001-40. NTRC 1530001971. Extrato da Ata de A.G.E. Realizada em 15.12.2002. Às 10h. do dia 05.12.2002 na sede social no lote 04-Q-04-setor "A" - Distrito Industrial, Ananindeua-PA. Reuniram-se a totalidade dos acionistas ficando, portanto, dispensados do Edital de convocação na conformidade do que dispõe o § 4º do Art. 124 da Lei 6.404/76, para deliberarem sobre o seguinte: a) Autorização para emissão especial de 1.402.559 debêntures conversíveis em ações, com base na Lei nº 8.167 de 16.01.91, com redação dada pela medida provisória nº 2058 de 23.08.2000, demais disposições legais regulamentares aplicáveis, para subscrição pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM no valor Nominal de R\$ 1,00 equivalente ao total R\$ 1.402.559,00, conforme autorização do Ministério da Integração Nacional contida no Of. nº 640 MF de 25.11.02. Foi aprovada por unanimidade a emissão e subscrição das debêntures conversíveis, acima conforme boletim de subscrição de 11.12.02, assinados pelos Srs. Osvaldo Ribeiro Nogueira e Ercides Nogueira Neto representantes da empresa, pelo Sr. José B.F. Vingolino - Diretor de Suporte aos negócios e Ana Maria E. Toseano - Gerente da GEMF, representando o FINAM. Referida ata foi encerrada em 11.12.02, tendo seu texto integral sido lavrado em livro próprio e arquivado na JUCEPA sob o nº 20000051906 do dia 12.12.02. a) Dilermando Guedes Cabral, Secretário Geral

BRANDT MEIO AMBIENTE DO PARÁ LTDA.

A empresa Brandt Meio Ambiente do Pará Ltda. - CNPJ: 05.261.728/0001-90 torna público que recebeu da SECTAM - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente a Licença Prévia (LP) Nº 59/2002 com validade até 11/12/2003 para tratamento e reciclagem de resíduos industriais no Distrito Industrial de Ananindeua - Lote-47 - Quadra-E - Setor: T, Município de Ananindeua - Estado: Pará.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA**AVISO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO**

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA, torna público que fará o concurso para preenchimento do cargo de Zelador, Vigia, Assistente e Auxiliar Administrativo e Agente Legislativo. O Edital Completo nº 001/02, está afixado no local de inscrições, sito a Avenida Orlando Mendonça, 804, cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará, Floresta do Araguaia - Pa, aos 10 dias do mês de dezembro de 2002. Antônio C. de Araújo - Presidente da Comissão Organizadora.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

PAUTA DE JULGAMENTO

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na sessão a ser realizada no dia 17 de dezembro de 2002, às 9 horas, em sua sede, os seguintes processos:

01) PROCESSO Nº 200107763-00

Responsável: Luzinete Pinheiro

Origem: Instituto de Previdência do Município de Trairão

Assunto: Tomada de Contas referente ao exercício financeiro de 1998

Relator: Conselheiro Haroldo Julião da Gama

02) PROCESSO Nº 200003349-00

Responsável: Edivaldo Pimentel dos Santos

Origem: Grêmio Recreativo Beneficente Carnavalesco Parangolê do Samba

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 017/2000, firmado com a FUMBEI.

Relator: Conselheiro Paulo Dourado

03) PROCESSO Nº 200002718-00

Responsável: Waldemar Aurício Alves Brito

Origem: Grêmio Recreativo Beneficente Jurunense Rancho Não Posso Me Amofinar

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 07/2000, firmado com a FUMBEI.

Relator: Conselheiro Paulo Dourado

04) PROCESSO Nº 200204094-00

Interessado: José Rodrigues Quaresma

Origem: Prefeitura Municipal de Cametá

Assunto: Nomeação de Margarette Fátima Avellar Melo e outros - Decreto nº 280/2002, de 12.03.2002

Relator: Conselheiro Paulo Dourado

05) PROCESSO Nº 200204093-00

Interessado: José Rodrigues Quaresma

Origem: Prefeitura Municipal de Cametá

Assunto: Nomeação de José Cordeiro Alves - Decreto nº 279/2002, de 12.03.2002

Relator: Conselheiro Paulo Dourado

06) PROCESSO Nº 200204090-00

Interessado: José Rodrigues Quaresma

Origem: Prefeitura Municipal de Cametá

Assunto: Nomeação de Elincy da Trindade Miranda e outros - Decretos nºs 258, 259, 260, 261, 262, 263, 274, 275 e 277/2002

Relator: Conselheiro Paulo Dourado

07) PROCESSO Nº 200204108-00

Interessado: José Rodrigues Quaresma

Origem: Prefeitura Municipal de Cametá

Assunto: Nomeação de Francilene Carvalho da Ponte e outros - Decretos nºs 216, 217, 218, 219, 220 e 221/2002

Relator: Conselheiro Paulo Dourado

08) PROCESSO Nº 200204084-00

Interessado: José Rodrigues Quaresma

Origem: Prefeitura Municipal de Cametá

Assunto: Nomeação de Ana Sales de Melo e outros - Decretos nºs 248, 249, 250, 251, 252 e 253/2002

Relator: Conselheiro Paulo Dourado

09) PROCESSO Nº 200201634-00

Interessado: Sebastião Baia Aguilã

Origem: Prefeitura Municipal de Almeirim

Assunto: Lei nº 627/2001, de 26.12.2001, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Almeirim, para o quadriênio de 2002 a 2005

Relator: Conselheiro Paulo Dourado

10) PROCESSO Nº 19993189-00

Interessado: Francisco Eduardo Passero

Origem: Secretaria de Saneamento da Prefeitura Municipal de Belém

Assunto: Contrato nº 005/99, firmado com a Estacon Engenharia S/A

Relator: Conselheiro Aloísio Chaves

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 12 de dezembro de 2002.

a) Artur Paulo Melo

Secretário Geral

PAUTA DE JULGAMENTO

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na sessão a ser realizada no dia 19 de dezembro de 2002, às 9 horas, em sua sede, os seguintes processos:

01) PROCESSO Nº 985665-00

Responsável: José Mário de Souza

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Óbidos

Assunto: Prestação de Contas de 1997

Relator: Conselheiro Paulo Dourado

* Retirado da Pauta do dia 05.12.2002

02) PROCESSO Nº 20010616-00

Responsável: Sidney Jorge Rosa

Origem: Prefeitura Municipal de Paragominas

Assunto: Recurso de Reconsideração da decisão nas contas de 1997 - Resolução nº 6.480, 13.09.2001

Relator: Conselheiro Laudelino Pinto Soares

03) PROCESSO Nº 200204111-00

Interessado: José Rodrigues Quaresma

Origem: Prefeitura Municipal de Cametá

Assunto: Nomeação de Abraão Santos de Sousa - Decreto nº 226, de 08.03.2002

Relator: Conselheiro Laudelino Pinto Soares

04) PROCESSO Nº 200204114-00

Interessado: José Rodrigues Quaresma

Origem: Prefeitura Municipal de Cametá

Assunto: Nomeação de Catiaçilene da Silva Barbosa, Maria Luiza Pereira de Castro e Elisângela Sacramento - Decretos nºs 232 e 233/02

Relator: Conselheiro Laudelino Pinto Soares

05) PROCESSO Nº 200204117-00

Interessado: José Rodrigues Quaresma

Origem: Prefeitura Municipal de Cametá

Assunto: Nomeação de Raimundo do Socorro Coelho Barre, Daniel Duarte Sales, Heloisa Helena Santos dos Santos, Damazas Leite Silva, Eliana Andrade Ferreira e José Alves Pinheiro - Decretos nºs 235 e 236, de 08.03.2002

Relator: Conselheiro Laudelino Pinto Soares

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 12 de dezembro de 2002.

a) Artur Paulo Melo

Secretário Geral

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO ORIGINAL Nº 28.907.071-2

PARTES: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.789.665/0001-87 e Inscrição Estadual nº 15.191.280-7. (Contratante) e a ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.028.316/0018-51 (Contratada).

OBJETO DO CONTRATO ORIGINAL: prestação, pela ECT à Contratante, de serviços, Postais e telemáticos convencionais, adicionais, nas modalidades nacional e internacional, carga de máquina de franquear, bem como a venda de produtos postais, disponibilizados em Unidades de Atendimento da E.C.T. em âmbito regional. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa, art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

VALOR MENSAL DO CONTRATO ORIGINAL: R\$ 3.000,00.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Dos Serviços, Das obrigações do Contratante e das Condições de Pagamento.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 140,00 (Cento e quarenta reais) mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 031010112201252902-3390-39.

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2002

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Cons. Ronaldo Passarinho Pinto de Souza.

NORTE HOTELARIA S/A

NORTE HOTELARIA S/A. CNPJ/MF 05.441.787/0001-40. Assembleia Geral Extraordinária. Convocação - Ficam convocados os acionistas de Norte Hotelaria S/A, para reunião de Assembleia Geral Extraordinária que se realizará em primeira convocação no dia 20.12.2002 às 16:00 h, na sede social da empresa, sito à Av. Gov. José Malcher, 485, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos: a) Aumento do Capital Social realizado pela incorporação de recursos próprios; b) O que ocorrer, Belém-PA 06.12.2002. a) A diretoria.

AGROVÁS - AGROPECUÁRIA VALE DO SUIÁ S.A

AGROVÁS - AGROPECUÁRIA VALE DO SUIÁ S.A. - CNPJ: Nº 15.255.383/0001-16 - NIRE: 15300004543. Edital de Convocação. Convocamos os senhores Acionistas a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 19.12.2002, às 10:00 hs em sua sede social, na Av. Generalíssimo Deodoro, 1.683 sala 1102, nesta cidade de Belém (Pa), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **ORDINARIAMENTE:** a) Exame, discussão e votação de Relatório da Diretoria, das Contas dos Administradores, dos Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados e demais Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2000 e 2001, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; b) Destinação dos Resultados; c) Fixação do montante global de honorários da Diretoria. **EXTRAORDINARIAMENTE:** a) Mudança do endereço da sede social; b) Outros assuntos de interesse social. Belém (Pa), 10 de dezembro de 2002. A Diretoria.

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DO PARÁ

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DO PARÁ CNPJ Nº 04.977.377/0001-56. **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO:** Convocamos todos os profissionais pertencentes a categoria contábil para a reunião de Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará na sede social deste sindicato, à Rua 28 de Setembro nº 291, às 19:00 e 20:00 horas, em 1ª e 2ª convocação, respectivamente, no dia 19 de dezembro de 2002, para tratar dos seguintes assuntos: 1) - Convenção e acordo coletivo da categoria para o período de 04/2003 / 03/2004; 2) - Autorização para o sindicato instaurar dissídio coletivo, em caso de necessidade; 3) - Fixar o valor da contribuição sindical anual obrigatória e contribuição confederativa para o ano de 2003. Belém, 13 de dezembro de 2002. ADAMOR PEREIRA DE DEUS - PRESIDENTE.

COPROBEL - COS. E PRO. BELEZA LTDA.

DÓC. EXTRAVIADOS - EMP. COPROBEL - COS. E PRO. BELEZA LTDA. CNPJ: 10.236.578/0001-03. L. EST. - 15.120017-3. Lx. Reg. de Inventário nº 01, Lx. Reg. de Sais nº 01 e 02, Lx. Reg. de Aparição do Icm nº 04, Lx. Reg. de Entradas nº 04, Lx. Reg. Term. de Ocorrência nº 01, Dct's de 04/98 até 2002 - N/F de Sais e Ent. de Mercad. 97 a 10/2002, Dct's de 97 a 2002. B.O.P. nº 00007/2002.014065-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

ATO-AVISO DE LICITAÇÃO Tomada de Preços nº 004/2002. Objeto: Melhoria do Sistema Viário. Abertura: 28/12/2002. Hora: 10:00 hs. Local: Rua Barão do Rio Branco 760, onde poderão ser obtidas mais informações. O Edital poderá ser lido e/ou adquirido, mediante o recolhimento da taxa de R\$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais), na Tesouraria da Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª, das 8:00 às 12:00 hs. São Francisco do Pará, 12 de dezembro de 2002.

Antonio Carlos Rocha de Paiva - Presidente da CPL. PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJÁS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/02

Modalidade: Dispensa de Licitação, com base no art. 24, IV e c/c o art. 26, Parágrafo Único, I, II e III, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Partes: P.M. de Anajás e Freitas Melo S/C Ltda., CNPJ nº 04.575.872/0001-39. Objeto: construção e ampliação de uma Unidade Escolar Municipal de E.F. "Prudência Borges Meneses", com oito salas de aula. Valor R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Dotação: 11.302.12.361.0416.1004-449051-00. Vigência: 120 dias. Data da Assinatura: 12.12.2002. Foro: Anajás-PA, Raimundo Nogueira Filho - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

COMISSÃO PROCESSANTE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Comissão Processante instaurada através do Portaria nº 045/02, que apura denúncia formulada por, Claito Moura de Oliveira, contra o senhor Francisco Aguiar Silveira, Prefeito Municipal de Medicilândia, no uso de suas atribuições legais; e, considerando a liminar concedida pelo Juiz de Direito da Comarca de Medicilândia; considerando, que já se encontra nos autos o instrumento de procuração dos advogados do Denunciado; Considerando que a liminar determina que diligencie esta comissão no sentido de ouvir as testemunhas indicadas na peça de defesa; Considerando, que, toda e qualquer ordem judicial deve ser cumprida incontinenti; Resolve, através do presente Edital, notificar o denunciado, Sr. Francisco Aguiar Silveira, bem como, seus advogados, Mauro Cezar Santos e Hélio João Martins e Silva, para que compareça a Câmara Municipal de Medicilândia, e apresente as testemunhas arroladas na peça de defesa, nos seguintes horários: José Benito Priante Junior, as 8:00; Nadir Neves, as 8:30; Nelson Borges, as 9:00; Claito Curioso Ribeiro, as 9:30; Jilson Vaz, as 12:00; Mario Rosso Junior, as 12:30; Antonio Geraldo Lazarini, as 13:00; Vilmar Gomes Arantes 13:30; Istanisley Bufon, as 14:00 e Rubens Marques as 14:30, todos no dia 16.12.02, as 15:00 horas.

Medicilândia (PA), 12 de dezembro de 2002.

ARILTON SILVA SOUZA

VEREADOR PRESIDENTE DA C.P.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE informa aos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Carta Convite nº 061/2002, referente a AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E ACESSÓRIOS. A abertura ocorrerá no dia 20/12/2002, às 15:30 hs. Monte Alegre - Pa, 12 de dezembro de 2002. Comissão Permanente de Licitação.



Ano CXI da IOE
113ª da República
Nº 29.843

DIÁRIO OFICIAL

0537

Belém, sexta-feira,
13 de dezembro de 2002

Caderno

1

CADERNO DO JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 22/2002

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte rodoviário "porta a porta" de uma mudança domiciliar pertencente ao servidor MARCOS VINICIUS MONTEIRO MARTINS, no trecho PORTO NACIONAL-TO/BELEM-PA. Modalidade: Pregão. Tipo: Menor Preço. DATA, HORÁRIO E LOCAL DE ABERTURA: 26/12/2002, às 14:00 horas, no Auditório do edifício-sede da Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária do Pará, situado na Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Belém do Pará. O Edital está disponível no Núcleo de Administração, 1º Andar, no endereço acima citado, nos dias úteis, das 12 às 18 horas e no Site www.pa.trf1.gov.br. Informações: Fones (091) 242-0055, Ramal 192.

Belém/PA, 12 de dezembro de 2002.
Sebastião Jardim Bitencourt
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 20/2002

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento parcelado de combustíveis automotivos (gasolina comum e óleo diesel comum), nas quantidades estimadas de 8.400 (oitto mil e quatrocentos) litros anuais de gasolina e de 240 (duzentos e quarenta) litros anuais de óleo diesel, para a Seção Judiciária do Pará. DATA, HORÁRIO E LOCAL DE ABERTURA: 26/12/2002, às 9:30 horas, no Auditório localizado no Prédio-sede da Seção Judiciária do Pará, Rua Domingos Marreiros, 598 - Umarizal - Belém/PA. EDITAL: à disposição dos interessados no Núcleo de Administração, no endereço já mencionado, 1º andar, no horário de 09 às 15 horas, ou no site www.pa.trf1.gov.br. INFORMAÇÕES: Telefone (91) 223-6117.

Belém (PA), 11 de dezembro de 2002.
Luís Henrique de Carvalho Lopes
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 21/2002

OBJETO: Aquisição de um veículo automotivo, veículo de serviço, para a Seção Judiciária do Pará. DATA, HORÁRIO E LOCAL DE ABERTURA: 27/12/2002, às 9:30 horas, no Auditório localizado no Prédio-sede da Seção Judiciária do Pará, Rua Domingos Marreiros, 598 - Umarizal - Belém/PA. EDITAL: à disposição dos interessados no Núcleo de Administração, no endereço já mencionado, 1º andar, no horário de 09 às 15 horas, ou no site www.pa.trf1.gov.br. INFORMAÇÕES: Telefone (91) 223-6117.

Belém (PA), 11 de dezembro de 2002.
Luís Henrique de Carvalho Lopes
Pregoeiro

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO, OCORRIDA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

Presidente da Sessão: MM. Juiz Federal Dr. RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
Às 09:30 hs, do dia onze de dezembro do ano de dois mil e dois, na sala de audiências da 1ª Vara Cível Federal, da Seção Judiciária do Pará, presente o MM. Juiz Federal Presidente da Sessão, Dr. Rubens Rollo D'Oliveira, e os MMs. Juizes Federais, Dra. Hind Ghassan Kayath e Dra. Sílvia Elena Petry - convocada, em razão da ausência justificada do Juiz. Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, com esta secretária adiante assinada, foi aberta a sessão. O Exmo. Sr. Presidente deu início aos trabalhos.

JULGAMENTOS

PROCESSO Nº 2002.39.00.704161-5
Processo de origem nº 2002.39.00.700063-3
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: FRANCISCO NAPOLEÃO XIMENES NETO
ADVOGADO: ALEX SAMPAIO DO NASCIMENTO
RECD: UNIÃO
RELATOR(A): DR. RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, à unanimidade, DECLARAR a incompetência absoluta do juizado para apreciar e julgar a causa, na forma do art. 3º, §1º, III, da Lei

nº 10.259/2001.
PROCESSO Nº 2002.39.00.704764-7
CLASSE - 70192 - HABEAS CORPUS
IMPETRANTE: JONNY MAYKEL DOS SANTOS
PACIENTE: ALBERTO BORGES DE ARAÚJO ZAUPA
IMPETRADO: JUIZ FEDERAL DO 2º JEF FEDERAL
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, à unanimidade, DENEGAR o habeas Corpus, na conformidade do voto da Juíza Relatora.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705010-7
Processo de origem nº 2002.39.00.700317-3
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
RECD: MARIA ESPERANÇA SANTIAGO
ADVOGADO: LORENA SANTIAGO FABENI
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso da CEF, na conformidade do voto da Juíza relatora.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705210-0
Processo de origem nº 2002.39.00.701111-9
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
RECD: JORGE DA SILVA MALCHER
ADVOGADO: HAROLDO DA GAMA ALVES
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso da CEF, na conformidade do voto da Juíza relatora.
PROCESSO Nº 2002.39.00.704124-5
Processo de origem nº 2002.39.00.700158-4
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: UNIÃO
RECD: MARIA DA COSTA COUTINHO
ADVOGADO: MANOEL RIBEIRO DAS NEVES
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, à unanimidade, para DECLARAR a incompetência do Juizado, e determinar a remessa para a Justiça Comum Estadual, na conformidade do voto da Juíza Relatora.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705211-4
Processo de origem nº 2002.39.00.700245-2
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RECD: MARIA FERREIRA DOS PASSOS
ADVOGADO: MANOEL RIBEIRO DAS NEVES
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, por maioria, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, para manter a sentença. Vencida a Relatora Drª Hind Ghassan Kayath. Fica o INSS condenado a reembolsar na conta orçamentária do TRF/1ª Região a verba de honorários do defensor dativo.
PROCESSO Nº 2002.39.00.704836-8
Processo de origem nº 2002.39.00.700485-7
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: MAYRA NICOLAU DA COSTA BENTES
ADVOGADO: DARILENE COSTA QUARESMA E OUTRO
RECD: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, à unanimidade, em NÃO CONHECER o recurso de apelação, por estar subscrito por advogado sem poderes nos autos, na conformidade do voto da Juíza Relatora.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705212-8
Processo de origem nº 2002.39.00.701244-0
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: CLEUTON KELLY FREITAS CALVINHO
ADVOGADO: MAURO AUGUSTO RIOS BRITO
RECD: UNIÃO
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH

REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, à unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por falta de preparo, na conformidade do voto da Juíza Relatora.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705013-8
Processo de origem nº 2002.39.00.700837-5
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: UNIÃO
RECD: ELOISA ELENA MOUSSALLEM VASCONCELOS
ADVOGADO: EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, por maioria, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, condenando a União a pagar verba honorária em 10% sobre o valor da condenação. Vencido o Juiz Rubens Rollo que julgava a Autora carecedora do direito de ação e cabíveis juros de mora de 0,5% ao mês.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705014-1
Processo de origem nº 2002.39.00.700836-4
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: UNIÃO
RECD: ZEMIRA MESSIAS DE ALMEIDA
ADVOGADO: EDEVALDO ASSUNÇÃO CALDAS
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, por maioria, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, condenando a União a pagar verba honorária em 10% sobre o valor da condenação. Vencido o Juiz Rubens Rollo que julgava a Autora carecedora do direito de ação e cabíveis juros de mora de 0,5% ao mês.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705016-9
Processo de origem nº 2002.39.00.700239-4
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: UNIÃO
RECD: MIGUEL LUIZ RAIOL DE OLIVEIRA
ADVOGADO: WILTON DE QUEIROZ MOREIRA FILHO
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, por maioria, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo a sentença, condenando a União a reembolsar a verba honorária adiantada pelo juizado. Vencido o Juiz Rubens Rollo que julgava o Autor carecedor do direito de ação e cabíveis juros de mora de 0,5% ao mês.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705205-6
Processo de origem nº 2002.39.00.700821-3
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
RECD: IVONE MARIA LIMA MOREIRA BASTOS
ADVOGADO: PEDRO PAULO SILVA MELO
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, por maioria, em CONHECER PARCIALMENTE do recurso, e NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sentença, condenando a UFPA a pagar verba honorária em 10% sobre o valor da condenação. Vencido o Juiz Rubens Rollo que julgava a Autora carecedora do direito de ação e cabíveis juros de mora de 0,5% ao mês.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705207-3
Processo de origem nº 2002.39.00.700872-0
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA
RECD: SELMA CARDOSO DA COSTA
ADVOGADO: PEDRO PAULO SILVA MELO
RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, por maioria, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, condenando a UFPA a pagar honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação, na conformidade do voto da Juíza Relatora. Vencido o Juiz Rubens Rollo que julgava a Autora carecedora do direito de ação e cabíveis juros de mora de 0,5% ao mês.
PROCESSO Nº 2002.39.00.705206-0
Processo de origem nº 2002.39.00.
CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA
RECD: JEFFERSON MORAES DA SILVA
ADVOGADO: PEDRO PAULO SILVA MELO

RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, por maioria, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, condenando a UFPA a pagar honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação, na conformidade do voto da Juíza Relatora. Vencido o Juiz Rubens Rollo que julgava o Autor carecedor do direito de ação e cabíveis juros de mora de 0,5% ao mês.
 PROCESSO Nº 2002.39.00.705047-0

Processo de origem nº 2002.39.00.701211-0
 CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
 RECTE: UNIÃO
 RECD: DARLINDO PLAMPLONA DOS SANTOS
 ADVOGADO: AUGUSTO DOMINGUES DAS NEVES
 RELATOR(A): DRA. HIND GHASSAN KAYATH
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, os Juizes da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, ACORDAM, por maioria, em DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, na conformidade do voto da Juíza Relatora. Vencido o Juiz Rubens Rollo que julgava o Autor carecedor do direito de ação e cabíveis juros de mora de 0,5% ao mês.

Nada mais havendo, encerrou-se a sessão às 11:10 horas. Para tanto foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____

Belém-PA, 11 de dezembro de 2002.
 RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 Juiz Presidente

EM TEMPO ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO, OCORRIDA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2002.

JULGAMENTOS

PROCESSO Nº 2002.39.00.704148-5
 Processo de origem nº 2002.39.00.700523-5
 CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
 RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 RECD: JOSÉ NEY DE SIQUEIRA MENDES
 ADV.(A)/DEF.(O): PEDRO PAULO SILVA MELO OAB-PA/7776
 RELATOR(A): DR. RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, por maioria, em DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, para cassar a tutela antecipada, mantida a sentença nos seus demais termos, na conformidade do voto da Exma. Sra. Juíza Hind Ghassan Kayath. Vencido o Juiz Rubens Rollo D'Oliveira - Relator - que, invocando precedente do STJ, julgava o Recorrido carecedor do direito de ação.
 PROCESSO Nº 2002.39.00.702553-5
 Processo de origem nº 2002.39.00.700260-0
 CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
 RECTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
 RECD: BENEDITO CARTAGENES
 ADV.(A)/DEF.(O): TERESINHA DA CRUZ BEZERRA OAB-PA/1560-T/16
 RELATOR(A): DR. RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, em rejeitar as preliminares suscitadas, e no mérito, em DAR PROVIMENTO ao recurso, para julgar improcedente o pedido, na conformidade do voto do Juiz Relator.
 PROCESSO Nº 2002.39.00.704120-0
 Processo de origem nº 2002.39.00.700106-3
 CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
 RECTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
 RECD: MARIA NELLY DA SILVA LIMA
 ADV.(A)/DEF.(O): MANOEL RIBEIRO DAS NEVES OAB-PA/2058
 RELATOR(A): DR. RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, em rejeitar as preliminares suscitadas, e no mérito, em DAR PROVIMENTO ao recurso, para julgar improcedente o pedido, na conformidade do voto do Juiz Relator.
 PROCESSO Nº 2002.39.00.703322-0
 Processo de origem nº 2002.39.00.700700294-2
 CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
 RECTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
 RECD: ORLANDO SACRAMENTO PAIXAO
 ADV.(A)/DEF.(O): RAIMUNDA DAS GRAÇAS MATOS MARTINS OAB-PA/6732
 RELATOR(A): DR. RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, em rejeitar as preliminares suscitadas, e no mérito, em DAR PROVIMENTO ao recurso, para julgar improcedente o pedido, na conformidade do voto do Juiz Relator.
 PROCESSO Nº 2002.39.00.704151-2
 Processo de origem nº 2002.39.00.700604-5
 CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
 RECTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADVOGADO(A): MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB-PA 10.319
 RECD: JOSE DE PADUA SOUSA

ADV.(A)/DEF.(O): CINTIA WALKER BELTRÃO DA SILVA OAB-PA/10.399
 RELATOR(A): DR. RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso, e NEGAR-LHE PROVIMENTO, na conformidade do voto do Juiz Relator, vencido parcialmente o Juiz Gláucio Maciel, a respeito do cabimento de honorários advocatícios.

PROCESSO Nº 2002.39.00.704485-0
 Processo de origem nº 2002.39.00.700501-2
 CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
 RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 RECD: REGINA RUTH PINTO MOTA
 ADV.(A)/DEF.(O): LORENA SANTIAGO FABENI
 RELATOR(A): DR. RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, por maioria, EM NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto da Dra. Hind Ghassan Kayath, vencido o Juiz Rubens Rollo D'Oliveira, que julgava a servidora carecedora do direito de ação.

PROCESSO Nº 2002.39.00.704137-9
 Processo de origem nº 2002.39.00.700197-1
 CLASSE - 70111 - REC. CONTRA SENT. DO JEF CÍVEL
 RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 RECD: LAIS DE FÁTIMA NORONHA DA COSTA
 ADV.(A)/DEF.(O): LEOPOLDO COSTA OAB-PA/5854
 RELATOR(A): DR. RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, por maioria, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, para cassar a tutela antecipada, nos termos do voto da Dra. Hind Ghassan Kayath, vencido o Juiz Rubens Rollo D'Oliveira, que julgava a servidora carecedora do direito de ação.

PROCESSO Nº 2002.702134-6
 Processo de origem nº 2002.700206-5
 CLASSE: 70111
 RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 RECD: MARIA DE NAZARÉ CRUZ ARAGÃO
 ADV.(A)/DEF.(O): LORENA SANTIAGO FABENI
 RELATOR(A): DR. GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 EMBARGOS DECLARATÓRIOS - Apresentados em mesa para julgamento, pelo Juiz Relator.

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, EM NEGAR PROVIMENTO aos embargos, nos termos do voto do Dr. Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves.
 PROCESSO Nº 2002.702131-5
 Processo de origem nº 2002.700163-9
 CLASSE: 70111
 RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 RECD: JOSÉ MARIA SALGADO VIEIRA FILHO
 ADV.(A)/DEF.(O): LORENA SANTIAGO FABENI
 RELATOR(A): DR. GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 EMBARGOS DECLARATÓRIOS - Apresentados em mesa para julgamento, pelo Juiz Relator.

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, EM NEGAR PROVIMENTO aos embargos, nos termos do voto do Dr. Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves.
 PROCESSO Nº 2002.702142-1
 Processo de origem nº 2002.700308-4
 CLASSE: 70111
 RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 RECD: JOANA SOCORRO SOARES
 ADV.(A)/DEF.(O): LORENA SANTIAGO FABENI
 RELATOR(A): DR. GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 EMBARGOS DECLARATÓRIOS - Apresentados em mesa para julgamento, pelo Juiz Relator.

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, EM NEGAR PROVIMENTO aos embargos, nos termos do voto do Dr. Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves.
 PROCESSO Nº 2002.702136-3
 Processo de origem nº 2002.700207-9
 CLASSE: 70111
 RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 RECD: BERTULINA SIQUEIRA MARTINS
 ADV.(A)/DEF.(O): LORENA SANTIAGO FABENI
 RELATOR(A): DR. GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 EMBARGOS DECLARATÓRIOS - Apresentados em mesa para julgamento, pelo Juiz Relator.

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, EM NEGAR PROVIMENTO aos embargos, nos termos do voto do Dr. Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves.
 PROCESSO Nº 2002.702140-4
 Processo de origem nº 2002.700192-3
 CLASSE: 70111
 RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 RECD: VERA LÚCIA DOS SANTOS CARVALHO

ADV.(A)/DEF.(O): LORENA SANTIAGO FABENI
 RELATOR(A): DR. GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 EMBARGOS DECLARATÓRIOS - Apresentados em mesa para julgamento, pelo Juiz Relator.

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, EM NEGAR PROVIMENTO aos embargos, nos termos do voto do Dr. Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves.
 PROCESSO Nº 2002.702148-3
 Processo de origem nº 2002.700304-0
 CLASSE: 70111
 RECTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 RECD: MARIA CLARICE PEREIRA LIMA
 ADV.(A)/DEF.(O): LORENA SANTIAGO FABENI
 RELATOR(A): DR. GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
 REMTE: 1ª V-JEF - CÍVEL
 EMBARGOS DECLARATÓRIOS - Apresentados em mesa para julgamento, pelo Juiz Relator.

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Juizes da Turma Recursal com sede na Seção Judiciária do Pará, à unanimidade, EM NEGAR PROVIMENTO aos embargos, nos termos do voto do Dr. Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves.

Nada mais havendo, encerrou-se a sessão às 10:45 horas. Para tanto foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____

Belém-PA, 13 de novembro de 2002.
 RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
 Juiz Presidente

PODER JUDICIÁRIO
 SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA

ATA DE AUDIENCIA DE DISTRIBUICAO AUTOMATICA

DATA: 11/12/2002

NA AUDIENCIA PRESIDIDA PELA MMA. JUÍZA FEDERAL, DRA. HIND GHASSAN KAYATH OS SEGUINTE FEITOS FORAM:

1- DISTRIBUIDOS
 1) ORIGINARIAMENTE:
 PROCESSO: 2002.39.00.010049-5 PROT: 10/12/2002
 CLASSE : 02100 - MANDADO DE SEGURANCA INDIVID
 IMPTE : MARCELO SILVA PORTUGAL
 ADVOGADO : PA1479 - ROBERTA DOS ANJOS MOREIRA
 IMPDO : REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
 VARA : 2
 PROCESSO: 2002.39.00.010054-0 PROT: 10/12/2002
 CLASSE : 03300 - EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
 ADVOGADO : PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES
 EXCDO : REGILMA DE ALMEIDA SILVA
 VARA : 6
 PROCESSO: 2002.39.00.010055-3 PROT: 10/12/2002
 CLASSE : 03300 - EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
 ADVOGADO : PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES
 EXCDO : ALDA DE FATIMA GUTPARAKIS DE MIRANDA
 VARA : 7
 PROCESSO: 2002.39.00.010056-7 PROT: 10/12/2002
 CLASSE : 03300 - EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
 ADVOGADO : PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES
 EXCDO : SERGIO HAROLDO ARAUJO RODRIGUES
 VARA : 7
 PROCESSO: 2002.39.00.010057-0 PROT: 10/12/2002
 CLASSE : 03300 - EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
 ADVOGADO : PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES
 EXCDO : ANA CRISTINA SANTOS DA COSTA
 VARA : 7
 PROCESSO: 2002.39.00.010058-4 PROT: 10/12/2002
 CLASSE : 03300 - EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
 ADVOGADO : PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES
 EXCDO : ANTONIO ALVINO DE ARAGAO
 VARA : 7
 PROCESSO: 2002.39.00.010059-8 PROT: 10/12/2002
 CLASSE : 03300 - EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
 ADVOGADO : PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES
 EXCDO : MARIA DO SOCORRO DA SILVA SANTOS
 VARA : 7
 PROCESSO: 2002.39.00.010060-8 PROT: 10/12/2002
 CLASSE : 03300 - EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
 ADVOGADO : PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES
 EXCDO : ANDREA DE CASTRO BORDALO
 VARA : 7
 PROCESSO: 2002.39.00.010061-1 PROT: 10/12/2002
 CLASSE : 03300 - EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
 ADVOGADO : PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES

EXCDO : SERAFINA CARVALHO PISCOPO RODRIGUES ZAPATA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010062-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : LUCIO FLAVIO ARRAES SADE
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010063-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : BENEDITO FERREIRA MAGALHAES
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010064-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : IVAN DA CONCEICAO OLIVEIRA BARBOSA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010065-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : ARNALDO PINTO DA COSTA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010066-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : PAULO GILBERTO GASPAR SAID
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010067-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : REGINA COELI GUIMARAES RAMOS
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010068-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : OSMAR DE SOUZA MELO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010069-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : CLAUDIO AFONSO CARVALHO RAMOS
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010070-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : CLAUDIO EMANOEL CHENE
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010071-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : WILMA AIRES MONTEIRO PINHEIRO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010072-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : DALVA MARIA FLOREZANO COUTINHO MARQUES
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010073-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : ARIELNE NERI CARDOSO COELHO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010074-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : MAURILIO DA SILVA ESTUMANO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010075-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : GLORIA MARIA DOS SANTOS MARCIAO GRANDO
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010076-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : ALBERTO MESSIAS DA CRUZ JACINTO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010077-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : JOAO FRANCISCO GARCIA REIS
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010078-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : MARIA DO SOCORRO COSTA GUIMARAES
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010079-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : SCILAS DE JESUS DA SILVA MUINHOS
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010080-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : ATILA AUGUSTO AMOEDO DA GAMA MALCHER
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010081-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : EDSON DO CARMO FEIO DE SOUZA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010082-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : JOSE AFONSO DUARTE PINTO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010083-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : FERNANDO LAERCIO DE AZEVEDO SANTOS
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010084-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : MARIA CONCEICAO LAURINHO DOS SANTOS
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010085-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : ANTONIO FERNANDO CHAVES FILHO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010086-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : WILDES LUIZ DOS SANTOS BRITO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010087-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : CARLOS DE OLIVEIRA PINHEIRO
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010088-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : CARLOS ALBERTO MAIA FRICEIRA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010089-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : ALMIR JOAQUIM AMADOR DA COSTA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010090-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : CARLOS ALBERTO PAES E SILVA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010091-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : DELCIO FERNANDO DE ANDRADE RAIOL
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010092-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : CARLOS ALBERTO FERREIRA ALEIXO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010093-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS

EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : FERNANDO JOSE BENTES DA COSTA NUNES
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010094-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : CLAUDIA BEATRIZ TEIXEIRA MIRANDA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010095-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : ALDENORA GATINHO RIBEIRO
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010096-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : DIRCE BRITO SILVA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010097-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : JOSE AUGUSTO DA SILVA COSTA NETO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010098-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : ELIEZAR DE OLIVEIRA MARTINS
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010099-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES
EXCDO : JACILENE MELO NOGUEIRA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010100-3 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 09200-ACAO CAUTELAR/INOMINADAS
REQTE : MADEIREIRA GP LTDA
ADVOGADO : PA10376-JOSE WILSON MENDES SAMPAIO
REQDO : IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RE
VARA : 1
PROCESSO : 2002.39.00.010102-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 01900-ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : INCOR-INSTITUTO DO CORACAO DO PARA LTDA
ADVOGADO : PA1424-GERALDO FERREIRA LIMA FILHO
REU : HOSPITAL NAVAL DE BELEM-MARINHA
VARA : 5
PROCESSO : 2002.39.00.010103-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ANA FLORENCE WANGHON MAIA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010104-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ROSEANA ALFREDINA NEVES FADUL
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010105-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARGARET REGINA CAMARA DE OLIVEIRA MAUES
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010106-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : JUAREZ PINTO LEAO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010107-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ADELIA DE SOUZA LOPES
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010108-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARILENI RODRIGUES EVANGELISTA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010109-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479-NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ANA CRISTINA CARVALHO BARBOSA FIGUEIREDO
VARA : 7

PROCESSO: 2002.39.00.010110-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : NUBIA MARGARETE PIANCO NERI
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010111-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : LIDIA CRISTINA QUEIROZ LEITE
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010112-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : CLAUDIO DA SILVA BITTENCOURT
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010113-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : PEDRO HENRIQUE MULLER
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010114-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : TITO SOARES AZEVEDO
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010115-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : SOLANGE GORETTE CORREA PELERANO
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010116-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : SIRLENE MARIA ATAIDE NUNES
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010117-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : BRUNO NAZARENO RODRIGUES FRANCO
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010118-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARCIA MARIA RAMOS DE QUEIROZ
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010119-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : REINALDO ALVES AMANAJAS
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010120-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : SOCORRO NAZARE FRANCO HONDERMANN
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010121-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ANIS CHAAR ABDUL KHALEK
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010122-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : JARBAS EXPEDITO DE JESUS PEREIRA FERREIRA
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010123-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ROSANA MOURA DE FIGUEIREDO
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010124-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : LENA MARIA BENTES MACHADO
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010125-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ANTONIO CARLOS RODRIGUES PERES

VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010126-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : CHARLES ACHCAR CHELALA
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010127-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : BERNARDETE DA SILVA ESTACIO
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010128-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : DENIZE CRISTINA BASTOS GONCALVES
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010129-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ANDIRA MARA CICCIO
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010130-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : SUELY BRITO CHAVES
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010131-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : EDMILSON DE SOUZA SAMPAIO
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010132-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ELIANA MACEDO DA SILVA
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010133-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : OLIVIO VIEIRA LOPES
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010134-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : JORGE FREIRE EVANGELISTA
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010135-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : CRITINA COUTINHO MACHADO
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010136-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ROSA NERY GONCALVES GOMES
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010137-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ANA CAROLINA ALENCAR CONTENTE PEREIRA
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010138-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ANA RITA LOPES DE MACEDO
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010139-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : PATRICIA MEDEIROS MIRALHA
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010140-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA AUXILIADORA BORBA PINHEIRO
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010141-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO

EXCDO : CARLOS ALBERTO CIDADE DO NASCIMENTO
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010143-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : FRANCISCO JOSE NUNES DINIZ
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010144-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA JOSE RIBEIRO MAUES
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010145-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : DANIEL CORRES RAIOL
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010146-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : SONIA SANDRA CAMARA DA ROCHA
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010147-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : RICARDO JOSE ROCHA GUIMARAES
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010148-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : NELITA MARIA PAES DE SOUZA
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010149-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : RAIMUNDA EDNA CIRILO DORNELAS
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010150-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ROSANGELA LOBATO DOS SANTOS OLIVEIRA
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010151-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ANTONIO JOSE SANTOS DE OLIVEIRA
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010152-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : LEILA MARIA VILLAS NORAT
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010153-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : SERGIO BATISTA IMBELONI
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010154-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MIRIAN ROSE DA FONSECA BITAR
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010155-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : CECILIA MARIA CHAGAS MONTEIRO
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010156-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : FRANCISCO CESAR GONCALVES AYRES DA SILVEIRA
VARA : 6
PROCESSO: 2002.39.00.010157-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ROZILTON SALES RIBEIRO
VARA : 7
PROCESSO: 2002.39.00.010158-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: WANER ALMEIDA DE OLIVEIRA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010159-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA JOSE MACHADO SAMPAIO
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010160-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ANA JULIA BARCESSAT GABBAY
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010161-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA CRISTINA DE CARVALHO LEAL
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010162-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: DJALMA GONCALVES CHAVES
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010163-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: AFONSO DE JESUS VIANA PINHEIRO
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010164-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ALFREDO HERCULANO FERREIRA DA SILVA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010165-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA JOAO PINTO DE SA RIBEIRO
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010166-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: DARNEI NERY QUINTAS
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010167-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: SUELY PEREIRA GOMES
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010168-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ANTONIO CARLUCIO DE OLIVEIRA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010169-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: PAULO AFONSO DE CARVALHO RIBEIRO
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010170-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: YLSON MELO RIBEIRO
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010171-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: PAULO RUBENS RIBEIRO PEREIRA
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010172-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ADELINO CARVALHO MONTEIRO
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010173-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: JOSE VERAS BARBOSA
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010174-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS

EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: REGINA ELIZABETH CARVALHO DOS SANTOS
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010175-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: JOSEFA MAGALHAES FERNANDES
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010176-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA JOSE COSTA E SOUZA
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010177-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ROSA MARIA ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010178-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA CONCEICAO ALMEIDA DA FONSECA
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010179-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIO GERALDO CARREIRA MACHADO
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010180-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ORLANDO EDUARDO AMOEDO OLIVEIRA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010181-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ROSANGELA DAS GRACAS FERREIRA DO VALE
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010182-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: SAMIA HOUAT DACHER
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010183-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: FLAVIANA NERI RIBEIRO
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010184-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: PAULO CESAR SMITH
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010185-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: GUILLERMO URQUIOLA ROJAS
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010186-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: RONALDO VICENTE OLIVEIRA DOS ANJOS
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010187-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA DE FATIMA ATAIDE DO NASCIMENTO
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010188-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: JOSE FRANCISCO RODRIGUES CORREA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010189-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA DE FATIMA DOS SANTOS
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010190-3 PROT: 10/12/2002

CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: JUSSARA KEILA HOUAT DE BRITO
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010191-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA DO SOCORRO CORREA MORGADO
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010192-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ROSEMARY SOUZA DA SILVA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010193-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA DO SOCORRO LOPES DA COSTA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010194-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: JOSE ALIPIO SILVA DE LIMA
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010195-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: CLAUDIO PACHECO GONCALVES
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010196-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: JOAO SERGIO MARQUES E SILVA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010197-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MELBIR MARIA FARIAS DE ANDRADE RAMOS
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010198-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: RENATO AUGUSTINHO PAMPLONA DA SILVA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010199-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: RAIMUNDO NONATO MATOS DE SA
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010200-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA DE NAZARETH DA SILVA
CAVALCANTE
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010201-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: CARLOS ARTUR CARDOSO MIRANDA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010202-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ELIELSON NAZARENO CARDOSO DE SOUZA
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010203-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ANGELA MARIA SOARES SILVA
VARA: 6
PROCESSO: 2002.39.00.010204-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: ROBERTO DE NAZARE ALVES DE LIMA
VARA: 7
PROCESSO: 2002.39.00.010205-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE: 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO: PA1479 - NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO: MARIA DO CARMO DORNELAS DA SILVA

VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010206-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : HELENA ALADIA DE MORAES UCHOA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010207-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA DA CONCEICAO LOBATO DA CUNHA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010208-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : SEBASTIAO MAGNO CASTELLO BRANCO OLIVEIRA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010209-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MAURO SERGIO PALHA PALHETA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010210-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ANA MARIA NEPOMUCENO DE LIMA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010211-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : JOEL NOGUEIRA RODRIGUES
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010212-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : FRANCISCO JOSE DE ARAUJO
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010213-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : GILBERTO FELIPE BARBOSA JUNIOR
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010214-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ROOSEVELT MONTEIRO FERREIRA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010215-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : JOSE SIDNEY VALADARES VIEIRA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010216-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA CLEONICE DOS SANTOS MARREIROS
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010217-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : RAIMUNDO DA SILVA ARAUJO
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010218-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : JOAO MARIVALDO SILVA DE SOUZA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010219-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : FATIMA LUCIA COSTA SALES
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010220-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : SUELY SANTOS DE ARAUJO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010221-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO

EXCDO : MARIA CELIA MACIEL MERCES
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010222-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : JULIA YUKIE HOSOKAWA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010223-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : CLOVIVUS ROBERTO MAIA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010224-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MAURICIO SENA FILHO
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010225-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : WASHINGTON LUIZ ALVES DA SILVA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010226-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : DEOLINDA DE SOUZA BARBOSA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010227-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : VIRGILIO EDSON AMARAL DA SILVA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010228-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MANOEL NEVES DA SILVA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010229-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA DE FATIMA BATISTA NOGUEIRA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010230-3 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : METRINICOLAU FILHO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010231-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : PAULO GILBERTO GOES
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010232-0 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA ANGELICA ATAIDE ARAKAWA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010233-4 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA AUXILIADORA ARAUJO
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010234-8 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : REGINA CELIA CASTRO GODIM
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010235-1 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : ADEMAR OLIVEIRA TELES
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010236-5 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS SILVA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010237-9 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : EMERSON FERNANDES DOS SANTOS
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010238-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA DE FATIMA DO LIVRAMENTO CRUZ
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010239-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : CLEUMA DA SILVEIRA PANTOJA
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010240-6 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 03300-EXECUCOES/OUTROS
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
ADVOGADO : PA1479- NELSON RUBENS ROFFE BORGES E OUTRO
EXCDO : MARIA DA CONCEICAO FONSECA DE OLIVEIRA
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010330-5 PROT: 09/12/2002
CLASSE : 17100- CARTA PRECATORIA PENAL
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : ANDRE PAULINO DALBUQUERQUE E OUTROS
J. DEPR.: JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE IMPERATRIZ/MA
VARA : 4
PROCESSO : 2002.39.00.010331-9 PROT: 09/12/2002
CLASSE : 17100- CARTA PRECATORIA PENAL
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : JOSIVALDO SALES DA SILVA
J. DEPR.: JUIZO FEDERAL DA SUBSECAO JUDICIARIA DE IMPERATRIZ/MA
VARA : 3
PROCESSO : 2002.39.00.010332-2 PROT: 09/12/2002
CLASSE : 06103- CARTA PRECATORIA (FISCAL)
REQTE : UNIAO FEDERAL
REQDO : WILSON LOPES PEREIRA
J. DEPR.: JUIZO FEDERAL DA 4ª VARA DA SECAO JUDICIARIA DE SERGIPE
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010333-6 PROT: 09/12/2002
CLASSE : 06103- CARTA PRECATORIA (FISCAL)
REQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
REQDO : CELIA REGINA CARDOSO MOUTINHO
J. DEPR.: JUIZO FEDERAL DA 19ª VARA DO DISTRITO FEDERAL
VARA : 6
PROCESSO : 2002.39.00.010334-0 PROT: 09/12/2002
CLASSE : 06103- CARTA PRECATORIA (FISCAL)
REQTE : CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
REQDO : SONIA REGINA RIBEIRO DE SOUZA
J. DEPR.: JUIZO FEDERAL DA 19ª VARA DO DISTRITO FEDERAL
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010335-3 PROT: 09/12/2002
CLASSE : 06103- CARTA PRECATORIA (FISCAL)
REQTE : RADIOBRAS- EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO S/A
REQDO : DISPLAN- DISTRIBUIDORA PLANALTO LTDA
J. DEPR.: JUIZO FEDERAL DA 19ª VARA DO DISTRITO FEDERAL
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010336-7 PROT: 09/12/2002
CLASSE : 17100- CARTA PRECATORIA PENAL
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : EDILSON DIAS BOTELHO E OUTROS
J. DEPR.: JUIZO FEDERAL DA VARA UNICA DE SANTAREM/PA
VARA : 4
PROCESSO : 2002.39.00.705550-7 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300- SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : JOSE JAQUES CRAVO
ADVOGADO : PA9701- IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CIVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705551-0 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300- SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : ANTONIO GOMES DA SILVA
ADVOGADO : PA9701- IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CIVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705561-3 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300- SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : FRANCISCO DE SOUSA PINTO
ADVOGADO : PA9701- IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CIVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705562-7 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300- SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : ERNESTO PINTO SERRAO
ADVOGADO : PA9701- IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CIVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705563-0 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300- SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : FAUSTO DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO : PA9701- IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA

REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705564-4 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : ELOI PEREIRA MENDES
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705565-8 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : ANTONIO ALVES DA COSTA
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705566-1 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : ANTONIO BARBOSA LIMA
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705567-5 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : BENEDITO DEMETRIO
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705568-9 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : MANOEL ABÁDIAS SOUZA DA HORA
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705569-2 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : ANTONIO MIGUEL BOTELHO
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705575-0 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : MIGUEL GAIA MARQUES
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705576-4 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : MANOEL ZANZA DE BRITO
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705577-8 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : FRANCISCO MIRANDA
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705578-1 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : GRATULIANO CARDOSO DE MELO
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705579-5 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : GRACIANO DINIZ
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705590-8 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : MANOEL JOAO DURAES
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705591-1 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : HENRIQUE GONCALVES
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705592-5 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : MOISES FIRMINO DE SOUZA
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705593-9 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : FRANCISCO BARBOSA DOS SANTOS
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705594-2 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : MANOEL MARIA CRUZ

ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705604-0 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : JOAO RODRIGUES PINTO
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705605-3 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : RAIMUNDO MEIRELES DA PAIXAO
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705606-7 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : RAIMUNDO HENRIQUE LISBOA FERNANDES
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705607-0 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : RAIMUNDO DA ROCHA GONCALVES
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705608-4 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : LOURIVAL DIAS
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705609-8 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : BIANOR MIRANDA DA PAIXAO
ADVOGADO : PA9701-IDALENE MARIA BARROSO BARBOSA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705856-4 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : MARIA DAS GRACAS DA COSTA LIMA
REU : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.705983-3 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : CLAUDIO BARBOSA DOS SANTOS
REU : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706102-4 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : MONICA TAVARES FERNANDES TITAN
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706103-8 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : IZAIAS ALVES SANTANA
REU : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706104-1 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : CLEO ABADESSA GONCALVES
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706105-5 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01900 - ORDINARIA/OUTRAS
AUTOR : MARIA CELIA MOREIRA DE SOUZA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706106-9 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : ROBERTO MAGALHAES REIS
ADVOGADO : PA8230-SERGIO OLIVA REIS
REU : CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DO PARA - CEFET/PA
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706107-2 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : CLEONICE SILVA DE MIRANDA
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706108-6 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : EDNA DA SILVEIRA
REU : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706109-0 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : LAURA NAKAUCHI DE SOUZA
REU : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706110-0 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : CEREJA KAZUKO NAKAUCHI
REU : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706111-3 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : OSVALDO DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO : PA10306-ROGER BRITO HOFSTATTER
REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706112-7 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : MARIA LUCIA RODRIGUES
ADVOGADO : PA10306-ROGER BRITO HOFSTATTER
REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706113-0 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : RAIMUNDO TEIXEIRA PENA
ADVOGADO : PA10306-ROGER BRITO HOFSTATTER
REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706114-4 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : RAIMUNDA DE NAZARE GENU CARDOSO CRUZ
ADVOGADO : PA10306-ROGER BRITO HOFSTATTER
REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706115-8 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : PEDRO RODRIGUES DE MELO
ADVOGADO : PA10306-ROGER BRITO HOFSTATTER
REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706116-1 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01600 - FGTS
AUTOR : MARIA DA GRACA FERNANDES BASTOS SALMAN
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706762-1 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : HELIEL FERNANDO BASTOS DIAS
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706763-5 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01600 - FGTS
AUTOR : HELIEL FERNANDO BASTOS DIAS
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 1ª JEF CÍVEL
PROCESSO : 2002.39.00.706780-0 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 01300 - SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : FRANCISCO DE ASSIS SANTOS SOUZA E OUTRO
ADVOGADO : PA9259-JULIO CESAR TELES NETO
REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
VARA : 1ª JEF CÍVEL
2) POR DEPENDENCIA:
PROCESSO : 2002.39.00.010050-5 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL: 1998.39.00.000946-6CLASSE: 11100
EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
EXCDO : JOSE MARIA DE CARVALHO FILHO E OUTRO
PROCURAD.: ELIETE DE SOUZA LOPES
VARA : 2
PROCESSO : 2002.39.00.010051-9 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 04100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO
PRINCIPAL: 93.0003936-9CLASSE: 11100
EXQTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURAD.: JOSE ALBERTO BAPTISTA SANTOS
EXCDO : ANTONIO CASTRO DE OLIVEIRA
VARA : 2
PROCESSO : 2002.39.00.010052-2 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 11100 - EMBARGOS A EXECUCAO
PRINCIPAL: 2002.39.00.000650-7CLASSE: 4100
EMBT : UNIAO FEDERAL
PROCURAD.: ADAO PAES DA SILVA
EMBD : LUCIO TAVARES FERREIRA E OUTROS
ADVOGADO : PA4559-JOSE DE ARIMATEIA CHAVES SOUSA
PROCURAD.: DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA
VARA : 1
PROCESSO : 2002.39.00.010053-6 PROT: 09/12/2002
CLASSE : 11100 - EMBARGOS A EXECUCAO
PRINCIPAL: 1998.39.00.003943-8CLASSE: 3100
EMBT : J.P. GONCALVES LIVROS DIDATICOS E OUTRO
EMBD : FAZENDA NACIONAL
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010101-7 PROT: 10/12/2002
CLASSE : 11100 - EMBARGOS A EXECUCAO
PRINCIPAL: 2001.39.00.001509-8CLASSE: 3100
EMBT : DIRCE ANTONIA VIEIRA SERRA
ADVOGADO : PA6858-PAULO ANDRE VIEIRA SERRA E OUTRO
EMBD : FAZENDA NACIONAL
VARA : 7
PROCESSO : 2002.39.00.010142-1 PROT: 11/12/2002
CLASSE : 15301 - RESTITUICAO DE COISAS APREEN
PRINCIPAL: 2002.39.00.007670-9CLASSE: 15208
REQTE : JOSE AMARO DOS SANTOS JUNIOR E OUTROS
ADVOGADO : PE14921-JAIR JOSE DE SANTANA
VARA : 4

PROCESSO: 2002.39.00.010337-0 PROT: 11/12/2002
 CLASSE: 11500-EMBARGOS DE TERCEIRO
 PRINCIPAL: 2001.39.00.010405-5CLASSE: 9200
 EMBTE: RICHARDSON SANTOS REBOUCAS E OUTRO
 ADVOGADO: PA4533- LUIZ GUILHERME CONCEICAO DE ALMEIDA
 EMBDO: FAZENDA NACIONAL
 VARA: 6
 IV- NAO HOUVE IMPUGNACAO
 V- DEMONSTRATIVO
 DISTRIBUIDOS 00240
 DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA 00007
 REDISTRIBUIDOS 00000
 ENCAMINHADOS P/ VERIFICACAO DE PREVENCAO 00000
 TOTAL DOS FEITOS 00247
 FEITOS DE DIAS ANTERIORES A DISTRIBUICAO 00195

BELEM, 11/12/2002

ANIZIA SUELY DE JESUS
 SECRETÁRIA DA AUDIÊNCIA
 HIND GHASSAN KAYATH
 JUÍZA DISTRIBUIDORA
 PAULO RUBIO DE SOUZA MEIRA
 REP. M.P.F.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARA - 1ª VARA

Juiz Titular: GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES
 e-mail: glaucio@pa.trf1.gov.br
 Juiz Substituto: FRANCISCO DE ASSIS GARCÊS CASTRO JÚNIOR
 Dir. Secret.: LAURITA DE ABREU SARAIVA
 e-mail: 01vara@pa.trf1.gov.br

BOLETIM ESPECIAL Nº 201/02 AUTOS COM VISTAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):
 O Exmo. Sr. Juiz exarou:
 2001.39.00.004210-2 **TRIBUTARIA**
 AUTOR: INDUSTRIAS DE CONSERVAS PAMAR LTDA
 ADVOG.: SP68650- NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES
 ADVOG.: SP133132- LUIZ ALFREDO BIANCONI
 ADVOG.: PA6800- KLEVERSON GOMES ROCHA
 REU: UNIAO FEDERAL
 ATOORD.: "Vista ao(s) autor(es) sobre a(s) contestação(ões) por 10 (dez) dias".
 2002.39.00.002103-7 **SISTEMA FINANCEIRO DE HABITACAO (SFH)**
 AUTOR: DEBORA FRANCO AMORAS
 ADVOG.: PA10512- ANTONIA LIMA DOS SANTOS
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA1643- HERMENEGILDO ANTONIO CRISPINO
 ADVOG.: PA9917- RENATA DE CASSIA CARDOSO NUNES
 REU: ANGELA CONCEICAO DE OLIVEIRA MONTEIRO
 REU: FRANCISCO BRASIL MONTEIRO
 ADVOG.: PA9223- ADRIANA LIZ OKAJIMA
 ADVOG.: PA9116- CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO
 ATOORD.: "Vista ao(s) autor(es) sobre a(s) contestação(ões) por 10 (dez) dias".
 2002.39.00.005620-3 **IMOVEIS**
 AUTOR: MARIA IOLANDA SOUSA DA COSTA
 ADVOG.: PA8698- NIZOMAR BASTOS TOURINHO JUNIOR
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA10300- SARAH TAVARES CARVALHO
 ATOORD.: "Vista ao(s) autor(es) sobre a(s) contestação(ões) por 10 (dez) dias".

AUTOS COM DESPACHOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):
 95.0004471-4 **ORDINARIA/OUTRAS**
 AUTOR: TERESA MARIA DOMINGUES DAS NEVES BRANDAO E OUTROS
 ADVOG.: ELIANA ALCANTARINO MENESCAL
 ADVOG.: PA2309- ANA MARGARIDA GODINHO
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA8152- JORGEMISA JORGE AUAD
 REU: UNIAO FEDERAL
 DESP.: (...) 2. Por proposição da Caixa, em reunião com o Juízo, será ela intimada para cumprir o julgado, creditando nas contas vinculadas dos credores os percentuais a que foi condenada e, à disposição do Juízo, os honorários de sucumbência respectivos, se houver. Isso só foi possível porque ela recebeu recentemente grande parte dos extratos que estavam com os antigos bancos depositários. Assim, intimase a Caixa, pela imprensa, para cumprir o julgado, no prazo de 60 (sessenta) dias. l.
 2000.39.00.013366-4 **EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL**
 EXQTE: CILAS CAVALCANTE DE OLIVEIRA E OUTROS
 ADVOG.: PA96- MIGUEL BRASIL CUNHA
 ADVOG.: PA76- RAYMUNDO JOAO O DE MACEDO
 EXCDO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE
 PROCUR.: CARMEN LUCIA SIMOES CORREA
 DESP.: Expeça-se alvará para levantamento do crédito de Cilas Cavalcante de Oliveira, José Cavalcante Nogueira, José Maria Ferreira Galvão, Lourival Pinto Assunção e Luis Cláudio da Silva Lima, comunicando aos exequentes por carta. Remetam-se os autos à contadoria para cálculo da contribuição previdenciária, que deverá ser convertida em renda da União. Na oportunidade, deverá ser calculado o valor proporcional da parcela que toca a cada exequente, tendo em vista a atualização monetária do crédito. Após, aguarde-se o pagamento do precatório. l.
 2001.39.00.008919-3 **ACAO DE IMISSAO DE POSSE**
 REQTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADVOG.: PA1395- HAROLDO GUILHERME PINHEIRO DA SILVA
 ADVOG.: PA5082- MARTA VINAGRE BEMBOM
 REQDO: IOLANDA JOSE ATHAYDE DE LIMA
 REQDO: WILSON TAVARES DE LIMA
 DESP.: Intime-se a CEF para requerer com precisão o que entender de direito já que, em petição de f. 22, pediu a desistência da presente ação e logo em seguida atravessou requerimento de citação de Iolanda José Athayde de Lima e Wilson Tavares de Lima por meio editalício. Prazo: 10 (dez) dias. Publique-se.
 2001.39.00.010617-4 **EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL**
 EXQTE: EIDAI DO BRASIL MADEIRASS/A
 ADVOG.: PA5167- RAIMUNDO NONATO DA SILVA GOMES
 ADVOG.: PA11B- TSUGUO KOYAMA
 EXCDO: IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE EDOS RECURSOS NATURAIS RE
 PROCUR.: MARTHA MARIA DE SENA FONSECA
 DESP.: Expeça-se alvará para levantamento dos honorários advocatícios. l.
 2002.39.00.007430-4 **IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA**
 REQTE: FRANCISCO BRASIL MONTEIRO
 ADVOG.: PA1179- FRANCISCO BRASIL MONTEIRO
 ADVOG.: PA9223- ADRIANA LIZ OKAJIMA
 REQDO: DEBORA FRANCO AMORAS
 ADVOG.: PA10512- ANTONIA LIMA DOS SANTOS
 DESP.: 1. Vista à requerida, no prazo de 5 (cinco) dias. 2. Decorrido o prazo, venham-me os autos conclusos para decisão. l.
 2002.39.00.007773-1 **IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA**
 REQTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA10300- SARAH TAVARES CARVALHO
 REQDO: MARIA IOLANDA SOUSA DA COSTA
 ADVOG.: PA8698- NIZOMAR BASTOS TOURINHO JUNIOR
 DESP.: Diga a impugnada, querendo, em 10 (dez) dias. l.
 2002.39.00.008413-0 **EMBARGOS A EXECUCAO**
 EMBTE: UNIAO FEDERAL
 EMBDO: EMANUEL MARTINS DA ROCHA
 EMBDO: ARGEMIRO ALVES SANTANA SOARES
 ADVOG.: PA10264B- ANTONIO GOMES GULMARAES
 DESP.: (...) Cumprido o acima determinado, vista aos embargados para, querendo, impugnar no prazo de 10 (dez) dias. l.
 2002.39.00.009965-1 **MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL**
 IMPTE: FLAVIO BELARMINO DA SILVA
 ADVOG.: PA7261- JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO
 IMPDO: CAPITAO-DE-CORVETA ALCIMAR HONORATO LOPES
 IMPDO: UNIAO FEDERAL
 DESP.: 1. Sem embargo das asserções aduzidas na impetração, não colacionou o impetrante documentos suficientemente comprobatórios da existência da incapacidade para as atividade que o referido pretende furar-se. Ao que parece, os documentos acostados às f. 32 e 34 dos autos são cópias de e-mails que dificultam precisar o médico responsável pela dispensa do militar. 2. Logo, postergo a apreciação do pedido de liminar para após a apresentação das informações da autoridade indigitada coatora. 3. Notifique-se. Publique-se.

AUTOS COM SENTENÇAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):
 93.0004129-0 **SERVICOS PUBLICOS**
 AUTOR: ANA LUCIA PAIVA DOS SANTOS E OUTROS
 ADVOG.: PA6146- PAULO SERGIO WEYL ALBUQUERQUE COSTA
 ADVOG.: PA5077- MARCELO SILVA DE FREITAS
 REU: UNIAO FEDERAL
 SENT.: Recebo a manifestação da União, a f. 225/226, como renúncia ao exercício da pretensão executória, declarando extinta a execução para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do art. 794, III, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I.
 1997.39.00.004391-2 **SERVICOS PUBLICOS**
 AUTOR: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DO MINISTERIO DA FAZENDA NO ESTADO DO PARA - SINDFAZ E OUTROS
 ADVOG.: PA4597- ALIN SILVIO AFLALO GARCIA
 REU: UNIAO FEDERAL
 SENT.: 1. Reclasseifique-se a ação para 4.100. 2. Inaplicável o mandamento contido no art. 14, § 3º, da Lei 9.289/96, ao caso de exequentes cuja pretensão tenha sido acolhida na sentença exequenda, ainda que parcialmente, exceto quando o executado decair de parte mínima do pedido (CPC, parágrafo único). Isto porque tal situação, na medida em que compreendida literalmente, configura verdadeira antinomia, cuja solução pendente para a negativa de vigência do dispositivo, posto ser irrazoável que, após a parte vencida ser condenada a restituir as custas antecipadas pelo vencedor da demanda, ser este obrigado ao pagamento da diferença entre o valor da inicial e o da execução, para, ao final desta ser ressarcido. Ora, isso constitui autêntica tautologia, que deve ser afastada em nome da lógica do sistema processual da sucumbência. Na verdade, o dispositivo entremostra, em face da utilização de termos técnicos - liquidação e execução - que somente é aplicável quando se tratar de valor da obrigação imposta na condenação, cuja apuração se dá pela via de arbitramento e artigos (CPC, 606 a 609). 3. Homologo, para que surtam seus efeitos decorrentes, as transações firmadas entre os autores Antonio Claudiomar Correa Costa, César Roberto Monteiro Mendes e Elves de Freitas e a União Federal, e declaro extinto o processo de execução em relação a eles nos termos do CPC 794, II e da Medida Provisória 2.169/2001. Procedam-se às anotações necessárias. 4. Desentranhem-se as cópias de f. 556/562 para instrução do mandado de citação. 5. Após, cite-se a União Federal para os fins do CPC 730. l.
 1997.39.00.006981-6 **ACAO DE IMISSAO DE POSSE**
 REQTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA6976- CARLOS JOSE DE AMORIM PINTO
 ADVOG.: PA1643- HERMENEGILDO ANTONIO CRISPINO
 REQDO: JOSE ELDEMAR SOUZA DE OLIVEIRA
 REQDO: MARGIA MARIA DE SOUZA LOPES
 ADVOG.: PA6337- PEDRO SERGIO VINENTE DE SOUZA

SENT.: Recebo a manifestação da Caixa, à f. 87, como renúncia ao exercício da pretensão executória, declarando extinta a execução para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do art. 794, III, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I.
 1997.39.00.007899-9 **SERVICOS PUBLICOS**
 AUTOR: DURBEM CEZAR AMORIM PINTO
 ADVOG.: PA6796- REGINA FATIMA L. ALVES
 REU: UNIAO FEDERAL
 SENT.: Recebo a manifestação da União, a f. 87/88, como renúncia ao exercício da pretensão executória, declarando extinta a execução para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do art. 794, III, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I.
 1998.39.00.001816-0 **SERVICOS PUBLICOS**
 AUTOR: OSCAR MANUEL ANTUNES GOMES DA SILVA
 ADVOG.: PA2408- DORIVAL INDIASSU DE SOUZA NETO
 REU: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
 PROCUR.: MARIA CLARA SARUBBY NASSAR
 PROCUR.: RAIMUNDO CARMO DE MELO
 SENT.: Recebo a manifestação da UFPA, à f. 82, como renúncia ao exercício da pretensão executória, declarando extinta a execução para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do art. 794, III, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I.
 1998.39.00.003710-2 **SERVICOS PUBLICOS**
 AUTOR: TERESA DE JESUS SANTOS SILVA PIQUEIRA
 ADVOG.: PA2468- DORIVAL INDIASSU DE SOUZA NETO
 REU: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
 PROCUR.: SANDRA WALESKA MARTINS LEAL
 SENT.: Recebo a manifestação da UFPA, à f. 57/58, como renúncia ao exercício da pretensão executória, declarando extinta a execução para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do art. 794, III, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I.
 1998.39.00.006780-5 **FGTS**
 AUTOR: MANOEL PEDRO SOUSA FIGUEIREDO E OUTROS
 ADVOG.: PA7135- MARSAL ANTONIO CREMA
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA3344- LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO
 SENT.: 1. Homologo, para que surtam seus efeitos decorrentes, a(s) transação(ões) firmada(s) entre o (a)(s) autor(a)(es) Geraldo Acácio dos Santos Moraes e a Caixa Econômica Federal (...). 2. Anote-se. 3. Cumpra-se o item 3 do despacho de f. 63. P.R.I.
 1998.39.00.011122-3 **FGTS**
 AUTOR: WALNIZIA MARIA DA SILVA SANTOS E OUTROS
 ADVOG.: PA1926- HAROLDO SOUZA SILVA
 ADVOG.: PA5911- ANTONINO MAIA DA SILVA
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA7945- BEATRIZ ENGELMANN SOARES
 SENT.: 1. Homologo, para que surtam seus efeitos decorrentes, a(s) transação(ões) firmada(s) entre o (a)(s) autor(a)(es) Vera Lúcia Brasil Farias e a Caixa Econômica Federal (...). 2. Anote-se. 3. Oportunamente, retornem os autos ao arquivo. P.R.I.
 1999.39.00.005271-5 **ACAO DE IMISSAO DE POSSE**
 REQTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA977- ROSOMIRO CARRAIS B TORRES DE CASTRO
 REQDO: MARIA ROZANA LIMA
 REQDO: LUIZ ALCANTARA
 SENT.: 1. Homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a desistência formulada à f. 48 e, em consequência, declaro extinto o processo, nos moldes do CPC 267, VIII. 2. Faculto ao requerente o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, salvo instrumento de mandato. Publique-se. Intime-se.
 2000.39.00.009087-9 **FGTS**
 AUTOR: MARIA FELIX DE OLIVEIRA PEREIRA
 ADVOG.: PA7359- TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA10319- MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 SENT.: (...) Julgo parcialmente procedentes os pedidos para condenar a ré no reajustamento do saldo da conta vinculada do FGTS da autora pelos índices de 16,06% (Plano Verão) e 44,80% (Plano Collor I)(...) Por ter a ré decaído de parte mínima do pedido, condeno a autora no pagamento das custas finais e da verba honorária de 10% sobre o valor da condenação, ficando suspensa a execução por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. (...) P.R.I.
 2000.39.00.009489-8 **FGTS**
 AUTOR: RAIMUNDO MARDOCK DE SOUZA E OUTROS
 ADVOG.: PA7359- TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
 ADVOG.: PA3310- FERNANDO FACURY SCAFF
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA10319- MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 SENT.: (...) Julgo parcialmente procedentes os pedidos para condenar a ré no reajustamento dos saldos das contas vinculadas do FGTS dos autores RAIMUNDO MARDOCK DE SOUZA, RAIMUNDO OTAVIO MAGALHÃES NEVES, OSMARINO BARBOSA DA SILVA, ODAIZES DE JESUS LAMEIRA DA SILVA, OTONIEL JACQUES DE OLIVEIRA, ORLANDO DE FIGUEIREDO pelos índices de 16,06% (Plano Verão) e 44,80% (Plano Collor I) e da OZENEIDE DE SOUZA LETTE tão somente pelo índice de 44,80%, por não ser titular da conta vinculada em janeiro/89 (...) condeno os autores no pagamento das custas finais e em verba honorária de 10% sobre o valor da condenação. (...) P.R.I.
 2000.39.00.013007-3 **EMBARGOS A EXECUCAO**
 EMBTE: UNIAO FEDERAL
 EMBDO: MANOEL SILVA DA COSTA
 EMBDO: MARIA HELENA ANDRADE TRZECIAR
 EMBDO: MARIA JOAQUINA DA SILVA BEZERRA
 EMBDO: MARIA LUCIA PESSOA CHAVES ROCHA
 EMBDO: MARIA DA LUZ LIMA SALES
 EMBDO: MARIA DAS NEVES DE MORAES RANGEL
 EMBDO: MARIA OLINDA DIAS DE LUCENA
 EMBDO: MARIA SUELY CAVALCANTE DO NASCIMENTO

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

CADERNO DO JUDICIÁRIO

EMBD: MARIA VINHAS DE LIMA CORREIA
 EMBDO: MARIO ALBERTO ROCA MARTINS
 EMBDO: MARIO DO ESPIRITO SANTO LIMA
 EMBDO: MARIO ROCHA DE VASCONCELOS
 EMBDO: MILTON NAZARENO MONTEIRO PEREIRA
 EMBDO: MIRIAM MORAES BRANDAO
 EMBDO: PAULO CUSTODIO GOMES DE OLIVEIRA
 ADVOG.: PA4656 - CLAUDIO MONTEIRO GONCALVES
 SENT.: Recebo a manifestação da União, a f. 68/69, como renúncia ao exercício da pretensão executória, declarando extinta a execução para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do art. 794, III, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I.
 2000.39.00.014962-9 SERVICOS PUBLICOS
 AUTOR: DEMERVAL BENTO DA SILVA E OUTRO
 ADVOG.: PA8106 - SOLANGE DE NAZARE RODRIGUES CORREA
 REU: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 SENT.: Recebo a manifestação da União, a f. 52, como renúncia ao exercício da pretensão executória, declarando extinta a execução para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do art. 794, III, do Código de Processo Civil. Oportunamente, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I.
 2001.39.00.001204-1 FGTS
 AUTOR: NILSON SARAIVA
 ADVOG.: PA7157 - RAIMUNDO CESAR RIBEIRO CALDAS
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA10319 - MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 SENT.: 1. Homologo, para que surtam seus efeitos decorrentes, a(s) transação(ões) firmada(s) entre o(a) autor(a)(es) (...) e a Caixa Econômica Federal (f. ...). Quanto aos honorários advocatícios, indefiro o pedido veiculado pela Caixa uma vez que o art. 3º da Medida Provisória 2.226/01, que acrescentou o § 2º ao art. 6º da Lei 9.469/97, não revoga o § 4º do art. 24 do Estatuto do Advogado, o qual, por ser lei especial, está imune à eventual modificação perpetrada por lei geral, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei de Introdução ao Código Civil. Declaro extinta a execução (CPC art. 794, II), ressalvando-se, no entanto, os honorários advocatícios que porventura tenham sido arbitrados na sentença/acórdão, os quais serão cobrados normalmente. 2. Oportunamente, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I.
 2001.39.00.001677-6 TRIBUTARIA
 AUTOR: MOYSES LEAO MELUL
 ADVOG.: PAC113 - COSME SOUZA SANTOS
 REU: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
 REU: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
 ADVOG.: RJ75347 - FRANCISCO CARLOS MENDES
 SENT.: (...) Acólho integralmente os pedidos formulados na petição inicial, declarando extinto o processo com julgamento de mérito (...) P.R.I.
 2001.39.00.003864-8 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
 EXQTE: RUY FERNANDES RODRIGUES E OUTROS
 ADVOG.: PA4559 - JOSE DE ARIMATEIA CHAVES SOUSA
 EXCDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
 PROC.: RUI LOBATO BAHIA
 PROC.: JOSE DE JESUS MENDES
 SENT.: 1. Recebo a manifestação da UFPA, a f. 424/425, como renúncia ao exercício da pretensão executória, declarando extinta a execução em relação a ela para que produza seus efeitos jurídicos, nos termos do art. 794, III, do Código de Processo Civil. 2. A execução prosseguirá com relação ao crédito dos autores vencedores. 3. Aguarde-se o pagamento do precatório expedido à f. 404. P.R.I.
 2001.39.00.005397-7 FGTS
 AUTOR: ANTONIO ALVES DA SILVA E OUTROS
 ADVOG.: PA7652 - REGINALDO DE CASTRO MAIA
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA10319 - MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 SENT.: (...) Julgo parcialmente procedentes os pedidos para condenar a ré no reajustamento do saldo da conta vinculada do FGTS dos autores pelo índice de 44,80% (Plano Collor II) (...) Condeno os autores ao pagamento das custas finais e da verba honorária de 10% sobre o valor da condenação (...) P.R.I.
 2001.39.00.006495-2 ACAO DE IMISSAO DE POSSE
 REQTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA977 - ROSOMIRO CARRAIS B TORRES DE CASTR
 REQDO: MARIA DO SOCORRO BARATA PAREDES
 REQDO: JOSE FREDERICO DUARTE PAREDES
 SENT.: 1 Homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a desistência formulada à f. 20 e, em consequência, declaro extinto o processo, nos moldes do CPC 267, VIII. 2 Faculto ao requerente o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, salvo instrumento de mandato. Publique-se. Intime-se.
 2001.39.00.009488-9 ACAO DE IMISSAO DE POSSE
 REQTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA10300 - SARAH TAVARES CARVALHO
 ADVOG.: PAR78 - ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS BATISTA TORRES DE CASTRO
 REQDO: ANTONIO BAETE DA SILVA
 REQDO: OTAVIA MARIA PEREIRA DA SILVA
 SENT.: A Caixa ingressou com a presente ação de imissão de posse contra os ex-mutuatários Antônio Baete da Silva e Otávia Maria Pereira da Silva, que não foram localizados para citação. A autora formulou pedido de desistência à f. 35/37. Tendo em vista que a juntada de nova procuração aos autos implica revogação dos poderes anteriormente conferidos ao mandatário, homologo o pedido de desistência manifestado à f. 35/37, para que produza seus jurídicos efeitos, declarando extinto o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Autorizo, desde logo, o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante cópia e recibo nos autos. Sem honorários, em face da ausência de litigiosidade. Condeno a autora ao pagamento das custas finais. Oportunamente, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I.
 2001.39.00.011161-2 FGTS
 AUTOR: OSCAR DA ROCHA MARTINS JUNIOR
 ADVOG.: PA5154 - EVANDRO DE OLIVEIRA COSTA

REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA10319 - MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 SENT.: (...) Julgo parcialmente procedentes os pedidos para condenar a ré no reajustamento do saldo da conta vinculada do FGTS do autor pelos índices de 16,06% (Plano Verão) e 44,80% (Plano Collor II) (...) Condeno o autor ao pagamento das custas finais e da verba honorária de 10% sobre o valor da condenação (...) P.R.I.
 2002.39.00.000703-6 FGTS
 AUTOR: RAIMUNDO PAULO FERREIRA CAVALCANTE
 ADVOG.: PA7679 - ELIAS DAIBES
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA10319 - MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 SENT.: (...) Julgo parcialmente procedentes os pedidos para condenar a ré no reajustamento do saldo da conta vinculada do FGTS do autor pelos índices de 16,06% (Plano Verão) e 44,80% (Plano Collor II) (...) Condeno a ré no pagamento das custas finais e da verba honorária de 10% sobre o valor da condenação. O autor decaiu de parte mínima do pleito. (...) P.R.I.
 2002.39.00.005763-7 MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
 IMPTE: SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARA
 ADVOG.: PA1069 - ALMERINDO AUGUSTO DE VTRINDADE
 ADVOG.: PA9780 - CAIO DE AZEVEDO TRINDADE
 IMPDO: SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
 IMPDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
 PROCUR.: MARIA DAS GRACAS DE OLIVEIRA CARVALHO
 SENT.: (...) Rejeito o pedido do impetrante, declarando extinto o processo com julgamento do mérito (...) P.R.I.
 2002.39.00.008607-6 MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
 IMPTE: REINALDO JOSE ZUCATELLI
 ADVOG.: PA8383 - OLIVALDO FERREIRA
 IMPDO: DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO EM BELEM
 IMPDO: DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO
 SENT.: (...) Julgo extinto o feito sem apreciação do mérito (...) P.R.I.
 2002.39.00.003552-5 MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
 IMPTE: EMPRESA EDUCACIONAL DE CASTANHAL
 ADVOG.: PA8265 - AFONSO MARCIUS VAZ LOBATO
 ADVOG.: PA10840 - MARCIO ROBERTO MAUES DA COSTA
 IMPDO: DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARA
 IMPDO: DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO
 SENT.: (...) concedo parcialmente a segurança para suspender a exigibilidade das contribuições criadas pelos artigos 1º e 2º da Lei Complementar 110/01 apenas no tocante ao exercício financeiro de 2001. (...) Após o trânsito em julgado, fica autorizado o levantamento, pela impetrante, do depósito realizado, referente ao ano de 2001. A outra parte do depósito deverá ser convertida em renda da União. (...) P.R.I.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARA - 2ª VARA

Juiz Titular: DRA. HIND GHASSAN KAYATH
 Dir. Secret.: DR. ROSE MAY BORGES RAMOS
 Home: <http://www.pa.rj.gov.br/>
 Email: 02vara@pa.rj.gov.br

BOLETIM 212/2002 EXPEDIENTE DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2002 AUTOS COM VISTAS

No processo abaixo discriminado, a Diretora de Secretaria desta Vara expediu a seguinte certidão: "Certifico e dou fé, que em decorrência da determinação contida na PORTARIA nº 01, de 28 de janeiro de 2000, deste Juízo, e de ordem da MMª Juíza Federal, abro vista dos autos aos embargados, pelo prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do despacho de fl. 93".
 2001.39.00.005655-7 EMBARGOS A EXECUCAO
 EMBTE: FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS DO PARA FCAP
 ADVOG.: PA3419 - ARMANDO DUARTE MESQUITA
 ADVOG.: PA7423 - NEWTON ELIAS RODRIGUES DOS SANTOS
 EMBDO: MAURO SERGIO MOURA DE ARAUJO E OUTRO(S)
 ADVOG.: PA3500 - CARLOS ALBERTO SERRA DE SOUZA
 AUTOS COM DESPACHOS
 No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):
 1998.39.00.007062-0 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
 EXQTE: BANCO DA AMAZONIA S/A
 ADVOG.: EDUARDO NAZARENO FARINHA LOPES
 ADVOG.: JORGE LUIS SOARES SANTOS
 EXCDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
 DESPACHO: Cancele-se o alvará nº 404/2002. Expeça-se o alvará de levantamento em favor da CAIXA DOS ADVOGADOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZONIA - CABAM, conforme requerido às fls. 174/191, referente aos honorários advocatícios, devendo constar do alvará os nomes (conjuntamente) do Diretor-Presidente, Dra. DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS e do Diretor-financeiro, Dra. ANA LUCIA BARBOSA DA SILVA (...) no valor constante às fls. 161 (...).
 2000.39.00.001394-5 ACAO DE IMISSAO DE POSSE
 REQTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: SARAH TAVARES CARVALHO
 REQDO: LUIS OTAVIO MELO DA ROCHA
 REQDO: MARIA LUCIA BARBOSA DA ROCHA
 ADVOG.: HOSANAN OLIVEIRA
 DESPACHO: Esclareça a CAIXA ECONOMICA FEDERAL se o imóvel em tela já foi objeto de venda a terceiros. (...) esclareça a requerida Maria Lúcia Barbosa da Rocha que deverá adotar as medidas judiciais cabíveis que entender necessária, não podendo ser deferida proteção possessória em seu favor no bojo da presente

demand, uma vez que esta foi ajuizada pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL
 2000.39.00.003132-7 EMBARGOS A EXECUCAO
 EMBTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 EMBDO: ALBENOR JOSE PASSOS DA CUNHA E OUTRO(S)
 ADVOG.: ALBENOR JOSE PASSOS DA CUNHA
 DESPACHO: (...) Assino o prazo de Assino o prazo de 50 (cinquenta) dias para que a CEF apresente cópias dos extratos bancários das contas vinculadas ao FGTS dos embargados. Atendida a determinação supra, intime-se o Sr. Perito a entregar o laudo pericial no prazo de 20 dias.
 2000.39.00.005349-0 IMOVEIS
 AUTOR: ATAIDES AGOSTINHO DE GUSMAO
 ADVOG.: MARCELO CASTELO BRANCO IUDICE
 REU: UNIAO FEDERAL
 PROCUR.: DENIS GLEYCE PINTO MOREIRA
 REU: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
 PROCUR.: JOAO LUIZ COLARES SARMENTO
 DESPACHO: Designo o dia 13 de janeiro de 2003 às 14:00 para audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes, já que as testemunhas comparecerão independentemente de intimação.
 2000.39.00.009001-8 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
 EXQTE: MARIA DO SOCORRO DO NASCIMENTO IGNACIO E OUTROS
 ADVOG.: JUDIVALDO BRINGEL DA COSTA
 EXCDO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 PROCUR.: CARLOS AUGUSTO DE PAULA ABNADER
 DESPACHO: Considerando o expediente de fls. 253, noticiando que a atualização do valor do RPV, referentes aos autores MARIA ELIZA LEITE e MARIA SOCORRO BARRETA excederam o valor-limite de 60 (sessenta) salários mínimos (...) Assino o prazo de 10 (dez) dias para que as exequentes renunciem, expressamente, querendo, o valor excedente ao limite referido, sob pena de conversão da RPV em Precatório.
 2000.39.00.011257-4 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
 EXQTE: FRANCISCA DE FATIMA DE SOUZA AGUIAR E OUTRO
 ADVOG.: PA7575 - EDEVALDO ASSUNCAO CALDAS
 EXCDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
 PROCUR.: MAURO COSTA DOS SANTOS
 DESPACHO: (...) Assino o prazo de 10 (dez) dias para que o patrono das exequentes informe o número de seu CIC/MF e requeira o pagamento de seus honorários por meio de Requisição de Pequeno Valor - RPV, instruindo o pedido com as cópias necessárias (...).
 2000.39.00.012633-3 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
 EXQTE: JORGE SOUSA SOBRINHO E OUTROS
 ADVOG.: JOSE LUSQUINHOS
 EXCDO: FCAP FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS DO PARA
 PROCUR.: JOAO JOSE AGUIAR CARVALHO
 DESPACHO: (...) Assino o prazo de 10 (dez) dias para que os Exequentes Osimar dos Santos, João Vieira, Orlando Barata, Durvalino Brito e Fátima Barros informem o número de seus CIC/MF e requeiram o pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor - RPV, instruindo o pedido com as cópias necessárias (...), bem como para que renunciem, expressamente, querendo o valor que exceder o limite referido.
 2001.39.00.001329-0 EMBARGOS A EXECUCAO
 EMBTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 EMBDO: ELZENIR DA CUNHA ASSUNCAO E OUTRO(S)
 ADVOG.: ANTONIO GOMES GUIMARAES
 DESPACHO: (...) acato o valor proposto pelo Sr. Perito. Arbitro os honorários periciais no valor proposto às fls. 219/220. Assino o prazo de 10 (dez) dias para que a Embargante proceda ao referido depósito. Após, intime-se o perito nomeado a apresentar o respectivo laudo, no prazo de 20 (vinte) dias. Ficam as partes, neste ato, intimadas do início da perícia (...).
 2001.39.00.002307-0 EMBARGOS A EXECUCAO
 EMBTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
 ADVOG.: PA2489 - ELIZABETH LOPES FIGUEIREDO
 EMBDO: BENEDITO RENATO FARIAS DOS REIS
 EMBDO: CLAUDIONOR BALTAZAR DOS SANTOS
 EMBDO: OSWALDO GOES LEITE
 DESPACHO: Retornem os autos ao arquivo.
 2001.39.00.004271-6 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
 EXQTE: GABI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
 ADVOG.: PA6242 - EDUARDO CORREA PINTO KLAUTAU
 EXCDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
 PROCUR.: WALDISE MELO
 DESPACHO: Expeça-se alvará de levantamento referente ao pagamento do precatório requisitório (...) em nome do subscritor da petição de fl. 237 (...).
 2001.39.00.005062-5 EMBARGOS A EXECUCAO
 EMBTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: PA4468 - RENATO LOBATO DE MORAES
 EMBDO: MARIA DAS GRACAS REIS DOS SANTOS E OUTRO(S)
 ADVOG.: PA5873 - MARIA LUCIA DA SILVA PIMENTEL
 DESPACHO: (...) Assino o prazo de 50 (cinquenta) dias para que a CEF apresente cópias dos extratos bancários das contas vinculadas ao FGTS dos embargados L. Lúcia P. Costa e Maria Cristina da S. Nascimento. Atendida a determinação supra, intime-se o Sr. Perito a entregar o laudo pericial no prazo de 20 dias.
 2001.39.00.006641-4 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
 EXQTE: GERALDO BENTES DE MATOS
 ADVOG.: COSME SOUZA SANTOS
 EXCDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG.: MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 DESPACHO: Expeça-se alvará de levantamento referente ao valor depositado à título de verba honorária (...) em favor do subscritor da petição de fl. 205 (...). Após, permaneçam os autos suspensos em razão da parcela controversa disposta nos embargos (...).

INTERNET: www.ioepa.com.br

2001.39.00.008066-4 AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE
REQTE.: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOG.: PA6976 - CARLOS JOSE DE AMORIM PINTO
REQDO.: CATIA REGINA COELHO BRAGANCA
REQDO.: LUIZ CLAUDIO RAIOL BRAGANCA
ADVOG.: ANA LAURA NUNES DOS SANTOS
DESPACHO: (...) designo Audiência de Conciliação para o dia 23/01/2003, às 14:00 horas, devendo o ocupante do imóvel comparecer ao referido ato munido dos seguintes documentos: a) Cópia do documento de identidade; b) Cópia do CPF; c) Cópia dos 03 (três) últimos comprovantes de renda; d) Cópia da Certidão de Casamento, se for o caso. Intimem-se.
2001.39.00.008071-4 EMBARGOS A EXECUÇÃO
EMBTE.: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOG.: PA784 - FATIMA DE NAZARE PEREIRA BOBITSCH
EMBDO.: ANA MARIA DAS GRACAS TAVERNARD NOBRE E OUTRO(S)
ADVOG.: PA4559 - JOSE DE ARIMA TEIA CHAVES SOUSA
DESPACHO: Manifestem-se as partes, no prazo conjunto de 05 (cinco) dias, sobre os esclarecimentos prestados pela expert. Em seguida, venham-me os autos conclusos para sentença.
2001.39.00.008122-9 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE.: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
PROCUR.: SANDRA WALESKA MARTINS LEAL
EXCDO.: MARIA CELINA MACIEL NEVES E OUTRO(S)
ADVOG.: PA2408 - DORIVAL INDIASSU DE SOUZA NETO
DESPACHO: Cite-se o executado Francisco Xavier (...) no endereço constante à fl. 278. Intime-se a UFPA acerca da certidão de fl. 275v, bem como sobre a quitação dos valores devidos pelas executadas Denise de Souza (...) e Maria Lúcia de Melo (...). Expeça-se alvará de levantamento (...) em nome da subscritora da petição de fl. 278.
2001.39.00.009083-1 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE.: ARI TOMAZ DA SILVA E OUTROS
ADVOG.: PAA361 - ANA MARGARIDA GODINHO
EXCDO.: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOG.: MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
DESPACHO: (...) determino a CEF que disponibilize, no prazo de 10 dias, planilha de cálculos relativa aos expurgos inflacionários devidos ao exequente Carlos Alberto da Silva Oliveira Jr. Expeça-se alvará de levantamento referente ao valor depositado à título de verba honorária (...) em favor da sociedade civil mencionada à fl. 436 da qual a patrona dos exequentes é integrante (...) desentranhe-se a petição de fls. 444/445 (...). Após, permaneçam os autos suspensos em razão da parcela controversa disposta nos Embargos n. 2002.1762-0.
2001.39.00.010546-6 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE.: MARIO DE JESUS MARTINS E OUTROS
ADVOG.: PA483 - MARIA MADALENA GARCIA QUITES
ADVOG.: PA5507 - NILMA QUITES REIS
EXCDO.: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOG.: MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
DESPACHO: (...) este Juízo encontra-se impossibilitado de homologar o acordo celebrado entre os exequentes Tereza Souza, Mário Martins e Maria Martins e a CEF, uma vez que inexistem nos presentes autos, até a presente data, os originais ou cópias autenticadas dos Termos de Adesão devidamente firmados pelas partes. Desse modo, assino o prazo de 90 (noventa) dias para que a CEF apresente referidos termos em relação aos autores retrocitados.
2001.39.00.011041-8 AÇÃO CAUTELAR/INOMINADAS
REQTE.: ANA CRISTINA HENRIQUES DA SILVA E OUTRO
ADVOG.: EVANDRO COSTA
REQDO.: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOG.: JONNY MAIKEL DOS SANTOS
DESPACHO: (...) assino o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que a Caixa Econômica Federal comprove o cumprimento da medida liminar mantida pela sentença de fls. 397/41. (...) assino o prazo de 05 (cinco) dias para que a Caixa Econômica Federal comprove o recolhimento do valor referente à diferença apontada acima.
2002.39.00.003768-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE.: ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - ADUFFA E OUTRO
ADVOG.: PA2408 - DORIVAL INDIASSU DE SOUZA NETO
EXCDO.: UNIAO FEDERAL
PROCUR.: JOÃO JOSÉ AGUIAR CARVALHO
DESPACHO: Chamo o feito à ordem para, nos termos do v. acórdão, tornar sem efeito o despacho de fl. 103 e via de consequência a citação da União. Requeira a UNIAO FEDERAL a execução do julgado, no prazo de 10 dias (...).
2002.39.00.008353-0 CAUSAS DE VALOR INFERIOR A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS
REQTE.: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
ADVOG.: CYRO NÓVOA DOS SANTOS
REQDO.: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
DESPACHO: (...) torno sem efeito o despacho de fl. 19. Assim, designo audiência de conciliação para o dia 20/01/03, às 14:00 horas. Cite-se a Companhia Vale do Rio Doce.
2002.39.00.009024-0 AÇÃO POSSESSÓRIA
REQTE.: CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM E OUTRO
ADVOG.: JOÃO LUIS MAUÉS DE CASTRO SANTOS
REQDO.: VALDEREZ MARIA VIANA ANDRADE
REQDO.: LUCIA HELENA MARTINS TAVARES MONTEIRO
REQDO.: AUGUSTO CEZAR ROCHA MORAES
REQDO.: NASSARA RIBEIRO PEDRO SANTOS
DESPACHO: Assino o prazo de 10 (dez) dias para que o Conselho Federal de Enfermagem regularize sua representação processual (...). decido: a) Indefiro a expedição de ofício para o Banco do Brasil (...). De igual modo, em resposta ao ofício de fls. 189, esclareça ao Banco do Brasil que o objeto da presente demanda diz respeito a reintegração de posse em imóvel, sendo estranho ao seu pedido qualquer ingerência na movimentação das contas bancárias da entidade. b) Da mesma forma, indefiro a expedição de ofício para a OAB/PA, posto que tal providência deve ser adotada pela autora (...). c) Por fim, quanto à certidão requerida, deve a mesma ser

solicitada junto à Secretaria da 5ª Vara, visto tratar-se de fato ocorrido quando os autos ainda estavam sob aquela jurisdição.
2002.39.00.009212-4 AÇÃO POSSESSÓRIA
REQTE.: UNIAO FEDERAL
PROCUR.: DENIS GLEYCE PINTO MOREIRA
REQDO.: SANDOVAL G TEIXEIRA
DESPACHO: (...) designo a realização de audiência de justificação prévia a realizar-se para a data de 17/12/2002, às 14:00 horas. Intimem-se. Cite-se.
2002.39.00.009253-9 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE.: LAMINADOS DE MADEIRAS PARA S/A
ADVOG.: PR24147 - FABIO GAMA DE OLIVEIRA
ADVOG.: PR32477 - CRISTIANO ROVEDA
IMPDO.: DIRETOR PRESIDENTE DA CENTRAIS E OUTRO(S)
DESPACHO: Notifiquem-se os Impetrados a prestarem informações. Após, apreciarei o pedido de liminar.
2002.39.00.009722-6 TRIBUTARIA
AUTOR.: HIGSON & CO (PARA) LTDA
ADVOG.: PA9746 - ANDRE LUIZ CHAAR BARROS
ADVOG.: PA9747 - FABIO GUEDES PAIVA
REU.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
DESPACHO: Emende, o autor, a petição inicial, colacionando aos autos os comprovantes de recolhimento das contribuições sociais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.

AUTOS COM DECISÕES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):
2002.39.00.009556-5 SERVICOS PUBLICOS
AUTOR.: RUBENS ROLLO D'OLIVEIRA
ADVOG.: PA7433 - LINDINALVA TRINDADE D'OLIVEIRA
REU.: UNIAO FEDERAL
DECISÃO: (...) defiro a antecipação dos efeitos da tutela requerida (...). Cite-se. Intime-se para cumprimento imediato. Publique-se.
2002.39.00.009742-1 SERVICOS PUBLICOS
AUTOR.: MANOEL DE JESUS ARAUJO SANTOS
ADVOG.: PA7568 - EDILENE SANDRA LUZ DE LIMA
REU.: UNIAO FEDERAL
DECISÃO: (...) indefiro, portanto, o pedido de antecipação de tutela. Cite-se. Publique-se. Intime-se.
2002.39.00.009745-2 TRIBUTARIA
AUTOR.: JANETE DA PAZ BOULHOSA
ADVOG.: PA10016 - MIGUEL OLIVEIRA
REU.: FAZENDA NACIONAL
DECISÃO: (...) indefiro o pedido de antecipação de tutela. Cite-se. Publique-se. Intime-se.

EM TEMPO
DESPACHO

1998.39.00.000245-7 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE.: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS NO ESTADO DO PARÁ
ADVOG.: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO E OUTRO(S)
IMPDO.: DELEGADA DA RECEITA FEDERAL EM BELÉM E OUTRO(S)
DESPACHO: Nada há a reconsiderar. (...) Cumpra-se o item 2 do despacho de fl. 614.
2001.39.00.005655-7 EMBARGOS A EXECUÇÃO
EMBTE.: FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARA FCAP
ADVOG.: PA3419 - ARMANDO DUARTE MESQUITA
ADVOG.: PA7423 - NEWTON ELIAS RODRIGUES DOS SANTOS
EMBDO.: MAURO SERGIO MOURA DE ARAUJO E OUTRO(S)
ADVOG.: PA3500 - CARLOS ALBERTO SERRA DE SOUZA
DESPACHO: Concedo o prazo de 20 dias, sucessivos, para que as partes se manifestem sobre o Cálculo do Contador do Juízo.
2002.39.00.002572-0 SERVICOS PUBLICOS
AUTOR.: PROTEÇÃO MÉDICA S/C LTDA
ADVOG.: VLADIMIR LOBO KOENIG
REU.: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS
DESPACHO: (...) suspenda-se a tramitação desta ação até o julgamento final da questão incidente. Intimem-se.

DECISÃO

2001.39.00.003629-2 AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQTE.: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCUR.: FELÍCIO PONTES JÚNIOR
REQDO.: JOSÉ ARTHUR GUEDES TOURINHO
ADVOG.: ALESSANDRA FONSECA TOURINHO E OUTRO(S)
DECISÃO: (...) (a) Rejeito os embargos declaratórios opostos. (b) Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUIZO FEDERAL DA 5ª VARA

SÍLVIA ELENA PETRY
JUIZA FEDERAL DA 5ª VARA
RODOLFO FARAH GIESEKE
DIRETOR DE SECRETARIA

BOLETIM Nº 408/2002
AUTOS COM DECISÃO

1999.39.00.008886-6 ORDINÁRIA/OUTRAS
AUTOR.: MANOEL NUNES DO CARMO
ADVOG.: RAIMUNDO CÉSAR RIBEIRO CALDAS OAB/PA nº 7157
REU.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.: LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E

MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319.
DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(a) autor(a), extinguindo a ação em relação ao mesmo, nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda intimada a CEF a apresentar o termo de transação, no prazo de 90 (noventa) dias. (...)
1998.39.00.001721-7 ORDINÁRIA/OUTRAS
AUTOR.: JOSÉ UBIRAJARA NUNES DE SOUZA
ADVOG.: VILMA APARECIDA DE SOUZA CHAVAGLIA OAB/PA nº 3882
REU.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.: LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(a) autor(a), extinguindo a ação em relação ao mesmo, nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda condicionada a CEF a apresentar o termo de transação, no prazo de 90 (noventa) dias. (...)
1998.39.00.007756-6 ORDINÁRIA/OUTRAS
AUTOR.: ANA CRISTINA AMORIM GOMES
ADVOG.: PA6588 - CARLOS PEDRO PAIVA FURTADO
REU.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.: LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
DECISÃO: (...) Ressalto que se houve acordo esse só ocorreu, porque o objetivo do autor, ao transacionar parte dos seus direitos, é o de poder receber o que lhe é devido de forma célere. Dessa forma, em nome do princípio da eficiência da prestação jurisdicional, devo homologar o mais rápido possível tal acordo. Também, não vejo prejuízo a CEF ou ao autor, com a não apresentação do documento nesta data, já que caso não se junte o acordo no prazo, este será considerado como inexistente e esta homologação revogada. Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(a) autor(a), extinguindo a ação em relação ao mesmo, nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda intimada a CEF a apresentar o termo de transação, no prazo de 90 (noventa) dias. Após a devolução dos autos pela CEF, vista o(a) autor(a). Intimem-se.
2000.39.00.013695-0 FGTS
AUTOR.: ADEMIR RODRIGUES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOG.: PA6466 - SELMA MARIA LOPES
REU.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.: LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(s) autor(es) Ademir Rodrigues dos Santos, Jorge Gonçalves Nazaré e Maria José Pinheiro Dias, extinguindo a ação em relação ao(s) mesmo(s), nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda condicionada a CEF a apresentar os termos de transação, no prazo de 90 (noventa) dias, exceto quanto ao autor Ademir Rodrigues dos Santos, cujo termo foi juntado à fl. 106. 2- Com relação aos autores remanescentes, cumpra a CEF o acórdão de fls. 96/97, no prazo também de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei nº 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4º). 3- Após a devolução dos autos pela CEF, vista aos autores. 4- Expeça-se a certidão narrativa requerida pelos autores à fl. 114. 5- Intimem-se.
1998.39.00.009034-0 ORDINÁRIA/OUTRAS
AUTOR.: BIANOR MELO FILHO E OUTRO
ADVOG.: PA7742 - FLAVIO IMBELLONIDE FARIAS
REU.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.: LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(s) autor(es) Bianor Melo Filho e Bernadino dos Santos Galvão, extinguindo a ação em relação ao(s) mesmo(s), nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda condicionada a CEF a apresentar os termos de transação, no prazo de 90 (noventa) dias. 2- Com relação aos autores remanescentes, cumpra a CEF o acórdão de fl. 179, no prazo também de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei nº 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4º). 3- Após a devolução dos autos pela CEF, vista aos autores. 4- Intimem-se.
1998.39.00.010001-6 ORDINÁRIA/OUTRAS
AUTOR.: ANGELA MARIA CORREA BARROS E OUTROS
ADVOG.: PA1926 - HAROLDO SOUZA SILVA
REU.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.: LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(s) autor(es) Ângela Maria Correa Barros, Zozimo Raimundo Araújo de Sousa, Terezinha Pereira da Silva e Maria Cleusa Gomes de Freitas, extinguindo a ação em relação ao(s) mesmo(s), nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda intimada a CEF a apresentar os termos de transação, no prazo de 90 (noventa) dias, exceto em relação à autora Ângela Maria Correa Barros, cujo termo de acordo foi juntado à fl. 176. Quanto aos honorários advocatícios ficam ressalvados, haja vista que se trata de parcela autônoma pertencente ao patrono dos autores, garantido por lei complementar. O acordo assinado ocorreu após a prolação da sentença de mérito. Assim, os autores não poderiam firmar acordo acerca de honorários, porque estes pertencem ao advogado. Neste sentido o julgado: (...) Com relação aos autores remanescentes, cumpra a CEF a sentença de fls. 84/91, no prazo também de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei nº 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4º). Após a devolução dos autos pela CEF, vista aos autores. Intimem-se.
2000.39.00.012325-4 FGTS
AUTOR.: ROSEMIRO NUNES SILVA E OUTROS
ADVOG.: PA3740 - IVAN MORAES FURTADO
REU.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

CADERNO DO JUDICIÁRIO

ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(s) autor(es) Rosemário Nunes Silva e Luiz Carlos Reis, extinguindo a ação em relação ao(s) mesmo(s), nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda condicionada a CEF apresentar os termos de transação, no prazo de 90 (noventa dias). Quanto aos honorários advocatícios ficam ressalvados, haja vista que se trata de parcela autônoma pertencente ao patrono dos autores, garantido por lei complementar. O acordo assinado ocorreu após a prolação da sentença de mérito. Assim, os autores não poderiam firmar acordo acerca de honorários, porque estes pertencem ao advogado. Neste sentido o julgado: (...) Com relação aos autores remanescentes, cumpra a CEF o acórdão de fls. 128/129, no prazo também de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei n° 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°). Após a devolução dos autos pela CEF, vista aos autores. Intimem-se.

1997.39.00.001662-2 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : RAIMUNDO RODRIGUES DE ANDRADE SANTOS
 ADVOG. : PA7652 - REGINALDO DE CASTRO MAIA
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 RÉU : UNIÃO FEDERAL

DECISÃO: (...) Ante o exposto, homologo a transação celebrada entre a CEF e o Autor Raimundo Rodrigues de Andrade Santos, extinguindo o processo, nos termos do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil, exceto no que se refere à verba honorária, a ser calculada sobre o valor transacionado, por se tratar de parcela autônoma pertencente ao advogado. Portanto, a parte referente aos honorários advocatícios constante no termo de transação (fl. 226-v) não merece ser homologada, conforme acima exposto. Preclusas as vias impugnatórias, manifeste-se o procurador do Autor, no prazo de 10 (dez) dias, se tem interesse no prosseguimento da ação em relação a execução dos honorários advocatícios Sem manifestação, arquivem-se os autos. Intimem-se.

1998.39.00.000978-7 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : JOSE DA PAIXÃO DA SILVA CAMPOS
 ADVOG. : PA3882 - VILMA APARECIDA DE SOUZA CHAVAGLIA
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(a) autor(a), extinguindo a ação em relação ao mesmo, nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda intimada a CEF apresentar o termo de transação, no prazo de 90 (noventa) dias. (...)

AUTOS COM DESPACHO

1995.0001342-8 ORDINÁRIA/OUTRAS

AUTOR : TÂNIA MARIELE AMORIM DANIN E OUTROS
 ADVOG. : JAIR CARMO DA SILVA OAB/PA n° 7938
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DESPACHO: Intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que cumpra a sentença de fls. 120/127, no prazo de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°).

2001.39.00.004015-4 FGTS
 AUTOR : NADIA ROSSY ALMEIDA
 ADVOG. : PA8286 - MAURO AUGUSTO RIOS BRITO
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DESPACHO: Intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que cumpra a sentença de fls. 45/52, no prazo de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°).

1998.39.00.001899-2 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : GUILHERME SANTOS DA SILVA
 ADVOG. : PA3882 - VILMA APARECIDA DE SOUZA CHAVAGLIA
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 RÉU : UNIÃO FEDERAL

DESPACHO: Intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que cumpra o acórdão de fl. 139/140, no prazo de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°).

1998.39.00.005643-5 FGTS
 AUTOR : JOVELINO ALVES DOS REIS
 ADVOG. : PA5396 - ALBERTO RUY DIAS DA SILVA
 RÉU : UNIÃO FEDERAL
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319

DESPACHO: Intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que cumpra o acórdão de fl. 117, no prazo de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°).

2000.39.00.002948-2 FGTS
 AUTOR : LAUDICELIA LEMOS DE BRITO
 ADVOG. : PA4842 - JOÃO JOSE SOARES GERALDO
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319

DESPACHO: Intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que cumpra o acórdão de fl. 100/101, no prazo de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°).

2000.39.00.002364-0 FGTS
 AUTOR : IEDA RAIMUNDA DA CRUZ FERREIRA E OUTROS
 ADVOG. : PA1858 - MARIA DA GRAÇA SEQUEIRA MELO
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319 E LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344
 DESPACHO: Intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que cumpra o acórdão de fl. 98/99, no prazo de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°).

95.0001666-4 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : CARLA MARIA DO CÉU DO LAGO OLIVEIRA
 ADVOG. : KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 RÉU : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 DESPACHO: Manifeste-se a Caixa Econômica Federal sobre as informações contidas na petição de fl. 142, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se.

2000.39.00.007658-1 FGTS
 AUTOR : ZULMIRA FERREIRA DOS SANTOS
 ADVOG. : PA5507 - NILMA QUITES REIS
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DESPACHO: Intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que cumpra o acórdão de fl. 87/88, no prazo de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°).

BOLETIM Nº 407/2002
AUTOS COM DECISÃO

2000.39.00.004773-2 FGTS
 AUTOR : CLÁUDIO BATISTA RODRIGUES E OUTROS
 ADVOG. : PA3278 - LUIZ OTAVIO DA COSTA
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(s) autor(es) José Ribamar Rodrigues da Silva, Cláudio Batista Rodrigues, Edelcio Rodrigues Amâncio, Fortunato Costa do Nascimento, Georgino Liberato Monteiro da Rosa e João Paiva dos Santos, extinguindo a ação em relação ao(s) mesmo(s), nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda condicionada a CEF apresentar os termos de transação, no prazo de 90 (noventa) dias. Quanto aos honorários advocatícios ficam ressalvados, haja vista que se trata de parcela autônoma pertencente ao patrono dos autores, garantido por lei complementar. O acordo assinado ocorreu após a prolação da sentença de mérito. Assim, os autores não poderiam firmar acordo acerca de honorários, porque estes pertencem ao advogado. Neste sentido o julgado: (...) Com relação aos autores Dalila Miranda Pereira e José Maria Ferreira Tavares, determino que a CEF se manifeste sobre o acordo realizado com os mesmos, uma vez que a ação foi julgada improcedente, em relação a eles, conforme sentença de fls. 77/82, no prazo de 15 (quinze) dias. Com relação aos autores remanescentes, cumpra a CEF o acórdão de fls. 177, no prazo também de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei n° 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°). Após a devolução dos autos pela CEF, vista aos autores. Intimem-se.

1998.39.00.011892-2 FGTS
 AUTOR : BENEDITO ANTONIO GAIA PERES E OUTROS
 ADVOG. : PA3276 - ROSA CARRÉRA SA
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(s) autor(es) Claudionor Ribeiro Barreiro e Ariosvaldo Oliveira dos Santos, extinguindo a ação em relação ao(s) mesmo(s), nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda condicionada a apresentar os termos de transação, no prazo de 90 (noventa) dias. 2. Desentranhe-se a petição e as planilhas de cálculos de fls. 114/123 para remessa à Distribuição, a fim de que seja distribuída como ação de execução por título judicial, exceto quanto aos autores Claudionor Ribeiro Barreiro e Ariosvaldo Oliveira dos Santos, que não devem constar no pólo ativo da ação de execução e cujas planilhas respectivas lhes devem ser restituídas. 3. Concedo aos autores referidos no item 2 o prazo de 10 dias para receberem planilhas desentranhadas, caso contrário estas serão doadas a instituições que trabalhem com reciclagem de papel, em analogia ao Provimento Consolidado do TRF 1ª Região. 4. Publique-se.

1998.39.00.005629-8 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : JOSE RAIMUNDO DA FONSECA E OUTROS
 ADVOG. : PA3887 - ÂNGELA DA CONCEIÇÃO PALHETA
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(s) autor(es) José Raimundo da Fonseca, Raimundo Silverio Ferreira da Conceição, Regina Cardoso do Nascimento, Aderson Passos Gonzaga, Luciano Costa, Maria das Graças Raiol e Joaquim Rodrigues de Almeida, extinguindo a ação em relação ao(s) mesmo(s), nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda condicionada a CEF apresentar os termos de transação, no prazo de 90 (noventa) dias, exceto quanto a Luciano Costa, Maria das Graças Raiol e Joaquim Rodrigues de Almeida, cujos termos foram juntados às fls. 157/158, 162/163 e 165/166. Quanto

aos honorários advocatícios ficam ressalvados, haja vista que se trata de parcela autônoma pertencente ao patrono dos autores, garantido por lei complementar. O acordo assinado ocorreu após a prolação da sentença de mérito. Assim, os autores não poderiam firmar acordo acerca de honorários, porque estes pertencem ao advogado. Neste sentido o julgado: (...) Com relação aos autores remanescentes, cumpra a CEF o acórdão de fls. 102/103, no prazo também de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei n° 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°). Após a devolução dos autos pela CEF, vista aos autores. Intimem-se.

2000.39.00.011614-2 FGTS
 AUTOR : JOSE DE OLIVEIRA MONTEIRO E OUTROS
 ADVOG. : PA6466 - SELMA MARIA LOPES
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DECISÃO: (...) Ante o exposto, homologo a transação celebrada entre a CEF e os autores Maria Lindalva da Costa e Ana Lobato da Silva, extinguindo a ação em relação aos mesmos, nos termos do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Com relação aos autores remanescentes, cumpra a CEF o acórdão de fls. 143, no prazo também de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei n° 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°). Devolvidos os autos pela CEF, vista aos autores. Intimem-se.

1997.39.00.009787-0 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : ANDRÉ MARTINS DE SOUZA E OUTROS
 ADV. : RONILDA FERREIRA RIBEIRO OAB/PA n° 8244
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DECISÃO: (...) Assim, homologo a transação celebrada entre a CEF e o(s) autor(es) André Martins de Souza, José Luiz Costa Cantão, José Maria do Nascimento e Paulo Pedro Feitas Mota, extinguindo a ação em relação ao(s) mesmo(s), nos termos do art. 269, III, do CPC, devendo a CEF efetuar o depósito nas condições estabelecidas no acordo a partir desta intimação e ficando ainda condicionada a apresentar os termos de transação, no prazo de 90 (noventa) dias. 2. Desentranhe-se a petição e as planilhas de cálculos de fls. 175/238, juntamente com a contra-fé acostada à contra-capa, para remessa à Distribuição, a fim de que seja distribuída como ação de execução por título judicial, exceto quanto aos autores André Martins de Souza, José Luiz Costa Cantão, José Maria do Nascimento e Paulo Pedro Feitas Mota, que não devem constar no pólo ativo da ação de execução e cujas planilhas respectivas lhes devem ser restituídas. 3. Concedo aos autores referidos no item 2 o prazo de 10 dias para receberem as planilhas desentranhadas, caso contrário estas serão doadas a instituições que trabalhem com reciclagem de papel, em analogia ao Provimento Consolidado do TRF 1ª Região. 4. Publique-se.

AUTOS COM DESPACHO

93.0003752-8 FGTS

AUTOR : CARLOS ARTHUR DE LIMA UCHOA E OUTROS
 ADVOG. : PAULA FRASSINETTI MATTOS
 ADVOG. : LIVIA CRISTINA MARQUES PERES
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 RÉU : UNIÃO FEDERAL

DESPACHO: Em vista da presente ação possuir 03 (três) autores, determino que a Caixa Econômica Federal manifeste-se indicando precisamente qual(is) o(s) autor(es) que celebraram acordo com a mesma, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se.

1999.39.00.008794-1 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : GREGÓRIO CARRÉRA SA FILHO E OUTROS
 ADVOG. : PA3276 - ROSA CARRÉRA SA
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319
 DESPACHO: Intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que cumpra o acórdão de fl. 113, no prazo de 90 (noventa) dias, incluindo o disposto quanto aos honorários advocatícios já que se trata de direito autônomo (Lei 8.906/94, art. 23 c/c art. 24 § 4°).

NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS, A EXMA. JUÍZA EXAROU O SEGUINTE DESPACHO: "1. Tendo em vista a Lei Complementar n° 110 de 29/06/2001, intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que se manifeste sobre os extratos analíticos da(s) conta(s) vinculada(s) ao FGTS do(s) autor(es) e eventual possibilidade de acordo, no prazo de 20 (vinte) dias. 2. Saliente-se que, na ocorrência de acordo entre as partes, não há que se falar em perda do direito de cobrança dos honorários advocatícios, já que se trata de direito autônomo para a execução da sentença no que diz respeito aos referidos honorários. (Lei 8.906/94), art. 23 c/c art. 24 § 4°). 3. Após, venham-me conclusos para despacho."

1999.39.00.003558-3 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : RAIMUNDO SERGIO DE SOUZA
 ADVOG. : PA8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319

1998.39.00.000791-0 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : PAULO SERGIO RODRIGUES SANT'AGO
 ADVOG. : PA4656 - CLAUDIO MONTEIRO GONÇALVES
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319

1999.39.00.005549-4 ORDINÁRIA/OUTRAS
 AUTOR : RAIMUNDO HENRIQUES SOARES COSTA
 ADVOG. : PA3882 - VILMA APARECIDA DE SOUZA CHAVAGLIA
 RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
 ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA n° 3344 E MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA n° 10.319

1998.39.00.007762-7 ORDINÁRIA/OUTRAS

INTERNET: www.ioepa.com.br

AUTOR : ORLANDO MACHADO LEITE E OUTROS
ADVOG. : PA7988 - DEBORAH BARRIOSA COELHO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
1997.39.00.001866-5 FGTS
AUTOR : BENEDITO FERREIRA MAGALHAES E OUTROS
ADVOG. : PA5537 - SERGIO VICTOR SARAIVA PINTO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.009209-5 FGTS
AUTOR : JOSE LUIZ DA SILVA ARIAS
ADVOG. : PA1943 - COSME SOUZA SANTOS
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
95.001082-8 ORDINÁRIA/OUTRAS
AUTOR : CARLOS ROBERTO DA SILVA MONTEIRO E OUTROS
ADVOG. : JOAQUIM CARVALHO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2000.39.00.008918-7 FGTS
AUTOR : FRANCISCO DE SOUZA MACHADO E OUTROS
ADVOG. : PA3310 - FERNANDO FACURY SCAFF
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.003671-0 FGTS
AUTOR : JOSE EDIVALDO FERREIRA MORAES E OUTROS
ADVOG. : PA4842 - JOÃO JOSE SOARES GERALDO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319

BOLETIM Nº 406/2002

AUTOS COM DESPACHO

NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS, A EXMA. JUÍZA EXAROU O SEGUINTE DESPACHO: "1. Tendo em vista a Lei Complementar nº 110 de 29/06/2001, intime-se a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF para que se manifeste sobre os extratos analíticos da(s) conta(s) vinculada(s) ao FGTS do(s) autor(es) e eventual possibilidade de acordo, no prazo de 20 (vinte) dias. 2. Saliente-se que, na ocorrência de acordo entre as partes, não há que se falar em perda do direito de cobrança dos honorários advocatícios, já que se trata de direito autônomo para a execução da sentença no que diz respeito aos referidos honorários. (Lei 8.906/94), art. 23 c/c art. 24 § 4º). 3. Após, venham-me conclusos para despacho."

2000.39.00.013367-7 FGTS
AUTOR : MARIA DA SALETE FONSECA DE CAMPOS BELÉM E OUTROS
ADVOG. : PA8264 - LUIZ CÉLIO PINHO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2002.39.00.014603-8 FGTS
AUTOR : LUCIANO DE ABREU DE SENA
ADVOG. : PA7157 - RAIMUNDO CÉSAR RIBEIRO CALDAS
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.005392-3 FGTS
AUTOR : TEÓFILO ALVES BARATA FILHO E OUTROS
ADVOG. : PA4881 - JOSE WILLIAM COELHO DIAS
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.003777-7 FGTS
AUTOR : SINTSEP - SIND.DOS TRAB.NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL-
NO ESTADO DO PARA
ADVOG. : PA9381 - ÂNGELO DEMETRIUS DE ALBUQUERQUE
CARRASCOA
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.003668-7 FGTS
AUTOR : CLAUDIONOR CHAVES CAVALCANTE
ADVOG. : PA7642 - GIOVANA EUGENIA DE SOUZA E SILVA
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2002.39.00.011948-1 FGTS
AUTOR : DEMETRIO RIBEIRO NASCIMENTO E OUTROS
ADVOG. : PA8316 - SILASSANTOS ANTONIO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2002.39.00.011673-0 FGTS
AUTOR : MARCOS COELHO VALENTE
ADVOG. : PA2731 - PAULA FRASSINETTI MATTOS
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2002.39.00.005200-6 FGTS
AUTOR : CLÁUDIO OLIVEIRA COSTA E OUTROS
ADVOG. : PA4847 - ROSA MARIA MORAES BAHIA

RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2000.39.00.011063-3 FGTS
AUTOR : ROBERTO RUSSEL DA CUNHA E OUTROS
ADVOG. : PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
1998.39.00.002918-6 FGTS
AUTOR : MARIA DE LOURDES AMARAL E OUTROS
ADVOG. : PA7135 - MARSAL ANTONIO CREMA
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2000.39.00.012852-6 FGTS
AUTOR : IRAPOAN MARTINS LIMA E OUTROS
ADVOG. : PA4842 - JOÃO JOSE SOARES GERALDO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2000.39.00.009094-2 FGTS
AUTOR : ARLENE DEISE SOARES DE FARIAS E OUTROS
ADVOG. : PA7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2000.39.00.012860-2 FGTS
AUTOR : MARIA DE LOURDES CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
ADVOG. : PA5666 - OLAVO CAMARA DE OLIVEIRA JUNIOR
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.006342-4 FGTS
AUTOR : BENJAMIN RIBEIRO DE ALMEIDA NETO
ADVOG. : PA4614 - JOÃO ASSUNÇÃO DOS SANTOS
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.007704-6 FGTS
AUTOR : JOÃO PAULO DE SOUZA WALDECK E OUTROS
ADVOG. : PA5627 - SILVIA MARINA RIBEIRO DE M MOURÃO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2000.39.00.013511-3 FGTS
AUTOR : EZIR PINHEIRO ALCANTARA E OUTROS
ADVOG. : PA7568 - EDILENE SANDRA LUZ DE LIMA
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2000.39.00.011073-5 FGTS
AUTOR : JOÃO DO LIVRAMENTO SOUSA CORREA E OUTROS
ADVOG. : PA7135 - MARSAL ANTONIO CREMA
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2000.39.00.009732-2 FGTS
AUTOR : ROBERTO ANDRADE RIBEIRO E OUTROS
ADVOG. : PA8700 - ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
1999.39.00.008332-1 FGTS
AUTOR : JOÃO TOBIAS DE LIMA E OUTROS
ADVOG. : PA8532 - ANTONIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.005855-9 FGTS
AUTOR : LUIZ BRITO CONCEIÇÃO FILHO
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.006747-1 FGTS
AUTOR : BRICIONOR MIRANDA MORAES E OUTROS
ADVOG. : PA2406 - ODIVAL QUARESMA
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
1999.39.00.004386-1 FGTS
AUTOR : MAURICIO ANDRADE DA ROSA E OUTROS
ADVOG. : PA3734 - ANA LUCIA OLIVEIRA DE MIRANDA
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.004531-1 FGTS
AUTOR : ALTEMIRO DE OLIVEIRA PINHO
ADVOG. : PA4597 - ALIN SILVIO AFLALO GARCIA
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319
2001.39.00.001001-1 FGTS
AUTOR : SEBASTIÃO CARVALHO CORREA E OUTROS

ADVOG. : PA9582 - ARISTEU ARROXELAS LINS LEAL
ADVOG. : PA9793 - ANTONIO ALBERTO TAVERA DOS SANTOS
RÉU : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV. : LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO OAB/PA nº 3344 E
MARCELLA DA SILVA PEIXOTO OAB/PA nº 10.319

JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA

FRANCISCO DE ASSIS GARCÊS CASTRO JÚNIOR
Juiz Federal Substituto da 1ª Vara, em exercício cumulativo da 6ª Vara
ANTENOR DOS REIS MONTE
Diretor de Secretaria da 6ª Vara

BOLETIM Nº 111/2002
EXPEDIENTE DE 16/10 a 08/12/2002
DESPACHOS

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: De-se vista às partes sobre a manifestação do Sr. Perito de fls. 80/90, pelo prazo sucessivo de 10 (dez) dias, iniciando-se pela embargante, que deverá ser intimada pessoalmente.

CLASSE 11100 - EMBARGOS À EXECUÇÃO

Nº : 97.8631-4
Embargante : Lia Nazaré da Costa Mendonça
Advogado : Cristovina Pinheiro de Macedo
Embargado : Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Advogado : Cyro Noya dos Santos

Nos processos abaixo foi proferido o seguinte despacho: Tendo o executado peticionado nos autos, foi suprida a falta de citação, sendo assim, prossiga-se o feito com a expedição do mandado de penhora e avaliação.

CLASSE 3100 - EXECUÇÃO FISCAL - PFN

Nº : 2001.11405-5
Exequente : Fazenda Nacional
Advogado : Gerson da Costa
Executado : Armazém Dom Pedro II Ltda
Advogado : Sérgio de Carvalho Verdelho
Nº : 2001.11494-9
Exequente : Fazenda Nacional
Advogado : Gerson da Costa
Executado : Armazém Dom Pedro II Ltda
Advogado : Sérgio de Carvalho Verdelho

AUTOS COM DECISÃO

No processo abaixo foi prolatada a seguinte decisão: Vistos(...) etc. Ante tais considerações, julgando-me absolutamente incompetente para processar e julgar o presente feito, determino a imediata remessa dos autos ao Juízo de Direito daquela Comarca, para prosseguimento, dando-lhe baixa na distribuição e fazendo-se as anotações de praxe.

CLASSE 3300 - EXECUÇÃO FISCAL - OUTRAS

Nº : 2002.8546-1
Exequente : Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás
Advogado : Mauro L. Gonzaga Jayme
Executado : Atil José de Souza

No processo abaixo foi prolatada a seguinte decisão: Vistos(...) etc. É entendimento deste Juízo que a prescrição pode e deve ser argüida em sede de execução, mas a sua decretação dependerá de cabal demonstração sob pena de ilegal inovação que contaminaria de nulidade a relação processual, visto que a necessidade de dilação probatória é incompatível com o rito executivo. Ante o exposto, indefiro o pleito de fls. 08/11 e, em consequência, determino o prosseguimento do feito, com a expedição de mandado de penhora e avaliação.

CLASSE 3100 - EXECUÇÃO FISCAL - PFN

Nº : 2001.290-7
Exequente : Fazenda Nacional
Advogado : Gerson da Costa
Executado : Fazenda IZÉ S A
Advogado : Guilherme Henrique Rocha Lobato

AUTOS COM SENTENÇA

Nos processos abaixo foi prolatada a seguinte sentença: Vistos, etc.(...) DECLARO EXTINTA a presente execução, pelo pagamento da dívida, com base do art. 794, I, do Código de Processo Civil, nos termos do pedido de fls.

CLASSE 3100 - EXECUÇÃO FISCAL - PFN

Nº : 2000.6607-0
Exequente : Fazenda Nacional
Advogado : Gerson da Costa
Executado : Dalmo Ind e Com de Perfumarias e Cosméticos Ltda
Advogado : Newton Albuquerque
Nº : 2002.1351-6
Exequente : Fazenda Nacional
Advogado : Gerson da Costa
Executado : Raimunda da Costa Gomes
Advogado : Antônio Cabral Vicente Júnior

PELA SECRETARIA

Nos processos abaixo, a Secretaria, de ordem do MM. Juiz, nos termos do artigo 162, § 4º, do Código de Processo Civil, abriu vista dos autos para manifestação dos executados, no prazo de 5 (cinco) dias.

CLASSE 4200 - EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO EXTRA-

JUDICIAL

Nº : 98.12276-4
Exequente : Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PA

Advogado : Eduardo Correa Pinto Klautau
 Executado : Edvanir Pinto Coutinho
 Nº : 94.262-9
 Exequente : Caixa Econômica Federal
 Advogado : Liana Cunha Mousinho Coelho
 Executado : CCA Construções Cíveis da Amazônia Ltda

JUIZO FEDERAL DA 7ª VARA

ADRIANE LUISA VIEIRA TRINDADE
 Juíza Federal da 7ª Vara
 FÁBOLA BERNARDI
 Juíza Federal substituta da 7ª Vara
 SOLANGE SILVA SILVESTRE RODRIGUES
 Diretora de Secretaria

BOLETIM Nº 200/2002
 EXPEDIENTES DOS DIAS 09, 10 e 11 DEZ 2002
 ATOS ORDINATÓRIOS

No(s) 09 (nove) processo(s) acima, foi/foram lavrada(s) CERTIDÃO(ÕES) pela Diretora de Secretaria, com o teor seguinte: "Em decorrência da determinação contida na Portaria nº 01/99, deste juízo, nesta data abro vista destes autos ao(s) Exequente, para manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito".

2000.39.00.002919-0 EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 Adv. : PA2449 - Maria Amélia Maia Franco
 EXCDO : COMPANHIA MADEIREIRA SAO MIGUEL e outros
 2001.39.00.002183-2 EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 Adv. : PA2449 - Maria Amélia Maia Franco
 EXCDO : EUSEBIO A SANTOS
 2001.39.00.003625-1 EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG. : PA2449 - MARIA AMELIA MAIA FRANCO
 EXCDO : WARISS ELETROTECNICA LTDA e outro
 2001.39.00.005329-0 EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 Adv. : PA2449 - Maria Amélia Maia Franco
 EXCDO : RUTH HELENA DE ANDRADE LIMA ME e outra
 2001.39.00.007331-0 EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 Adv. : PA2449 - Maria Amélia Maia Franco
 EXCDO : GENIVAL EQUIPAMENTOS DIESEL COMERCIO E SERVICOS LTDA e outros
 2001.39.00.009843-1 EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG. : RN3665 - JONNY MAIKEL DOS SANTOS
 EXCDO : CENTRO EDUCACIONAL ABELARDO GENTIL LTDA ME e outros
 2001.39.00.009855-9 EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 Adv. : PA2449 - Maria Amélia Maia Franco
 EXCDO : ALFREDO CHOPPERIA & PIZZARIA LTDA e outros
 Adv. : PA10327 - Lise Vieira da Costa Tupiassu
 2002.39.00.003091-3 EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG. : PA10319 - MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 EXCDO : ATLANTICA PESCA LTDA e outros
 2002.39.00.003109-0 EXECUCOES/OUTROS
 EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOG. : PA10319 - MARCELLA DA SILVA PEIXOTO
 EXCDO : TEAR SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA e outros
 AUTOS COM DESPACHOS
 2002.39.00.009569-9 EMBARGOS A EXECUCAO
 EMBTE : OBA ORGANIZACAO BRASILEIRA DE ALIMENTOS E OUTRO
 ADVOG. : PA6242 - EDUARDO CORREA PINTO KLAUTAU
 EMBDO : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : PA0000 - Gerson da Costa
 DESPACHO : Aguarde-se a formalização da penhora nos autos principais.
 2002.39.00.010022-4 EMBARGOS A ARREMATACAO
 EMBTE : FARMAPENA LTDA
 ADVOG. : PA2339 - JOSE HUMBERTO LIMA
 EMBDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
 Proc. : PA9838 - Aldenor de Souza Bohadana Filho
 DESPACHO : Intime-se o(a) embargante para emendar a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, com peça que comprove o ato alienatório alegado, procuração, identificando o subscritor desta, cópia do contrato social e cópia dos atos constitutivos da executada com suas alterações, se houverem e demais peças obrigatórias ou facultativas, assim como, atribuindo valor à causa, sob pena de indeferimento do feito.

AUTOS COM SENTENÇAS

2000.39.00.007016-3 EXECUCOES/FAZENDA NACIONAL
 EXQTE : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : PA0000 - Gerson da Costa
 EXCDO : MENNOCOM COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA ME e outro
 SENTENÇA : Vistos, etc. (...) com fundamento no que dispõem os arts. 794, I e 795 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação. Após o trânsito em julgado e os registros de praxe, levante-se a penhora e arquivem-se os autos, observadas as cautelas legais. P. R. I.

2002.39.00.000727-6 EXECUCOES/FAZENDA NACIONAL
 EXQTE : FAZENDA NACIONAL
 Proc. : PA0000 - Gerson da Costa
 EXCDO : ANANINDEUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
 Adv. : PA4433 - Francisco Pompeu Brasil Filho
 SENTENÇA : Vistos, etc. (...) com fundamento no que dispõem os arts. 794, I e 795 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente ação. Após o trânsito em julgado e os registros de praxe, arquivem-se os autos, observadas as cautelas legais. P. R. I.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
 EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 91, da Lei Complementar nº 10, de 10.11.1982, FÁBIO ARAUJO MARÇAL do cargo de Promotor de Justiça Substituto, a contar de 06.12.2002.
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 09 de dezembro de 2002.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
 Procurador-Geral de Justiça

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE ABAETETUBA

TEL./FAX: 91 3751-1148

E-mail:

vt.labaetetuba.sec@trt8.gov.br

JUIZ TITULAR

JONAS SOARES VALENTE JÚNIOR
 DIRETOR DE SECRETARIA
 MARTINHO LUTERO PINHEIRO

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS
 Nº 101 - 263/2002 - PROCESSO Nº: 101 - 78/2002-9

EXEQUENTE: RAIMUNDO DAS GRAÇAS CHAVES PEREIRA
 EXECUTADO: EDIR NAZARÉ MAGNO
 O DOUTOR MAURO VOLPINI FERREIRA, JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA VARA DO TRABALHO DE ABAETETUBA-PA, FAZ SABER A TODOS QUANTO O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE NOTÍCIA TIVEREM QUE, NO DIA 15.01.2003, ÀS 10:00 HORAS, NA VARA DO TRABALHO DE ABAETETUBA, LOCALIZADA NA AV. DOM PEDRO II, 668, CENTRO, SERÁ LEVADO A PÚBLICO O PREGÃO DE VENDA E ARREMATACÃO, A QUEM OFERECER O MAIOR LANCE SOBRE O BEM PENHORADO NOS AUTOS SUPRACITADOS, COMO A SEGUIR: TIPO DO BEM: LOCALIZAÇÃO DO BEM: VALOR VEÍCULO BARCARENA R\$ 5.000,00
 01 VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO KOMBI MARCA WOLKSWAGEN COR BEGE, ANO 1996, MODELO 1996, PLACA HUX-4066, CHASSI 9BWZZZ231TP033558, EM ESTADO REGULAR DE CONSERVAÇÃO. CINCO MINUTOS APÓS O HORÁRIO ACIMA, EM NÃO HAVENDO LICITANTE NA AUDIÊNCIA DE PRAÇA, ESTÁ AUTORIZADO O SR. OFICIAL DE JUSTIÇA A PROCEDER A VENDA DO REFERIDO BEM PELA MELHOR OFERTA, PODENDO O PAGAMENTO SER PARCELADO, MEDIANTE PROPOSTA PELO INTERESSADO, NOS TERMOS DO PROVIMENTO CR - Nº 15/96. QUEM PRETENDER ARREMATAR DITO BEM DEVERÁ COMPARECER NA DATA, HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADOS, FICANDO CIENTE QUE DEVERÁ GARANTIR O LANCE COM O SINAL CORRESPONDENTE A 20% (VINTE POR CENTO) DE SEU VALOR. E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, É PASSADO O PRESENTE, QUE SERÁ PUBLICADO NO "DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO" E AFIXADO NOS LUGARES DE COSTUME, NA SEDE DESTA VARA TRABALHISTA, FICANDO DESDE JÁ O EXECUTADO CIENTE DA REALIZAÇÃO DA REFERIDA PRAÇA EM CASO DE NÃO RECEBIMENTO OU DEVOLUÇÃO DA NOTIFICAÇÃO POR VIA POSTAL. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE ABAETETUBA, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS (11.12.2002).

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS

Nº 101 - 261/2002 - PROCESSO Nº: 101 - 1495/2002-8
 EXEQUENTE: RAIMUNDO DAS GRAÇAS CHAVES PEREIRA
 EXECUTADO: AGRO INDUSTRIAL ITA LTDA
 O DOUTOR MAURO VOLPINI FERREIRA, JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA VARA DO TRABALHO DE ABAETETUBA-PA, FAZ SABER A TODOS QUANTO O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE NOTÍCIA TIVEREM QUE, NO DIA 15.01.2003, ÀS 10:10 HORAS, NA VARA DO TRABALHO DE ABAETETUBA, LOCALIZADA NA AV. DOM PEDRO II, 668, CENTRO, SERÁ LEVADO A PÚBLICO O PREGÃO DE VENDA E ARREMATACÃO, A QUEM OFERECER O MAIOR LANCE SOBRE O BEM PENHORADO NOS AUTOS SUPRACITADOS, COMO A SEGUIR: TIPO DO BEM: LOCALIZAÇÃO DO BEM: VALOR MÓVEL BARCARENA R\$ 1.800,00

01 MÁQUINA "DESPOLPADEIRA DE FRUTAS", DOTADA DE MOTOR WEG DE 03 (TRÊS) CV. CINCO MINUTOS APÓS O HORÁRIO ACIMA, EM NÃO HAVENDO LICITANTE NA AUDIÊNCIA DE PRAÇA, ESTÁ AUTORIZADO O SR. OFICIAL DE JUSTIÇA A PROCEDER A VENDA DO REFERIDO BEM PELA MELHOR OFERTA, PODENDO O PAGAMENTO SER PARCELADO, MEDIANTE PROPOSTA PELO INTERESSADO, NOS TERMOS DO PROVIMENTO CR - Nº 15/96. QUEM PRETENDER ARREMATAR DITO BEM DEVERÁ COMPARECER NA DATA, HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADOS, FICANDO CIENTE QUE DEVERÁ GARANTIR O LANCE COM O SINAL CORRESPONDENTE A 20% (VINTE POR CENTO) DE SEU VALOR. E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, É PASSADO O PRESENTE, QUE SERÁ PUBLICADO NO "DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO" E AFIXADO NOS LUGARES DE COSTUME, NA SEDE DESTA VARA TRABALHISTA, FICANDO DESDE JÁ O EXECUTADO CIENTE DA REALIZAÇÃO DA REFERIDA PRAÇA EM CASO DE NÃO RECEBIMENTO OU DEVOLUÇÃO DA NOTIFICAÇÃO POR VIA POSTAL. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE ABAETETUBA, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS (11.12.2002).

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA
 PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS Nº 101 - 266/2002
 PROCESSO Nº 101 - 2049/2002-1

RECLAMANTE: ISAIAS DANTAS TAVARES
 RECLAMADA: PLANAR LTDA
 DATA DA AUDIÊNCIA: 13/01/2003, ÀS 11:10 HORAS.
 O (a) DOUTOR (a) MAURO VOLPINI FERREIRA, JUIZ (a) SUBSTITUTO da 10ª Vara do Trabalho de ABAETETUBA, FAZ SABER QUE, PELO PRESENTE EDITAL, FICA NOTIFICADA PLANAR LTDA, RECLAMADA NOS AUTOS DO PROCESSO SUPRA, QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, PARA TOMAR CIÊNCIA DA SEQUINTE DETERMINAÇÃO: FICA NOTIFICADA A RECLAMADA ACIMA MENCIONADA, A FIM DE COMPARECER A AUDIÊNCIA A SER REALIZADA NESTA VARA TRABALHISTA, NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA INFORMADOS, PARA AUDIÊNCIA INAUGURAL. NESTA AUDIÊNCIA V. SA. DEVERÁ OFERECER AS PROVAS QUE JULGAR NECESSÁRIAS, CONSTANTES DE DOCUMENTOS E/OU TESTEMUNHAS. O NÃO COMPARECIMENTO DE V. SA. A REFERIDA AUDIÊNCIA, IMPORTARÁ O JULGAMENTO DA QUESTÃO A SUA REVELIA E NA APLICAÇÃO DA PENA DE CONFESSÃO QUANTO A MATÉRIA DE FATO, E, PARA CHEGAR AO CONHECIMENTO DO(S) INTERESSADO(S) É PASSADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ E AFIXADO NO LUGAR DE COSTUME, NA SEDE DESTA VARA DO TRABALHO, AV. DOM PEDRO II, 668, CENTRO - ABAETETUBA - PA, 68440-000. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE ABAETETUBA - PA, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS (12.12.2002).

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
 Nº 101 - 265/2002 PROCESSO Nº 101 - 359/2002-6

EXEQUENTE: ALEXANDRE FERREIRA CARDOSO
 EXECUTADO: JOSÉ PINTO PEREIRA
 O doutor MAURO VOLPINI FERREIRA, JUIZ SUBSTITUTO da Vara do Trabalho de ABAETETUBA, FAZ SABER QUE, PELO PRESENTE EDITAL, FICA NOTIFICADA JOSÉ PINTO PEREIRA, EXECUTADO NOS AUTOS DO PROCESSO SUPRA, QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, PARA TOMAR CIÊNCIA DA SEQUINTE DETERMINAÇÃO: "TOMAR CIÊNCIA DE QUE DEVE RECOLHER E COMPROVAR O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA NESTES AUTOS, NO IMPORTE DE R\$ 151,59, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXECUÇÃO". E, PARA CHEGAR AO CONHECIMENTO DO(S) INTERESSADO(S) É PASSADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ E AFIXADO NO LUGAR DE COSTUME, NA SEDE DESTA VARA DO TRABALHO, AV. DOM PEDRO II, 668, CENTRO - ABAETETUBA - PA, 68440-000. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE ABAETETUBA - PA, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS.

VARA DO TRABALHO DE SANTA IZABEL DO PARÁ

RESENHA NO 115 - 86/2002
 PROCESSO Nº: 115 - 549/2002 - 1
 Reclamante: JOSE ADEMIR BORGES
 Advogado(a): JOAO JOSE SOARES GERALDO
 Reclamado: JURANDIR HIROKI YAMAMOTO
 Advogado(a): JOELSON DOS SANTOS MONTEIRO
 Assunto:
 AO RECLAMANTE PARA CONTRAMINUTAR EMBARGOS DE DECLARACAO OPOSTOS PELO RECLAMADO.

ADITAMENTO À PAUTA DE JULGAMENTO DA QUARTA TURMA DO E. TRT DA 8ª REGIÃO

de 17/12/2002, TERÇA-FEIRA, A PARTIR DAS 9 (NOVE) HORAS.

RITO ORDINÁRIO

39. PROCESSO TRT AP 5736/2002. AGRAVANTE: GENGEIS FREIRE DE SOUZA. Doutora Verena Maucis Fidalgo Barros. AGRAVADO: MAURÍCIO DE OLIVEIRA SILVA. Doutor Walter Tavares de Moraes. RELATORA: Juíza Francisca Oliveira Formigosa. REVISORA: Juíza Odete de Almeida Alves. ORIGEM: Décima Segunda Vara do Trabalho de Belém.

40. PROCESSO TRT AI 5668/2002. AGRAVANTE: POSTO CHAPERAL

INTERNET: www.ioepa.com.br

LTDA. (AUGUSTO GOMES NOGUEIRA). Doutor Raimundo Jorge Santos de Matos. AGRAVADO: VALDEMIR DA COSTA OLIVEIRA. Doutora Vera Lúcia Faraco Maciel. RELATORA: Juíza Francisca Oliveira Formigosa. ORIGEM: Oitava Vara do Trabalho de Belém.

41. PROCESSO TRT RO 5836/2002. RECORRENTE: MANOEL LITO CASTRO RIBEIRO. Doutor Bruno Mota Vasconcelos. RECORRIDA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Doutor Antonio Candido Monteiro de Brito. RELATORA: Juíza Francisca Oliveira Formigosa. REVISORA: Juíza Odete de Almeida Alves. ORIGEM: Primeira Vara do Trabalho de Belém.

42. PROCESSO TRT RO 5843/2002. RECORRENTE: AFONSO MARIA DE SOUSA. Doutor Bruno Mota Vasconcelos. RECORRIDA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Doutor Antonio Candido Monteiro de Brito. RELATORA: Juíza Francisca Oliveira Formigosa. REVISORA: Juíza Odete de Almeida Alves. ORIGEM: Primeira Vara do Trabalho de Belém.

43. PROCESSO TRT AP 5643/2002. AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO LTDA. Doutor Elias Pinto de Almeida. AGRAVADO: DAMIÃO ALMEIDA DO NASCIMENTO. Doutora Niltes Neves Ribeiro. RELATORA: Juíza Francisca Oliveira Formigosa. REVISORA: Juíza Odete de Almeida Alves. ORIGEM: Quinta Vara do Trabalho de Belém.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO
turma4@trt8.gov.br

PROCESSOS JULGADOS NA SESSÃO DE 10/12/2002 4ª TURMA - RELAÇÃO 119/2002

ACÓRDÃO TRT/4ª T/ED/RO 3444/2002. EMBARGANTE: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAF. Doutor Vladimir Augusto de Carvalho Lobo e Avelino Koenig. EMBARGADOS: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS WATRIN, BENEDABE SOUZA, DEOCLÉCIO DA PAZ MOREIRA, FRANCIS MARIANO DE AGUIAR, GILBERTO COSTA POLTRONIERE OUTROS. Doutor Miguel de Oliveira Carneiro. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. Doutor César Escócio de Faria Júnior. RELATORA: Juíza Odete de Almeida Alves. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Havendo omissões no julgado, devem ser acolhidos embargos declaratórios para que sejam prestados os necessários esclarecimentos. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E, SEM DIVERGÊNCIA, ACOLHÊ-LOS EM PARTE PARA, RECONHECENDO A OCORRÊNCIA DE OMISSÕES NO JULGADO, PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/4ª T/ED/AP 4049/2002. EMBARGANTE: NOVATERRA CONSÓRCIO DE BENS S/C LTDA. Doutora Christianne Ribeiro Eliasquevic. EMBARGADO: VICENTE PORTO GONÇALVES. RELATORA: Juíza Francisca Oliveira Formigosa. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - Rejeitam-se embargos de declaração se não há omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado (art. 535 do CPC). DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA QUARTA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, REJEITÁ-LOS, POR INEXISTIR OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO V. ACÓRDÃO (CPC, ART. 535), CONFORME OS FUNDAMENTOS.

Belém, 10 de dezembro de 2002.

ANA DINAMARA P. LANDIM FERRO
Secretária da 4ª Turma

3ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 003_429/2002 PROCESSO No: 003_2221/2000_4
Exequente: JOSÉ MARIA DE LIMA E SOUZA Executado: MARTHA TAVARES ENGENHARIA

O(a) deutor(a) JULIANES MORAES DAS CHAGAS, JUIZ(a) TITULAR da 003ª Vara do Trabalho de BELÉM, FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(s) MARTHA TAVARES ENGENHARIA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIÊNCIA DE QUE DEVERA CREDENCIAR PESSOA A FIM DE RECEBER CREDITOS EM DEVOLUÇÃO NOS AUTOS SUPRA. E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Estado do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara de Trabalho, RUA DOM PEDRO I, 746, UMARIZAL BELÉM, PA, 66050-100. DADO E PASSADO nesta cidade de BELÉM, PA, 10 de dezembro de 2002. Eu, EDILEUZA AGUIAR MESQUITA DIAS, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, conferi e subscrevi.

O(a) Juiz(a) JULIANES MORAES DAS CHAGAS JUIZ(a) TITULAR

RESENHA No 003_1832/2002 PROCESSO No: 003_1692/2001_1 Exequente: SALOMAO LEVY DOS ANJOS PACHECO Advogado(a): HILTON DA SILVA PONTES Executado: YAMADA COM INDUSTRIAS Advogado(a): JOSE FIGUEIREDO DE SOUSA

Assunto: AO EXECUTADO PARA COMPARECER AO POSTO DE SERVICOS DO BANCO DO BRASIL S/A, LOCALIZADO NO TERREO DESTA TRT, A FIM DE RECEBER CREDITOS EM DE VOLUCAO, ATRAVES DAS GRS 1612 E 1613/2002.

RESENHA No 003_1833/2002 PROCESSO No: 003_225/2002_5 Reclamante:

ANDREA MONTEIRO DOS SANTOS Advogado(a): OLGA BAYMA DA COSTA Reclamado: MAGDALENA LOUREIRO DE AGUIAR Advogado(a): MARIA LUCIA DO CARMO XAVIER COHEN.

Assunto: AO EXEQUENTE PARA APRESENTAR SUA CTPS EM JUÍZO PARA FINS DE ANOTAÇÃO PELA SECRETARIA DA VARA.

RESENHA No 003_1834/2002 PROCESSO No: 003_1522/1995_4 Exequente: ROBERTO DOS SANTOS VINAGRE Advogado(a): MIGUEL GONÇALVES SERRA Executado: RODOMAR LTDA Advogado(a):

Assunto: AO EXEQUENTE PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO NO PRAZO DE 30 DIAS.

RESENHA No 003_1835/2002 PROCESSO No: 003_1154/1996_8 Exequente: ANTONIO MACHADO DE SOUSA Advogado(a): MARCUS AURELIO COELHO VIEIRA Executado: CONSTRUTORA BARRA VENTURIERI LTDA Advogado(a):

Assunto: AO EXEQUENTE PARA TOMAR CIENCIA QUE A VISTA DA DECISAO DE FLS.235/240, E CONSIDERANDO OS TERMOS DA PETICAO DE FLS.208, O PROCESSO SUPRA FOI DECLARADO EXTINTO, POR ESTE JUÍZO NA FORMA DO ART.267, INCISO IV DO CPC COMBINADO COM O ART.598 DO MESMO DIPLOMA LEGAL, VIA DE APLICACAO SUBSIDIARIA A ESPECIEN A ESTEIRA DO ART.769 DA CLT.

RESENHA No 003_1836/2002 PROCESSO No: 003_569/2002_4 Reclamante: EUNILDE DE FATIMA OLIVEIRA SERRA Advogado(a): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO Reclamado: TELEPARA TELECOMUNICACOES DO PARA Advogado(a):

Assunto: A RECLAMANTE PARA VIR RECEBER SUA CTPS EM JUÍZO DEVIDAMENTE ANOTADA E DADA BAIXA PELA RECLAMADA.

RESENHA No 003_1837/2002 PROCESSO No: 003_821/2002_X Exequente: VIAÇAO ITAPÉMERIM S.A. Advogado(a): RAIMUNDO BARBOSA COSTA Executado: CARLOS CARNEIRO DE OLIVEIRA Advogado(a):

Assunto: AO EXEQUENTE PARA INDICAR BENS DO EXECUTADO PASSIVEIS DE PENHORA.

RESENHA No 003_1838/2002 PROCESSO No: 003_1227/2001_7 Exequente: JOSE FREIRE DE MORAES FILHO Advogado(a): JOSE ANCHIETA SALGADO PINTO Executado: BELCONAVES A Advogado(a): Assunto: A EXECUTADA PARA TOMAR CIENCIA QUE FOI NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE PETICAO INTERPOSTO PORQUE DESERTO.

RESENHA No 003_1839/2002 PROCESSO No: 003_1298/2002_4 Reclamante: CRISTIANE SANTOS DE MELO Advogado(a): LUIZ ROBERTO DUARTE DE MELO Reclamado: NONATO BRITO Advogado(a):

Assunto: A RECLAMANTE PARA INFORMAR O PARADEIRO DO RECLAMADO PARA EFEITO DE INTIMAÇÃO COM RELAÇÃO A SENTENÇA DE FLS.10/13 DOS AUTOS.

RESENHA No 003_1840/2002 PROCESSO No: 003_936/2001_9 Exequente: ALEXANDRE CORREA DE LIMA Advogado(a): KARLA KARINA BOGEA RIBEIRO Executado: COMERCIAL AGRICOLA PREMIUM LTDA Advogado(a): JORGE LUIZ RIBEIRO COSTA

Assunto: A EXECUTADA PARA TOMAR CIENCIA DO CALCULO DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DEVIDAS, DEVENDO FAZER PROVA EM JUÍZO DO RECOLHIMENTO DO APURADO EM FAVOR DO INSS, NO PRAZO LEGAL, SOB PENA DE PROSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

RESENHA No 003_1841/2002 PROCESSO No: 003_1567/2002_5 Reclamante: JOSE RONALDO FARO BARROS Advogado(a): EDILSON ARAUJO DOS SANTOS Reclamado: TELEMAR NORTE LESTES A Advogado(a): ALFREDO AUGUSTO CASANOVA N. RIBEIRO.

Assunto: A RECLAMADA PARA TOMAR CIENCIA QUE A RECLAMACAO TRABALHISTA SUPRA FOI JULGADA IMPROCEDENTE, DECLARANDO, AINDA, ESTE JUÍZO, A PRESCRIÇÃO DE EVENTUAIS CREDITOS TRABALHISTAS DO AUTOR ANTERIORES A 18.09.97, EXTINGUINDO O PROCESSO NO PARTICULAR COM JULGAMENTO DO MÉRITO NA FORM DO ART.269, INCISO IV DO CPC COMBINADO COM O ART.769 DA CLT.

RESENHA No 003_1842/2002 PROCESSO No: 003_207/2002_3 Exequente: LUCILEIA DO SOCORRO SOUZA DAS MERCEDES Advogado(a): PAULO SERGIO HAGE HERMESE Executado: VANIA MARIA SOARES DINIZ Advogado(a): OLGA BAYMA DA COSTA.

Assunto: A EXECUTADA PARA TOMAR CIENCIA QUE FACE AO CUMPRIMENTO DO ACORDO PRO POSTO O PROCESSO SUPRA FOI DECLARADO EXTINTO NA FORMA DO ART.794, INCISO II DO CPC, QUANTO A OBRIGACAO DE PAGAR IMPOSTA A MESMA.

RESENHA No 003_1843/2002 PROCESSO No: 003_207/2002_3 Exequente: LUCILEIA DO SOCORRO SOUZA DAS MERCEDES Advogado(a): PAULO SERGIO HAGE HERMESE Executado: VANIA MARIA SOARES DINIZ Advogado(a):

Assunto: AO EXEQUENTE PARA TOMAR CIENCIA QUE FACE AO CUMPRIMENTO DO ACORDO PROPOSTO O PROCESSO SUPRA FOI DECLARADO EXTINTO NA FORMA DO ART.794, INCISO II DO CPC QUANTO A OBRIGACAO DE PAGAR IMPOSTA A EXECUTADA.

DEVE, AINDA, O EXEQUENTE, APRESENTAR SUA CTPS EM JUÍZO PARA EFEITO DE ANOTAÇÕES CABIVEIS.

RESENHA No 003_1844/2002 PROCESSO No: 003_1858/1999_X Exequente: JOSE AUGUSTO SOUSA SILVEIRA Advogado(a): LUIZ CLAUDIO ALVES DA SILVEIRA Executado: N G ENGENHARIA ELETRICA TELECOMUNICACOES LTDA Advogado(a): FRANCEDULCE ESTEVES COELHO.

Assunto: AS PARTES PARA TOMAREM CIENCIA QUE A EXECUCAO FOI DECLARADA EXTINTA NOS TERMOS DO ART.794, II E 708 DO CPC.

RESENHA No 003_1845/2002 PROCESSO No: 003_912/2002_2 Reclamante: CLAUDIO ARANHA DA CONCEICAO Advogado(a): ANNA FARIDE HAGE KARAM GIORDANO Reclamado: CLUBE DO REMO Advogado(a):

Assunto: AO RECLAMANTE PARA APRESENTAR SUA CTPS EM JUÍZO PARA EFEITO DE ANOTAÇÕES CABIVEIS.

RESENHA No 003_1846/2002 PROCESSO No: 003_1903/2002_6 Reclamante: J S MOVEIS S.A. Advogado(a): TATIANA DE JESUS OZORIO

BATISTA Reclamado: MARISTELA BASTOS VALENTE Advogado(a): SELMA LUCIA LOPES LEAO.

Assunto: AO EXEQUENTE PARA APRESENTAR RESPOSTA AO AGRAVO INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA EXECUTADA.

RESENHA No 003_1847/2002 PROCESSO No: 003_2387/2001_1 Reclamante: BRENO MAURÍCIO RODRIGUES XAVIER Advogado(a): JOSE ANCHIETA SALGADO PINTO Reclamado: PROSERVI BANCO DE SERVICOS LTDA Advogado(a): IZACAR MEM MARTINS DA SILVA.

Assunto: A RECLAMADA PARA TOMAR CIENCIA QUE A RECLAMACAO TRABALHISTA SUPRA FOI JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

RESENHA No 003_1848/2002 PROCESSO No: 003_141/2001_3 Exequente: JOSE EDIVAN SANTOS Advogado(a): ANTONIO SAMPAIO PORTELA Executado: BELCONAVES A Advogado(a):

Assunto: AO EXEQUENTE PARA APRESENTAR RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO, BEM COMO INFORMAR SE TEM INTERESSE EM EFETUAR EXTRAÇÃO DE CARTA DE SENTENÇA PARA FINS DE PROSEGUIMENTO EM EXECUCAO PROVISORIA.

RESENHA No 003_1849/2002 PROCESSO No: 003_361/2002_2 Exequente: FERNANDO PEREIRA FERNANDES Advogado(a): PAULO FLAVIO MARCAL Executado: TELEMAR - NORTE LESTE S.A. Advogado(a):

ALFREDO AUGUSTO CASANOVA N. RIBEIRO.

Assunto: AS PARTES PARA TOMAREM CIENCIA DO CALCULO DE LIQUIDACAO DE FLS.67/70 DOS AUTOS.

RESENHA No 003_1850/2002 PROCESSO No: 003_865/2002_8 Exequente: SANDRA SUELY DA SILVA Advogado(a): JOSE LEITE CAVALCANTEE Executado: MARIA IVANY MONTEIRO DOS SANTOS Advogado(a): Assunto: AO EXEQUENTE PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA PROPOSTA DE ACORDO FORMULADA AS FLS.25, RESSALTANDO-SE QUE SEU SILENCIO SERA INTERPRETADO COMO QUIESCENCIA.

RESENHA No 003_1851/2002 PROCESSO No: 003_1624/2001_6 Exequente: HADSON LAURO DA SILVA RIBEIRO Advogado(a): JOAQUIM LOPES DE VASCONCELOS Executado: Y YAMADA S.A. - COMERCIO E INDUSTRIA Advogado(a): JOSE FIGUEIREDO DE SOUSA.

Assunto: AO EXECUTADO PARA COMPARECER AO POSTO DE SERVICOS DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, LOCALIZADO NO TERREO DESTA TRT, A FIM DE RECEBER CREDITOS EM DEVOLUCAO, ATRAVES DA GR 1868/2002.

RESENHA No 003_1852/2002 PROCESSO No: 003_2406/2001_1 Exequente: MARIA DA CONCEICAO MOURA MATOS Advogado(a): EMINA MARCIA NERY DOS SANTOS Executado: CLINICA SANTA CECILIA LTDA Advogado(a): ANTONIO CANDIDO MONTEIRO DE BRITO.

Assunto: A EXECUTADA PARA CIENCIA QUE SUAS PETICOES DE FLS.92/93 E 97/98, REFEREA MARIA MIRTES FREITAS DE SIQUEIRA E WILLIAM MOTA SIQUEIRA, RESPECTIVAMENTE, NAO FORAM CONHECIDAS PORQUE APOCRIFAS.

RESENHA No 003_1853/2002 PROCESSO No: 003_276/1995_X Exequente: FRANCISCO MILTON ARAUJO Advogado(a): JOSE MARIA CASTRO CASTILHO Executado: ESTADO DO PARA SAGRI Advogado(a): CLAUDIO MONTEIRO GONÇALVES.

Assunto: AS PARTES PARA CIENCIA DA ATUALIZACAO REQUERIDA PELO RECLAMANTE, QUE IMPORTOU NO VALOR DE R\$3.629,30.

RESENHA No 003_1854/2002 PROCESSO No: 003_53/1992_2 Exequente: JOSE RIOMAR PAIVA DE ASSIS Advogado(a): JOAQUIM LOPES DE VASCONCELOS Executado: FUNDACAO PAPA JOAO XXIII Advogado(a): REGINA MARCIA DE CARVALHO C. BRANCO.

Assunto: AS PARTES PARA CIENCIA DO VALOR APURADO NA ATUALIZACAO REQUERIDA PELO EXEQUENTE, QUE IMPORTOU NO VALOR DE R\$72,14. AO EXEQUENTE PARA APRESENTAR SUA CTPS, NESTE JUÍZO, PARA AS ANOTAÇÕES DEVIDAS, AO EXEQUENTE PARA CIENCIA DE QUE LHE FOI DEFERIDA ISENCAO DAS CUSTAS PROCESSUAIS QUE LHE FORAM COMINADAS EM SENTENÇA.

RESENHA No 003_1855/2002 PROCESSO No: 003_1622/1993_5 Reclamante: LAZARO MANGABEIRA DA SILVA Advogado(a): LAZARO MANGABEIRA DA SILVA Reclamado: BANCO DA AMAZONIA S/A Advogado(a): ALICE DO AMARAL DE LIMA.

Assunto: AS PARTES PARA CIENCIA DA SENTENÇA DE IMPUGNACAO AOS CALCULOS: "...CONHECO DA IMPUGNACAO OPOSTA POR BANCO DA AMAZONIA S/A E A ACOELHO PARA DETERMINAR QUE O VALOR APURADO A TITULO DE IMPOSTO DE RENDA AS FLS.672, SEJA ACRESCIDO DE JUROS E CORRECAO CONFORME DISPOE O PAR. PRI MEIRO DO ART. 32 DA LEI 6.830/80..."

RESENHA No 003_1856/2002 PROCESSO No: 003_1622/1993_5 Reclamante: LAZARO MANGABEIRA DA SILVA Advogado(a): LAZARO MANGABEIRA DA SILVA Reclamado: CAPAF Advogado(a): OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR.

Assunto: AS PARTES PARA CIENCIA DA SENTENÇA DE IMPUGNACAO AOS CALCULOS: "...CONHECO DA IMPUGNACAO OPOSTA POR BANCO DA AMAZONIA S/A E A ACOELHO PARA DETERMINAR QUE O VALOR APURADO A TITULO DE IMPOSTO DE RENDA AS FLS.672, SEJA ACRESCIDO DE JUROS E CORRECAO CONFORME DISPOE O PAR. PRI MEIRO DO ART. 32 DA LEI 6.830/80..."

RESENHA No 003_1857/2002 PROCESSO No: 003_1111/2002_6 Reclamante: JOAO MORAES DOS SANTOS Advogado(a): MAURO AUGUSTO RIOS BRITO Reclamado: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. Advogado(a): ELZA DOS SANTOS DE SOUZA.

Assunto: AS PARTES PARA CIENCIA QUE A RECLAMACAO TRABALHISTA SUPRA FOI JULGADA IMPROCEDENTE POR ESTE JUÍZO.

RESENHA No 003_1858/2002 PROCESSO No: 003_1347/2002_2 Reclamante: ALDA RODRIGUES COSTA Advogado(a): LUIZ FERNANDO BARBOZA MEDEIROS Reclamado: PANIFICADORA DELICIAS DO TRIGO LTDA Advogado(a): JOSE LUIZ FLEXA ALVES.

Assunto: AS PARTES PARA CIENCIA QUE A RECLAMACAO TRABALHISTA SUPRA FOI JULGADA PROCEDENTE EM PARTE POR ESTE JUÍZO.

RESENHA No 003 1859/2002 PROCESSO No: 003 2105/1991 9 Exequente: FRANCISCA FELIPE CARNEIRO Advogado(a): JANE JOSEFA DOS SANTOS CHAVESE Executado: PROCURADORIA DO ESTADO DO PARÁ - FBESP Advogado(a): JOSE RICARDO DE ABREU SARQUIS.

Assunto: AS PARTES PARA CIENCIA DA SENTENÇA DE IMPUGNAÇÃO AOS CALCULOS: "... CONHECO DA IMPUGNAÇÃO OPOSTA POR FRANCISCA FELIPE CARNEIRO E OUTROS E A REJEITO, ANTE A AUSÊNCIA DE SUSTENTACAO LEGAL..."

RESENHA No 003 1860/2002 PROCESSO No: 003 653/2001 8 Exequente: JEREMIAS SOUZA NAZARE Advogado(a): ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI Executado: R. L. PAMPOLHA S/C LTDA Advogado(a):

Assunto: AO EXEQUENTE PARA INFORMAR A ESTE JUÍZO SE TEM INTERESSE EM ADJUDICAR OS BENS PENHORADOS.

RESENHA No 003 1861/2002 PROCESSO No: 003 139/1999 6 Exequente: RAIMUNDO BENEDITO DA CRUZ Advogado(a): EDILSON ARAUJO DOS SANTOS Executado: TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S.A. Advogado(a): MUCHELINE ANTUNES ESTEVES

Assunto: A EXECUTADA PARA CIENCIA QUE FOI CONVOLADO EM PENHORA O VALOR DEPOSITA DO AS FLS. 183 DOS AUTOS SUPRA.

RESENHA No 003 1862/2002 PROCESSO No: 003 1370/2002 8 Reclamante: ANTONIO SERGIO CUNHA FREIRE Advogado(a): CORINA DE MARIA CARVALHO FRADERE Advogado(a): JOSE RONALDO VIEIRA

Assunto: AS PARTES PARA CIENCIA DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: "... DECIDE O JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BELEM, CONHECER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR SOCIEDADE COMERCIAL OLIMPUS VESTIBULARES LTDA PARA NO MÉRITO REJEITÁ-LOS POR INEXISTIR OMISSÃO A SER SANADA..."

RESENHA No 003 1863/2002 PROCESSO No: 003 759/1990 6 Exequente: HERBERT ANDRADE DA SILVA Advogado(a): HAROLDO SOUZA SILVA Executado: EST DO PARA SECRET DE EST DE AGRICULTURA Advogado(a): ANA CLAUDIA S.S. ABDULMASSIH.

Assunto: AS PARTES PARA CIENCIA DO VALOR APURADO EM ATUALIZAÇÃO DOS CALCULOS, QUE IMPORTOU NA QUANTIA DE R\$ 1.269,52.

RESENHA No 003 1864/2002 PROCESSO No: 003 710/2002 1 Exequente: AUGUSTO CARLOS COSTA DA SILVA Advogado(a): PAULO FLAVIO MARCAL Executado: K.F. RODRIGUES Advogado(a):

Assunto: AO EXEQUENTE PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA PETIÇÃO DE FLS. 54 DOS AUTOS SUPRA.

RESENHA No 003 1865/2002 PROCESSO No: 003 1448/1999 2 Exequente: DIVA DE MATTOS SEIDLA Advogado(a): JOSE RAIMUNDO WEYL A COSTA Executado: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. Advogado(a): CARLOS AUGUSTO MENEZES SAMPAIO.

Assunto: AO RECLAMADO PARA COMPARECER A SEGRETRAIA DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BELEM A FIM DE RECEBER O ALVARA JUDICIAL NO. 641/2002, BEM COMO AO POSTO DE SERVICOS DO BANCO DO BRASIL LOCALIZADO NO TERREO DESTA E TRT, PARA RECEBER A GUIA DE RETIRADA NO. 1855/2002, REFERENTE A CREDITOS EM DEVOLUCAO.

RESENHA No 003 1866/2002 PROCESSO No: 003 1006/1997 0 Exequente: ROSENILDA MARIA PEREIRA DA FONSECA Advogado(a): PAULO DE TARSO DE SOUZA PEREIRA Executado: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Advogado(a): GABRIELA DA SILVA SAMPAIO.

Assunto: AO RECLAMADO PARA COMPARECER A SEGRETRAIA DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BELEM A FIM DE RECEBER OS ALVARAS JUDICIAIS NOS. 704/2002, 705/2002, 706/2002 E 91/2002, BEM COMO AO POSTO DE SERVICOS DA CAIXA ECONOMICA, FEDERAL, LOCALIZADA NO TERREO DESTA TRT, PARA RECEBER AS GUIAS DE RETIRADA NOS. 1987/2002 E 1988/2002, REFERENTES A CREDITOS EM DEVOLUCAO.

RESENHA No 003 1867/2002 PROCESSO No: 003 42/2001 1 Reclamante: KATIA CRISTINA SANTOS DA SILVA Advogado(a): VANESSA NAVARRO BARROS DE SOUSA Reclamado: MARTINS COMERCIO E SERVICO DISTRIBUICAO S.A. Advogado(a): MOISES MARTINS PORTO.

Assunto: AO RECLAMADO PARA COMPARECER A SEGRETRAIA DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BELEM A FIM DE RECEBER O ALVARA JUDICIAL NO. 737/2002, REFERENTE A DEVOLUCAO DE DEPOSITO RECURSAL.

RESENHA No 003 1868/2002 PROCESSO No: 003 725/2002 3 Reclamante: GRAFICENTRO GRAFICA E EDITORA LTDA Advogado(a): VERENA MAUES FIDALGO BARROS Reclamado: MAURO JOSE DIAS PINHEIRO Advogado(a): JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL.

Assunto: AO EMBARGADO PARA CIENCIA QUE FOI NEGADO SEGUIMENTO AO SEU AGRAVO DE PETIÇÃO PORQUE DESERTO EM RELACAO AS CUSTAS, BEM COMO EM RELACAO A CON DENACAO IMPOSTA POR LITIGANCIA DE MA-FE.

RESENHA No 003 1869/2002 PROCESSO No: 003 1522/2002 5 Reclamante: MARIA ZENILDE DA SILVA GOMES Advogado(a): PAULO FLAVIO MARCAL Reclamado: TIGERS TIMBERS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Advogado(a): Assunto: A RECLAMANTE PARA APRESENTAR, NESTE JUÍZO, O EXTRATO DA CONTA DE FGTS PARA QUE SEJA POSSIVEL APRECIAR O PEDIDO DE FLS. 21 DOS AUTOS.

RESENHA No 003 1870/2002 PROCESSO No: 003 1793/1996 9 Exequente: INSS Advogado(a): LEANDRO JORGE LIMA DE SOUSA Executado: CL DO CARMO CARPINTARIA BETEL LTDA Advogado(a): ALUISIO AUGUSTO MARTINS MEIRA.

Assunto: AO EXEQUENTE PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA CERTIDÃO DE FLS. 217, REQUERENDO O QUE ENTENDER DE DIREITO.

RESENHA No 003 1871/2002 PROCESSO No: 003 1692/2002 8 Reclamante: GIOVANNIR ROMAO ALVES RIBEIRO Advogado(a): OLGA

BAYMA DA COSTA Reclamado: CONSTRUTORA LEAL JUNIOR LTDA Advogado(a): ROBERTO TADEU ARAUJO.

Assunto: AO RECLAMANTE PARA SE MANIFESTAR, QUERENDO, ACERCA DE RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO PELO RECLAMADO.

RESENHA No 003 1872/2002 PROCESSO No: 003 1651/2002 5 Reclamante: LUCIDEIA HAYDEM BARBOSA Advogado(a): JOSE CLAUDIO FERREIRA DOS SANTOS Reclamado: BR - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA Advogado(a):

Assunto: AO RECLAMANTE PARA CIENCIA QUE A RECLMACAO TRABALHISTA SUPRA FOI JULGA DA PROCEDENTE EM PARTE, POR ESTE JUÍZO.

RESENHA No 003 1873/2002 PROCESSO No: 003 2474/2001 7 Reclamante: MARCELO AGUIAR CARDOSO Advogado(a): FRANCISCO SOARES NAPOLEAO Reclamado: EDITORA GLOBO S.A. Advogado(a): CRISTINA PINHO MARTINS

Assunto: COMPARECER A SECRETARIA DESTA 3ª VARA A FIM DE RECEBER O ALVARA JUDICIAL No. 527/2002, REFERENTE A DEVOLUCAO DE DEPOSITO RECURSAL.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO
Telefone: 210-1023
e-mail: turma3@trt8.gov.br/

TERCEIRA TURMA - RESENHA

ACÓRDÃO TRT/3ª T./AP 5335/2002. AGRAVANTE: RUTINÉIA CORREA DE FRANÇA. Doutor Joaquim Lopes Vasconcelos e outros. AGRAVADO: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ - PREFEITURA MUNICIPAL. RELATOR: Juiz José de Alencar. EMENTA: DÉBITOS TRABALHISTAS. ATUALIZAÇÃO. Os débitos trabalhistas devem ser corrigidos até a data de seu efetivo pagamento, conforme dispõe o artigo 39 da Lei nº 8.177/91, tendo o juízo da execução o dever legal de impulsionalá, independentemente de qualquer iniciativa do exequente (artigo 878 da Consolidação das Leis do Trabalho). DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, A UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO; NO MÉRITO, POR MAIORIA, VENCIDA A EXCELENTÍSSIMA JUÍZA RELATORA, A DOUTORA PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL, EM DAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE PETIÇÃO PARA, REFORMANDO A DECISÃO AGRAVADA, DETERMINAR A ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO E O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO ATÉ A INTEIRA E COMPLETA SATISFAÇÃO DO DÉBITO, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. PROLATOU O ACÓRDÃO O EXCELENTÍSSIMO JUÍZ REVISOR, O DOUTOR JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./AREG/RO 5258/2002. RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO. Dr. Ismael Barbosa e outros. RECORRIDOS: MARIA JOSÉ SILVA MACIEL. Dra. Emília de Fátima da Silva Parinha e outros. BR SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA. PROLATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ORDINÁRIO. INSUFICIÊNCIA DO DEPOSITO RECURSAL. Confirma-se a decisão monocrática agravada que negou seguimento ao recurso ordinário da reclamada por insuficiência do depósito recursal, pois no processo trabalhista a insuficiência do depósito não pode ser considerado um erro sanável. Decisão mantida por seus próprios fundamentos. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO A DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVADA EM TODOS OS SEUS TERMOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS. PROLATOU O ACÓRDÃO A EXCELENTÍSSIMA JUÍZA PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./ED/RO 5565/2002. EMBARGANTE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB. Dra. Jacqueline de Souza Moreira. EMBARGADO: FRANCILEY DOS SANTOS PEREIRA. Dra. Márcia Maria de Oliveira Teixeira e outros. RELATORA: Juíza Pastora Leal. CERTIDÃO DE JULGAMENTO: CERTIFICO QUE OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO DECIDIRAM, UNANIMEMENTE (1) CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DO DOCUMENTO DE FLS. 202/205 (ACÓRDÃO DA 4ª TURMA DESTA TRIBUNAL); (2) REJEITAR OS EMBARGOS POR NÃO HAVER QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL A SER SANADO, E PELAS SEGUINTES RAZÕES: (A) A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU FOI CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS NO QUE SE REFERE AO ENQUADRAMENTO SINDICAL DA RECLAMADA, COMO PERMITE O ART. 895, §1º, IV, DA CLT; (B) ALÉM DA CONFIRMAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA, OUTROS FUNDAMENTOS FORAM ACRESCENTADOS PELA E. TURMA, COMO FORMA DE ENTREGAR A PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL COMPLETA, MUITO EMBORA A RECLAMADA TENHA INOVADO NO DEBATE POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DE SEU RECURSO ORDINÁRIO; (C) NÃO SE ADMITE O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA SUSCITADO TARDIAMENTE EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS, QUANDO A E. TURMA JÁ ENCERROU O JULGAMENTO DO RECURSO PRINCIPAL, UMA VEZ QUE OS ARTIGOS 476 E SEGUINTES DO CPC TRATAM DO PRONUNCIAMENTO PRÉVIO DO TRIBUNAL; (D) APLICAR A EMBARGANTE A MULTA DE 1% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, POR APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS MERAMENTE PROTETÓRIOS (ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC). O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO OPINOU PELO

PROSSEGUIMENTO DO FEITO, POR NÃO HAVER INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./ED/RO 4851/2002. EMBARGANTE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB. Dra. Jacqueline de Souza Moreira e outros. EMBARGADO: RAIMUNDO CÂMARA PARDAL. Dra. Márcia Maria de Oliveira Teixeira e outros. ACÓRDÃO EMBARGADO: TRT RO Nº 4851/2002. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: I - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. Merecem veemente repúdio e sanção os embargos de declaração interpostos com fito nitidamente protelatório, à luz do artigo 538, parágrafo único, do CPC, e.c. o artigo 769, consolidado. II - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INCABÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. O incidente de uniformização de jurisprudência não pode ser suscitado tardiamente em sede de embargos declaratórios, cabendo à parte interessada fazê-lo antes de iniciar o julgamento do recurso principal. Aplicação do art. 476, parágrafo único, do Código de Processo Civil. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉZIA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, A UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO; NO MÉRITO, SEM DIVERGÊNCIA, EM REJEITÁ-LOS POR ABSOLUTA FALTA DE AMPARO LEGAL, SEM DIVERGÊNCIA, EM APLICAR A EMBARGANTE A MULTA DE 1% (HUM POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, A REVERTER A FAVOR DA PARTE PREJUDICADA, POR APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS MERAMENTE PROTETÓRIOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./ED/RO 4895/2002. EMBARGANTE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB. Dra. Jacqueline de Souza Moreira e outros. EMBARGADO: CARLOS FRUTUOSOS RAMOS. Dra. Márcia Maria de Oliveira Teixeira e outros. ACÓRDÃO EMBARGADO: TRT RO Nº 4895/2002. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: I - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. Merecem veemente repúdio e sanção os embargos de declaração interpostos com fito nitidamente protelatório, à luz do artigo 538, parágrafo único, do CPC, e.c. o artigo 769, consolidado. II - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INCABÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. O incidente de uniformização de jurisprudência não pode ser suscitado tardiamente em sede de embargos declaratórios, cabendo à parte interessada fazê-lo antes de iniciar o julgamento do recurso principal. Aplicação do art. 476, parágrafo único, do Código de Processo Civil. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉZIA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, A UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO; NO MÉRITO, EM REJEITÁ-LOS POR ABSOLUTA FALTA DE AMPARO LEGAL, SEM DIVERGÊNCIA, EM APLICAR A EMBARGANTE A MULTA DE 1% (HUM POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, A REVERTER A FAVOR DA PARTE PREJUDICADA, POR APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS MERAMENTE PROTETÓRIOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./ED/RO 4579/2002. EMBARGANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO. Dr. Francisco Ferreira Alencar Júnior. EMBARGADO: DEUSETE CHAVES DE ANDRADE. Dr. Antônio Eder John de Sousa Coelho e outros. ACÓRDÃO EMBARGADO: TRT RO Nº 4579/2002. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ESCLARECIMENTOS PARA A FASE DE LIQUIDACAO. Todos os esclarecimentos necessários respeito da parcela "despesas com retorno" já foram dadas no v. acórdão embargado, pelo que rejeitam-se os embargos que pretendem apenas obter esclarecimentos para a fase de liquidação de sentença. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉZIA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, A UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E REJEITÁ-LOS, POR INEXISTIREM AS OMISSÕES E CONTRADIÇÕES APONTADAS, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./ED/RO 4404/2002. EMBARGANTE: DAVID DA SILVA GONÇALVES. Dra. Mary Lucia do Carmo Xavier Cohen. EMBARGADA: AUTO VIAÇÃO MONTE CRISTO LTDA. Dr. Reynaldo Vasconcelos Moreira de Castro Júnior e outros. ACÓRDÃO EMBARGADO: TRT RO Nº 4604/2002. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Não havendo qualquer omissão a sanar no v. acórdão embargado, devem ser inteiramente rejeitados os presentes embargos. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉZIA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, A UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E REJEITÁ-LOS, POR INEXISTIREM AS OMISSÕES E CONTRADIÇÕES APONTADAS, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./ED/RO 4480/2002. EMBARGANTE: TEXACO DO BRASIL S/A - PRODUTOS DE PETRÓLEO. Dr. Hermes Afonso Tupinambá Neto e outros. EMBARGADOS: ODEILDO GARCIA DE OLIVEIRA. MARCO ANTONIO ALMEIDA TAVARES. Dr. Nelson Rubens Roffe Borges e outros. ACÓRDÃO EMBARGADO: TRT RO Nº 4480/2002. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. Não havendo qualquer omissão a sanar no v. acórdão embargado, são inteiramente rejeitados os embargos apresentados pela executada. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉZIA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, A UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E EM REJEITÁ-LOS, POR INEXISTIREM AS OMISSÕES APONTADAS, CONSIDERANDO PREQUESTIONADOS - E NÃO VIOLADOS - OS DISPOSITIVOS LEGAIS MENCIONADOS NO ARRAZADO RECURSAL, CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./RO 5985/2002. RECORRENTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A. Dr. Alfredo Augusto Casanova Nelson Ribeiro e outros. RECORRIDA: LUCIENE ELEN DA SILVA AZEVEDO. Dr. Renato Mendes Carneiro Teixeira e outros. RELATORA: Juíza Pastora Leal. CERTIDÃO DE

JULGAMENTO: CERTIFICO QUE OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO DECIDIRAM, UNANIMEMENTE: (1) CONHECER DO RECURSO DA RECLAMADA E DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE, PORQUE OBEDECIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE; (2) REJEITAR A QUESTÃO PREJUDICIAL DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO, CONFIRMANDO A SENTENÇA QUE NÃO RECONHECEU A CONDIÇÃO DE ESTAGIÁRIA DA RECLAMANTE, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS; (3) NO MÉRITO, REJEITAR A ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, PORQUE SE TRATA DE INOVAÇÃO NO DEBATE EM SEDE RECURSAL, O QUE NÃO PODE SER ADMITIDO; MAS AINDA QUE SE ADMITISSE TAL INOVAÇÃO, NÃO TERIA RAZÃO A RECLAMADA, POIS O DOCUMENTO DE FL. 11 PREVÊ O TÉRMINO DO CONTRATO EM 15.06.2001 E O MESMO SE ENCERROU EM 30.12.2002, CONCLUINDO-SE QUE O CONTRATO FOI PRORROGADO SEM DETERMINAÇÃO DE PRAZO; E, MESMO QUE NÃO TENHA SIDO RECONHECIDO UM VERDADEIRO CONTRATO DE ESTÁGIO, O DOCUMENTO EM TELA SERVIRIA PARA DEMONSTRAR QUE O CONTRATO PASSOU A VIGORAR POR TEMPO INDETERMINADO; AINDA NO MÉRITO, CONFIRMAR A SENTENÇA QUANTO ÀS HORAS EXTRAS, CESTA BÁSICA, VALE-TRANSPORTE E MULTA DO ART. 477 DA CLT, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, FICANDO MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS. A REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO OPINOU PELO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, POR NÃO HAVER INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./RO 5862/2002. RECORRENTE: CONSÓRCIO NOVO GUAMÁ. Dr. Israelides Holanda de Castro. RECORRIDO: PAULO CEZAR DE ARAÚJO PEREIRA. Dr. Hilton da Silva Pontes. PROLATORA: Juíza Pastora Leal. CERTIDÃO DE JULGAMENTO: CERTIFICO QUE OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO DECIDIRAM, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO DA RECLAMADA; POR MAIORIA, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO JUIZ RELATOR JOSÉ MARIA VANDINO DE ALENCAR, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA CONFIRMAR A SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS. A REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO MANIFESTOU-SE, ORALMENTE, PELO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, POR NÃO HAVER INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./RO 5906/2002. RECORRENTE: MARINALDO RODRIGUES DA SILVA. Dr. Rosane Patrícia Pires da Paz e outros. RECORRIDO: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. Dr. Raimundo Jorge Santos de Matos e outros. RELATORA: Juíza Pastora Leal. CERTIDÃO DE JULGAMENTO: CERTIFICO QUE OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO DECIDIRAM, UNANIMEMENTE: (1) CONHECER DO RECURSO; (2) DAR-LHE PROVIMENTO PARA REFORMAR A DECISÃO RECORRIDA PELOS SEGUINTE FUNDAMENTOS: A) A QUITAÇÃO TOTAL DECORRENTE DE ADESAO A PROGRAMA DE DEMISSÕES VOLUNTÁRIAS - RECONHECIDA NA SENTENÇA - NÃO PODE PREVALECER, UMA VEZ QUE NO VERSO DO TRCT DE FL. 135 (JUNTADO PELA PRÓPRIA EMPRESA), CONSTA A SEGUINTE RESSALVA: "ACORDAM AS PARTES QUE A HOMOLOGAÇÃO AQUI REALIZADA QUITA AS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR TÃO SOMENTE QUANTO AOS VALORES DESIGNADOS, DESTITUIDA PORTANTO DE EFICÁCIA PARA QUITAÇÃO DAS PARCELAS AOS MESMOS RELACIONADAS, OU OUTROS DIREITOS DECORRENTES DO PACTO LABORAL"; B) PORTANTO, INDEPENDENTEMENTE DOS TERMOS DO PROGRAMA DE DEMISSÕES, HOUVE RESSALVA EXPRESSA QUANTO A OUTROS DIREITOS DECORRENTES DO PACTO LABORAL, ONDE SE INCLUI A DIFERENÇA DE 40% DO FGTS; C) A DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO DE 40% DO FGTS É DEVIDA, PORQUE HÁ FARTA PROVA DOCUMENTAL NOS AUTOS DE QUE O AUTOR OBTVEU O RECONHECIMENTO, NA JUSTIÇA FEDERAL, DAS DIFERENÇAS DE FGTS EM RAZÃO DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEIS AOS DEPÓSITOS FEITOS PELA RECLAMADA; D) NÃO HÁ QUE SE ATRIBUIR TAL RESPONSABILIDADE DE PAGAMENTO AO GOVERNO FEDERAL, PORQUANTO ESTE É RESPONSÁVEL APENAS PELA DIFERENÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, PERMANECENDO COM O EMPREGADOR A RESPONSABILIDADE DE PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DE 40%; E) EM FACE DO EXPOSTO, FOI DEFERIDA AO RECLAMANTE A DIFERENÇA EQUIVALENTE A 40% DOS VALORES DEVIDOS (E NÃO 50% COMO POSTULADO NA INICIAL), CORRESPONDENDO AO MONTANTE DE R\$ 336.64 (BASE MARÇO/2002), CALCULADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE R\$ 13.341,60 (CONFORME DOCUMENTO DE FL. 203 PRODUZIDO PELO AUTOR E JUNTADO PELA RECLAMADA); F) SOBRE A IMPORTÂNCIA DE R\$ 336,64 (BASE MARÇO/2002) DEVERÃO SER CALCULADOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, NÃO HAVENDO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS, POR SE TRATAR DE DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO DE 40% SOBRE O FGTS; (3) FIXAR CUSTAS, PELA RECLAMADA, NO VALOR DE R\$ 116,73, CALCULADAS SOBRE R\$ 336,64. A REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO OPINOU PELO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, POR NÃO HAVER INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./RO 5967/2002. RECORRENTES: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Dr. Samuel Teixeira da Silva e outros. EDNALDO OLIVEIRA REIS. Dr. Alexandre Ripardo Pausa e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juíza Pastora Leal. CERTIDÃO DE JULGAMENTO: CERTIFICO QUE OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO DECIDIRAM, UNANIMEMENTE: (1) CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA E DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, PORQUE OBEDECIDOS OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE; (2) NÃO CONHECER DOS DOCUMENTOS DE FLS. 303/332, JUNTADOS PELA RECLAMADA, PORQUE ANTERIORES À SENTENÇA, NÃO SE TRATANDO DE NENHUMA DAS HIPÓTESES DO ENUNCIADO N. 8 DO TST; (3) CONHECER DOS DOCUMENTOS DE FLS. 333/339, JUNTADOS PELA RECLAMADA, PORQUE SE TRATAM DE

DOCUMENTOS NOVOS, OU SEJA, POSTERIORES À SENTENÇA; (4) REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO, SUSCITADA PELA RECLAMADA - QUE ALEGOU IMPOSSIBILIDADE DE INGRESSO DE SEU DEPENDENTE NO TRIBUNAL EM 22.04.2002, DATA DA AUDIÊNCIA INAUGURAL -, PELOS SEGUINTE FUNDAMENTOS: OS FATOS NARRADOS NO RECURSO (PROBLEMAS RELACIONADOS À EXISTÊNCIA DE PORTA DE SEGURANÇA), NÃO CAUSARAM QUALQUER PREJUÍZO PROCESSUAL À RECLAMADA, POIS ESTA CONTESTOU ORALMENTE A AÇÃO, POR MEIO DE SEU PREPOSTO, REGULARMENTE HABILITADO, SEM QUALQUER PROTESTO OU PEDIDO DE NULIDADE DO PROCESSO NESTA OCASIÃO; ALÉM DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PROCESSUAL, NÃO HOUVE PEDIDO DE NULIDADE NA PRIMEIRA VEZ QUE A RECLAMADA FALOU NOS AUTOS, PORQUANTO LIMITOU-SE A CONTESTAR E, APÓS O ENCERRAMENTO DA AUDIÊNCIA, SEU ADVOGADO REQUEREU NÃO FOSSE APLICADA QUALQUER PENALIDADE À EMPRESA (FL. 229), NO QUE FOI ATENDIDO, PORQUE A RECLAMADA NÃO FOI CONSIDERADA REVEL E CONFESSA QUANTO À MATÉRIA DE FATO; A AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO ESCRITA NÃO PODE SER CONSIDERADA CAUSA DE NULIDADE DO PROCESSO, HAJA VISTA QUE O PREJUIZO NÃO ENTREGAR A DEFESA ESCRITA AO PREPOSTO QUE ESTEVE PRESENTE NA AUDIÊNCIA; ASSIM SENDO, ALÉM DA PRECLUSÃO LÓGICO-TEMPORAL DE SUSCITAR VÍCIO DESSA NATUREZA, NÃO HÁ RAZÕES DE FATO E DE DIREITO PARA RECONHECER TÃO GRAVE DEFEITO NA TRAMITAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO; (5) NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA PARA CONFIRMAR A SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS QUANTO À INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, BEM COMO PARA REJEITAR O PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA QUANTO AOS "PRIVILÉGIOS DA RECLAMADA", UMA VEZ QUE SE TRATA DE INOVAÇÃO NO DEBATE, POIS A MATÉRIA SEQUEU FOI ABORDADA EM CONTESTAÇÃO E NA SENTENÇA; (6) DAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE PARA, REFORMANDO EM PARTE A SENTENÇA, DETERMINAR SUA REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO, PELOS SEGUINTE FUNDAMENTOS: MUITO EMBORA O AUTOR NÃO SEJA DETENTOR DA ESTABILIDADE PREVISTA NO ART. 41 DA CF/88, A RECLAMADA É EMPRESA PÚBLICA FEDERAL E, COMO TAL, DEVE MOTIVAR SEUS ATOS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALMENTE EM SE TRATANDO DE EMPREGADO CONCURSADO; A ALEGAÇÃO DE FALTA GRAVENAÇÃO COMPROVADA EM JUÍZO TEM COMO CONSEQUÊNCIA A ANULAÇÃO DO ATO DE DISPENSA E, POR ISSO, AS PARTES DEVEM RETORNAR AO STATUS QUO ANTE, SOB PENA DE VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, RAZOABILIDADE E MORALIDADE QUE NORTEIAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INCLUSIVE A INDIRETA; DESTARTE, O RECLAMANTE DEVE SER REINTEGRADO AO EMPREGO, COM TODOS OS SALÁRIOS E VANTAGENS DO PERÍODO DE AFASTAMENTO, FICANDO SEM EFEITO A DETERMINAÇÃO DE PAGAMENTO DE AVISO PRÉVIO, FÉRIAS PROPORCIONAIS, 13º SALÁRIO PROPORCIONAL E FGTS COM 40%, PARA EVITAR ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, FICANDO MANTIDA A SENTENÇA EM TODOS OS SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS. A REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO OPINOU PELO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, POR NÃO HAVER INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./RO 5466/2002. RECORRENTE: LÓTUS ADMINISTRAÇÃO LTDA. Dr. Dalton Emmanuel Leal Rodrigues e outros. RECORRIDO: PAULO SÉRGIO MIRANDA DE SOUZA. Dr. Sofia Miranda Mufarrej. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: PROCESSUAL DO TRABALHO, JUSTA CAUSA, ATO DE INDISCIPLINA, EMBRIAGUEZ EM SERVIÇO, ÔNUS DA PROVA, FATO GERADOR NÃO COMPROVADO. Não tendo se desincumbido a reclamada do ônus da prova do fato impeditivo do direito do reclamante, qual seja, a prática de ato de indisciplina e embriaguez em serviço, deve ser mantida a d. decisão que afastou a despedida por justa causa e acolheu as parcelas decorrentes da dispensa imotivada. Não se deve olvidar que essa modalidade de desligamento, como pena máxima imposta ao empregado, deve ser cabalmente comprovada, sob pena de se referendar uma punição injusta, com reflexos danosos em seu futuro profissional e social. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO; SEM DIVERGÊNCIA, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A D. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./RO 5508/2002. RECORRENTE: ITAPUAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. Dr. Leslie Fernandes Fernandes Franchetti. RECORRIDO: ANTÔNIO VICENTE DA SILVA. Dr. Ruy Barbosa Chaves. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: I - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. Restando incontroverso o vínculo de emprego e a ausência de pagamento de verbas decorrentes da demissão imotivada, confirma-se a sentença que deferiu todas as parcelas relacionadas à rescisão contratual. II - HORAS EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO. O reclamante comprovou o labor noturno e extraordinário em parte do período contratual, razão pela qual impõe-se o pagamento correspondente a tais situações excepcionais. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E EM REJEITAR A PRELIMINAR DE INTEMPERATIVIDADE SUSCITADA EM CONTRA-RAZÕES; NO MÉRITO, POR MAIORIA - VENCIDA A EXCELENTÍSSIMA JUÍZA RELATORA, QUE DECIDIA PELA AUTORIZAÇÃO DO DESCONTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE RESPONSABILIDADE DO EMPREGADO - EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO, PARA REFORMANDO A R. SENTENÇA RECORRIDA, EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A OBRIGAÇÃO DE COMPROVAR O RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA, DETERMINANDO-SE AO JUÍZO RECORRIDO QUE PROMOVA A EXECUÇÃO PELO TOTAL DA CONDENAÇÃO, NELA INCLUIDAS AS IMPOSIÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - INCLUSIVE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - FICANDO A CARGO DA SECRETARIA DO JUÍZO FAZER AS APROPRIAÇÕES ADEQUADAS; SEM

DIVERGÊNCIA, EM MANTER A R. DECISÃO RECORRIDA EM SEUS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./RO 5401/2002. RECORRENTE: WANDERSON DERIMMEL MALCHIER. Dr. Maria do Perpétuo Socorro Leão Lopes e outros. RECORRIDO: JARBAS BORGES MORAES REGO (GOLD ESPORTE ACADEMIA). Dr. Ida Soares Gazel e outra. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Inexistente prova qualificada a comprovar liame contratural subordinado, confirma-se a sentença que não reconheceu a existência de vínculo de emprego, uma vez ausentes os pressupostos inseridos no art. 3º da CLT. Notadamente, o reclamante confessou que dividia com o dono do estabelecimento a renda dos sucos de fruta vendidos no local e que os alunos que frequentavam a academia aos sábados e domingos pagavam-lhe pelo uso do equipamento sem interferência direta do reclamado, o que mostra a existência de modalidade de trabalho diversa daquela noticiada na peça de ingresso. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO APELO; NO MÉRITO, POR MAIORIA - VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO JUIZ REVISOR, QUE DECIDIA PELO RECONHECIMENTO DO LIAME EMPREGATÍCIO -, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A D. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./RO 5694/2002. RECORRENTE: JOSÉ ANTONIO DA SILVA MELO. Dr. Erlene Gonçalves Lima No. RECORRIDO: JARCEL CULULOSES/A. Dr. Juracy Barata Jucá Neto e outros. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: EQUIPARAÇÃO SALARIAL. IDENTIDADE DE FUNÇÕES. NÃO COMPROVAÇÃO. Patentes as diferenças entre as funções do reclamante e do paradigma, não prospera o pedido de equiparação salarial, o qual se baseou em supedâneo lático de mera semelhança de atribuições entre as atividades de ambos. Aplicação do Art. 461 da CLT. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E, NO MÉRITO, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, INCLUSIVE QUANTO ÀS CUSTAS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

ACÓRDÃO TRT/3ª T./REX OFF 5724/2002. REMETENTE: MM. VARA DO TRABALHO DE SANTA IZABEL DO PARÁ. RECLAMANTE: MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA TEIXEIRA. RECLAMADO: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. José Otávio Ferreira França e outros. RELATORA: Juíza Pastora Leal. EMENTA: REMESSA DE OFÍCIO. CONDENAÇÃO INFERIOR A 60 (SESENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. NÃO CONHECIMENTO. A teor da nova redação dada ao art. 475 do Código de Processo Civil, não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença condenatória de valor não excedente a 60 salários mínimos, que equivale atualmente a doze mil reais. Neste caso, a condenação do Município foi inferior a esse montante, razão pela qual não havia necessidade de remessa dos autos ao Tribunal. Recurso ex officio não conhecido. DECISÃO: ACORDAM OS JUÍZES DA TERCEIRA TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM NÃO CONHECER DO RECURSO EX OFFICIO, PORQUE DISPENSADO O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO EM CONDENAÇÕES INFERIORES A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS, TUDO CONFORME OS FUNDAMENTOS.

FÁBIO SIMÃO LUIZ OLIVEIRA
Secretário da Egrégia Terceira Turma

TERCEIRA TURMA - Telefone: 210-1023
e-mail: turma3@trt8.gov.br/

PROCESSO TRT AI/AP 3757/2002. AGRAVANTES: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. CAPAF. Dr. Maria da Graça Meira Abnader. E BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA. Dr. Cristiano Coutinho de Mesquita. AGRAVADOS: OS MESMOS E LEONARDO DA VINCI MARTINS DE MORAES REGO. Dr. Paula Frassinetti Coutinho da Silva Matos. DESPACHO: 1. Defiro o pedido de extração de carta de sentença. 2. Intime-se o agravante Banco da Amazônia S.A. - BASA, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado, para custear a carta de sentença, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do agravo de instrumento (Instrução Normativa TST nº 16/99, II, parágrafo único, c), remetendo-se-lhe o inteiro teor deste despacho via correio eletrônico, se disponível o endereço. 3. Caso não atenda o agravante esta determinação, lavrar circunstanciada informação do ocorrido, para apreciação pelo Ministro Relator a quem for distribuído o agravo de instrumento. Belém, 10 de dezembro de 2002. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR. Juiz Togado, Presidente da Egrégia Terceira Turma. PROCESSO TRT RR/RO 3955/2002. RECORRENTES: BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA. Dr. Cristiano Coutinho de Mesquita e outros. CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - CAPAF. Dr. Maria da Graça Meira Abnader e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS e JOSÉ RAIOL TAVARES. Dr. Daniel Konstantinidis e outros. DESPACHO: 1. Defiro o pedido de extração de carta de sentença. 2. Intime-se o reclamante-recorrido, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado, para custear a carta de sentença, no prazo de 5 (cinco) dias, remetendo-se-lhe o inteiro teor deste despacho via correio eletrônico, se disponível o endereço. Belém, 10 de dezembro de 2002. JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR. Juiz Togado, Presidente da Egrégia Terceira Turma.

Fábio Simão Luiz Oliveira
Secretário da Egrégia Terceira Turma

CONTINUA NO CADERNO 2



Ano CXI da IOE
113ª da República
Nº 29.843

DIÁRIO OFICIAL

0553

Belém, sexta-feira,
13 de dezembro de 2002

Caderno

2

CADERNO DO JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO

SECRETARIA DA TERCEIRA TURMA

GABINETE DO JUIZ JOSÉ DE ALENCAR
alencar.gab@trt8.gov.br - (91) 224-7583

DECISÃO MONOCRÁTICA
PROCESSO TRT/3ª T./AP 5469/2002. AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S.A. Doutor Maria Lúcia Sousa Pereira e outros. AGRAVADO: ADEMIR RAIMUNDO DA PAZ MARINHO. Doutor Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros. **DECISÃO:** Ante todo o exposto e em conclusão, nega-se seguimento ao agravo de petição, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, porque (1) o ato impugnado não é atacável pela via do agravo de petição e ainda porque (2) não foram delimitados, justificadamente, os valores impugnados, em flagrante violação ao disposto no artigo 897, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo, por isso, manifestamente inadmissível, determinando a intimação do agravante e a notificação do agravado desta decisão, por publicação no Diário Oficial do Estado, remetendo-se-lhes a íntegra via correio eletrônico, se disponíveis os endereços, tudo conforme os fundamentos. Belém, 10 de dezembro de 2002.

JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR
Juiz Relator

RELAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 080/2002 - 2ª TURMA JULGADOS EM 04.12.2002

RITO ORDINÁRIO

1. ACÓRDÃO TRT RO 03895/2002. RECORRENTE: MILTON DA SILVA CAMARGO. Dr. Ronaldo Giusti Abreu e outros. RECORRIDA: ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. Dr. Júlio César Bonfim e outra. PROLATOR: Juiz Marcus Maia. EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO. ALTERAÇÃO ILEGAL. COMISSÕES. DIFERENÇAS. Comprovada a alteração ilegal do contrato de trabalho do reclamante no que pertine ao percentual de comissão, fato constatado nos autos inclusive por confissão da preposta da reclamada, faz jus o autor às diferenças de comissões pleiteadas. **DECISÃO:** ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO; NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMº JUIZ RELATOR, DAR-LHE PROVIMENTO PARA, REFORMANDO EM PARTE A R. SENTENÇA RECORRIDA, INCLUIR NA CONDENAÇÃO AS DIFERENÇAS DE COMISSÕES COM REFLEXOS EM FÉRIAS 1/3, 13º SALÁRIO, FGTS 40% E AVISO PRÉVIO, BEM COMO AS DIFERENÇAS DE REPOUSO REMUNERADO SOBRE AS COMISSÕES E A MULTA DE 40% DO FGTS PELA DISPENSA SEM JUSTA CAUSA, AMPLIANDO A CONDENAÇÃO RELATIVA À MULTA DO ART. 477, § 8º DA CLT, EM RAZÃO DA REMUNERAÇÃO RECONHECIDA; AINDA POR MAIORIA DE VOTOS, FIXAR EM R\$40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS) O VALOR DA CONDENAÇÃO, ASSEGURADOS OS JUROS DE MORA E CORREÇÃO, VENCIDO EM PARTE O EXMº JUIZ RELATOR, QUE FIXAVA VALORES MENORES; SEM DIVERGÊNCIA, MANTER A R. DECISÃO EM SEUS DEMAIS TERMOS. CUSTAS PELA RECLAMADA NO VALOR DE R\$800,00 (OITOCENTOS REAIS), SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. DEFERIDA JUSTIFICATIVA DE VOTO DIVERGENTE AO EXMº JUIZ RELATOR. PROLATORÁ O ACÓRDÃO O EXMº JUIZ REVISOR.

2. ACÓRDÃO TRT RO 04722/2002. RECORRENTE: PEDRO RAIMUNDO REINALDO DE FARIAS. Dr. Claudemiro Santos Júnior e outros. RECORRIDA: UNIÃO. Procurador: Dr. Sebastião Correia Lima. PROLATOR: Juiz Marcus Maia. EMENTA: FGTS. PRESCRIÇÃO. O prazo prescricional somente começa a fluir a partir da lesão do direito, sendo que no caso do FGTS a possível lesão ao trabalhador ocorre no momento da rescisão do contrato. Dessa maneira, tem o trabalhador o prazo de 2 (dois) anos para ajuizar ação trabalhista, a partir da ruptura do pacto laboral, para postular o FGTS dos últimos 30 anos, nos termos do art. 23, §5º, da Lei 8.036/90. Incide, no caso, o disposto no art. 7º, XXIX da CF/88 e Enunciado 362, do Colendo TST. **DECISÃO:** ACORDAM OS JUÍZES DA EGRÉGIA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO

NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O EXMº JUIZ RELATOR, NEGAR-LHE PROVIMENTO PARA CONFIRMAR A R. DECISÃO RECORRIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS. TUDO DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS COMO NO PRIMEIRO GRAU. PROLATORÁ O ACÓRDÃO O EXMº JUIZ REVISOR.

Belém, 12 de dezembro de 2002

LÚCIA DE ANDRADE GONÇALVES LOPES
Secretária da 2ª Turma

PAUTA DE JULGAMENTO DA 2ª TURMA DO E. TRT DA 8ª REGIÃO

DO DIA 18.12.2002, QUARTA-FEIRA
COM INÍCIO A PARTIR DAS 09:00 HORAS.

RITO SUMARÍSSIMO

1. PROCESSO TRT RO 05974/2002 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: ROSANA PEREIRA. Drª. Márcia Nogueira Bentes e outros. RECORRIDOS: MARIA DO SOCORRO VASCONCELOS PONTES E EDUARDO HENRIQUE VASCONCELOS PONTES. RELATOR: Juiz Marcus Maia. ORIGEM: 3ª Vara do Trabalho de Belém.

2. PROCESSO TRT RO 05975/2002 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S/A. Dr. Cleomenes Teles Sirotheau Corrêa. RECORRIDO: JOSUÉ MOREIRA DE ALMEIDA. Dr. Orlando Maciel Rodrigues. RELATOR: Juiz Marcus Maia. ORIGEM: 3ª Vara do Trabalho de Belém.

3. PROCESSO TRT RO 05977/2002 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: JOSUÉ JORGE DOS SANTOS BARATA. Drª. Wallace Maria de Araújo Corrêa e outros. RECORRIDA: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA. Dr. João Aparecido de Souza e outros. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. ORIGEM: 2ª Vara do Trabalho de Belém.

4. PROCESSO TRT RO 05986/2002 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: RAIMUNDO SARAIVA DE JESUS. Dr. Leogênio Gonçalves Gomes. RECORRIDA: Y. YAMADA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Dr. José Figueiredo de Sousa. RELATOR: Juiz Marcus Maia. ORIGEM: 6ª Vara do Trabalho de Belém.

RITO ORDINÁRIO

5. PROCESSO TRT AP 04871/2002. AGRAVANTE: ODORICO RIBEIRO LOPES. Drª. Niltes Neves Ribeiro e outro. AGRAVADA: DELTA PUBLICIDADE S/A. Drª. Maria Celina Menezes Vieira e outros. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Marcus Maia. ORIGEM: 5ª Vara do Trabalho de Belém.

6. PROCESSO TRT AP 05101/2002. AGRAVANTE: ESTADO DO PARÁ - FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ (FBESP). Procurador: Dr. Victor André Teixeira Lima. AGRAVADA: TEREZINHA DE SOUZA FERNANDES. Drª. Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos e outros. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Marcus Maia. ORIGEM: 1ª Vara do Trabalho de Belém.

7. PROCESSO TRT RO 05185/2002. RECORRENTE: EDIVALDO DA GAMA FERREIRA JÚNIOR. Drª. Ana Raimunda Ferreira Araújo. RECORRIDO: TEMPLO SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. Dr. Jorge Cláudio Mena Wanderley e outros. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. REVISOR: Juiz Marcus Maia. ORIGEM: 9ª Vara do Trabalho de Belém.

8. PROCESSO TRT AI 05308/2002. AGRAVANTE: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO BOM JESUS LTDA. Dr. Antônio Sarmiento Guedes. AGRAVADO: EDIVALDO PIRES VERÍSSIMO. Dr. Simão Isaac Benzeery. RELATOR: Juiz Vicente Fonseca. ORIGEM: 6ª Vara do Trabalho de Belém.

Belém, 12 de dezembro de 2002

LÚCIA DE ANDRADE GONÇALVES LOPES
Secretária da 2ª Turma

SECRETARIA DA 2ª TURMA

EDITAL TRT 8ª T - Nº 035/2002. Pelo presente edital intimam-se os recorridos da interposição de AGRAVOS DE INSTRUMENTO nos autos dos processos abaixo, para que ofereçam, no prazo legal, contraminuta aos Agravos e aos Recursos de Revista e, os interessados, para que requeiram - no prazo de oito dias - a extração de carta de sentença, esclarecendo-se que os agravos foram processados de acordo com a Instrução Normativa nº 16 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, publicada no Diário Oficial da Justiça em 03.09.1999, com a redação dada pela Resolução TST Nº 102/2000 (DJ 10.11.2000).

AGRAVOS PROCESSADOS NOS AUTOS PRINCIPAIS: TRT-8ª-2ª-T-AI/AP 03499/2002. AGRAVANTE: MARIA DAS GRAÇAS BORRALHO DA SILVA E EDMILSON GOMES DA SILVA. Drª. Antônia de Fátima da Cruz Melo e outro. AGRAVADA: MÁRCIA EMÍLIA COSTA DAS NEVES. TRT-8ª-2ª-T-AI/RO 03514/2002. AGRAVANTE: LIDER - SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. Drª. Maria Rosângela da Silva Coelho de Souza e outros. AGRAVADO: RUBENS DO SOCORRO BARBOSA SOARES. Dr. Antônio Cândido Barra Montuoro de Brito e outros. TRT-8ª-2ª-T-AI/RO 03719/2002. AGRAVANTES: MILKSON DA SILVA LIMA. Drª. Ana Maria Cunha de Mello e outros. DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA. Dr. Alberto Indequi e outra. AGRAVADOS: OS MESMOS. TRT-8ª-2ª-T-AI/AP 03729/2002. AGRAVANTE: BELCONAV S/A. Drª. Ana Cristina Ferro Martins e outro. AGRAVADO: GENIVAL BATISTA MORAES. TRT-8ª-2ª-T-AI/AP 03828/2002. AGRAVANTE: GRAFICENTRO - GRÁFICA E EDITORA LTDA. Drª. Verena Maués Fidalgo Barros e outros. AGRAVADOS: MARCO ANTÔNIO ABREU TRINDADE. Drª. Andréa Carla da Silva Marques e outra. A PROVÍNCIA DO PARÁ LTDA. TRT-8ª-2ª-T-AI/AP 03924/2002. AGRAVANTE: ALBA REIS DE ABREU. Dr. Agnello Maroja de Souza e outros. AGRAVADA: MARIA PEREIRA SANTOS. Drª. Claudeci Meireles de Araújo. TRT-8ª-2ª-T-AI/AP 04050/2002. AGRAVANTE: BELCONAV S/A. Drª. Ana Cristina Ferro Martins e outro. AGRAVADO: NEUCINEY RODRIGUES FERREIRA. TRT-8ª-2ª-T-AI/AP 04669/2002. AGRAVANTE: JOSÉ GOMES DE ARAÚJO. Dr. Ademir Donizete Fernandes e outro. AGRAVADO: BERTILLON VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. Drª. Márcia Norat Guilhon e outros. TRT-8ª-2ª-T-AI/RO 04714/2002. AGRAVANTE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB/PA. Drª. Ligia dos Santos Neves e outros. AGRAVADO: GEORGE JEFFERSON SILVA DE SOUZA. Drª. Márcia Maria de Oliveira Teixeira e outros.

AGRAVOS PROCESSADOS EM AUTOS APARTADOS: TRT-8ª-2ª-T-AI 6201/2002 (RO 2550/2002). AGRAVANTE: MARIA DO SOCORRO FARIAS FREITAS. Drª. Erika Moreira Bechara e outros. AGRAVADA: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD. Dr. Alfredo Travassos da Rosa Braga e outros. TRT-8ª-2ª-T-AI 6203/2002 (RO 2550/2002). AGRAVANTE: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD. Dr. Alfredo Travassos da Rosa Braga e outros. AGRAVADA: MARIA DO SOCORRO FARIAS FREITAS. Drª. Erika Moreira Bechara e outros. TRT-8ª-2ª-T-AI 6206/2002 (RO 01295/2002). AGRAVANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS. Dr. José Rubens Barreiros de Leão e outros. AGRAVADO: PAULO ALBERTO CAMPOS SERRA. Dr. Miguel Gonçalves Serra e outro.

Belém, 12 de dezembro de 2002.

LÚCIA DE ANDRADE GONÇALVES LOPES
Secretária da 2ª Turma

TRT DA OITAVA REGIÃO/SEGUNDA TURMA

GABINETE DO JUIZ MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA
PROCESSO TRT/2ª T./ED/RO 5325/2002. EMBARGANTE: EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA. Dr. Paulo Roberto Arévalo Barros Filho e outros. EMBARGADOS: FRANCISCO JORGE MAGALHÃES FARIAS. Dra. Maria Lúcia da Silva Pimentel; TELE REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Dr. Arnaldo Furtado de Mendonça Neto; TELEMAR NORTE LESTE S/A. Dr. Alfredo Augusto Casanova Nelson Ribeiro e outros. **DESPACHO:** Aos embargados para, querendo, oferecerem contra-razões aos embargos de declaração no prazo legal. Em, 11/12/02. a) MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA. Juiz Togado/Relator.

PROCESSO TRT/2ª T./MCI 5704/2002. REQUERENTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A. Dr. Alfredo Augusto Casanova Nelson Ribeiro e outros. REQUERIDO: ALDAIR VICENTE DA SILVA. **DESPACHO:** I - Homologo a desistência da presente ação, considerando a manifestação da requerente, no sentido de que não tem interesse no prosseguimento do feito. II - Nos termos do art. 809 do CPC, determino que os presentes autos sejam apensados aos do processo principal, porém, antes notifique-se o requerido para que compareça a esta Justiça a fim de receber o documento de fls. 54 (formulário DSS-8030), em cumprimento à tutela antecipada concedida no processo principal e tendo em vista que, conforme consulta prévia ao sistema APT/Intercom deste Regional, referido processo encontra-se atualmente em grau de Recurso Ordinário, aguardando distribuição na Secretaria do Tribunal Pleno e Especializada, o que só poderá ser feito em Janeiro/2003, face o período de recesso regimental. III - Dê-se ciência à requerente. Belém, 12/12/2002. a) MARCUS AUGUSTO LOSADA MAIA. Juiz Togado/Relator.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

GABINETE DO JUIZ LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2002 - PRAZO DE CINCO DIAS - Pelo presente Edital, fica notificado o embargado PAULO SERGIO LOPES DA SILVA, no Processo nº TRT/1ª T. ED/RO 5429/2002, para que tome CIÊNCIA DO **DESPACHO** que tem o seguinte teor: "1. T. M. COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO

E REPRESENTAÇÃO LTDA., embarga de declaração com pedido de efeito modificativo, com base nos arts. 535, do CPC, alegando que a decisão ora embargada, equivocadamente, no item 2 da fundamentação (DO CONHECIMENTO) em vez de conhecer do recurso da reclamada, conheceu de recurso supostamente interposto pela reclamante, só que tal figura não existe no presente feito. Apontou, ainda, que o acórdão embargado contém omissões no que se refere ao tópico da parcela Comissões, e que o r. decisório não se pronunciou sobre os argumentos do Recurso Ordinário interposto que trata do valor da referida parcela. Afirma, também, a embargante, que não consta da parte conclusiva do acórdão qualquer referência sobre a parcela acima referida. 2. Considerando a hipótese do Enunciado 278, do C. TST: "Embargos de Declaração. Omissão no Julgado - A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios pode ocasionar efeito modificativo no julgado" (Res. 11/1988 DJ 01-03-1988), determino a notificação do embargado para, querendo, apresentar manifestação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias. Belém-Pa, 12 de dezembro de 2002. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO. Juiz Convocado Relator". Feito no Gabinete do Doutor Luis José de Jesus Ribeiro, Juiz Convocado Relator, do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dois.

LUIS EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS
Assistente de Juiz

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2002 - PRAZO DE CINCO DIAS - Pelo presente Edital, fica notificado o embargado EQUATORIAL TRANSPORTES DA AMAZÔNIA LTDA, no Processo n.º TRT/1ª T. ED/RO 4911/2002, para que tome CIÊNCIA DO DESPACHO que tem o seguintes teor: "1. ADILSON FERREIRA SANTOS embarga de declaração com pedido de efeito modificativo, alegando divergência jurisprudencial e violação literal de lei no que diz respeito à estabilidade acidentária. Prequestiona a matéria para que a E. Turma expresse tese específica acerca do alcance dos arts. 20, 93, parágrafo 1º, e 118, da Lei 8.213/91. 2. Considerando a hipótese do Enunciado 278, do C. TST: "Embargos de Declaração. Omissão no Julgado - A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios pode ocasionar efeito modificativo no julgado" (Res. 11/1988 DJ 01-03-1988), determino a notificação do embargado para, querendo, apresentar manifestação aos embargos de declaração de fls. 228/231, através de edital de notificação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias. Belém-Pa, 12 de dezembro de 2002. LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO. Juiz Convocado Relator". Feito no Gabinete do Doutor Luis José de Jesus Ribeiro, Juiz Convocado Relator, do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dois.

LUIS EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS
Assistente de Juiz

PAUTA DE JULGAMENTO DA 1ª TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL, REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DO DIA 17.12.2002, TERÇA-FEIRA
COM INÍCIO A PARTIR DAS 8:30 HORAS.

RITO SUMARÍSSIMO

01. PROCESSO TRT RO 6140/2002. RECORRENTE: L.F. MORAES - ME. Dr. Antônio Olívio Rodrigues Serrano. RECORRIDA: DANIELA MORAES VIEIRA. Dr.ª Vilma Aparecida de Souza Chavaglia e outra. RELATOR: Juíza Lygia Simão Luiz Oliveira. ORIGEM: Vara do Trabalho de Abaetetuba.
02. PROCESSO TRT RO 5958/2002. RECORRENTE: ALALISE BRITO AMARAL DO AMARANTE. Dr. Edilberto de Souza Matos e outros. RECORRIDO: MUNDIAL EXPORTADORA COMERCIAL LTDA. Dr. Antonio Sales Guimarães Cardoso. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. ORIGEM: MM. Vara do Trabalho de Óbidos.
03. PROCESSO TRT RO 5642/2002. RECORRENTE: JUVENAL DE JESUS AGUIAR BARROS. Dr. Ademir Donizeti Fernandes e outros. RECORRIDO: CENÁRIOS ENGENHARIA LTDA. Dr. Hermes Afonso Tupinambá Neto e outro. RELATOR: Juiz Luis José de Jesus Ribeiro. ORIGEM: Vara do Trabalho de Parauapebas.
04. PROCESSO TRT RO 5648/2002. RECORRENTE: EVALDO DE CASTRO PEREIRA. Dr. Ademir Donizeti Fernandes e outros. RECORRIDO: CENÁRIOS ENGENHARIA LTDA. Dr. Hermes Afonso Tupinambá Neto. RELATOR: Juiz Luis José de Jesus Ribeiro. ORIGEM: Vara do Trabalho de Parauapebas.
05. PROCESSO TRT RO 5981/2002. RECORRENTE: RAIMUNDO EDIVALDO RAMOS DE MIRANDA. Dra. Suzana Christina Dias da Silva e outros. RECORRIDA: J.M.S. SERVICE LTDA. Dr. Alberto Indequi e outros. RELATORA: Juíza Suzy Elizabeth Cavalcante Koury. ORIGEM: 10ª Vara do Trabalho de Belém.
06. PROCESSO TRT RO 6145/2002. RECORRENTE: POSTO PARAENSE LTDA. Dra. Erika Moreira Bechara. RECORRIDO: ALEXANDRE SANTOS FERNANDES. Dr. Oscar Maria de Alencar Fernandes. RELATOR: Juiz Luis José de Jesus Ribeiro. ORIGEM: 9ª Vara do Trabalho de Belém. IMPEDIDA: Juíza Suzy Koury.
07. PROCESSO TRT RO 6049/2002. RECORRENTE: FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS. Dr. Ademir Donizeti Fernandes e outros. RECORRIDO: MIP ENGENHARIA S/A. Dr. Arnaldo Severino de Oliveira e outros. RELATORA: Juíza Suzy Elizabeth Cavalcante Koury. ORIGEM: Vara do Trabalho de Parauapebas.
08. PROCESSO TRT RO 5984/2002. RECORRENTES: KAIRON EDSON PEREIRA DE MELO. Dr. Renato Mendes Carneiro Teixeira e TELEMAR NORTE LESTE S/A. Dr. Alfredo Augusto Casanova N. Ribeiro e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Luis José de Jesus Ribeiro.

ORIGEM: 5ª Vara do Trabalho de Belém.

09. PROCESSO TRT RO 5987/2002. RECORRENTE: T.M. COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA. Dr. Gilson Oliveira Pacioli de Souza. RECORRIDO: IVAN DA SILVA ARAÚJO. Dr. Antonio Rodrigues Ferreira Filho. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. ORIGEM: 5ª Vara do Trabalho de Belém.
10. PROCESSO TRT RO 6139/2002. RECORRENTE: EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA. Dr. José Célio Santos Lima e outros. RECORRIDOS: ANTONIO SALUSTRIANO DA SILVA. Dr.ª Isilda Martins Campião e ABB LTDA. RELATOR: Juiz Luis José de Jesus Ribeiro. ORIGEM: Vara do Trabalho de Abaetetuba.
11. PROCESSO TRT RO 6138/2002. RECORRENTE: EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA. Dr. José Célio Santos Lima e outros. RECORRIDOS: WANDERLEY DE SOUZA GOMES. Dra. Isilda Martins Campião e ABB LTDA. Dr.ª Maria Goretti Pereira Torres e outros. RELATOR: Juíza Lygia Simão Luiz Oliveira. ORIGEM: Vara do Trabalho de Abaetetuba.
12. PROCESSO TRT RO 6111/2002. RECORRENTE: ANTONIO VALTERLI DE SOUZA SILVA. Dr. Augusto de Jesus dos Santos Reis e outros. RECORRIDO: M. H. PANTOJA GUERREIRO - ME. Dr. Fernando C. do Vale Corrêa Júnior. RELATORA: Juíza Suzy Elizabeth Cavalcante Koury. ORIGEM: 6ª Vara do Trabalho de Belém.
13. PROCESSO TRT RO 6019/2002. RECORRENTE: CICOPAL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. Dr. Jaime José dos Santos e outros. RECORRIDO: MARCOSALEM LUCENA DA SILVA. Dr. Marcos Luiz Alves de Melo e Outros. RELATOR: Juiz Luis José de Jesus Ribeiro. ORIGEM: 2ª Vara do Trabalho de Marabá.
14. PROCESSO TRT RO 5959/2002. RECORRENTE: RICHARDSON TAVARES DA SILVA. Dra. Olga Bayma da Costa e outros. RECORRIDO: LÍDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. Dra. Sandra Maria Pena Corrêa e outros. RELATORA: Juíza Suzy Elizabeth Cavalcante Koury. ORIGEM: 12ª Vara do Trabalho de Belém.
15. PROCESSO TRT RO 6142/2002. RECORRENTE: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA - CNA. Dr.ª Erika Moreira Bechara e Outros. RECORRIDO: RUDEMBERGER DE JESUS NOGUEIRA. Dr. Raimundo Rubens Fagundes Lopes e outros. RELATOR: Juiz Luis José de Jesus Ribeiro. ORIGEM: 1ª Vara do Trabalho de Belém. IMPEDIDA: Juíza Suzy Koury.

RITO ORDINÁRIO

16. PROCESSO TRT AP 4863/2002. AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE BAIÃO - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Tales Miranda Corrêa. AGRAVADA: BERNARDETE PINTO DA SILVA BARROSO DA IGREJA. Dr. Rubens José Lima e outros. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: Vara do Trabalho de Tucuruí. IMPEDIDA: Juíza Maria Joaquina Rebelo.
17. PROCESSO TRT REXOFF e RO 4969/2002. RECORRENTE: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO AMAPÁ - DETUR. Dr.ª Rose Mary Penafort de Lima. RECORRIDOS: MARIA NÚBIA PEREIRA DE LIMA e OUTROS, Dr.ª Kennia Abraão Monassa de Almeida; C.S. MORAIS - EPP (SERGEL) e ANTÔNIO CÉLIO CARREIRA DE OLIVEIRA. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 2ª Vara do Trabalho de Macapá.
18. PROCESSO TRT RO 4678/2002. RECORRENTES: BANCO BRADESCO S/A. Dr.ª Ocilda Maria Pereira Nunes e outros e EDNA DE ARAÚJO CHAVES. Dr. Edson Lima Frazão e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 1ª Vara do Trabalho de Marabá.
19. PROCESSO TRT AP 4607/2002. AGRAVANTES: MIÉCIO JORGE DIAS e OUTRA. Dr. Ronald Corecha Bastos e outros. AGRAVADO: MAURO JOSÉ DIAS DO NASCIMENTO. Dr. Rosomiro Arrais e outros. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 2ª Vara do Trabalho de Belém.
20. PROCESSO TRT AP 4999/2002. AGRAVANTE: ANTONIO FERNANDO AMORIM CALANDRINE DE AZEVEDO. Dr. Francisco Edson Lopes da Rocha Júnior e outros. AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Proc. Dr. Rossimar Carvalho dos Reis. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 1ª Vara do Trabalho de Belém.
21. PROCESSO TRT RO 4866/2002. RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE. Dr. José Isaias de Albuquerque Cabral e outros. RECORRIDOS: RONALDO SEBASTIAO PALHUIZ. Dr. Raimundo Luis Mousinho Moda. e ENGEPLAN - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA. Dr. Mário Sérgio Pinto Tostes e outros. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: Vara do Trabalho de Tucuruí.
22. PROCESSO TRT AP 4828/2002. AGRAVANTE: UNIÃO. Dr. João José Aguiar Carvalho. AGRAVADA: ROSÂNGELA CORRÊA DE ALBUQUERQUE. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 8ª Vara do Trabalho de Belém.
23. PROCESSO TRT RO 4830/2002. RECORRENTES: EDGAR RODRIGUES LOBATO. Dr. Meire Costa Vasconcelos e Outros e CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S/A - CELPA. Dr. Dennis de Almeida Alves. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 2ª Vara do Trabalho de Belém.
24. PROCESSO TRT RO 4890/2002. RECORRENTES: PROSERV PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. Dra. Eliana Alcantarino Menescal e HUMBERTO HENRIQUE DE MORAES TITAN. Dra. Alessandra de Cássia

Fonseca Tourinho e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 11ª Vara do Trabalho de Belém. IMPEDIDO: Juiz Luis José Ribeiro.

25. PROCESSO TRT RO 4780/2002. RECORRENTES: CARLOS BENEDITO CORREIA DE FREITAS. Dr.ª Ana Maria Cunha de Mello e outros e DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA. Dr. Alberto Indequi e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 6ª Vara do Trabalho de Belém.
26. PROCESSO TRT RO 4918/2002. RECORRENTES: ASPEB - ASSESSORIA DE SEGUROS PESSOAIS DO BRASIL LTDA e OUTRA. Dr. Paulo Maurício dos Santos Macêdo. RECORRIDOS: OS MESMOS e HALIM JOÃO SALIM MICHEL JÚNIOR. Dr. Mauro Mendes da Silva e outra. RELATOR: Juiz Francisco Sérgio Rocha. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 9ª Vara do Trabalho de Belém.
27. PROCESSO TRT RO 5524/2002. RECORRENTES: TELEMAR NORTE LESTE S/A. Dr. Alfredo Augusto Casanova N. Ribeiro e outros e JOSÉ GUILHERME LACERDA DE QUEIROZ. Dr. Augusto César Costa Ferreira. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 3ª Vara do Trabalho de Belém.
28. PROCESSO TRT RO 5214/2002. RECORRENTE: FAMA - CONSULTORIA, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. Dra. Evaldo Pinto e outros. RECORRIDA: ANA CLÁUDIA CORRÊA DE PAULA. Dr. Ary Lima Cavalcanti e outros. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 6ª Vara do Trabalho de Belém.
29. PROCESSO TRT AI 5779/2002. AGRAVANTE: ADÃO DOS SANTOS LEITE e OUTRA. Dr. Francisco Antônio dos Santos Moya e outros. AGRAVADOS: ROSINETE SILVA ANTUNES e OUTROS. Dr. Raimundo Nivaldo Santos Duarte e outros. RELATORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 10ª Vara do Trabalho de Belém.
30. PROCESSO TRT RO 4924/2002. RECORRENTES: MARIA HELENA ALMEIDA DA COSTA. Dr. Carlos Renato Montes de Almeida e SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI - AP. Dr. Walber Luiz de Souza Dias e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATOR: Juiz Luis José Ribeiro. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 1ª Vara do Trabalho de Macapá.
31. PROCESSO TRT RO 5309/2002. RECORRENTE: LIMA ARAÚJO AGROPECUÁRIA LTDA. Dr. Fernando Carlos Araújo de Paiva e outros. RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Dr. Helder Luis de Sousa Machado. RELATOR: Juiz Luis José Ribeiro. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 2ª Vara do Trabalho de Marabá.
32. PROCESSO TRT RO 5259/2002. RECORRENTE: RAIMUNDO MIGUEL OLIVEIRA ROSA. Dra. Níltes Neves Ribeiro e outros. RECORRIDA: AUTOVIÁRIA BRAGANTINA LTDA. Dr. Haroldo Carlos do Nascimento Cabral e outros. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 3ª Vara do Trabalho de Belém.
33. PROCESSO TRT RO 5261/2002. RECORRENTE: LEONTINA QUINTINO FREIRE. Dr. Jorge Rodrigues Gonçalves. RECORRIDA: ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR LTDA. Dra. Isabel Cristina Silva Ribeiro e outros. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 4ª Vara do Trabalho de Belém.
34. PROCESSO TRT RO 4791/2002. RECORRENTE: ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA ALMEIDA. Dr.ª Erlene Gonçalves Lima No. RECORRIDA: JAI CEL CELULOSES/A. Dr. Juracy Barata Jucé Neto e outros. RELATOR: Juiz Luis José Ribeiro. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: Vara do Trabalho de Laranjal do Jari.
35. PROCESSO TRT AP 4927/2002. AGRAVANTE: CLAUDINOS/A - LOJAS DE DEPARTAMENTO. Dr. Guarim Teodoro Filho. AGRAVADO: JOMAS MACIEL DA MATA. Dr.ª Cássia de Fátima Santana M. Pantoja. RELATOR: Juiz Luis José Ribeiro. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: Vara do Trabalho de Altamira.
36. PROCESSO TRT RO 5094/2002. RECORRENTE: MARIA DE JESUS PEREIRA. Dr. Orlando da Silva Soares e outros. RECORRIDO: NEIDE MESQUITA FRAGA. Dr.ª Marlise de Oliveira Larnjeira e outros. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 4ª Vara do Trabalho de Belém.
37. PROCESSO TRT RO 5273/2002. RECORRENTE: ARGEMIRO NOGUEIRA LUCENA. Dr.ª Maria do Socorro Gomes do Nascimento. RECORRIDA: G.W.E. TRANSPORTES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Dr. Raimundo Kulkamp. RELATOR: Juiz Luis José Ribeiro. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: Vara do Trabalho de Ananindeua.
38. PROCESSO TRT RO 5213/2002. RECORRENTE: EDNALDO ARAÚJO DOS SANTOS. Dr. José Wilson Malheiros da Fonseca e outros. RECORRIDO: HUNTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA e J. M. S. SERVICE LTDA. Dr. Alberto Indequi e outros. RELATOR: Juiz Luis José Ribeiro. REVISORA: Juíza Suzy Koury. ORIGEM: 6ª Vara do Trabalho de Belém.
39. PROCESSO TRT RO 5338/2002. RECORRENTE: FRANCISCO DE ASSIS BARROS DE ALBUQUERQUE. Dr. Vivaldo Machado de Almeida e outros. RECORRIDO: MERCADO MARAJOARA - GENTE BOA - OSMARINO DE AZEVEDO BARBOSA. Dr. João Assunção dos Santos e outros. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: Vara do Trabalho de Breves.

40. PROCESSO TRT RO 5040/2002. RECORRENTE: ANA LÚCIA DE SOUZA SILVA. Dr. Wellington Marques da Fonseca e outros. RECORRIDO: BANCO ITAÚ S/A. Dr. Paulo Brito Chermont e outros. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 6ª Vara do Trabalho de Belém.
41. PROCESSO TRT AP 5498/2002. AGRAVANTE: GRAFICENTRO GRÁFICA E EDITORA LTDA. Dra. Verena Maués Fidalgo Barros e outros. AGRAVADOS: JORGE BENEDITO MONTEIRO DE PINA. Dr. Bruno Mota Vasconcelos e A PROVÍNCIA DO PARÁ LTDA. RELATORA: Juíza Suzy Koury. REVISORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. ORIGEM: 1ª Vara do Trabalho de Belém.
42. PROCESSO TRT AP 5004/2002. AGRAVANTE: JANDIRA NOGUEIRA DE SOUZA. Dra. Maria Celina Menezes Vieira. AGRAVADO: ESTADO DO PARÁ. Proc. Dra. Carla Nazaré Jorge Melém Souza. RELATORA: Juíza Suzy Koury. REVISORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. ORIGEM: 1ª Vara do Trabalho de Belém.
43. PROCESSO TRT REXOFF e RO 5435/2002. RECORRENTE: JOSÉ TAVARES GOUVEA. Dr. Mário Roberto Raiol Fagundes e outros. RECORRIDO: MUNICÍPIO DE PONTAS DE PEDRAS - PREFEITURA MUNICIPAL. Dr. Cláudio Ronaldo Barros Bordalo. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: Vara do Trabalho de Abaetetuba.
44. PROCESSO TRT RO 3260/2002. RECORRENTE: FRANCISCO CARLOS ESILVA. Dr. Bruno Mota Vasconcelos e outros. RECORRIDA: EQUATORIAL TRANSPORTES DA AMAZÔNIA LTDA. Dr. Raimundo Kulkamp e outros. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 4ª Vara do Trabalho de Belém.
45. PROCESSO TRT RO 4956/2002. RECORRENTES: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A. Dr. Paulo Brito Chermont e outros e JOSÉ CLÁUDIO PIMENTEL. Dra. Silvia Marina Ribeiro de M. Mourão e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juíza Suzy Koury. REVISORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. ORIGEM: 13ª Vara do Trabalho de Belém.
46. PROCESSO TRT AP 5118/2002. AGRAVANTES: FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e OUTROS. Dra. Elíciana Aguiar de Carvalho. AGRAVADO: WALTER JOSÉ TEIXEIRA. Dr. Luiz Roberto Duarte de Melo e outros. RELATORA: Juíza Suzy Koury. REVISORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. ORIGEM: 14ª Vara do Trabalho de Belém.
47. PROCESSO TRT RO 4987/2002. RECORRENTES: ODILENE SILVA COSTA. Dra. Marcia Maria de Oliveira Teixeira e outros e MAURO DE AMORIM ACAUASSU NUNES. Dra. Erika Moreira Bechara e outros. RECORRIDOS: OS MESMOS. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 2ª Vara do Trabalho de Belém. IMPEDIDA: Juíza Suzy Koury.
48. PROCESSO TRT RO 5030/2002. RECORRENTE: CEMEX - COMERCIAL MADEIRAS EXPORTAÇÃO S/A. Dr. José Ricardo Geller e outros. RECORRIDOS: MANOEL SILVA COSTA. Dr. Yguaraci Macambira Santana Lima; GERALDO MARIANELLI & CIA. LTDA e JONATAS BEMBE - PRESERV. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: Vara do Trabalho de Santarém.
49. PROCESSO TRT RO 5093/2002. RECORRENTE: ESPÓLIO DE LIEGE CELINA MIRANDA COSTA. Dra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Pereira e outros. RECORRIDOS: IRENI FELIX DA COSTA. Dra. Mary Machado Scalécio e outros; RUI MONTEIRO COSTA. Dra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Pereira e outros; JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA SOARES; JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA SANTANA; LUIZ ANTONIO CRISTO DE OLIVEIRA; GERSON MARQUES FERREIRA e FÁTIMA JACIRA DE OLIVEIRA SOARES. RELATORA: Juíza Suzy Koury. REVISORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. ORIGEM: 4ª Vara do Trabalho de Belém.
50. PROCESSO TRT RO 5345/2002. RECORRENTE: DIANA CLÁUDIA SÁ COSTA. Dr. José Figueira Ferreira e outros. RECORRIDO: FAÇANHA, FILHOS E CIA. LTDA. Dr. Adler Calderaro Sirotheau e outros. RELATORA: Juíza Suzy Koury. REVISORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. ORIGEM: Vara do Trabalho de Santarém.
51. PROCESSO TRT RO 4943/2002. RECORRENTE: MANOEL LOPES GAIA. Dr. Jader Nilson da Luz Dias e outros. RECORRIDO: FRANCISCO ROSENA RODRIGUES. Dr. Rubens Nascimento Mota. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 12ª Vara do Trabalho de Belém.
52. PROCESSO TRT AP 5348/2002. AGRAVANTE: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA - SAGRI. Proc. Dr. Ibraim José das Mercês Rocha. AGRAVADOS: ANA MARIA DOS REIS PEREIRA JOSAPHAT e OUTROS. Dr. Yguaraci Macambira Santana Lima e outros. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: Vara do Trabalho de Santarém.
53. PROCESSO TRT AP 5304/2002. AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Dr. Aloísio Linhares Cruz e outros. AGRAVADO: JOSÉ EDNILSON SAMPAIO VIEIRA. Dra. Janilce Aragão da Rocha e outros. RELATORA: Juíza Suzy Koury. REVISORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. ORIGEM: 1ª Vara do Trabalho de Macapá.
54. PROCESSO TRT AP 4137/2002. AGRAVANTE: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN. Proc. Antonio Sabóia de Melo Neto. AGRAVADOS: OTÁVIO PALMEIRA GREIDINGER e

OUTROS. Drª Maria da Glória da Silva Maroja e outros. RELATORA: Juíza Maria Joaquina Rebelo. REVISOR: Juiz Luis José Ribeiro. ORIGEM: 1ª Vara do Trabalho de Belém. IMPEDIDA: Juíza Suzy Koury.

Belém, 12 de dezembro de 2002.
TARCILA GUEDES TOURINHO
Secretária da E. 1ª Turma

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO

SERVIÇO PROCESSUAL

EDITAL SP Nº 80/02 - Pelo presente edital, ficam os agravantes notificados do pedido de extração de CARTA DE SENTENÇA nos autos dos Processos abaixo relacionados, para custearem a despesa da Carta de Sentença, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento dos Agravos de Instrumento que foram processados de acordo com a Instrução Normativa Nº 16/99, II, parágrafo único, alínea c, do C. TST: TRT AP/AI 4029/2002. Agravante: BERTILLON VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA (Dra. Márcia Norat Guilhon); e Agravado(s): REGINA CÉLIA DA CUNHA PADILHA (Dr. Bruno Mota Vasconcelos); TRT RO/AI 3723/2002. Agravante: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO (Dr. Israel Barbosa); e Agravado(s): ALCIMILDES DE HOLANDA RODRIGUES (Dra. Emília de Fátima da Silva Farinha) e BR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA; TRT AP/AI 4077/2002. Agravante: GENGIS FREIRE DE SOUZA. (Dra. Verena Maués Fidalgo Barros) e Agravado(s): WENDY GOMES PEREIRA (Dra. Rosilene Soares Ferreira); TRT RO/AI 3436/2002. Agravante: OYAMOTA DO BRASIL S/A (Dra. Wanessa Kellyn C. L. A. Rodrigues) e Agravado(s): FERNANDO ANTÔNIO CARNEIRO DA SILVA (Dra. Selma Lúcia Lopes Leão); TRT RO/AI 3764/2002. Agravante: TELEMAR NORTE LESTE S/A (Dr. Alfredo Augusto Casanova Nelson Ribeiro) e Agravado(s): ALUISIO ROCHA DA SILVA (Dr. Edilson Araújo dos Santos); TRT AP/AI 3222/2002. Agravante: I.C.S. OLIVEIRA AUTO PEÇAS-ME E RETIFICA DE MOTORES CIDADE NOVA LTDA (Dr. José Maria Castro Castilho) e Agravado(s): WILSON EUTROPIO DE SOUZA (Dra. Selma Lúcia Lopes Leão); TRT RO/AI 1991/2002. Agravante: BANCO BRADESCO S/A (Dra. Milane Rodrigues Mendonça) e Agravado(s): SOLON COUTO RODRIGUES FILHO (Dr. Hermes Afonso Tupinambá Neto); TRT RO/AI 4529/2002. Agravante: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CAPAF (Dra. Maria da Graça Meira Abnader) e BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA (Dra. Danielle de Jesus Oliveira dos Santos) e Agravado(s): AUGUSTO BARREIRA PEREIRA (Dr. Waldemar Nova da Costa filho). Belém, 12 de dezembro de 2002. SÔNIA MARIA CARDOSO CABRAL - Supervisora do Serviço Processual.

9ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

RESENHA NO 009_ 2009/2002

PROCESSO NO: 009_ 712/2002_ 5

Reclamante: GISELE DO SOCORRO LOPES MACHADO

Advogado(a): RITA CONCEICAO LOPES DE MATOS

Reclamado: CENTRO DE ESTUDOS INFANTIS CASA DA CRIANÇA

Advogado(a): DARLYN KELRYN FERREIRA MIRALHA

Assunto:

AO RECLAMADA PARA CIENCIA DA SENTENÇA CUJA CONCLUSÃO

E A SEQUINTE: "...

JULGO PROCEDENTES, EM PARTE, OS PEDIDOS DEDUZIDOS POR

GISELE DO SOCORRO LOPES MACHADO CONTRA CENTRO DE

ESTUDOS INFANTIS CASA DA CRIANÇA, PARA CONDENAR A

RECLAMADA A PAGAR A RECLAMANTE O QUE FOR PURADO EM

LIQUIDACAO A TITULO DE: FGTS COM 40%; AVISO PREVIO;

GRATIFICACOES NATALINAS DE 2000 (10/12) E 2001 (2/12); FERIAS

PROPRICIONAIS (8/12) MAIS UM TERCO; GRATIFICACAO HORA-

ATIVIDADE; SALDO DE SALARIO DE CINCO DIAS DE SETEMBRO DE

2000; INDENIZACAO DO PERIODO DE ESTABILIDADE; DIFERENCAS

SALARIAIS; ABONO; MULTA DO ARTIGO 477, PARAGRAFO 8º, DA CLT;

MULTA CONVENCIONAL; HONORARIOS ADVOCATICIOS DE 15%

SOBRE O VALOR DA CAUSA, QUE REVERTERAO AO SINDICATO

PROFISSIONAL ASSEGURADOS JUROS E CORRECAO MONETARIA,

NA FORMA DA LEI PROCEDE, AINDA, A ANOTACAO DA GTPS, COM

OS DADOS DA FUNDAMENTACAO, FAZENDO A SECRETARIA DO

JUIZO AS COMUNICACOES DE PRAXE A DRTE AO INSS. CONCEDO

OS BENEFICIOS DA JUSTICA GRATUITA A RECLAMANTE. DESCABEM

A COMPENSACAO E OS BENEFICIOS DA JUSTICA GRATUITA

ARECLAMADA. APLICO A PENA POR LITIGANCIA DE MA FE A

SUPPLICADA, NO IMPORTE DE 1% SOBRE O VALOR DA CAUSA. A

DEMANDADA DEVERA COMPROVAR O RECOLHIMENTO DAS

CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS INCIDENTES SOBRE AS

DIFERENCAS DE SALARIO, O SALARIO RETIDO, AS GRATIFICACOES

NATALINAS, O ABONO E A GRATIFICACAO HORA-ATIVIDADE, SOB

PENA DE EXECUCAO. QUANTO AO IMPOSTO DE RENDA, DEVERA

PROCEDER NA FORMA DA SUMULA 01, DO EGREGIO TRT DA 8ª

REGIAO. OFICIE-SE AO MINISTERIO PUBLICO, PARA QUE ADOTE AS

PROVIDENCIAS DE DIREITO, CONSIDERANDO QUE FOI

CONSTATADA A FALSIFICACAO DA ASSINATURA DA RECLAMANTE

NO DOCUMENTO DE FL. 86. TUDO NOS TERMOS DA

FUNDAMENTACAO, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO

DISPOSITIVO. CUSTAS, PELA RECLAMADA, EM R\$ 200,00 (DUZENTOS

REAIS), CALCULADAS SOBRE R\$ 10.000,00 (CINCO MIL REAIS), VALOR

QUE SE ARBITRA PARA OS FINS DE DIREITO...."

RESENHA NO 009_ 2024/2002

PROCESSO NO: 009_ 962/2002_ 6

Exequente: FRANCISCO CARLOS CALIXTO

Advogado(a): SAMUEL BORGES CRUZ

Executado: EMPRESA DE TRANSPORTES ESPERANCA LTDA

Advogado(a): MARCELO MARINHO MEIRA MATTOS

Assunto:

As partes para ciencia de que foi designado o dia 30/01/2003, as 11:45 horas para

realizacao da Praca para venda do(s) bem(ns) penhorado(s) nos presentes autos,

devendo o(a) exequente manifestar o seu interessena adjudicacao u o(a)

executado(a), na remicao da divida.

RESENHA NO 009_ 2042/2002

PROCESSO NO: 009_ 178/1996_ 6

Exequente: MARIA DAS DORES DINIZ BARROSO

Advogado(a): JOSE ACREANO BRASIL

Executado: CAIXA DE PREV. ASS. FUNC. BANCO ESTADO PARA

Advogado(a): HIPOLITO DA LUZ DE BARROS GARCIA

Assunto:

AO EXECUTADO, PARA CIENCIA DE QUE HA CREDITOS

DESTINADOS A CAIXA DEPREVIDENCIA PRIVADA, RETIDOS DO

CREDITO DO EXEQUENTE, PARA OS ULTERIORES DE DIREITO.

RESENHA NO 009_ 2045/2002

PROCESSO NO: 009_ 190/2000_ 9

Reclamante: JOSE ROBERTO PASTANA FURTADO

Advogado(a): FRANCISCO SOARES NAPOLEAO

Reclamado: EDITORA GLOBO S A

Advogado(a): CARLOS VIEIRA COTRIM

Assunto:

A RECLAMADA, POR SEU PATRONO, PARA TOMAR CIENCIA DO

SEGUINTE DESPACHO:

" DAR CIENCIA A EXECUTADA QUE O DEPOSITO RECURSAL

FOI LIBERADO AO EXEQUENTE AS FLS. 158".

RESENHA NO 009_ 2046/2002

PROCESSO NO: 009_ 2133/2001_ 3

Exequente: REGINA SUELI BECKMAN MONTEIRO

Advogado(a): MARY FRANCIS PINHEIRO DE OLIVEIRA

Executado: SEMPER SAUDE ASSISTENCIA MEDICA S C LTDA

Advogado(a): ANDREA COSTA PEREIRA

Assunto:

A EXEQUENTE, POR SUA PATRONA, PARA SE MANIFESTAR ACERCA

DA CERTIDAO DE FLS. 89, DOS AUTOS SUPRA.

RESENHA NO 009_ 2048/2002

PROCESSO NO: 009_ 876/2000_ X

Exequente: CLEMILTON ROCHA DE ARAUJO

Advogado(a): LUIZIANO B DE PAULA CAVALLEIRO

Executado: SALINAS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Advogado(a): ARINOS NORONHA DO NASCIMENTO

Assunto:

AO EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA SE MANIFESTAR

ACERCA DA CERTIDAO DE FLS. 173, DOS AUTOS SUPRA.

RESENHA NO 009_ 2049/2002

PROCESSO NO: 009_ 1834/2002_ 2

Reclamante: LENA VANIA SOUTO DA SILVA

Advogado(a): MEIRE COSTA VASCONCELOS

Reclamado: MARTINS E ROSA LTDA

Advogado(a): NELSON RUBENS ROFFEE BORGES

Assunto:

AS PARTES PARA CIENCIA DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE

DECLARACAO, CUJA CONCLUSAO E A SEQUINTE: "...CONHEÇO

DOS EMBARGOS DE DECLARACAO INTERPOSTOS POR MARTINS E

ROSA LTDA, EM FACE DA R. SENTENÇA DE FLS. 107/113, PARA REJEITA-

LOS, POR SEREM INCABIVEIS NA ESPECIE..."

RESENHA NO 009_ 2051/2002

PROCESSO NO: 009_ 1550/1998_ 8

Exequente: JEREMIAS REIS DE BRITO

Advogado(a): SEBASTIAO SANTOS SILVA FILHO

Executado: ENGEQUIPA CONST TRANSPORTE E COMERCIO LTDA

Advogado(a):

Assunto:

AO EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA INFORMAR QUAL DOS

IMOVEIS INDICADOS NA FL. 199 DOS AUTOS PRETENDE VER

PENHORA, TENDO EM VISTA O VALOR DA DIVIDA.

RESENHA NO 009_ 2052/2002

PROCESSO NO: 009_ 1387/2002_ 3

Reclamante: ANTONIO GUILHERME SOUZA DA SILVA

Advogado(a): OLGA BAYMA DA COSTA

Reclamado: COMPAR - COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES

Advogado(a): MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA

Assunto:

AO RECLAMANTE, POR SUA PATRONA, PARA RECEBER GTPS

(CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL), NOS AUTOS

SUPRA.

RESENHA NO 009_ 2053/2002

PROCESSO NO: 009_ 1130/2002_ X

Exequente: ANDSON CARLOS RAMOS MARTINS

Advogado(a): PAULO FLAVIO MARCAL

Executado: EDMILSON PADILHA DO AMARAL

Advogado(a): RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE

Assunto:

AO EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA SE MANIFESTAR

ACERCA DA PETICAO DE FLS. 25, DOS AUTOS SUPRA.

RESENHA NO 009_ 2054/2002

PROCESSO NO: 009_ 1619/2002_ 9

Reclamante: ELIEZER PAULO DA SILVA
Advogado(a): CELIA MARIA ABREU PEREIRA ANICETO
Reclamado: GRP MAQUINAS EQUIPAMENTOS SERV PORT LTDA
Advogado(a): JOSE HUMBERTO LIMA

Assunto:
AS PARTES PARA CIENCIA DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CUJA CONCLUSÃO É A SEGUINTE: "...CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS POR GRP-MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PORTUÁRIOS LTDA, PARA DETERMINAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 833, DA CLT, A RETIFICAÇÃO DA R. SENTENÇA DE FLS. 92/104, FAZENDO CONSTAR QUE O DOCUMENTO EM QUE O SOCIO GERALDO DE MAGELA CANELAS CABRAL AFIRMOU QUE O EMBARGADO TRABALHAVA HAAPROXIMADAMENTE UM ANO E O DE FL. 17 DOS AUTOS..."
RESENHA NO 009_2055/2002

PROCESSO NO: 009_612/2001_5
Exequente: LUIZ CARLOS BERNARDINO TEIXEIRA
Advogado(a): SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA
Executado: COSFARMA PRODUTOS COSMETIC FARMAC BELEM LTDA
Advogado(a): MARIA DE LOURDES REBOUCAS SILVA

Assunto:
AO EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA SE MANIFESTAR ACERCA DOS DOCUMENTOS DE FLS. 437/502, DOS AUTOS SUPRA.
RESENHA NO 009_2057/2002

PROCESSO NO: 009_1368/2001_3
Exequente: JUCICLEUB BALIEIRO DE OLIVEIRA
Advogado(a): ELIEZER FRANCISCO DA SILVA CABRAL
Executado: M. FARIAS DE MELO - PANIFICADORA AMAZONIA LTDA
Advogado(a):

Assunto:
As partes para ciência de que foi designado o dia 30/01/2003, às 11:50 horas para realização da Praca para venda do(s) bem(ns) penhorado(s) nos presentes autos, devendo o(a) exequente manifestar o seu interesse na adjudicação e o(a) executado(a), na remissão da dívida.
RESENHA NO 009_2058/2002

PROCESSO NO: 009_2174/2001_6
Exequente: FRANCISCA EDNA LEAL FRAGOSO
Advogado(a): TITO EDUARDO VALENTE DO COUTO
Executado: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA SA
Advogado(a): JOAO APARECIDO DE SOUZA

Assunto:
A EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA CONESTAR EMBARGOS A EXECUÇÃO, NO PRAZO LEGAL QUERENDO.
RESENHA NO 009_2059/2002

PROCESSO NO: 009_2064/2001_X
Exequente: EDSON DE JESUS LOPES DA SILVA
Advogado(a): LUCIA HELENA SOUZA MERGULHAO
Executado: ALPHA SERVICOS ESPECIALIZADOS VIGILANCIA LTDA
Advogado(a): SUENON FERREIRA DE SOUZA

Assunto:
Executado: EBD - EMPRESA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado: ANA PAULA SILVA SOUSA

Assunto:
AS PARTES PARA CIENCIA DA SENTENÇA DE EMBARGOS A EXECUÇÃO CUJA CONCLUSÃO É A SEGUINTE: "...JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS A EXECUÇÃO OPOSTOS POR EBD - EMPRESA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO CONTRA EDSON DE JESUS LOPES DA SILVA, POR FALTA DE AMPARO LEGAL TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO..."
RESENHA NO 009_2060/2002

PROCESSO NO: 009_1715/2002_5
Reclamante: FERNANDO ANTONIO DE CASTRO GONCALVES
Advogado(a): RICARDO ALEXANDRE ALMEIDA ALVES
Reclamado: CONSTRUMETAL SILVA MONTAGIND CONST CIVIL LTDA
Advogado(a): MARIO ROBERTO RAIOL FAGUNDES

Assunto:
A RECLAMADA, POR SEU PATRONO, PARA CONTRAMINUTAR RECURSO ORDINARIO, NO PRAZO LEGAL, QUERENDO.
RESENHA NO 009_2061/2002

PROCESSO NO: 009_240/2002_1
Exequente: JOSE RENATO PEREIRA DE SOUZA
Advogado(a): PAULA FRASSINETTI MATTOS
Executado: POSTO VIRGEM DE NAZARE LTDA
Advogado(a):

Assunto:
AO EXEQUENTE, POR SUA PATRONA, PARA SE MANIFESTAR NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ACERCA DO OFÍCIO E DOCUMENTOS DE FLS. 71/83, DOS AUTOS.
RESENHA NO 009_2062/2002

PROCESSO NO: 009_433/2002_1
Exequente: JAIME IDENILSON SILVA COSTA
Advogado(a): CARMEN LUCIA BRAUN QUEIROZ
Executado: PARAENSE ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA
Advogado(a): ANNA FARIDE HAGE KARAM GIORDANO

Assunto:
AO EXEQUENTE, POR SUA PATRONA, PARA TOMAR CIENCIA DE QUE O PROCESSO ENCONTRA-SE INTEGRALMENTE QUITADO, INCLUSIVE QUANTO A OFGTS, APURADOS NOS CALCULOS DE FLS. 41/43.
RESENHA NO 009_2063/2002

PROCESSO NO: 009_655/1998_6

Exequente: MANOEL RAIMUNDO MERCES
Advogado(a): DAVID CRUZ ARAUJO
Executado: ESTADO DO PARA SETRAN
Advogado(a): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA

Assunto:
AO EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA PETIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE FLS. 304/305, DOS AUTOS SUPRA.

RESENHA NO 009_2064/2002
PROCESSO NO: 009_1165/2001_0
Exequente: ALDO RILDO CARVALHO SANTOS
Advogado(a): MARIA JOSE CABRAL CAVALLI
Executado: VARG CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
Advogado(a):

Assunto:
AO EXEQUENTE, POR SUA PATRONA, PARA INDICAR BENS A PENHORA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, SOB PENA DE SUSPENSÃO DO CURSO DA EXECUÇÃO.

RESENHA NO 009_2065/2002
PROCESSO NO: 009_712/2002_5
Reclamante: GISELE DO SOCORRO LOPES MACHADO
Advogado(a): RITA CONCEIÇÃO LOPES DE MATOS
Reclamado: CENTRO DE ESTUDOS INFANTIS CASA DA CRIANÇA
Advogado(a): DARLYN KELRYN FERREIRA MIRALHA

Assunto:
AS PARTES PARA CIENCIA DO SEGUINTE DESPACHO: "...NOS TERMOS DO ART. 833 DA CLT, RETIFICO A SENTENÇA DE FL. 173/185, PARA ONDE SE LE: "...CALCULADAS SOBRE R\$ 10.000,00 (CINCO MIL REAIS)...", LEIA-SE: "...CALCULADAS SOBRE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)..."
RESENHA NO 009_2067/2002

PROCESSO NO: 009_1897/2002_4
Reclamante: CARLOS ALBERTO COIMBRA DA COSTA
Advogado(a): MARIA DE FATIMA BRITO DE MELO
Reclamado: COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
Advogado(a): ORLANDO SERGIO PEREIRA MORAIS

Assunto:
TOMAR CIENCIA A RECLAMADA DO SEGUINTE DESPACHO: "NOS TERMOS DO ART. 833 DA CLT, RETIFICO-SE O TERMO DE AUDIENCIA DE FLS. 344/345, PARA FAZER CONSTAR COMO DATA DA PROXIMA AUDIENCIA A DE 16.01.03, AS 9:45.
RESENHA NO 009_2069/2002

PROCESSO NO: 009_1502/2002_X
Reclamante: AUGUSTO CESAR MELO DOS REIS
Advogado(a): HELENA CONCEIÇÃO DE SOUZA FRANGA
Reclamado: TERCEIRIZA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
Advogado(a): ANDRE LUIZ SALGADO PINTO

Assunto:
AS PARTES PARA CIENCIA DA SENTENÇA CUJA CONCLUSÃO É A SEGUINTE: "...DECIDO, NA RECLAMAÇÃO PROPOSTA POR AUGUSTO CESAR MELO DOS REIS CONTRA TNL PCS S/A E TERCEIRIZA, SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA: REJEITAR AS PRELIMINARES DE INEPCIA DA INICIAL, DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E DE INCORREÇÃO NO PROCEDIMENTO ADOTADO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO; II NO MÉRITO, JULGAR PROCEDENTES, EM PARTE, OS PEDIDOS, DETERMINANDO A RETIFICAÇÃO E A BAIXA NA CTPS DO RECLAMANTE, COM OS DADOS DA FUNDAMENTAÇÃO, FAZENDO A SECRETARIA DO JUÍZO AS COMUNICAÇÕES DE PRAXE A DRTE AO INSS. IMPROCEDENTES OS DEMAIS PEDIDOS, INCLUSIVE O DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ AO RECLAMANTE. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO DISPOSITIVO. CUSTAS, PELA RECLAMADAS, EM R\$ 20,00, CALCULADAS SOBRE R\$ 1.000,00..."
RESENHA NO 009_2070/2002

PROCESSO NO: 009_1912/2002_7
Reclamante: MADEIRAS ACARA S A
Advogado(a): ANA MARGARIDA SILVA L GODINHO
Reclamado: JOAO ALFREDO FERNANDES DE SOUZA
Advogado(a):

Assunto:
A EMBARGANTE PARA CIENCIA DA SENTENÇA CUJA CONCLUSÃO É A SEGUINTE: "...JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES OS EMBARGOS DE TERCEIRO PROPOSTOS POR MADEIRAS ACARA S/A CONTRA JOAO ALFREDO FERNANDES DE SOUZA, PARA DESCONSTITUIR A PENHORA INCIDENTE SOBRE OS BENS CONSTITUÍDOS NO PROCESSO 009-01231/2002-5, TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO DISPOSITIVO. CUSTAS, PELO EMBARGADO, EM R\$ 1.200,00, CALCULADAS SOBRE R\$ 60.000,00, VALOR DA AVALIAÇÃO, DAS QUAIS FICA ISENTA, NA FORMA DA LEI..."
RESENHA NO 009_2072/2002

PROCESSO NO: 009_53/1996_8
Reclamante: EDMILSON JOSE MATOS FIGUEIRA
Advogado(a): ALBERTO RUY DIAS DA SILVA
Reclamado: CLUBE DO REMO
Advogado(a): DANIEL KONSTADINIDIS

Assunto:
AO RECLAMADO, POR SEU PATRONO, PARA TOMAR CIENCIA DO SEGUINTE DESPACHO:

"REJEITO OS EMBARGOS A EXECUÇÃO, JÁ QUE INTIMPESTIVOS DAR CIENCIA".

RESENHA NO 009_2073/2002
PROCESSO NO: 009_1386/2002_1
Reclamante: WILSON LOPES CARDOSO
Advogado(a): LIGIA DOS SANTOS NEVES
Reclamado: SACRAMENTA SERVICOS ESPECIALIZ SEG VIG LTDA
Advogado(a): ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO

Assunto:
AO RECLAMANTE, POR SUA PATRONA, PARA TOMAR CIENCIA DO SEGUINTE DESPACHO:
"NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO, UMA VEZ QUE INTIMPESTIVO NOTIFICAR".
RESENHA NO 009_2074/2002

PROCESSO NO: 009_720/2001_8
Reclamante: CARMEM LUCIA DOS SANTOS
Advogado(a): DRAYTON SILVA DE PAIVA
Reclamado: ADEMPS ADMINISTRADORA DE EMPRESAS DE PESCA LTDA
Advogado(a):

Assunto:
A EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA INDICAR BENS A PENHORA, SOB PENA DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO POR 60 (SESENTA) DIAS, NOS TERMOS DO ART. 40 DA LEI 6.830/80.
RESENHA NO 009_2075/2002

PROCESSO NO: 009_2021/2001_3
Reclamante: NARCISO SOUZA RODRIGUES
Advogado(a): MAURO AUGUSTO RIOS BRITO
Reclamado: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA SA
Advogado(a): GILBERTO JULIO ROCHA SOARES VASCO

Assunto:
AO RECLAMANTE, POR SEU PATRONO, PARA INFORMAR ACERCA DO CUMPRIMENTO TOTAL DO ACORDO CELEBRADO NOS PRESENTES AUTOS SUPRA.
RESENHA NO 009_2076/2002

PROCESSO NO: 009_2057/2001_2
Exequente: LUIZ DE OLIVEIRA MARQUES
Advogado(a): SELMA LUCIA LOPES LEAO
Executado: SERTEMOL - SERVICOS TECNICOS E MONTAGENS LTDA
Advogado(a): LILLIAN GLEIDE ALFAIA MENDES

Assunto:
AO EXEQUENTE, POR SUA PATRONA, PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA PETIÇÃO DE FLS. 307/308, DOS AUTOS SUPRA.
RESENHA NO 009_2077/2002

PROCESSO NO: 009_656/2002_X
Reclamante: LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO CUNHA
Advogado(a): PAULO SERGIO HAGE HERMES
Reclamado: VASP SA
Advogado(a): SERGIO OLIVA REIS

Assunto:
AS PARTES PARA CIENCIA DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, CUJA CONCLUSÃO É A SEGUINTE: "...CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS POR VASP VIACAO AEREA SAO PAULO S/A EM FACE DA R. SENTENÇA DE FLS. 274/281, PARA REJEITA-LOS, POR SEREM INCABÍVEIS NA ESPÉCIE..."
RESENHA NO 009_2078/2002

PROCESSO NO: 009_1357/2000_2
Exequente: JOAO BRITO DE OLIVEIRA
Advogado(a): JERRY WILSON S DE SOUZA
Executado: HMG ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
Advogado(a): SUENON FERREIRA DE SOUZA

Assunto:
AO EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO OFÍCIO DE FLS. 121, DOS AUTOS SUPRA.
RESENHA NO 009_2080/2002

PROCESSO NO: 009_822/2000_9
Exequente: JONAS FERNANDES DE FREITAS
Advogado(a): ERLIENE GONCALVES LIMA NO
Executado: SCALFANI COMERCIAL LTDA
Advogado(a): SALATIEL JOSE BARBOSA

Assunto:
TOMAR CIENCIA DA EXISTÊNCIA DE GUIA DE RETIRADA JUNTO AO BANCO DO BRASIL S/A - PAB/TER-8a. REGIAO: Rsp/
RESENHA NO 009_2081/2002

PROCESSO NO: 009_1612/2002_6
Exequente: FRANCISCO DE ASSIS ALVES
Advogado(a): SAMUEL BORGES CRUZ
Executado: MARSUE MONTAGEM & CONSERVAÇÃO LTDA
Advogado(a): GERALDO FERNANDEZ VASQUES

Assunto:
AO EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA PETIÇÃO DE FLS. 31, DOS AUTOS SUPRA.
RESENHA NO 009_2082/2002

PROCESSO NO: 009_1918/2001_1
Exequente: ISMAEL SENA DA SILVA
Advogado(a): PAULO FLAVIO MARCAL
Executado: GOOP. DOS PROFISSIONAIS DA IND. PESQUEIRA DO
Advogado(a): CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO

Assunto:
AO EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA CERTIDÃO DE FLS. 79, DOS AUTOS SUPRA.

SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2002

CADERNO DO JUDICIÁRIO

RESENHA NO 009_2083/2002

PROCESSO No: 009_1913/2002_9

Reclamante: MADEIRAS ACARÁ S/A

Advogado(a): ANA MARGARIDA SILVA L. GODINHO

Reclamado: CESAR BARREIRA A SILVA

Advogado(a):

Assunto:

A EMBARGANTE PARA CIENCIA DA SENTENÇA, CUJA CONCLUSÃO É A SEGUINTE:

"...JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES OS EMBARGOS DE TERCEIRO PROPOSTOS POR MADEIRAS ACARÁ S/A CONTRA CESAR BARREIRA A SILVA, PARA DESCONSTITUIR A PENHORA INCIDENTE SOBRE O BEM CONSTRITO NO PROCESSO 009-00770/2002-8, TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO DISPOSITIVO, CUSTAS, PELO EMBARGADO, EM R\$ 300,00, CALCULADAS SOBRE R\$ 15.000,00, VALOR DA AVALIAÇÃO, DAS QUAIS FICA ISENTA, NA FORMA DA LEI."

RESENHA NO 009_2084/2002

PROCESSO No: 009_1897/2002_4

Reclamante: CARLOS ALBERTO COIMBRA DA COSTA

Advogado(a): MARIA DE FÁTIMA BRITO DE MELO

Reclamado: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BELEM LTDA

Advogado(a):

Assunto:

"TOMAR CIENCIA O RECLAMANTE DO SEGUINTE DESPACHO: "NOS TERMOS DO ART. 833, DA CLT, RETIFICA-SE O TERMO DE AUDIÊNCIA DE FLS. 344/345 PARA FAZER CONSTAR COMO DATA DE AUDIÊNCIA A DE 16.01.03, AS 9:45."

RESENHA NO 009_2086/2002

PROCESSO No: 009_1463/2001_8

Exequente: SIMONE SANTOS DO ROSARIO

Advogado(a): VICTOR TADEU DE SOUZA DIAS

Executado: GRACE THEREZA SOUZA DE PONTES E SOUZA

Advogado(a): OLGA BAYMA DA COSTA

Assunto:

A EXECUTADA, POR SUA PATRONA, MANIFESTAR-SE NO PRAZO LEGAL, ACERCA DA PETIÇÃO AS FLS. 103/105, DOS AUTOS SUPRA, QUANTO A PROPOSTA DE ACORDO.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 009_542/2002

PROCESSO No: 009_1963/2002_2

Reclamante: BENEDITO BARROS GUIMARAES

Reclamado: JCS ARAUJO ESANTOS LTDA

Data da Próxima Audiência: 08/01/2003 às 09:30 Horas

O(a) doutor(a) MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA, JUIZ(a) DO

TRABALHO SUBSTITUTO(a) da 009 Vara do Trabalho de BELEM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(s) ADEBAL BARBOSA JUNIOR, Reclamado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural.

Nessa audiência V. Sa. deverá oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O não comparecimento de V. Sa. a referida audiência,

importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Estado do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara de Trabalho, RUA DOM PEDRO I, 746, UMARIZAL BELEM PA, 66050-100.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, 03 de dezembro de 2002. Eu MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, conferi e subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
JUIZ(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a)

EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS No 009_546/2002 PROCESSO No: 009_962/2002_6

Exequente: FRANCISCO CARLOS CALIXTO

Executado: EMPRESA DE TRANSPORTES ESPERANCA LTDA

O(a) doutor(a) MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA, JUIZ(a) DO

TRABALHO SUBSTITUTO(a) da 009 Vara do Trabalho de BELEM. Faz saber

a todos quanto o presente EDITAL vierem onde dele notícia tiverem que, no dia 30/01/2003, às 11:45 h., na(o) 9a. V.T. DE BELEM, localizada(a) na TRAV. D. PEDRO I, 746, UMARIZAL, BELEM PA, será levado a público o pregão de

venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos supracitados, bem(ns) este(s) que seguem abaixo discriminado(s):

Tipo do Bem Localização do Bem Valor

Fiel Depositário(a)

VEICULO AV ROBERTO CAMELIER, 202 16.000,00

JOSE HENRIQUE FERREIRA BRANCO

01 ONIBUS URBANO, VOLKSWAGEN, ANO 1996, PLACA-JT 3489, N. DE

ORDEM AQ-10421, COR BRANCA, 48 LUGARES, EM ESTADO

PRECARIO, COM PROBLEMAS NA CAIXA DE MARCHA E MOTOR.

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de Praca, esta autorizada o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão do(s) referido(s) bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante proposta

pelo interessado, nos termos do Provimento CR-No. 15/96.

Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal de 20% (Vinte por cento) de seu valor.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde já o(s) executado(s) ciente da realização da referida Praca em caso de não recebimento ou devolução da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, em 04 de dezembro de 2002. Eu MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
JUIZ(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS

No 009_547/2002 PROCESSO No: 009_1900/2002_0

Reclamante: MARCUS VINICIUS RAMOS RODRIGUES

Reclamado: COMPANHIA BRASILEIRA ALIMENTAÇÃO

O(a) doutor(a) MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA, JUIZ(a) DO

TRABALHO SUBSTITUTO(a) da 009 Vara do Trabalho de BELEM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(s) COMPANHIA BRASILEIRA ALIMENTAÇÃO, Reclamado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

"TOMAR CIENCIA DA SENTENÇA PROLATADA NOS AUTOS, NO SEGUINTE TEOR CONCLUSIVO: ANTE O EXPOSTO E MAIS O QUE DOS AUTOS CONSTA, DECIDE A MM. 9a. VARA DO TRABALHO DE BELEM, ACOLHER, INTEGRALMENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA RECLAMAÇÃO, PARA DETERMINAR, APOS O TRANSITO EM JULGADO DESTA DECISÃO, O LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS NA CONTA VINCULADA DE FGTS DO RECLAMANTE MARCUS VINICIUS RAMOS RODRIGUES, ATRAVES DE ALVARA JUDICIAL TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS PELA RECLAMADA NO VALOR DE R\$ 12,71, CALCULADAS SOBRE O VALOR DA ALCADA.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Estado do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara de Trabalho, RUA DOM PEDRO I, 746, UMARIZAL BELEM PA, 66050-100.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, 04 de dezembro de 2002. Eu MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, conferi e subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
JUIZ(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a)

EDITAL DE CITACAO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 009_548/2002 PROCESSO No: 009_1345/2002_9

Exequente: MILTÃO PEREIRA ALVES

Executado: PINA - INTERCAMBIO COMERCIAL IND E PESCA S/A

O(a) doutor(a) MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA, JUIZ(a) DO

TRABALHO SUBSTITUTO(a) da 009 Vara do Trabalho de BELEM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) PINA - INTERCAMBIO COMERCIAL IND E PESCA S/A, Executado: nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 < QUARENTA E OITO > horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 8.500,00

(OITO MIL E QUINHENTOS REAIS) atualizado em 08/11/2002, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

Principal Corrigido 5.000,00

Valor de Multa 2.500,00

INSS 1.000,00

Total devido 8.500,00

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, em 05 de dezembro de 2002.

Eu MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
JUIZ(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a)

EDITAL DE CITACAO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 009_549/2002 PROCESSO No: 009_1345/2002_9

Exequente: MILTÃO PEREIRA ALVES

Executado: ADEMPS - ADMINISTRADORA DE EMPRESAS PESC LTDA

O(a) doutor(a) MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA, JUIZ(a) DO

TRABALHO SUBSTITUTO(a) da 009 Vara do Trabalho de BELEM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) ADEMPS -

ADMINISTRADORA DE EMPRESAS PESC LTDA, Executado: nos autos do

processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 < QUARENTA E OITO > horas ou garantir a execução, sob pena de

penhora, a quantia de R\$ 8.500,00 (OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)

atualizado em 08/11/2002, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

Principal Corrigido 5.000,00

Valor de Multa 2.500,00

INSS 1.000,00

Total devido 8.500,00

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, em 05 de dezembro de 2002. Eu MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
JUIZ(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a)

EDITAL DE CITACAO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 009_550/2002 PROCESSO No: 009_1103/2002_7

Exequente: INSS

Executado: SORAYA ANDREA SANTOS DA ROCHA

O(a) doutor(a) MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA, JUIZ(a) DO

TRABALHO SUBSTITUTO(a) da 009 Vara do Trabalho de BELEM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) SORAYA ANDREA SANTOS DA ROCHA, Executado: nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 < QUARENTA E

OITO > horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS) atualizado em 03/07/2002,

correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

INSS 125,00

Total devido 125,00

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, em 06 de dezembro de 2002. Eu MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
JUIZ(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 009_554/2002 PROCESSO No: 009_1566/2002_3

Reclamante: MARIA RITA BARBOSA CORREA

Reclamado: SELMA MARIA NORONHA RISUENHO

O(a) doutor(a) MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA, JUIZ(a) DO

TRABALHO SUBSTITUTO(a) da 009 Vara do Trabalho de BELEM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(s) SELMA MARIA

NORONHA RISUENHO, Reclamado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação:

"TOMAR CIENCIA DA SENTENÇA: "...CONCLUSÃO EM FACE DO EXPOSTO E MAIS DO QUE DOS AUTOS CONSTA JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS POR MARIA RITA BARBOSA CORREA

CONTRA SELMA MARIA NORONHA RISUENHO, PARA CONDENAR A RECLAMADA A PAGAR A RECLAMANTE A IMPORTANCIA DE R\$—

2.021,40 A TITULO DE AVISO PREVIO, GRATIFICACOES NATALINAS DE 1999, 2000, 2001 E 2002, FERIAS 1/3 DE 99/2000, 2000/2001 E 2001/2002 E

PROPORCIONAIS 2002/2003 TAMBEM ACRESCIDAS DE 1/3 ASSEGURADOS JUROS E CORRECAO MONETARIA NA FOR

MA DA LEI A RECLAMADA DEVERA PROCEDER A DEVOLUCAO DA CTPS DA RECLAMANTE, NO PRAZO DE 48 HORAS, DO TRANSITO EM

JULGADO DA PRESENTE DECISAO, SOB PENA DE PAGAMENTO DE 1/30 AVOS DE UM SALARIO MINIMO POR DIA DE ATRASO NO

CUMPRIMENTO DA ORDEM. A RECLAMADA DEVERA COMPROVAR OS RECOLHIMENTOS DA CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SOBRE

A PARCELA DE GRATIFICACOES NATALI

NAS, SOB PENA DE EXECUCAO. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO

DISPOSITIVO. CUSTAS PELA RECLAMADA, NA QUANTIA DE R\$ 40,42

FIXADAS SOBRE O VALOR DA CONDENACAO. CIENTE A RECLAMANTE NOTIFIQUE-SE A RECLAMADA REVELADA MAIS".

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Estado do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara de Trabalho, RUA DOM PEDRO I, 746, UMARIZAL BELEM PA, 66050-100.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, 11 de dezembro de 2002. Eu MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, conferi e subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARCO PLÍNIO DA SILVA ARANHA
JUIZ(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 009_556/2002 PROCESSO No: 009_1797/2002_0

Reclamante: JOAO BATISTA SANTOS FILHO

Reclamado: CONSTRUTORA BOSTON

O(a) doutor(a) MARCO PLINIO DA SILVA ARANHA, JUIZ(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a) da 009 Vara do Trabalho de BELEM. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) CONSTRUTORA BOSTON, Reclamado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto

e, não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: "TOMAR CIENCIA DA SENTENÇA PROLATADA EM AUDIÊNCIA COM O SEGUINTE TEOR CONCLUSÃO: ANTE O EXPOSTO E TUDO O QUE MAIS DOS AUTOS CONSTA, DECIDO REJEITAR AS PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DE LITISPENDÊNCIA, PARA, NO MÉRITO, JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FORMULADOS POR JOAO BATISTA FILHO CONTRA CONSTRUTORA BOSTON LTDA, CONDENANDO-A A PAGAR AO RECLAMANTE A IMPORTÂNCIA DE R\$ 5.000,00 ACRESCIDADA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. DESCABE A CONDENACÃO SOLIDÁRIA DA LITISCONSÓRTE CONSTRUTORA CARAJAS LTDA. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO DISPOSITIVO CUSTAS PELA 1ª. RECLAMADA NO IMPORTE DE R\$ 100,00, CALCULADAS SOBRE R\$ 5.000,00

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Estado do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara de Trabalho, RUA DOM PEDRO I, 746, UMARIZAL BELEM PA, 66050-100. DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, 11 de dezembro de 2002. Eu MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, conferi e subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARCO PLINIO DA SILVA ARANHA
Juiz(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 009_557/2002 PROCESSO No: 009_1881/2002_0

Reclamante: MAX ALEXANDRE DE SOUZA ABRACADO
Reclamado: PORTELA E SILVA LTDA

O(a) doutor(a) MARCO PLINIO DA SILVA ARANHA, JUIZ(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a) da 009 Vara do Trabalho de BELEM. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) PORTELA E SILVA LTDA, Reclamado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto

e, não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: "TOMAR CIENCIA DA SENTENÇA PROLATADA EM AUDIÊNCIA COM O SEGUINTE TEOR CONCLUSÃO: ANTE O EXPOSTO E MAIS O QUE DOS AUTOS CONSTA DECIDE MM 9ª. VARA DO TRABALHO DE BELEM. ACOHER INTEGRALMENTE, OS PEDIDOS CONTIDOS NA RECLAMAÇÃO, PARA DETERMINAR, APOS O TRANSITO EM JULGADO DESTA DECISÃO, O LEVANTAMENTO DOS VALORES DEPOSITADOS NA CONTA VINCULADA DE FGTS DO RECLAMANTE MAX ALEXANDRE DE SOUZA ABRACADO, ATRAVES DE ALVARA JUDICIAL. PROCEDE AINDA, BAIXA NA CTPS COM DATA DE 12.10.2002. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS PELA RECLAMADA NO VALOR DE R\$ 3.69 CALCULADAS SOBRE O VALOR DA ALCADA.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Estado do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara de Trabalho, RUA DOM PEDRO I, 746, UMARIZAL BELEM PA, 66050-100. DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, 11 de dezembro de 2002. Eu MARCOS JOSIRAN A. DE LIMA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, conferi e subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARCO PLINIO DA SILVA ARANHA
Juiz(a) DO TRABALHO SUBSTITUTO(a)

6ª VARA DO TRABALHO DE BELEM

RESENHA

No 006_1285/2002

PROCESSO NO: 006_1907/1991_7

Exequente: MARIZETE DE DEUS MACEDO CASTRO

Advogado(a): PAULA FRASSINETTI MATOS

Executado: FUNDAÇÃO INST BRAS DE GEOLOGIA E ESTATÍSTICA

Advogado(a):

Assunto:

AQS EXEQUENTES PARA CIENCIA DA DECISÃO DE FLS. 735/736 DOS AUTOS.////

RESENHA NO 006_1292/2002

PROCESSO NO: 006_1434/1996_3

Exequente: AZANAEL BRAGA DO NASCIMENTO

Advogado(a): MARIA NILCEA BURSCHÉ

Executado: MILTON NORONHA COELHO

Advogado(a): ADAMOR TENORIO PEREIRA

Assunto:

AO EXEQUENTE, PARA TOMAR CIENCIA DA INFORMAÇÃO DO CONTADOR DO JUÍZO, FLS. 242 DOS AUTOS, NO PRAZO DE 5 DIAS.

RESENHA NO 006_1294/2002

PROCESSO NO: 006_1599/2001_0

Exequente: PAULO ROBERTO MORAES MONTEIRO

Advogado(a): ANTONIO DOS SANTOS DIAS

Executado: FROTA OCEANICA E AMAZONICA S A

Advogado(a): TITO EDUARDO VALENTE DO COUTO

Assunto:

Ao exequente, por seu patrono para contestar, querendo os embargos a execução, opositos pela reclamada (fls. 236/240).

RESENHA NO 006_1295/2002

PROCESSO NO: 006_1186/1994_7

Reclamante: LAURICE SANTOS DE MIRANDA

Advogado(a): PAULA FRASSINETTI MATOS

Reclamado: CAPAF

Advogado(a):

Assunto:

A EXEQUENTE PARA MANIFESTAR-SE, EM CINCO DIAS, ACERCA DOS DOCUMENTOS DE FLS. 281/301.

RESENHA NO 006_1296/2002

PROCESSO NO: 006_869/2002_5

Exequente: ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA

Advogado(a): JOSE MARINHO GEMAUQUE JUNIOR

Executado: ERNANDES FELIX ARAUJO

Advogado(a):

Assunto:

AO EXEQUENTE, INDICAR NOVOS BENS PARA REFORÇO DE PENHORA.

RESENHA NO 006_1298/2002

PROCESSO NO: 006_1024/2001_4

Exequente: JOSE ROBERTO PINHEIRO DE OLIVEIRA

Advogado(a): ANTONIO CANDIDO BARRA M DE BRITTO

Executado: VARG CONSULTORIA E SERVICOS LTDA

Advogado(a):

Assunto:

PARA CIENCIA DO DESPACHO A SEGUIR: "SUSPENDO A EXECUÇÃO POR SEIS MESES DE ACORDO COM O ARTIGO 40 DA LEI 6830/80.

RESENHA NO 006_1299/2002

PROCESSO NO: 006_467/2001_0

Exequente: FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA DA SILVA

Advogado(a): ANTONIO RODRIGUES FERREIRA FILHO

Executado: OFICINA MECANICA N S DE NAZARE LTDA

Advogado(a): ANA PAULA DA SILVA SOUSA

Assunto:

A RECLAMADA PARA COMPROVAR O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EM DEZ DIAS, SOB PENA DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO.

RESENHA NO 006_1300/2002

PROCESSO NO: 006_1881/2002_0

Reclamante: EDILSON MONTEIRO ALVES

Advogado(a): ERIKA ASSIS DE ALBUQUERQUE

Reclamado: HUNTER SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA

Advogado(a): MAURO HERMES FRANCO FIGUEIREDO

Assunto:

DEVERA O RECLAMADO DEPOSITAR EM JUÍZO AS GUÍAS DO SEGURO DESEMPREGO DO RECLAMANTE, EM 48 HORAS, SOB PENA DE MULTA DE R\$ 200,00.

RESENHA NO 006_1301/2002

PROCESSO NO: 006_1622/2002_9

Reclamante: RAQUEL DAS GRACAS FARIAS DE SOUZA

Advogado(a): HERMES AFONSO TUPINAMBA NETO

Reclamado: EMPRESA A PROVINCIA DO PARA LTDA

Advogado(a): MANUELA OLIVEIRA DOS ANJOS

Assunto:

DEVERA O RECLAMADO, ASSIM COMO MIGUEL ANGELO BARLETE ARRAES, TOMAR CIENCIA DA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE, INTERPOSTOS TEMPESTIVAMENTE.

RESENHA NO 006_1302/2002

PROCESSO NO: 006_1957/2002_7

Reclamante: ANTONIA MIRANDA DO NASCIMENTO

Advogado(a): EDILSON SILVA MOREIRA

Reclamado: ANTONIA PANTOJA MOTA

Advogado(a): ARINOS NORONHA DO NASCIMENTO

Assunto:

DEVERA O RECLAMADO TOMAR CIENCIA DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE.

RESENHA NO 006_1303/2002

PROCESSO NO: 006_1868/2002_8

Reclamante: WEDLAIDE SOUZA BRITO

Advogado(a): ALICE TRINDADE MONTEIRO

Reclamado: MARIA DEVANY DA SILVA

Advogado(a): NAGIB JORGE HAGE JUNIOR

Assunto:

DEVERA A RECLAMADA TOMAR CIENCIA DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO, PELA RECLAMANTE.

RESENHA NO 006_1304/2002

PROCESSO NO: 006_1922/2002_X

Reclamante: MARCIA PATRICIA RAIOL DO NASCIMENTO

Advogado(a): RENATO MENDES CARNEIRO TEIXEIRA

Reclamado: TELEMAR NORTE LESTES A

Advogado(a): MICHELLE ANTUNES ESTEVES

Assunto:

DEVERA O RECLAMADO TOMAR CIENCIA DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO PELA RECLAMANTE, PARA CONTRAMINUTAR, QUERENDO, NO PRAZO LEGAL.

RESENHA NO 006_1305/2002

PROCESSO NO: 006_1873/2002_1

Reclamante: JANDER CARLO CRUZ DE SOUZA

Advogado(a): LAIR DA PAIXAO ROCHA

Reclamado: SUPERMERCADO FORMOSA

Advogado(a): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO

Assunto:

DEVERA O RECLAMADO TOMAR CIENCIA DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO, PELA RECLAMANTE, PARA QUERENDO, CONTRAMINUTAR NO PRAZO LEGAL.

RESENHA NO 006_1308/2002

PROCESSO NO: 006_2112/2002_2

Reclamante: LILIAN LUCIA CABRAL CAMPOS

Advogado(a): MARIA DO SOCORRO MIRALHA P NEVES

Reclamado: PEDRO GOMES DE SOUZA

Advogado(a): MARIA SUELY RODRIGUES DE PAIVA

Assunto:

DEVERA O EMBARGADO CONTRAMINUTAR, QUERENDO E NO PRAZO LEGAL, OS EMBARGOS DE TERCEIROS INTERPOSTOS.

EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

No 006_323/2002 PROCESSO No: 006_1961/2001_2

Exequente: INSS

Executado: FRANCISCO DE ASSIS PIMENTEL GOMES

O(a) doutor(a) MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO, JUIZ(a) TITULAR da 006ª Vara do Trabalho de BELEM.

Faz saber a todos quanto o presente EDITAL vierem ou dele notícia tiverem que, no dia 28/01/2003, as 10:00h., na(o) 6ª. V.T. DE BELEM, localizado(a) na TRAV. D. PEDRO I, 746, UMARIZAL, BELEM PA, será levado a público o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos supracitados, bem(ns) este(s) que seguem abaixo discriminado(s):

Tipo do Bem: Localização do Bem Valor

Fiel Depositário(a)

MOVEIS AV. JOSE BONIFACIO, 2237. 600,00

MARIA DE FATIMA OLIVEIRA GOMES

UM TELEVISOR COLORIDO MARCA SONY, DE 29 POLEGADAS, SEM

CONTROLE REMOTO, EM BOM ESTADO E FUNCIONANDO.

MOVEIS AV. JOSE BONIFACIO, 2237. 300,00

MARIA DE FATIMA OLIVEIRA GOMES

UM FORNO A GAS MARCA IMEQUI, REVESTIMENTO LATERAL EM

INOX, EM REGULAR ESTADO E FUNCIONANDO.

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Adiência de Praca, esta autorizado o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão do(s) referido(s) bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do Provimento CR-No. 15/96.

Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal de 20% (Vinte por cento) de seu valor.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Para e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde já o(s) executado(s) ciente da realização da referida Praca em caso de não recebimento ou devolução da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM PA, em 03 de dezembro de 2002. Eu HELENA BERNARDETE COSTA MODA, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO
Juiz(a) TITULAR

EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

No 006_324/2002 PROCESSO No: 006_1267/2002_4

Exequente: MARCELLUS SILVA MEIRELES

Executado: CASTING PROMOCOES E EVENTOS

O(a) doutor(a) MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO, JUIZ(a) TITULAR da 006ª Vara do Trabalho de BELEM.

Faz saber a todos quanto o presente EDITAL vierem ou dele notícia tiverem que, no dia 28/01/2003, as 10:30h., na(o) 6ª. V.T. DE BELEM, localizado(a) na TRAV. D. PEDRO I, 746, UMARIZAL, BELEM PA, será levado a público o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos supracitados, bem(ns) este(s) que seguem abaixo discriminado(s):

Tipo do Bem: Localização do Bem Valor

Fiel Depositário(a)

MICROCOMPUTADOR TRAV CAMPOS SALES 651 CAMPIN 800,00

ALEXANDRE AUGUSTO ALMASSY

UM MICROCOMPUTADOR WINDOWS 98 4.10.2222A AUTHENTIC AMD

K63D

PROCESSADOR 60MB RAM DRIVE TRON 24X VIDEO SCENIC TECLADO

NETRIX MOUSE ACOMPANHA UM IMPRESSORA MARCA LEXMARK

Z12 A JATO DE TINTA EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E

FUNCIONANDO.

AR CONDICIONADO TRAV CAMPOS SALES 651 CAMPIN 1.000,00

ALEXANDRE AUGUSTO ALMASSY

UM APARELHO DE AR CONDICIONADO MARCA CONSUL MODELO

AIR MASTER COR CINZA 21000 BTUS EM BOM ESTADO DE

CONSERVAÇÃO E FUNCIONANDO.

MICROCOMPUTADOR TRAV CAMPOS SALES 651 CAMPIN 600,00

ALEXANDRE AUGUSTO ALMASSY

UM MICROCOMPUTADOR WINDOWS 98 4.20.222A AUTHENTIC AMD K6

3DP

PROCESSADOR 62 MD RAM DRIVE TPK 50X MAX VIDEO 14 POLEGADAS

TECLADO UPSON MOUSE A4TECH EM BOM ESTADO DE

CONSERVAÇÃO E FUNCIONANDO.

GELADEIRA TRAV CAMPOS SALES 651 CAMPIN 300,00

ALEXANDRE AUGUSTO ALMASSY

UMA GELADEIRA VERTICAL SEM MARCA COR BRANCA MODELO

MAISON 34 0 DUPLIX EM REGULAR ESTADO DE CONSERVAÇÃO E

FUNCIONANDO.

AR CONDICIONADO TRAV CAMPOS SALES 651 CAMPIN 1.000,00

ALEXANDRE AUGUSTO ALMASSY
DOIS APARELHOS DE AR CONDICIONADOS MARCA CONSUL
MODELO AIR MASTER 10.000B/FUSCOR CINZA EM BOM ESTADO DE
CONSERVAÇÃO E FUNCIONANDO.

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de
Praca, esta autorizada o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão do(s) referido(s)
bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante
proposta pelo interessado, nos termos do Provimento CR-Nº. 15/96.

Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local
acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal de
20% (Vinte por cento) de seu valor.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente
EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no
lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde já o(s) executado(s)
ciente da realização da referida Praca em caso de não recebimento ou devolução
da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM - PA, em 03 de dezembro de 2002.
Eu HELENA BERNADETE COSTA MODA, DIRETOR(a) DE
SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO
JUIZ(a) TITULAR

EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
No 006_332/2002 PROCESSO No: 006_869/2002_5

Exequente: ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA
Executado: ERNANDES FELIX ARAUJO

O(a) doutor(a) MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO, JUIZ(a) TITULAR
da 006 Vara do Trabalho de BELEM.

Faz saber a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que:
no dia 04/02/2003, às 10:00 h., na(o) 6a. V.T. DE BELEM, localizada(a) na
TRAV. D. PEDRO I, 746, UMARIZAL, BELEM - PA, será levado a público o
pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o(s) bem(ns)
penhorado(s) nos autos supracitados, bem(ns) este(s) que seguem abaixo
discriminado(s):

Tipo do Bem: Localização do Bem Valor
Fiel Depositário(a)

SOM: AV DEODORO DE MENDONCA 223 250,00
ERNANDES FELIX ARAUJO

UM APARELHO DE SOM MARCA AIWA COM TOCA FITAS CD E RADIO
N NSX5119 SERIE SO1BR9C0694 MINI SYSTEM STEREO COM DUAS

CAIXAS DE SOM FUNCIONANDO BOM ESTADO
RACK: AV DEODORO DE MENDONCA 223 180,00

ERNANDES FELIX ARAUJO

UM RACK MARCA MADEIRA COM DIVISÓRIAS PARA TELEVISOR VIDEO
PORTA CDS COM CAPACIDADE PARA 74 CDS SOM E CAIXAS DESOM

UMA DIVISÓRIA TEM PORTA DE VIDRO BOM ESTADO DE
CONSERVAÇÃO TELEVISOR AV DEODORO DE MENDONCA 223

250,00 FERNANDES FELIX ARAUJO UM TELEVISOR MARCA SANYO
COLORIDA MODELO CTP 3790 P N DE SERIE 9607002498 T029

FUNCIONANDO BOM ESTADO

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de
Praca, esta autorizada o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão do(s) referido(s)
bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante
proposta pelo interessado, nos termos do Provimento CR-Nº. 15/96.

Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local
acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal de
20% (Vinte por cento) de seu valor.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente
EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no
lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde já o(s) executado(s)
ciente da realização da referida Praca em caso de não recebimento ou devolução
da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM - PA, em 05 de dezembro de 2002.
Eu HELENA BERNADETE COSTA MODA, DIRETOR(a) DE
SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO
JUIZ(a) TITULAR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS No 006_333/2002

PROCESSO No: 006_2053/2002_1

Reclamante: GETONIER RIBEIRO BARRÓS

Reclamado: FONSECA MELAZZO & CIA LTDA

Data da Próxima Audiência: 16/12/2002 às 08:30 Horas

O(a) doutor(a) MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO, JUIZ(a) TITULAR
da 006 Vara do Trabalho de BELEM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) FONSECA
MELAZZO & CIA LTDA, Reclamado nos autos do processo supra, que se
encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte
determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim
de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora
e local acima informados, para audiência inaugural.

Nessa audiência V. Sa. deverá oferecer as provas que julgar necessárias, constantes
de documentos e/ou testemunhas. O não comparecimento de V. Sa. a referida
audiência, importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena
de confissão quanto a matéria de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente
EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Estado do Pará e afixado no
lugar de costume, na sede desta Vara de Trabalho, RUA DOM PEDRO I, 746
UMARIZAL BELEM - PA, 66063-000.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM - PA, 05 de dezembro
de 2002. Eu HELENA BERNADETE COSTA MODA, DIRETOR(a) DE
SECRETARIA, conferi e subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO
JUIZ(a) TITULAR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS No 006_336/2002

PROCESSO No: 006_2022/2002_1

Reclamante: ESPOLIO DE ALUIZIO SOUZA FURTADO

Reclamado: M L SERV ELETR ORTE

Data da Próxima Audiência: 09/01/2003 às 08:15 Horas

O(a) doutor(a) MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO, JUIZ(a) TITULAR
da 006 Vara do Trabalho de BELEM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) M L SERV ELETR
ORTE, Reclamado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar
incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m)
notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a
audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados,
para audiência inaugural.

Nessa audiência V. Sa. deverá oferecer as provas que julgar necessárias, constantes
de documentos e/ou testemunhas. O não comparecimento de V. Sa. a referida audiência,
importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena de confissão
quanto a matéria de fato. E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e
passado do presente EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Estado do Pará e afixado no
lugar de costume, na sede desta Vara de Trabalho, RUA DOM PEDRO I, 746
UMARIZAL BELEM - PA, 66063-000.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM - PA, 09 de dezembro
de 2002. Eu HELENA BERNADETE COSTA MODA, DIRETOR(a) DE
SECRETARIA, conferi e subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO
JUIZ(a) TITULAR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 006_337/2002 PROCESSO No: 006_1938/2002_3

Reclamante: CLAUDIONOR DOS SANTOS MACIEL

Reclamado: EFICAZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

O(a) doutor(a) MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO, JUIZ(a) TITULAR
da 006 Vara do Trabalho de BELEM.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica(m) notificado(as) EFICAZ IND. E
COM. E CARLOS ALBERTO P. SALHEB, RECLAMADOS nos autos do
processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar
ciência da seguinte determinação:

" TOMAR CIÊNCIA DE QUE A SENTENÇA PROLATADA NESTES
AUTOS JULGOU A RECLAMATORIA EXTINTA, SEM JULGAMENTO
DO MÉRITO."

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado do presente
EDITAL, que será publicado no Imprensa Oficial do Estado do Pará e afixado no
lugar de costume, na sede desta Vara de Trabalho, RUA DOM PEDRO I, 746
UMARIZAL BELEM - PA, 66063-000.

DADO E PASSADO nesta cidade de BELEM - PA, 09 de dezembro
de 2002. Eu HELENA BERNADETE COSTA MODA, DIRETOR(a) DE
SECRETARIA, conferi e subscrevi.

O(a) Juiz(a): MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO
JUIZ(a) TITULAR

10ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM

JUIZ TITULAR: CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR.

JUIZA AUXILIAR: ANNA LAURA COELHO PEREIRA

vt10belem.sec@trt8.gov.br

PROCESSO: 010 - 869/2002-6

Reclamante: MARCUS DARLON LEITE

Adv. Dra. ANA MARIA CUNHA DE MELO (OAB/PA N. 3.009)

Reclamada: DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA

Adv. Dr. ALBERTO INDEQUI (OAB/PA 9.321)

DECIDO, ANTE O EXPOSTO É TUDO O MAIS QUE DOS AUTOS
CONSTA, DECIDO O JUÍZO DA MM. 10ª VARA DO TRABALHO DE
BELÉM, NA RECLAMATÓRIA TRABALHISTA AJUZADA POR MARCUS
DARLON LEITE CONTRA DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA., JULGAR
TOTALMENTE IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, POR FALTA DE
AMPARO FÁTICO E LEGAL. TUDO NOS TERMOS E LIMITES DA
FUNDAMENTAÇÃO, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO
DISPOSITIVO. CUSTAS PELO RECLAMANTE NO IMPORTE DE R\$288,00,
CALCULADAS SOBRE O VALOR DA ALÇADA, DAS QUAIS FICA ISENTO
POR EQUIDADE. NOTIFICAR AS PARTES, EIS QUE NÃO CIENTES DA
DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA SENTENÇA, HAJA VISTA QUE O
PROCESSO RETORNOU DO E. TRT DA 8ª REGIÃO PARA NOVO
JULGAMENTO. NADA MAIS.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PROTOCOLO Nº 25829/2002

REPRESENTAÇÃO Nº 685

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral, por sua Procuradora Eleitoral
Auxiliar, Solange Maria Braga.

REPRESENTADO(S): 1. Coligação O Pará para Todos. Advogado: Iolanda
Nascimento Batista. 2. João Batista Oliveira de Araújo. Advogado: Raimundo
Nonato Santos do Carmo. 3. Aldio Gomes de Castro. Advogado:

Vistos, etc...

[...] A matéria em exame não comporta discussão. O relatório de fls. 03, constata

que os cartazes foram afixados nos postos de iluminação pública e entende que como
pertencem a concessionária REDE-CELPA, que é empresa privada, caberia a ela
figurar como autora na representação e não o Ministério Público Eleitoral. O Artigo
13 da Resolução 20.988/TSE, é claro em afirmar que em bens particulares, tal propaganda,
em forma de cartazes, independe de autorização municipal ou da Justiça Eleitoral.
Além disso, a teor do § 1º do artigo 12, é permitida a fixação de placas, estandartes
faixas e semelhantes, desde que não lhes cause dano ou impeça o seu uso ou o bom
andamento do tráfego.

Diante do acima exposto, julgo improcedente a representação.

P.R.I.

Belém, 10 de dezembro de 2002.

@ Juiz Auxiliar Rosileide Maria da Costa Cunha Filomeno.

PROTOCOLO Nº 25830/2002

REPRESENTAÇÃO Nº 686

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral, por sua Procuradora Eleitoral
Auxiliar, Solange Maria Braga.

REPRESENTADO(S): 1. Leandro Ferreira Borges. Advogados: 2. Coligação O Pará
nas Mãos do Povo. Advogado:

Vistos.

[...] As preliminares argüidas falecem de amparo legal, assim sendo, rejeito-as.

[...] Como se vê, não se pode ir contra entendimento do Eg. TRE-PA e da Resolução
Eleitoral acima referida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO com fulcro no
artigo 64 da Resolução do TSE nº 20.988/02.

P.R.I.

Belém, 11 de dezembro de 2002.

@ Juiz Auxiliar Cláudio Neves.

PROTOCOLO Nº 25835/2002

REPRESENTAÇÃO Nº 691

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral, por sua Procuradora Eleitoral
Auxiliar, Solange Maria Braga.

REPRESENTADO: Alessandro Albuquerque Novellino.

Advogado: Christianne Penedo Danin e outros.

Vistos, etc...

[...] Diante do acima exposto, com base no artigo acima citado e c/c o artigo 12
parágrafo 6º da Resolução 20.988-TSE, julgo procedente a representação para sujeitar
o Representado à restauração do local onde foram afixadas as cartazes irregulares
e à multa no valor de R\$ 5.320,00 (cinco mil, trezentos e vinte reais)

Belém, 09 de dezembro de 2002.

@ Juiz Auxiliar Rosileide Maria da Costa Cunha Filomeno.

PROTOCOLO Nº 26211/2002

REPRESENTAÇÃO Nº 694

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral, por seu Procurador Eleitoral
Auxiliar, André Luiz Moraes de Menezes.

REPRESENTADO: Raul Batista de Souza - PSL.

Advogado:

Vistos, etc...

[...] Diante do acima exposto, com base no artigo acima citado resta a aplicação do §6º
do artigo 12 da Resolução 20.988-TSE, pelo que julgo procedente a representação
para sujeitar o Representado à restauração do bem onde foram afixadas as propagandas
irregulares e à multa no valor de R\$ 5.320,00 (cinco mil, trezentos e vinte reais).

P.R.I.

Belém, 09 de dezembro de 2002.

@ Juiz Auxiliar Rosileide Maria da Costa Cunha Filomeno.

PROTOCOLO Nº 26212/2002

REPRESENTAÇÃO Nº 695

REPRESENTANTE: Ministério Público Eleitoral, por seu Procurador Eleitoral
Auxiliar, André Luiz Moraes de Menezes.

REPRESENTADO: Wladimir Afonso da Costa Rabelo - PMDB.

Advogado: André Luiz Eiró do Nascimento e outro.

Vistos, etc...

[...] Por outro lado, o representado ainda alega veementemente que retirou a
propaganda irregular após ser notificado pelo CRE-PA, e considerando ainda que
não violou o artigo 12, § 1º da Resolução nº 20.988/02, impõe-se a improcedência da
Presente Representação.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE A PRESENTE REPRESENTAÇÃO,
com fulcro no parágrafo e no artigo da Resolução supra referida.

P.R.I.

Belém, 12 de dezembro de 2002.

@ Juiz Auxiliar Cláudio Neves.

PORTARIA Nº 4364, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

A Diretora Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições
regulamentares;

Considerando a introdução no ordenamento jurídico brasileiro da modalidade
licitatória do Pregão;

Considerando sua regulamentação através do Decreto nº 3555 de 08.08.2000, com
alterações introduzidas pelo de nº 3693 de 20.12.2000 e à vista do que consta no
Procedimento Administrativo protocolizado sob o nº 2260/2001;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR para funcionar como pregoeira a servidora PATRÍCIA
TEREZA DE ARAÚJO COSTA - Técnico Judiciário da Área Administrativa.

Art. 2º - Compete à Direção Geral a distribuição dos procedimentos licitatórios na
modalidade Pregão, à servidora designada na forma do art. 1º.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

@NÁDIA MARIA PRADO DEMELLO

Diretora Geral

PORTARIA Nº 4.348

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e à vista das decisões exaradas no Memorando nº 083-SI/CPS, de 02.12.2002, bem como em expediente datado, de 27.11.2002, RESOLVE: DESIGNAR os servidores do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria deste Tribunal, abaixo relacionados, para responderem pelas Funções Comissionadas indicadas, conforme segue: I-MÁRCIA DE NAZARÉ PAMPOLHA SANTOS, Analista Judiciário da Área Judiciária, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria deste Tribunal, pela Chefia de Cartório da 7ª Zona Eleitoral, em substituição à servidora RAIMUNDA CONCEIÇÃO TAVARES SOUZA, na presente data e no dia 10.12.2002; II- FAUSTINO CASTRO ALVES JÚNIOR, Técnico Judiciário da Área de Apoio Especializado em Operação de Computadores, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria deste Tribunal, pela Chefia da Seção de Informações e Estatísticas Eleitorais, em substituição ao servidor SANDRO MARCELO ATTADIESKY, a partir de 04.12.2002, até o retorno do titular, convalidando os atos praticados pelo mesmo. Publique-se e registre-se.

Gabinete da Presidência, em 05 de dezembro de 2002.

@Desembargador João Alberto Castello Branco de Paiva
Presidente

PORTARIA Nº 4.349

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, item XVIII, do Regimento Interno, em cumprimento ao decidido na 82ª Sessão Ordinária Administrativa, realizada em 05.12.2002, Resolve: Designar o Dr. Marco Antônio Lobo Castelo Branco, Juiz Eleitoral da 50ª Zona, para responder, cumulativamente, pela 4ª Zona Eleitoral - Castanhal, no período de 11 a 14.11.2002, convalidando os atos praticados. Publique-se e registre-se.

Gabinete da Presidência, 05 de dezembro de 2002.

@Desembargador João Alberto Castello Branco De Paiva
Presidente

PORTARIA Nº 4.353

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e à vista da decisão exarada em expediente datado, de 02.12.2002, RESOLVE: DESIGNAR a servidora MÁRCIA DE NAZARÉ PAMPOLHA SANTOS, Analista Judiciário da Área Judiciária, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria deste Tribunal, para responder pela Chefia de Cartório da 7ª Zona Eleitoral, em substituição à servidora RAIMUNDA CONCEIÇÃO TAVARES SOUZA, nos dias 04 e 09.12.2002, convalidando os atos praticados pela mesma. Publique-se e registre-se.

Gabinete da Presidência, em 06 de dezembro de 2002.

@Desembargador João Alberto Castello Branco de Paiva
Presidente

PORTARIA Nº 4.355

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e à vista das decisões exaradas no Ofício nº 676/2002-CRE, Processo Administrativo protocolado sob o nº 25.894/2002, bem como em expediente datado, de 28.11.2002, RESOLVE: ALTERAR os períodos de férias regulamentares dos servidores do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria deste Tribunal, abaixo relacionados, com fulcro no § 3º e caput do art. 6º, da Resolução TRE/PA nº 2.087/1998: I - O 2º período, referente ao exercício de 2002, do servidor VERIAN FRANCELINO DOS SANTOS, Analista Judiciário da Área Judiciária, inicialmente fixado para fruição no interregno de 02 a 19.12.2002, conforme Portaria nº 3.265/2001, para usufruto no interstício de 07 a 24.01.2003, nos termos do art. 10, da supracitada Resolução; II - O 2º período, referente ao exercício de 2002, da servidora MARIA CLÉLIA DOS SANTOS PANTOJA, Analista Judiciário da Área Judiciária, inicialmente fixado para fruição no interregno de 02 a 19.12.2002, conforme Portaria nº 3.265/2001, para usufruto no interstício de 03 a 20.12.2002; III - O 3º período, referente ao exercício de 2002, do servidor GILBERT SOARES BASTOS, Analista Judiciário da Área Judiciária, inicialmente fixado para fruição no interregno de 09 a 18.12.2002, conforme Portaria nº 3.265/2001, para usufruto no interstício de 06 a 15.02.2003, nos termos do art. 10, da supracitada Resolução, bem como seu 1º período, alusivo ao exercício de 2003, inicialmente fixado para fruição no interregno de 06 a 15.02.2003, conforme Portaria nº 4.301/2002, para usufruto no interstício de 19 a 28.02.2003. Publique-se e registre-se.

Gabinete da Presidência, em 06 de dezembro de 2002.

@Desembargador João Alberto Castello Branco de Paiva
Presidente

PORTARIA Nº 4.358

A DIRETORA GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, item XXIII da Portaria TRE/PA nº 2.616/2001, e à vista da decisão exarada no Processo Administrativo protocolado sob o nº 21.717, de 02.10.2002, RESOLVE: CONCEDER, com fulcro no art. 83, da Lei nº 8.112/1990 e art. 85, da Lei Estadual nº 5.810/1994, aos servidores do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal e Requisitados, abaixo relacionados, LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, referente ao mês de agosto/2002.

Servidores do Quadro

Servidores do Quadro	Unidade Lotação	Data(s) e/ou Período(s)
Aída Silvana Barbosa Varela (FC-05)	SJ/CRIP/SCRP	14
Christiane Santos Souza Lopes	SJ/CRIP/STAR	19
Elisabete Silva da Silva (FC-02)	DG/GAB	07
Lúcia Rodrigues da Silva Oliveira	CRE/GAB	19
Maura Marizita Carvalho Santos	SJ/CRIP/STAR	01
Paulo Hélio da Costa Anjos Júnior (FC-04)	SRH/COPE/SC	21
Rosângela Lopes Valente (FC-04)	SA/COF/SEOF	13 a 23

Servidores Requisitados do Estado

Servidores Requisitados do Estado	Órgão de Origem	Unidade Lotação	Data(s) e/ou Período(s)
Raimundo Batista Chaves de Moraes SAGRE	SA/CSG/SST		21 e 22

Publique-se e registre-se.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de dezembro de 2002.

@NÁDIA MARIA PRADO DEMELLO
Diretora Geral

PAUTA DE JULGAMENTO

A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, comunica aos interessados, que os processos abaixo discriminados foram incluídos em pauta para a Sessão de 17.12.2002, terça-feira, às 08.30 horas em cumprimento ao disposto no art. 271 § 2º do Código Eleitoral, c/c o artigo 105 do Regimento Interno.

01. Proc. 1010 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: João Lucimar Borges - N.º 23.333. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PPS. Juiz Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade.
02. Proc. 0662 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Francisco Xavier Palheta Júnior - N.º 1232. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Federal - PDT. Relator: Juiz Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade.
03. Proc. 0932 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Antônio Elío Pereira Borges - N.º 23.523. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PPS. Relator: Juiz Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade.
04. Proc. 1029 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Alberto César Beltrão Pamplona - N.º 2213. Assunto: Eleições Proporcionais - Cargo de Deputado Federal - PL. Relator: Juiz Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade.
05. Proc. 0714 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Paulo Rocha Cunha - N.º 1.310. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Federal - PT. Relator: Juiz Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade.
06. Proc. 0992 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Aldo Gomes Queiroz - N.º 45.645. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PSDB. Relator: Juiz Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade.
07. Proc. 0906 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Terezinha Ferreira e Ferreira - N.º 40.715. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PSB. Relator: Juiz Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade.
08. Proc. 0674 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: José Soares do Couto Filho - N.º 45.787. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PSDB. Relator: Juíza Clelia Maria Conde da Silva.
09. Proc. 0703 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Francisco José da Silva - N.º 31.241. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PHIS. Relator: Juíza Clelia Maria Conde da Silva.
10. Proc. 0966 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: José Marques Filho - N.º 13.234. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PT. Relator: Juíza Clelia Maria Conde da Silva.
11. Proc. 0657 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Leonisio Lopes Trindade - N.º 12.522. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PDT. Relator: Juiz Ricardo Ferreira Nunes.
12. Proc. 0698 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Partido Comunista do Brasil - PC do B. Assunto: Eleições/2002 - Comitê Financeiro - PC do B. Relator: Juiz Ricardo Ferreira Nunes.
13. Proc. 0764 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Soriano dos Santos Leão - N.º 23.110. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PPS. Relator: Juiz Ricardo Ferreira Nunes.
14. Proc. 0773 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Mariela da Silva Miranda - N.º 45.188. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PSDB. Relator: Juiz Ricardo Ferreira Nunes.
15. Proc. 0908 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Silvana Suely Ferreira Garcia - N.º 16.123. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PSTU. Relator: Juiz Ricardo Ferreira Nunes.
16. Proc. 0994 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Partido Progressista Brasileiro - PPB. Assunto: Eleições/2002 - Comitê Financeiro - PPB. Relator: Juiz Ricardo Ferreira Nunes.
17. Proc. 0905 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Partido Socialista Brasileiro - PSB. Assunto: Eleições/2002 - Comitê Financeiro - PSB. Relator: Juiz Ronaldo Marques Valle.
18. Proc. 0731 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Regis do Socorro Trindade Lobato - N.º 65.744. Assunto: Eleições

Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PC do B. Relator: Juiz Ronaldo Marques Valle.

19. Proc. 0870 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Luis Alfredo Amin Fernandes - N.º 15.102. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PMDB. Relator: Juiz Ronaldo Marques Valle.

20. Proc. 0643 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Paulo Afonso Santos de Castro - N.º 1280. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Federal - PDT. Relator: Juiz Ronaldo Marques Valle.

21. Proc. 0701 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Raimundo Salis Manito Aires - N.º 30.222. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PGT. Relator: Juiz Ronaldo Marques Valle.

22. Proc. 1022 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Joel Mendes Oliveira - N.º 40.569. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PSB. Relator: Juiz Ronaldo Marques Valle.

23. Proc. 0997 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Raimundo Nonato Mendes da Silva - N.º 45.601. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PSDB. Relator: Juiz Ronaldo Marques Valle.

24. Proc. 0759 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Reginaldo Barros Lopes - N.º 12.695. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PDT. Relator: Juiz Ronaldo Marques Valle.

25. Proc. 0911 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: José Carlos Oliveira Bastos - N.º 31.555. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PHIS. Relator: Juiz Ronaldo Marques Valle.

26. Proc. 0687 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Antônio Luiz da Rosa - N.º 4111. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Federal - PSB. Relator: Juíza Sílvia Elena Petry.

27. Proc. 0647 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Deusdeth Antônio Corrêa Pantoja - N.º 2525. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Federal - PFL. Relator: Juíza Sílvia Elena Petry.

28. Proc. 0829 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: José Antônio Cardoso de Souza Júnior - N.º 41.888. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PSD. Relator: Juíza Sílvia Elena Petry.

29. Proc. 0891 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: João Orlando Galeno Amaral - N.º 161. Assunto: Eleições Majoritárias/2002 - Cargo de Senador - PSTU. Relator: Juíza Sílvia Elena Petry.

30. Proc. 0729 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Raimundo Eduardo Carvalho de Moraes - N.º 22.121. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PL. Relator: Juíza Sílvia Elena Petry.

31. Proc. 0968 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Aurélio Corrêa do Carmo - N.º 152. Assunto: Eleições Majoritárias/2002 - Cargo de Senador - PMDB. Relator: Juíza Sílvia Elena Petry.

32. Proc. 0861 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Assunto: Eleições/2002 - Comitê Financeiro - PMDB. Relator: Juíza Sílvia Elena Petry.

33. Proc. 0892 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Claiton Coffy - N.º 16. Assunto: Eleições Majoritárias/2002 - Cargo de Governador - PSTU. Relator: Desembargador Felício de Araújo Pontes.

34. Proc. 0659 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Alda Maria Gomes Monteiro - N.º 14.589. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PTB. Relator: Desembargador Felício de Araújo Pontes.

35. Proc. 0665 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: José Elenício Lima Oliveira - N.º 2255. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Federal - PL. Relator: Desembargador Felício de Araújo Pontes.

36. Proc. 0706 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Ivaldo José Pimentel - N.º 1.236. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Federal - PDT. Relator: Desembargador Felício de Araújo Pontes.

37. Proc. 0862 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Delcio Lobato Abreu - N.º 36.789. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PTJ. Relator: Desembargador Felício de Araújo Pontes.

38. Proc. 0886 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Amâgoras Teixeira Lopes - N.º 16.456. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PSTU. Relator: Desembargador Felício de Araújo Pontes.

39. Proc. 0910 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Edilson Moura da Silva - N.º 13.310. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PT. Relator: Desembargador Felício de Araújo Pontes.

40. Proc. 0969 - Div - Prestação de Contas/Campanha Eleitoral. Origem: Belém - Pará. Interessado: Edmundo Nascimento Ribeiro - N.º 15.105. Assunto: Eleições Proporcionais/2002 - Cargo de Deputado Estadual - PMDB. Relator: Desembargador Felício de Araújo Pontes.